

Formulário de Referência 2026

lwsa

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	16
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	18
1.5 Principais clientes	23
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	24
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	26
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	27
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	28
1.10 Informações de sociedade de economia mista	32
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	33
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	34
1.13 Acordos de acionistas	37
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	43
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	44
1.16 Outras informações relevantes	45
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	46
2.2 Resultados operacional e financeiro	55
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	58
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	59
2.5 Medições não contábeis	60
2.6 Eventos subsequentes as DFs	65
2.7 Destinação de resultados	66
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	68
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	69
2.10 Planos de negócios	70
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	72
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	73
3.2 Acompanhamento das projeções	74

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	75
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	105
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	106
4.4 Processos não sigilosos relevantes	108
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	109
4.6 Processos sigilosos relevantes	110
4.7 Outras contingências relevantes	111
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	112
5.2 Descrição dos controles internos	114
5.3 Programa de integridade	116
5.4 Alterações significativas	119
5.5 Outras informações relevantes	120
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	121
6.3 Distribuição de capital	124
6.4 Participação em sociedades	125
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	126
6.6 Outras informações relevantes	127
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	128
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	135
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	136
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	137
7.4 Composição dos comitês	153
7.5 Relações familiares	167
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	168
7.7 Acordos/seguros de administradores	215
7.8 Outras informações relevantes	216
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	222

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	229
8.3 Remuneração variável	233
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	235
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	239
8.6 Outorga de opções de compra de ações	240
8.7 Opções em aberto	244
8.8 Opções exercidas e ações entregues	250
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	252
8.10 Outorga de ações	254
8.11 Ações entregues	259
8.12 Precificação das ações/opções	260
8.13 Participações detidas por órgão	262
8.14 Planos de previdência	263
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	264
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	266
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	267
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	268
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	269
8.20 Outras informações relevantes	270
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	272
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	273
9.4 Outras informações relevantes	274
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	275
10.1 Descrição dos recursos humanos	277
10.2 Alterações relevantes	278
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	279
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	281
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	282
10.5 Outras informações relevantes	284
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	285
11.2 Transações com partes relacionadas	286
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	288
11.3 Outras informações relevantes	289
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	291
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	292
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	293
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	294
12.5 Mercados de negociação no Brasil	295
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	296
12.7 Títulos emitidos no exterior	297
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	298
12.9 Outras informações relevantes	299
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	300
13.1 Declaração do diretor presidente	301
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	302
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	303

1.1 Histórico do emissor

1.1 HISTÓRICO DO EMISSOR

Data de Constituição do Emissor	23/12/1997
Forma de Constituição do Emissor	Fomos constituídos sob a forma de sociedade limitada.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	04/02/2020

A LWSA, tem sua origem em 1997, quando foi fundada como a primeira empresa brasileira a oferecer serviços especializados de hospedagem de sites. Ao longo de mais de duas décadas, a Companhia protagonizou uma trajetória de inovação, resiliência e transformação, consolidando-se como uma das líderes em soluções digitais voltadas para empresas no Brasil.

Com foco em inovação, integração e segurança, a LWSA apoia o ecossistema digital para empresas, oferecendo soluções para presença online, e-commerce, gestão e serviços financeiros. A Companhia atende +700 mil clientes em diferentes setores, incluindo PMEs e grandes empresas, conectando tecnologia e negócios de maneira eficiente e integrada.

Desde os primeiros anos, a LWSA demonstrou capacidade de adaptação ao ambiente tecnológico. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, expandiu sua atuação para além da hospedagem, com o lançamento da Locaweb PRO, a construção de seu próprio data center, e a homologação como registradora de domínios pela ICANN e [Registro.br](#). Durante a bolha da internet, manteve firme sua estratégia, diversificando o portfólio e lançando soluções como o Locavoz e serviços com suporte Java e .NET.

A partir de 2010, a Companhia intensificou seu posicionamento como provedor de soluções SaaS (Software as a Service), com destaque para o ingresso do fundo Silver Lake, primeiro investimento da gestora na América Latina. Esse período marcou o início de uma nova fase, com aquisições estratégicas como a Tray, All iN, Fbits e diversas outras empresas voltadas ao e-commerce, marketing digital, ERPs, serviços financeiros e logística.

O IPO realizado em fevereiro de 2020 representou um divisor de águas na história da LWSA. A partir dessa captação, a Companhia acelerou seu plano de crescimento inorgânico, com 16 aquisições entre 2020 e 2022, ampliando de forma significativa seu ecossistema de soluções e reforçando sua missão de apoiar a digitalização de empresas, especialmente PMEs.

Entre os movimentos mais relevantes do período, destacam-se as aquisições da Bling (ERP), Vindi (cobrança recorrente), Melhor Envio (logística), Octadesk (Conversational Commerce), que passaram a operar de forma integrada com as demais marcas do grupo. A integração dessas soluções deu origem a um dos ecossistemas mais completos para e-commerce do Brasil.

A partir de 2023, a LWSA deu início a uma nova etapa, com foco na simplificação da estrutura societária e na integração tecnológica das unidades adquiridas. Foram definidas cinco grandes frentes de negócio, BeOnline/SaaS, Plataforma de Commerce PMEs, Plataforma de Commerce Enterprise (com destaque para a criação da Wake), ERP e Gestão e Serviços Financeiros, que passaram a operar de forma mais coordenada e sinérgica, com foco em cross-sell, up-sell e melhoria da experiência do cliente.

Esse movimento culminou na incorporação de diversas subsidiárias em 2024 e 2025, incluindo Tray, Bling, Etus, Locaweb Commerce Holding e LWK Hosting Participações Ltda., tornando o grupo mais enxuto e preparado para escalar seus serviços com agilidade.

1.1 Histórico do emissor

Em sua trajetória, a LWSA manteve o foco em inovação contínua, aquisição estratégica de empresas complementares, fortalecimento da governança corporativa e geração de valor sustentável. Com mais de 700 mil clientes ativos e presença robusta no segmento de tecnologia para PMEs, a Companhia segue sua missão de permitir que empresas brasileiras nasçam e prosperem por meio da tecnologia.

Em 2025, a LWSA consolidou uma transição em sua trajetória, consolidando o ciclo de integração profunda no ecossistema de soluções com disciplina estratégica na simplificação de sua estrutura e na captura de sinergias entre as unidades de negócio que compõem a tese de valor. Esse movimento de foco no *core business* permitiu que o pilar da inovação tecnológica alcançasse um novo patamar com o avanço da Inteligência Artificial em todas as camadas da operação, posicionando a Companhia na vanguarda da jornada de digitalização. A LWSA reafirmou seu papel como o principal "sistema operacional" do comércio eletrônico brasileiro, oferecendo uma proposta de valor única que integra presença online, gestão e serviços financeiros de forma totalmente embedded e escalável.

Timeline Histórica – LWSA S.A.

1997

- Fundação da Locaweb (que deu origem a LWSA) como pioneira em hospedagem de sites no Brasil.

1998–1999

- Lançamento da Locaweb PRO e início do relacionamento com desenvolvedores.
- Migração dos servidores para Campinas (SP) e posteriormente para a Embratel.

2000–2002

- Supera a bolha da internet e inova com hospedagem em Java e portal de voz (Locavoz).

2003–2006

- Expansão para serviços de data center, VoIP e criação de estrutura própria.
- Homologação pela ICANN e Registro.br como registradora de domínios.

2007–2008

- Lançamento de planos de hospedagem gratuitos e serviços de cloud computing.
- Reorganização societária e criação de subsidiárias.

2009–2010

- Inauguração de novo data center e lançamento de produtos SaaS como WebStore e WebChat.
- Entrada do fundo Silver Lake, marcando o primeiro investimento na América Latina.

2011–2013

- Lançamento do Cloud Hosting.
- Aquisição da Tray (e-commerce) e All iN (e-mail marketing).

2015–2017

- Exercício da opção de compra da Tray.
- Criação da Yapay para soluções de pagamento.
- Entrada em rankings de melhores empresas para se trabalhar.

2018–2019

- Aquisição de empresas como KingHost, Delivery Direto, Cyberweb e ITCapital.

2020

- Realização do IPO (R\$ 1,17 bilhão).
- Aquisição da Etus e Social Miner (marketing digital).
- Criação da Locaweb Commerce.

1.1 Histórico do emissor

2021

- Aquisições de Vindi, ConnectPlug, Credisfera, Dooca, Samurai, Bling, Pagcerto, Bagy, Octadesk, Wake Creators (Squid, alienada em 2025) e Síntese.
- Lançamento da estratégia de integração de soluções.
- Aprovação do fundo de CVC (LW Ventures FIP).

2022

- Fusão entre Vindi e Yapay.
- Reorganização de holdings e início da simplificação da estrutura societária.

2023

- Reestruturação da companhia em 5 segmentos: BeOnline/SaaS, Commerce PMEs, Commerce Enterprise (Wake), ERP e Serviços Financeiros.
- Fusão entre Dooca e Bagy.
- Consolidação de marcas no segmento enterprise com a criação da Wake.

2024

- Pagcerto recebe autorização do Banco Central como Instituição de Pagamentos.
- Incorporação de Tray, Etus e Bling.

2025

- Incorporação de LWK Hosting Participações e Locaweb Commerce Holding.
- Consolidação da estrutura simplificada e foco em integração tecnológica e geração de sinergias.
- Conclusão da alienação das operações da Squid e parta de carteira da Nextios para foco no core business
- Automação de jornadas de clientes e ganhos expressivos de produtividade interna via tecnologia

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO EMISSOR E DE SUAS CONTROLADAS

LWSA é referência em transformação digital no Brasil, fornecendo serviços essenciais para digitalização e ferramentas confiáveis para criar, gerenciar e expandir negócios de qualquer porte.

Com foco em inovação, integração e segurança, a LWSA apoia o ecossistema digital para empresas, oferecendo soluções para presença online, e-commerce, gestão e serviços financeiros. A Companhia atende +700 mil clientes em diferentes setores, incluindo PMEs e grandes empresas, conectando tecnologia e negócios de maneira eficiente e integrada.

Com operações iniciadas em 1998, a LWSA é uma das empresas pioneiras em soluções Business to Business (B2B) para transformação digital de negócios no Brasil. Oferecemos um ecossistema de soluções digitais integradas, com o propósito de ajudar os negócios de nossos clientes a nascerem e prosperarem por meio do uso da tecnologia. A Companhia se posiciona como o sistema operacional do varejo digital brasileiro, estando presente em vitrines, pagamentos, ERP, logística e atendimento ao cliente.

Atuamos em dois grandes segmentos de negócios, que são subdivididas em 5 macro segmentos dentro da estrutura organizacional da LWSA, conforme abaixo:

- i. BeOnline / SaaS, por meio, principalmente, das marcas Locaweb, e KingHost;
- ii. Plataforma de Commerce PMEs, por meio das marcas Tray, Bagy e Melhor Envio;
- iii. Plataforma de Commerce Enterprise por meio da Wake;
- iv. ERP, Gestão e Conversational Commerce com as marcas Bling, CPlug e Octadesk ;
- v. Serviços Financeiros com a marca Vindi;

Essas frentes de negócios são complementares, geram sinergias operacionais para a Companhia e nossos clientes, formando, juntas, um ecossistema que permite a forte realização de cross-selling (venda cruzada) e up-selling (venda adicional) dentro da nossa extensa e diversificada base de clientes de, aproximadamente 700 mil clientes ativos, provenientes dos mais variados segmentos da economia, com maior concentração em empresas de pequeno e médio portes.

Quatro Portas de Entrada para o Mundo Digital

A LWSA opera por meio de quatro grandes marcas de entrada, que funcionam como os principais pontos de acesso dos empreendedores brasileiros ao ecossistema da Companhia:

Locaweb (Hosting e Infraestrutura Web): Maior player de hospedagem e infraestrutura cloud no Brasil, oferecendo domínios, websites, e-mail corporativo e servidores cloud. Fundada em 1997, é a marca originária do grupo e o ponto onde toda jornada digital começa.

Tray (E-Commerce PME): Plataforma de e-commerce para pequenas e médias empresas, com GMV mensal por lojista entre R\$ 10 mil e R\$ 500 mil. Adquirida em 2012, foi a primeira plataforma de commerce do grupo.

Wake (E-Commerce Enterprise): Plataforma de commerce enterprise lançada em 2024, voltada para grandes varejistas e operações complexas de D2C e B2B, com GMV mensal por cliente entre R\$ 300 mil e R\$ 3 milhões ou mais.

Bling (ERP e Gestão): Sistema de gestão e ERP para PMEs, abrangendo notas fiscais, estoque, vendas multicanal, PDV e gestão financeira. Adquirido em 2021, o Bling conta com mais de 1 milhão de assinantes ativos e se consolidou como o backoffice do varejo digital.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Produtos Integrados ao Ecossistema

Além das quatro marcas de entrada, a LWSA oferece produtos vendidos majoritariamente dentro da sua própria base de clientes, aprofundando o ARPU e impulsionando o cross-sell:

Vindi (Pagamentos e Serviços Financeiros): Solução completa de pagamentos e checkout, com capital de giro, limites de crédito e antecipação de recebíveis. A Vindi possui aprovação do Banco Central para operar como Instituição de Pagamento (IP) e processa mais de 70% dos pagamentos das plataformas do grupo. Em 2025, a Vindi consolidou sua posição como espinha dorsal financeira do ecossistema, otimizando custos transacionais para os lojistas e maximizando a retenção de clientes.

Melhor Envio (Logística): Plataforma asset-light de intermediação de fretes, integrada a mais de 10 parceiros logísticos, com mais de 1.300 pontos de postagem pelo Brasil. Realiza mais de 20 milhões de fretes por ano e mais de 2,5 milhões de cotações diárias, com descontos médios superiores a 50% em relação ao frete padrão. Em 2025, o Melhor Envio deixou de ser uma oferta isolada para se tornar uma camada logística integrada e automatizada, fundamental para a retenção de clientes.

CPlug (PDV): Plataforma de ponto de venda físico e digital para omnicanalidade, com estoque unificado entre canais online e offline, integração nativa com Tray e Wake, e habilitação de click-and-collect e ship-from-store.

Octadesk (Comércio Conversacional): Plataforma de inbox unificado com WhatsApp, Instagram, web e e-mail, automação de atendimento via IA, chatbots de pré e pós-venda, e conversão de vendas por meio de fluxos conversacionais.

Modelo de Negócios

Nosso modelo de negócios é baseado em assinaturas com renovação automática que podem ser realizadas em periodicidade mensal, trimestral, anual ou trienal, além de receitas transacionais baseadas no GMV dos nossos clientes. Aproximadamente 75% da receita é recorrente, baseada em assinaturas, com upside transacional à medida que os lojistas crescem.

O segmento de BeOnline / SaaS responde por cerca de 30% da receita total e apresenta receita virtualmente 100% recorrente, sustentada por subscrições que garantem previsibilidade ao fluxo de faturamento. O segmento de Commerce responde por cerca de 70% da receita total e combina assinaturas das plataformas de e-commerce e ERP (Tray, Wake, Bagy e Bling) com receitas transacionais da Vindi (percentual sobre faturamento dos clientes) e do Melhor Envio (percentual sobre o frete das vendas realizadas). Para os demais produtos do segmento de Commerce, adotamos um sistema de "pay per use", sendo pagos pelos clientes apenas quando utilizados.

Principais Dados Financeiros

A tabela a seguir destaca alguns de nossos principais dados financeiros para os exercícios sociais e períodos abaixo indicados. Informações mais detalhadas estão disponíveis em nossas demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como nas demais informações financeiras apresentadas neste Formulário de Referência.

LWSA	2025	2024	2025 vs 2024
Receita Operacional Líquida	1.488,5	1.370,0	8,6%
Lucro Bruto	719,1	655,0	9,8%
Margem Bruta (%)	48,3%	47,8%	0,5 p.p.
EBITDA	(134,7)	244,2	-

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Margem EBITDA (%)	-	17,8%	-
EBITDA Ajustado ¹	329,7	281,4	17,2%
Margem EBITDA Ajustada (%)	22,1%	20,5%	1,6 p.p.
Lucro Líquido	(225,5)	42,2	-
Margem Lucro Líquido (%)	-	3,1%	-.
Lucro Líquido Ajustado	204,6	149,9	36,5%
Margem Lucro Líquido Ajustado (%)	13,7%	10,9%	2,8 p.p.
Capex	122,9	113,0	8,8%
Capex sobre Receita Líquida (%)	8,3%	8,2%	0,0 p.p.
Fluxo de Caixa Livre - Após Capex	224,8	33,1	580,1%
Dívida Líquida (Caixa)	(389,3)	(469,5))	-17,1%

¹O EBITDA Ajustado refere-se ao lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização, despesas com plano de opção de compra de ações; despesas relacionados à fusões e aquisições; despesas de bônus consideradas não recorrentes pela Administração da Companhia, receita financeira relativa a derivativos utilizados como instrumento de hedge para proteção da variação cambial sobre passivos operacionais, baixa contábil decorrente da alienação de investimento na controlada Eventials e despesas extraordinárias relacionadas ao IPO.

²O Lucro Líquido Ajustado é calculado a partir do Lucro (prejuízo) líquido, excluindo: (i) despesas de plano de opção de compra de ações; (ii) despesas de amortização de intangíveis decorrentes das aquisições de empresas; (iii) ajustes relacionados ao CPC 06 (refere-se à soma das despesas financeiras com juros devido à atualização do passivo de arrendamento e da despesa de depreciação do ativo de direito de uso menos os pagamentos do passivo de arrendamento realizados); (iv) marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos; e (v) despesas extraordinárias relacionadas ao IPO.

³Geração de Caixa é medido pelo "EBITDA Ajustado – Capex" e Conversão de Caixa é composto pela divisão do "EBITDA Ajustado – Capex" pelo "EBITDA Ajustado".

Indicadores Operacionais Consolidados

Em bases comparáveis (excluindo Squid e Nextios, empresas desinvestidas em 2025), a Companhia encerrou os últimos 12 meses em 31/03/2026 com os seguintes indicadores operacionais: GMV do Ecossistema de R\$ 81,6 bilhões (+13,4% a/a); Receita Líquida de R\$ 1.451 milhões (+10,4% a/a); 211 mil assinantes de plataforma (+7,7% a/a); TPV de R\$ 9,1 bilhões (+16,2% a/a); e EBITDA Ajustado de R\$ 350,4 milhões com margem de 24,1% (+20,6% a/a). O Fluxo de Caixa Livre LTM atingiu R\$ 317,4 milhões, com margem de 21,9%.

A Companhia retornou R\$ 199,3 milhões aos acionistas nos últimos 12 meses, por meio de dividendos, redução de capital e programas de recompra de ações.

Inovação e Desenvolvimento

De forma presente em nosso DNA desde o início de nossas operações, continuamente focamos em inovação buscando antecipar as demandas do mercado e de nossos clientes. Essa postura cria inúmeros incentivos para que nos aprimoremos e reinventemos via desenvolvimento de novos produtos e serviços tecnológicos, quer internamente ou por meio de aquisições.

Avanços em Inteligência Artificial

Ao longo de 2025, avançamos de forma estrutural na evolução da Companhia. Integramos intencionalmente nosso portfólio, eliminamos fricções, consolidamos nossa atuação como uma Plataforma Integrada de Soluções,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

essencial para o dia a dia dos negócios de nossos clientes e, principalmente, construímos uma base tecnológica sólida para permitir nosso crescimento tecnológico ao longo dos próximos anos.

Os avanços em inteligência artificial fortalecem estruturalmente nosso posicionamento estratégico e potencializam as nossas ferramentas para nossos clientes.

A IA transforma a forma de interação com sistemas, automatiza workflows e reduz fricções operacionais. Nesse cenário, o diferencial deixa de estar na interface e passa a estar na infraestrutura: dados estruturados, integrações nativas, lógica de negócio, governança e capacidade de execução operacional.

É exatamente nessa camada que a LWSA está posicionada.

Empreender no Brasil exige operar em um ambiente de elevada complexidade fiscal, logística e financeira, e nosso cliente (um pequeno lojista com até 5 funcionários em média) não quer integrar ferramentas: ele precisa de uma infraestrutura completa que funcione. Ao longo dos anos, construímos essa infraestrutura de ponta a ponta (dados de produto e cliente, sistema de gestão, múltiplos canais de venda, logística, pagamentos, gestão financeira e fiscal, marketing) de modo que o empreendedor não compra software, ele opera seu negócio dentro do nosso ecossistema. Nosso valor está na orquestração: ao centralizar workflows críticos, reduzimos fricção, aumentamos produtividade, melhoramos margens e elevamos a probabilidade de sucesso do cliente. Clientes que performam melhor permanecem e expandem (LTV).

A IA acelera essa dinâmica.

Com uma jornada integrada da LWSA, agentes atuam com contexto real: acessam dados estruturados, executam workflows confiáveis, operam pagamentos e respeitam governança. A evolução para o comércio agêntico já está em curso, com MCP habilitado, OMS robusto e CDP estruturada, nossa infraestrutura está preparada para operar independentemente da interface utilizada pelo consumidor. Em um ambiente complexo como o brasileiro, não há outro player com estrutura tão abrangente e integrada quanto a LWSA para lojistas PMEs.

Internamente, a IA já gera impacto concreto. A adoção em coding e prototipação se aproxima de 100% nas verticais, com ganhos de produtividade de até 55% no 4T25. O WOZ, agente autônomo da Octadesk, reduziu 35,1% dos contatos diários em operações do grupo, elevou retenção por agente a patamares superiores a 50% e contribuiu para redução de 25% no headcount de atendimento em pelo menos três operações.

Automatizações para clientes, como descrição automática de produtos, criação de lojas em poucos cliques, onboarding totalmente integrado à IA, eliminaram mais de 70 mil tarefas manuais dos nossos clientes apenas no primeiro mês de funcionamento, acelerando expansão de GMV e redução de mortalidade.

Não somos apenas um conjunto de softwares. Somos a infraestrutura operacional e o ecossistema que sustenta o e-commerce brasileiro. E, na era da inteligência artificial, essa infraestrutura e ecossistema se tornam ainda mais estratégicos.

Abaixo listamos três entregas para os clientes relacionadas a IA:

ERP com IA (Bling): O Bling foi potencializado por camadas de IA que transformam o ERP em um assistente inteligente, permitindo que o lojista opere por comandos em linguagem natural, substituindo formulários por interações conversacionais e democratizando o acesso a ferramentas de gestão de alta performance para MPes.

Storefront por Agentes (Wake): Agentes de IA operam a vitrine do e-commerce enterprise, conectados ao Figma, construindo automaticamente os componentes no CMS e publicando a loja em produção. Esse fluxo reduz a dependência de desenvolvedores e agências, ampliando o TAM dentro da LWSA. A solução é construída sobre Claude (Anthropic) como modelo base, utilizando a stack proprietária de agentes da Companhia.

Plataforma otimizada para LLMs: Integração nativa com Large Language Models em todas as superfícies de produto da LWSA, utilizando dados proprietários sobre o comércio de PMEs brasileiras como diferencial competitivo.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Aquisições e Simplificação da Estrutura Corporativa

Com relação às aquisições, prática que foi bastante utilizada pela Companhia entre 2020 e 2022, buscamos selecionar empresas com ofertas de produtos e serviços estabelecidos, base sólida de clientes e/ou que já tenham desenvolvido uma tecnologia capaz de ampliar ou complementar nosso portfólio de produtos e serviços, acelerando nossa estratégia de crescimento.

Desde 2012, já realizamos inúmeras aquisições, sendo dezesseis realizadas desde o IPO em 2020, que se integraram em nossa cultura operacional e organizacional. Todas as empresas que adquirimos apresentam crescimento e margens operacionais impulsionadas por meio das sinergias geradas em nosso ambiente de negócios. Parte de seus fundadores permanecem no grupo como colaboradores ou executivos até a data deste Formulário de Referência, alguns até como acionistas da Companhia.

A LWSA consolidou uma importante transição em sua trajetória, evoluindo de uma fase de expansão acelerada via aquisições para um ciclo de integração profunda e maturidade operacional. A Companhia priorizou a simplificação de sua estrutura e a captura de sinergias entre suas unidades de negócio, focando naquelas que compõem o núcleo estratégico de sua tese de valor. Nesse contexto, o ano de 2025 foi marcado por simplificação da estrutura societária e desinvestimentos estratégicos, visando concentrar recursos nas frentes de maior potencial de escala e reforçar a disciplina na alocação de capital.

Simplificação da Estrutura Corporativa

No transcurso das operações pós aquisições, a Companhia identificou sinergias não apenas operacionais, mas estratégicas, entre diversas empresas. Com isso, foram realizadas fusões e consolidações de marcas:

Em 2022 foi concluída a união entre as empresas Vindi e Yapay. Com a união, a Vindi cria um ecossistema de serviços financeiros digitais e potencializa a experiência de pagamentos para empreendedores e empresários.

Em 2023 foi concluída a fusão das empresas Dooça e Bagy, passando a operar por Bagy, trazendo o melhor das duas plataformas e potencializando sua sinergia.

Também em 2023, com foco no e-commerce enterprise, foi criada a Wake, consolidando seis marcas: Tray Corp, Ideris, Samurai, Síntese, All iN, Social Miner e Wake Creators (Squid, marca alienada em 2025).

Estratégia de Ecossistema e Cross-Selling

A estratégia de Ecossistema, além dos benefícios trazidos na prosperidade dos negócios dos nossos clientes, auxilia a Companhia a ter melhores unit economics, traduzidos em maior Lifetime Value (LTV) e menor Custo de Aquisição de Clientes (CAC), vantagens competitivas sobre nossos concorrentes, e abre uma grande oportunidade para cross-leads entre as plataformas e, principalmente, cross-sell entre as verticais de negócios.

Conforme apresentado nos materiais de divulgação da Companhia, nossa agenda de integração entre as principais verticais segue apresentando consistentes e importantes avanços. Um dos propósitos das integrações é trazer uma jornada de uso dos produtos muito mais fluida, simples e ao mesmo tempo completa para nossos clientes. Neste sentido, diversas plataformas já apresentam uma experiência mais conectada e única, não só por meio das disciplinas de UX/UI e design, mas também por meio de integrações mais profundas de software, painéis, billings e cadastros.

A Companhia maximiza o aproveitamento de vendas em todos os canais relevantes: loja própria (Tray para PMEs e Wake para enterprise), marketplaces (integração nativa com mais de 100 marketplaces, incluindo Mercado Livre, Amazon, Shopee, Magalu e Shein), e social commerce e omnicanalidade (integrações com WhatsApp, Instagram, TikTok, Facebook, live commerce e click-and-collect via Octadesk e CPlug).

Quando investimos em ecossistema, oferecemos uma jornada muito mais integrada para o cliente. A expansão do ecossistema com as aquisições realizadas e com a estratégia de integralização das unidades acelera o crescimento do segmento de Commerce, uma vez que (i) aumenta o ARPU ("Average Revenue Per User") do

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

cliente, (ii) reduz o churn e (iii) acelera a aquisição de novos clientes. Dados internos mostram que clientes que adotam dois ou mais produtos multiplicam exponencialmente seu GMV, sendo o cross-sell a alavanca mais poderosa da Companhia.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são as seguintes:

Possuímos um conjunto amplo de soluções para ajudar nossos clientes a crescerem

Nossa oferta de soluções, que inclui hospedagem e domínio de sites, portfólio completo de soluções Cloud, ferramentas voltadas à produtividade, inteligência de mercado e "do it yourself", além das plataformas de e-commerce, serviços financeiros, logística, ERP, integrações com marketplaces e todo o ecossistema que as compõem, tem como objetivo transformar negócios para crescerem e prosperarem por meio da tecnologia. Esse propósito é potencializado pela incorporação estratégica da Inteligência Artificial em nossas soluções, que simplifica a jornada e amplia a capacidade competitiva dos nossos clientes através de processos mais inteligentes e automatizados.

Integração das Empresas Adquiridas

Consolidamos nossa posição como um ecossistema unificado, onde a captura de sinergias e a integração nativa entre as verticais permitem oferecer aos nossos clientes uma jornada completa. Essa estrutura garante que o lojista encontre soluções integradas para estabelecer sua presença digital e escalar suas operações com máxima eficiência dentro de um ecossistema único.

Modelo de negócio que proporciona receita recorrente previsível e sólida performance financeira

Grande parte de nossa receita decorre do nosso modelo de negócio é baseado em assinaturas com renovação automática, com periodicidades que variam. Esse modelo assegura que a receita seja virtualmente 100% recorrente no segmento Be Online/SaaS, sendo integralmente sustentada por subscrições que garantem previsibilidade total ao fluxo de faturamento. Essa característica, presente na maior parte de nossos contratos, reduz os níveis de inadimplência de nossos clientes e, ao ser potencializada por ferramentas inteligentes que facilitam a gestão, consolida-se como um dos principais motores de nossa performance financeira e geração de caixa.

Ampla oferta de produtos e serviços com alto potencial de cross-selling e up-selling

Acreditamos que nenhum de nossos concorrentes oferece um ecossistema tão diversificado e integrado de produtos e serviços tecnológicos. Possuímos comprovada capacidade de inovar e desenvolver internamente, ou adquirir de terceiros, novos produtos e serviços complementares àqueles que já oferecemos.

Base de clientes diversificada, altamente fidelizada e parceria sólida com desenvolvedores

Em 31 de dezembro de 2025, contávamos com uma base de, aproximadamente, 700 mil clientes ativos fidelizada e diversificada, consistindo em pessoas autônomas e empresas de variados setores da economia e de variados portes. Além de fidelizarmos nossos clientes oferecendo soluções e serviços de qualidade e excelente atendimento, todos integrados em um único ecossistema, vale destacar os riscos e custos envolvidos na migração de uma empresa fornecedora de soluções tecnológicas para outra, que diminuem consideravelmente as intenções de um cliente realizar tal troca.

Capacidade de adquirir e integrar novas empresas

A janela de aquisições de empresas foi um momento estratégico para a Companhia, além de ser um vetor de crescimento, fonte de talentos humanos, novos produtos e serviços e, conseqüentemente, novas receitas. Hoje o foco da Companhia encontra-se voltado para a integração das unidades de negócios adquiridas, simplificação da

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

estrutura corporativa, cross-selling e desenvolvimento interno de melhorias ferramentais e novos produtos integrados ao ecossistema.

Atendimento ao Cliente

A excelência no atendimento ao cliente é uma importante vantagem competitiva, tendo passado por uma profunda reestruturação ao longo de 2025. Evoluímos para um modelo que combina nosso time de especialistas com a implementação de Inteligência Artificial e uma cultura baseada em dados, abandonando uma postura reativa para prever comportamentos, como o cancelamento (churn), de forma antecipada.

Neste novo ciclo, além do suporte direto integrado aos times de produto e engenharia, investimos fortemente em agentes de IA que resolvem as maiores dores dos clientes de forma autônoma, desde a criação do layout da loja e escolha de domínios até a descrição técnica automática de produtos para múltiplos marketplaces. Essa abordagem melhora a experiência do usuário desde o primeiro contato, garantindo que o atendimento atue como um motor de sucesso do cliente e não apenas como suporte técnico. Essa eficiência é validada pelo mercado através de indicadores como o selo RA1000 da Locaweb no Reclame Aqui.

Nossa Estratégia

O mercado de tecnologia no Brasil apresenta potencial de crescimento significativo e promissor. Apresentamos abaixo as principais estratégias da Companhia:

Maximizar o aproveitamento de nossa base de clientes

A Companhia pretende explorar mais intensamente as oportunidades de cross-selling e up-selling sobre sua base atual de, aproximadamente, 700 mil clientes ativos, alavancando a venda dos produtos e serviços que atualmente integram seu portfólio, por meio da: (i) migração de clientes para serviços de maior valor agregado; (ii) intensificação do esforço de identificação de produtos e serviços complementares que possam ser oferecidos para os clientes; (iii) atuação mais próxima de desenvolvedores parceiros para identificar, de forma mais rápida e ágil, as necessidades dos clientes da Companhia; e (iv) otimização do fluxo de pedidos online para incentivar a venda de produtos e serviços complementares.

Expandir nosso conjunto de serviços e produtos no segmento de Commerce

A Companhia acredita que este segmento oferece as necessidades básicas para que qualquer negócio de varejo tenha sucesso no mundo digital com o melhor custo-benefício, por isto pretende continuar antecipando tendências e demandas de mercado com o desenvolvimento e ampliação da oferta de produtos e serviços inovadores dentro do segmento de Commerce, e integrados ao ecossistema.

Múltiplas avenidas de crescimento mapeadas

A Companhia identificou cinco vetores concretos de crescimento, cada um independente e com efeito composto:

(i) Expansão do TAM via Wake: a plataforma enterprise desbloqueia um mercado com ARPU 5 a 10 vezes superior ao de PMEs; **(ii) Pricing:** ofertas bundled, tiers premium e precificação baseada em valor nas quatro portas de entrada; **(iii) Cross-selling:** clientes com 2+ produtos multiplicam exponencialmente seu GMV, e a taxa de cross-sell ainda tem espaço relevante de avanço; **(iv) Serviços Financeiros:** a licença de IP da Vindi desbloqueia capital de giro, crédito e fintech embarcada dentro da base; **(v) IA e Produtividade:** IA embarcada em toda a plataforma como multiplicador de produtividade para os lojistas e alavanca operacional para a LWSA.

Aquisições para complementação e diversificação de nosso portfólio

A Companhia continuará atenta a oportunidades de aquisições estratégicas, desde que estas fortaleçam o ecossistema de forma sustentável, mantendo o compromisso com a geração de caixa e o equilíbrio financeiro.

Governança Corporativa

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Possuímos alto grau de governança corporativa que vem sendo aprimorado desde a nossa constituição. A partir de 2020, a auditoria externa passou a ser conduzida pela KPMG, atuando até as demonstrações financeiras da Companhia do primeiro trimestre de 2026. Tendo em vista a regra de rotatividade obrigatória prevista no artigo 31, caput, da Resolução CVM nº 23, com início a partir da revisão das informações trimestrais ("ITR") do primeiro trimestre de 2026, em substituição à KPMG, o Conselho de Administração aprovou a contratação da empresa de auditoria independente Deloitte para a prestação de serviços de auditoria independente.

A Companhia conta com uma governança fundada em seus cofundadores, que seguem como Acionistas Controladores vinculados por acordo de acionistas, e com uma base acionária de alta qualidade, incluindo General Atlantic (~19%), Kinea (~10%) e Moneda (~5%), além de participação da gestão (~1,8%).

Possuímos cinco comitês não estatutários: (a) ESG; (b) Recursos Humanos; (c) Auditoria; (d) Ética e Conduta; e (e) Segurança da Informação.

Desde fevereiro de 2020, estamos listados no segmento mais alto de governança corporativa no Brasil, o Novo Mercado, e contamos com os comitês e políticas obrigatórios para este segmento de governança.

Pessoas

Na LWSA acreditamos que é a soma das nossas diferenças que transforma a empresa em um local melhor, em que cada pessoa se sinta livre e segura para ser de fato quem ela é. Assim, temos Inclusão & Diversidade como faz parte dos princípios presentes na nossa Política de Responsabilidade Socioambiental e ao nosso Código de Ética. Construímos nosso time com pessoas que compartilham da nossa paixão por desenvolver, independentemente de gênero, orientação sexual, deficiência, geração, etnia, origem e todas as outras diversidades que nos tornam plurais.

Diante disso, desenvolvemos programas internos e um pacote de benefícios abrangente, que atendam todas as pessoas, extraindo o que elas têm de melhor e proporcionando uma experiência positiva para todas as pessoas, independentemente de quem sejam e do cargo que ocupam. Inclui planos médico e odontológico, auxílio creche, seguro de vida, e parcerias como Wellhub e OnHappy.

Para ajudar as pessoas a entenderem melhor como podem se desenvolver internamente e atingirem o seu potencial máximo, lançamos um e-book de carreira para que as pessoas possam conhecer os princípios que orientam nossa abordagem sobre o assunto e possam projetar seu crescimento profissional, fortalecendo suas habilidades. Para dar ainda mais força ao protagonismo e evolução de carreira individual, também realizamos painéis de discussão sobre carreira, e para os gestores, oferecemos uma roda de conversa sobre Diálogos de Carreira para que estejam prontos para conduzir a temática junto aos seus colaboradores.

Nosso programa de Gestão de Performance também oferece ferramentas que colaboram para uma jornada repleta de experiências que fortalecem nossa cultura e desenvolvem nosso maior ativo: as pessoas. O Gestão de Performance atua com três ferramentas (1:1; Feedback; Ciclo semestral de avaliação de competências), que geram insumos para líderes e liderados construírem um PDI que maximize os pontos fortes e trabalhe pontos de melhoria.

Também investimos em treinamentos, pois acreditamos que a gestão do conhecimento e capacitação são essenciais para criarmos um ambiente de pertencimento. Nossos treinamentos podem ser categorizados em: treinamentos iniciais, treinamentos técnicos, treinamentos técnicos externos e palestras e workshops. Investimos massivamente em capacitação através do LWSA Conecta, nossa plataforma de educação corporativa com mais de 2.900 conteúdos.

Com o objetivo de reter talentos estratégicos, lançamos planos de opção de compra de ações (Stock Option Plans), sendo o primeiro implementado em 2009. A LWSA adota o modelo de carreira em Y, oferecendo liberdade para o profissional planejar a sua carreira e escolher a trilha que atenda seus anseios e necessidades.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Estamos comprometidos com a Inclusão & Diversidade em todos os nossos processos, portanto realizamos anualmente o censo de Inclusão & Diversidade da companhia. Em 2025, observamos que 44,7% do quadro é feminino e 39,8% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres. Além disso, 27,3% dos colaboradores se autodeclararam negros (pretos e pardos), com a representatividade negra na liderança subindo para 19,92%.

Sustentabilidade na LWSA

O papel das empresas no crescimento sustentável da economia e no desenvolvimento humano é um assunto relevante para a continuidade do negócio. Como uma empresa de tecnologia inserida em um mercado emergente, reconhecemos nossa responsabilidade em contribuir ativamente para o debate e a implementação de soluções voltadas à redução das desigualdades sociais, aos desafios ambientais e à promoção de mudanças econômicas sustentáveis.

A integração da agenda ESG (Environmental, Social and Governance) é um elemento essencial para a construção de modelos de negócios resilientes, responsáveis e sustentáveis. Na LWSA, fundamentamos nossas práticas ESG em temas materiais como Segurança da Informação, Experiência do Cliente, Jornada do Colaborador, Inovação e Tecnologia e Governança Responsável.

Cientes de que nosso crescimento está diretamente relacionado ao impacto positivo que podemos gerar na sociedade, nos empenhamos em garantir que nossas atividades beneficiem não apenas a organização, mas também a comunidade e o meio ambiente.

Nosso compromisso com ESG se materializa nos seguintes eixos estratégicos:

1. Cuidado com o colaborador

Investimos continuamente no bem-estar e desenvolvimento dos nossos profissionais, abrangendo iniciativas voltadas à saúde, diversidade, inclusão, crescimento profissional e qualidade de vida.

Temos o compromisso de capacitar nossos colaboradores na prática, de maneira contínua e estratégica, assegurando que adquiram conhecimentos essenciais para seu crescimento e para o fortalecimento da LWSA como um todo. Além disso, desde 2019, contamos com um Comitê de Inclusão e Diversidade, que promove ações estruturadas para ampliar a representatividade e garantir um ambiente de trabalho seguro e equitativo.

2. Pilar Ambiental

Priorizamos a eficiência energética e a descarbonização. Atualmente realizamos a compra de energia 100% renovável para nossa sede e Data Center, comprovada pela aquisição de I-RECs. Realizamos o mapeamento integral das emissões de Escopos 1, 2 e 3, neutralizando 100% delas por meio de créditos de carbono certificados pela Verra. Mantemos a eficiência hídrica em nosso Data Center com sistemas de resfriamento que minimizam o desperdício de água.

3. Pilar Social

Buscamos promover a inclusão econômica, empregabilidade, empreendedorismo e a inclusão digital por meio de programas para a comunidade, como o Conectaê, projeto em parceria com o Ministério Público, para letramento digital, conhecimentos básicos de desenvolvimento de software e de criação de conteúdo para mídias sociais para jovens dos Saicas (Serviço de Atendimento Institucional para Crianças e Adolescentes). Outras iniciativas contemplam o oferecimento de cortesias dos nossos produtos de hospedagem para instituições sem fins lucrativos e o lançamento das diretrizes de investimento social privado (ISP) para direcionar nossos investimentos de forma mais efetiva. Através da Bling Academy e da Escola de E-commerce, oferecemos conteúdos gratuitos para capacitar milhares de empreendedores. Também apoiamos o empreendedorismo em parceria com a organização Empreende Aí, beneficiando 160 mulheres com capacitação e infraestrutura.

4. Governança Corporativa

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A governança é um dos pilares fundamentais da LWSA, pautada pela ética, transparência e boas práticas de gestão corporativa. Nosso Código de Ética estabelece diretrizes claras para o relacionamento com todos os stakeholders, reforçando nosso compromisso com a conduta íntegra e responsável. No que tange ESG, aprimoramos a governança do tema na empresa avanços no formato do nosso Relatório de Sustentabilidade e consolidação dos processos da área.

Desde 2021, somos signatários do Pacto Global da ONU, comprometendo-nos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e reportando anualmente nossos avanços, além de integramos o **Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3)**, reafirmando nosso papel na transição para uma economia de baixo carbono. Seguimos também os mais rigorosos padrões internacionais de relatório, como GRI, além de nos alinharmos às melhores práticas de governança do Novo Mercado. Como reflexo do nosso compromisso com a sustentabilidade e a governança corporativa, figuramos entre os destaques do ranking Institutional Investor.

A transparência e o compromisso com a sustentabilidade são valores negociáveis para a LWSA. Permaneceremos engajados na promoção de práticas sustentáveis no setor de tecnologia, reafirmando nosso compromisso com o crescimento responsável e o impacto positivo na sociedade. Seguiremos reportando avanços e desafios de nossas iniciativas, incentivando outras empresas a se juntarem a essa agenda essencial para o futuro do planeta.

Aspectos Gerais de Nossos Mercados de Atuação

Atualmente possuímos operações em dois segmentos distintos: (i) Commerce, em que oferecemos aos nossos clientes soluções para viabilizar suas operações de varejo online; e (ii) Be Online/SaaS, em que oferecemos soluções que viabilizam a presença digital de nossos clientes.

Em ambos segmentos, nosso foco estratégico é atender microempresários e empresas de pequeno e médio portes. No Brasil, de acordo com o Sebrae, existem cerca de 26,8 milhões de empresas ativas, das quais 91,5% são microempresas ou empresas de pequeno porte. Conforme dados do Sebrae de 2026, 7,2 milhão de empresas no Brasil possuem atividades relacionadas ao comércio.

Oportunidade significativa de digitalização ainda a ser capturada

O e-commerce representa apenas cerca de 13% do varejo total no Brasil, muito abaixo de economias digitais maduras (30%+). O varejo total brasileiro é estimado em R\$ 2,7 trilhões, dos quais o e-commerce responde por R\$ 383 bilhões (CAGR 2021 a 2025 de +9,7%). A LWSA, com GMV de R\$ 82 bilhões, detém aproximadamente 20,8% de share do e-commerce nacional, crescendo a um CAGR de +20,6% no mesmo período, ou seja, duas vezes acima do mercado. A oportunidade endereçável de R\$ 2,3 trilhões de varejo ainda não digitalizado representa 6,2 vezes o mercado atual de e-commerce.

Tailwinds estruturais sustentam esse crescimento: mais de 2 milhões de novas empresas abertas no Brasil em 2024; 75% dos brasileiros utilizando Pix; 94 milhões de compradores online em 2025 (+3 milhões a/a e 435 milhões de pedidos anuais esperados); e penetração de internet de 81%, superior a países como China, Índia e à média mundial. O e-commerce brasileiro é projetado para crescer a um CAGR de aproximadamente 19% até 2027, impulsionado por pagamentos instantâneos (Pix), comportamento smartphone-first e a ascensão do social commerce.

Entendemos que alguns fatores adicionais reforçam o potencial de crescimento do e-commerce no varejo brasileiro:

De acordo com a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), o e-commerce brasileiro faturou mais de R\$ 200 bilhões em 2025, com crescimento superior a 10%, marcando o oitavo ano consecutivo de expansão do setor. Para 2026, a ABComm projeta um faturamento acima de R\$ 258 bilhões (+10%), com ticket médio de R\$ 564,96 e a entrada de cerca de dois milhões de novos compradores. As projeções da ABComm até 2029 indicam continuidade do crescimento, com avanço anual na casa de 10% e faturamento estimado em R\$ 343 bilhões ao final do período. *(Fontes: ABComm; Times Brasil/CNBC, fev/2026)*

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Na frente de meios de pagamento, o Pix consolidou sua liderança como principal método de pagamento do Brasil. Em 2025, o sistema somou aproximadamente 80 bilhões de transações, movimentando R\$ 35,3 trilhões (+34% a/a), com mais de 180 milhões de usuários, incluindo mais de 162 milhões de pessoas físicas. No comércio eletrônico, o Pix lidera com cerca de 42% a 45% de participação nas transações online, praticamente empatado com o cartão de crédito (47%), segundo pesquisas recentes. A expectativa é de que o Pix represente mais de 50% de todas as transações no país ao longo de 2026, impulsionado por novas funcionalidades como Pix Automático e Pix por aproximação. *(Fontes: Banco Central do Brasil, 2025; Visa Conecta/InfoMoney, fev/2026; TI Inside, fev/2026)*

O comportamento mobile-first dos consumidores brasileiros também se intensifica: aproximadamente 79% das transações de e-commerce já são realizadas via dispositivos móveis (smartphones), segundo dados da CNBC/ABComm (2026). Pesquisa da CNDL e SPC Brasil revela que 87% dos compradores online utilizam smartphones, um salto de 20 pontos percentuais em relação a 2019. A projeção da eMarketer é de que o mobile commerce atinja 75% das transações de e-commerce no Brasil até 2028, consolidando o celular como canal dominante de compras. *(Fontes: ABComm/Times Brasil CNBC, fev/2026; CNDL/SPC Brasil; eMarketer)*

A América Latina reconquistou sua posição como a região de maior crescimento em e-commerce no mundo, com expansão de 12,2% em 2025 para US\$ 191,25 bilhões, segundo a eMarketer. Brasil, México e Argentina respondem por 84,5% das vendas regionais. A penetração do e-commerce no varejo total deve superar 10% no Brasil, Colômbia, México, Argentina e Uruguai até 2029. Segundo a Mordor Intelligence, o mercado de e-commerce brasileiro deverá atingir US\$ 69,21 bilhões em 2026 e escalar para US\$ 150,91 bilhões até 2031, registrando um CAGR de 16,87%. Segundo a PCMI (Payments and Commerce Market Intelligence), o volume total de e-commerce no Brasil foi de US\$ 346 bilhões em 2024, com projeção de alcançar US\$ 586 bilhões em 2027 (CAGR de 19%), sendo que o setor contribui com 13% do PIB brasileiro. *(Fontes: eMarketer, out/2025; Mordor Intelligence, jan/2026; PCMI, 2025)*

A Inteligência Artificial se consolida como infraestrutura do e-commerce moderno, com impacto direto em segmentação inteligente, personalização em tempo real e automação operacional. O crescimento do número de lojas virtuais no Brasil, impulsionado pela digitalização acelerada pós-pandemia, e a ascensão do social commerce (com 54% das compras mobile originadas em redes sociais como Instagram, TikTok e WhatsApp, segundo Opinion Box 2024) reforçam a relevância de plataformas integradas como a da LWSA. *(Fontes: Opinion Box, 2024; Times Brasil/CNBC, fev/2026)*

Tese de Investimentos

A imagem abaixo apresenta de maneira resumida os principais pontos da tese de investimentos da LWSA:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

01

Ecossistema abrangente de soluções tecnológicas integradas para lojistas brasileiros, com um modelo de negócio convincente que combina **receita baseada em assinatura e upside transacional**

02

Forte proposta de valor para nossos clientes pequenas e médias empresas, ajudando os a vender mais e aumentar a produtividade por meio de nossa **plataforma única e de fácil uso**

03

Forte track record de crescimento consistente de receita impulsionado pelo desenvolvimento de produtos e M&A, **combinado com expansão de lucratividade**

04

Oportunidades significativas de crescimento à frente com expansão do TAM, pricing, cross selling e serviços financeiros

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

(a) Produtos e serviços comercializados

As nossas atividades são exercidas em duas frentes de negócios, Be Online/SaaS e Commerce, conforme divulgado em suas demonstrações financeiras. Corporativamente, dividimos a empresa em cinco grandes segmentos, cujas principais marcas são:

Commerce PMEs	Commerce Enterprise	ERP e Gestão	Serviços Financeiros	Be Online SaaS
• Principais Marcas • Tray • Bagy	• Principais Marcas • Wake Commerce	• Principais Marcas • Bling	• Principais Marcas • Vindi	• Principais Marcas • Locaweb • KingHost

Dentro da frente de Commerce, consolidamos nossa atuação em um ecossistema que integra os segmentos de Commerce PMEs, Commerce Enterprise, ERP e Gestão e Serviços Financeiros. Nossa proposta de valor evoluiu para o conceito de "Plataforma Integrada de Soluções", dividindo-se entre o Core da operação e os Motores de Rentabilidade:

Core da Operação e viabilizadores de e-commerce

- Foco: Digitalização e centralização da operação do lojista em um único ecossistema integrado.
- Monetização: Receita recorrente (SaaS/Subscrição) com foco em retenção e LTV.
- Perfil de Clientes
 - PMEs: Foco em simplicidade, automação, escalabilidade.
 - Enterprise: Foco em personalização e Omnichannel.

PMEs

- Produtos padronizados
- GMV médio por lojista de R\$ 50 mil por mês
- Varejistas online e offline

Enterprise

- Soluções customizadas
- Clientes mais complexos
- Omnichannel

Componentes de e-commerce

- Foco: Aumentar o ARPU da base de clientes
- Monetização: Transacional (Take Rate) e baseada em volume, alavancando o crescimento do GMV da base.
- Produtos e Features: Foco na expansão contínua de integrações nativas que potencializam o volume de vendas do cliente

Serviços Financeiros

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

- Pagamentos
- Crédito
- BaaS
- Conta Digital Integrada

Logística

- Vendas
- Integração com Marketplaces
- Solução completa de frete

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2025		2024		2023	
(em R\$ milhões, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
BeOnline / SaaS	415,4	28%	420,0	31%	417,5	32%
Commerce	1.073,2	72%	950,0	69%	875,2	68%
Receita Operacional Líquida	1.488,5	100%	1.370,0	100%	1.292,8	100%

(c) Lucro Bruto resultante do segmento e sua participação no Lucro Bruto do emissor

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2025		2024		2023	
(em R\$ milhões, exceto %)	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
BeOnline / SaaS	125,7	17%	159,1	24%	142,5	24%
Commerce	593,4	83%	495,9	76%	455,4	76%
Lucro Bruto	719,1	100%	655,0	100%	597,9	100%

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 PRODUÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/MERCADOS

(a) Características do processo de produção

Enquanto focamos no desenvolvimento de soluções digitais para empresas de pequeno e médio portes, acreditamos que ter nossa própria equipe para implementação, customização, suporte e consultoria para nossos clientes seja um fator crítico de nosso sucesso e vantagem que nos destaca da concorrência. Entendemos que a proximidade com clientes nos permite, não apenas melhorar a qualidade de nossas soluções, como também expandir e melhorar a nossa compreensão acerca dos desafios enfrentados por nossos clientes ao longo de sua jornada no meio digital, que, entre outros são: (i) como começar a vender on-line; (ii) como aumentar as vendas; (iii) como receber os pagamentos on-line; (iv) como estabelecer uma pegada digital; (v) como melhorar comunicação com os clientes; (vi) como expandir os canais de venda; e (vii) como ser mais produtivo nas tarefas diárias.

Como simplificação, nosso processo de produção e desenvolvimento de produtos e novas funcionalidades pode ser dividido em quatro fases distintas, a saber:

(i) Fase de Exploração

Nossos produtos são desenvolvidos internamente. Tendo em vista que nosso mercado de atuação experimenta rápidos avanços tecnológicos, assim como as necessidades de nossos clientes evoluem, para desenvolver novas soluções contamos com nosso time de desenvolvedores e nossa equipe responsável por assuntos referentes à inteligência de mercado, que elaboram estudos de mercado, realizam sessões de discussão sobre inovação, concepção e desenvolvimento de novas soluções.

(ii) Fase de Desenvolvimento

Definidos o conceito e o escopo de uma nova solução, nossas equipes estabelecem um cronograma de execução ágil, integrando design, arquitetura de microsserviços e estratégias de marketing de go-to-market. Neste estágio, a Inteligência Artificial é incorporada como um pilar de desenvolvimento, sendo utilizada tanto para acelerar a escrita e o teste de códigos quanto para simular jornadas de uso antes mesmo do lançamento. Adotamos a metodologia de MVP (Mínimo Produto Viável) de forma iterativa: lançamos versões funcionais para grupos selecionados de clientes e desenvolvedores para coletar *feedbacks* em tempo real. Utilizamos motores de análise de dados e IA para processar esses *feedbacks* e identificar padrões de comportamento, permitindo ajustes precisos e evoluções rápidas. Esse ciclo de melhoria contínua garante que, ao escalarmos o produto para nossa base total de clientes, a solução já esteja madura, integrada nativamente ao ecossistema e pronta para gerar valor imediato ao lojista.

(iii) Fase de Venda

Concluída a fase de desenvolvimento e testes, o produto é disponibilizado em nossos canais online de vendas (tanto no Be Online/SaaS, como no Commerce), onde os clientes podem assinar nossos produtos e serviços de forma direta. Em complemento à contratação direta, temos ainda uma equipe comercial dedicada à execução da estratégia de venda pré-definida para produtos que eventualmente requeiram alguma assistência durante o processo de decisão e compra.

(iv) Fase de Operação e Aprimoramento

Lançada a nova solução, nossas equipes iniciam processos contínuos de monitoramento e acompanhamento dos clientes para colher *feedbacks* contínuos, oferecer suporte e gerenciar o ciclo de vida do produto ou serviço para aprimoramentos ou evoluções tecnológicas.

(b) Características do processo de distribuição

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nossa estratégia de divulgação e distribuição dos produtos LWSA se baseiam em três pilares principais: (i) aquisição de leads; (ii) nutrição de leads; e (iii) fechamento de venda.

1) Aquisição de Leads: nossa estratégia de aquisição de leads se baseia principalmente em mídia online paga (ex. Google Ads, Facebook Ads) e tráfego gerado de forma gratuita através de acessos diretos, referências em outros sites e acesso direcionados através de busca orgânica.

No que diz respeito às mídias online pagas, nossas estratégias se baseiam tanto na realização de campanhas por produto, quanto na execução de campanhas de remarketing (divulgação de anúncios) para leads (potenciais negócios).

Já com o tráfego gratuito, temos como destaque o reconhecimento de marca que, por si só, gera um volume considerável de acessos diretos aos nossos sites; parceiros e afiliados que divulgam nossos serviços em seus respectivos sites com links direcionados para nossos conteúdos – a exemplo de artigos especializados sobre as tendências do mercado digital, e novas funcionalidades disponíveis em nossos produtos, - e diversos conteúdos de nossos próprios blogs que são materiais únicos e relevantes que acabam sendo ranqueados de forma gratuita entre as primeiras posições da busca orgânica nos principais buscadores, gerando assim visitas gratuitas a nossos sites.

2) Nutrição de Leads: nesta etapa, todos os leads adquiridos no processo anterior passam a ser monitorados a cada novo acesso. Desta forma, conseguimos oferecer uma grande quantidade de conteúdo relevante sobre e-commerce, marketing digital, produtividade no meio online e presença digital para os leads monitorados. Neste contexto, além de conteúdo, em diversas oportunidades oferecemos para os leads monitorados o contato de um especialista LWSA para convertê-lo em uma efetiva oportunidade.

3) Fechamento de Venda: Todas as oportunidades são mapeadas e centralizadas em um software especializado em vendas e que faz triagem inicial de acordo com o perfil do cliente e informações coletadas ao longo de suas visitas e em formulários.

Com base nestas informações, nossos sistemas são capazes de qualificar cada oportunidade e direcioná-la ao time de inside sale (vendas internas) ou executivos corporativos da Companhia de acordo com o perfil.

Dentro do processo de inside sale, nossos analistas identificam as oportunidades de vendas e fazem o processo de venda assistido via telefone. Já no processo de venda corporativa é feita uma proposta sob medida levando em consideração todas as necessidades específicas do cliente e complexidade do projeto.

Em complemento a esse modelo principal de vendas, temos ainda outras fontes adicionais de potenciais clientes, a saber:

- i) Eventos próprios e patrocínio em eventos de terceiros: capazes de gerar leads ao nosso processo de nutrição, visitas diretas aos nossos sites e ainda oportunidades para o processo de fechamento de vendas.
- ii) Afiliados e desenvolvedores parceiros: que indicam clientes de acordo com uma qualificação inicial, sendo a venda realizada de forma direta em nosso site ou através do processo de venda assistida.
- iii) Prospecção Ativa: a partir de determinadas bases de contatos segmentados nossos executivos corporativos podem iniciar uma prospecção ativa através de ligações e contatos diretos

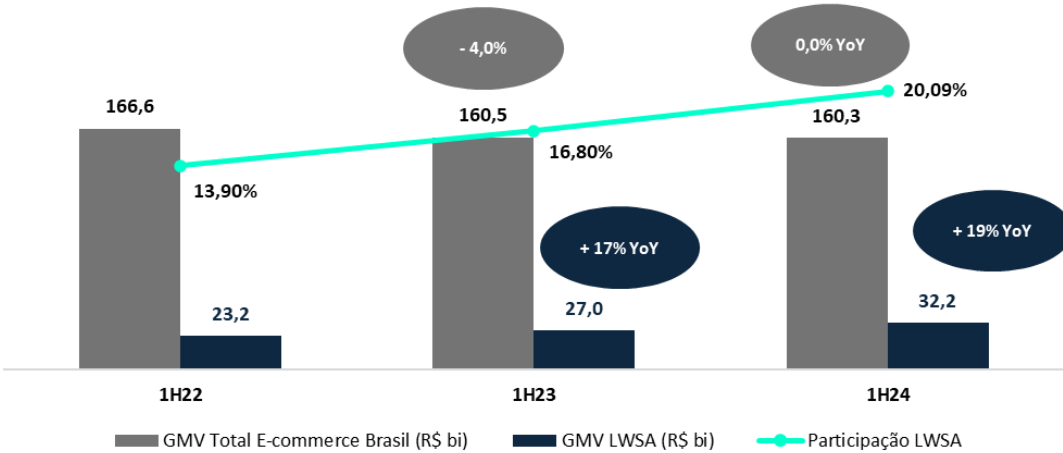
(c) Características dos mercados de atuação, em especial: i) participação em cada um dos mercados; e ii) condições de competição nos mercados.

Considerações Específicas sobre o Mercado de Commerce

Considerando os relatórios do Euromonitor e os dados de divulgação do E-commerce Brasil, entendemos que ao final de 2025, o GMV do nosso ecossistema de e-commerce representava 20,8% do total do varejo digital

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

brasileiro. A título de comparação, segue um gráfico com dados do Webshoppers 50, do primeiro semestre de 2024, conforme gráfico abaixo:



Com relação à competição, entendemos que, conforme apresentado no item 1.2 (pesquisa realizada pelo Morgan Stanley), a LWSA é o único competidor no cenário nacional que oferece ao cliente um ecossistema completo de soluções de e-commerce, que permitem ao cliente utilizar das ferramentas necessárias para o seu sucesso digital em um único painel de controle.

Considerações Específicas sobre o Mercado Be Online/SaaS (soluções de hosting e cloud)

Em relação ao segmento Be Online/SaaS, com base em dados divulgados pelo International Data Corporation (“IDC”), nosso mercado em 2020 era de aproximadamente R\$16,5 bilhões considerando as verticais de serviços de hosting digital e domínio, com perspectivas positivas de crescimento.

Em razão do potencial de crescimento do segmento, da menor complexidade operacional para ofertar soluções similares ou substituíveis e da baixa necessidade de capital, ao longo dos últimos anos novos competidores nacionais e internacionais surgiram para competir conosco.

Apesar da competição, fatores como: (i) nosso pioneirismo – temos operações no Brasil desde 1998; ii) forte brand awareness de nossas marcas – em especial a marca; (iii) qualidade superior de nossos serviços – com diversos canais de atendimento e potencial de customização para clientes; (v) nossa reputação perante os clientes – conforme apontado no índice de reputação “Reclame Aqui”, atestando a solidez de nossas marcas perante nossos clientes; e (iv) ampla oferta de produtos e serviços complementares, asseguram nossa liderança no segmento com 20% de market share.

Considerações Específicas sobre o Mercado de SaaS (soluções de produtividade e marketing)

Em uma economia com forte tendência de digitalização como a brasileira, acreditamos que empreendedores e empresas de pequeno e médio portes cada vez mais atribuirão valor a soluções de produtividade e marketing que lhes ofereçam ganhos tangíveis, potencial de escalabilidade e tempo para focar na execução dos respectivos negócios.

Apesar da grande oferta de soluções de produtividade e marketing para empresas de pequeno e médio portes, acreditamos que este mercado no Brasil ainda apresenta grandes oportunidades. Evidência disto está na 9ª edição da Pesquisa Pulso dos Pequenos Negócios, realizada pelo Sebrae em 2024, que revela um cenário crescente de digitalização entre os pequenos empreendedores brasileiros.

De acordo com o levantamento, 48% dos pequenos negócios já investiram em propaganda paga na internet, sendo que o índice é ainda maior entre as micro e pequenas empresas (59%), enquanto entre os

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

microempreendedores individuais (MEIs) o número chega a 39%. Além disso, cerca de 70% dos pequenos negócios já utilizam ferramentas digitais para vender, demonstrando uma ampla adesão aos canais online como parte essencial da estratégia comercial.

Ao longo dos anos construímos uma proposta de valor única no mercado que combina: (i) preço acessível; (ii) soluções digitais essenciais – a exemplo de hosting e domínio; e (iii) acesso a soluções de produtividade e marketing em um único pacote suportado por uma única plataforma.

Com esta proposta, nos vemos capazes de aumentar nossa participação de mercado neste segmento fragmentado.

Considerando a pluralidade de soluções de marketing e produtividade que podem ser ofertadas para as empresas brasileiras, estimar o tamanho do mercado endereçável de SaaS é um desafio na ausência de uma entidade de classe ou órgão que consolide informações setoriais específicas para estes produtos.

Frente a este desafio, a alternativa que consideramos para dimensionar o tamanho da oportunidade de mercado se baseia no potencial máximo de clientes e no nosso potencial de monetização.

Considerando ainda que um mesmo cliente pode adotar diversas soluções de produtividade e marketing de diferentes provedores e que inexistente uma metodologia unificada para comparar os players do mercado, discussões sobre a participação de mercado relativa a cada player podem ser consideradas inócuas quando consideramos o agregado do mercado.

(d) Eventual sazonalidade

Considerando que parte de nossas operações está diretamente relacionada a atividades de varejo, é possível que o resultado do segmento de Commerce, em especial os resultados de operações relacionados à pagamentos e marketplace, seja afetado por sazonalidades comuns ao comércio, em especial, nas datas festivas, feriados e épocas de fim de ano.

Em relação aos segmentos Be Online/SaaS, não há sazonalidade.

(e) Principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

(i) Os principais insumos necessários para desenvolvimento de nossas operações estão concentrados em:

- Mão de obra qualificada para desenvolvimento de produtos: contamos com uma equipe própria de profissionais envolvidos com tecnologia, em todo o grupo LWSA, que mantém vínculo empregatício ou societário conosco.
- Fornecedores de hardware e softwares: temos uma base restrita de fornecedores de equipamentos e softwares necessários para suportar o desenvolvimento de nossas operações. Em razão de nossa reputação e de nosso longo histórico de operações, conseguimos construir um relacionamento longo e próximo com nossa base de fornecedores para mitigar riscos relativos a suprimento destes insumos.
- Fornecedores de Utilities: itens como energia elétrica e conectividade à internet são essenciais à manutenção de nossas operações. Temos um universo limitado de fornecedores destes insumos que são regulados por agências como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

(ii) Os preços praticados pela Companhia no segmento Be Online/SaaS não estão sujeitos a variações de mercado ou fatores externos que provoquem volatilidade de preços.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os preços referentes às operações de pagamento, Vindi, por sua vez, podem ser afetados por aumentos nas taxas pagas pelas empresas que prestam serviços de pagamento com as quais a Vindi possui contratos comerciais, podendo afetar adversamente nossos resultados operacionais.

1.5 Principais clientes

1.5 PRINCIPAIS CLIENTES

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total no no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL

(a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia estão sujeitas ao cumprimento de leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, incluindo a obtenção e manutenção de licenças e autorizações necessárias ao funcionamento de seus estabelecimentos, tais como licenças de funcionamento emitidas por autoridades municipais e autos de vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

De forma geral, as atividades principais da Companhia não dependem de autorizações governamentais específicas para seu exercício, além das licenças administrativas usuais aplicáveis às suas operações.

Não obstante, determinadas controladas que atuam no segmento de meios de pagamento estão sujeitas à regulamentação do Banco Central do Brasil, incluindo a necessidade de autorização para funcionamento. Nesse contexto, a Pagcerto foi autorizada a operar como instituição de pagamento, nos termos da Lei nº 12.865/13, estando sujeita às normas aplicáveis ao Sistema de Pagamentos Brasileiro, incluindo requisitos de natureza prudencial, operacional, de governança, controles internos e compliance.

A Companhia e suas controladas mantêm relacionamento regular com os órgãos reguladores competentes e não enfrentaram dificuldades relevantes na obtenção das autorizações necessárias ao exercício de suas atividades, tampouco sofreram sanções que tenham impactado de forma significativa suas operações.

(b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Nossas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio ambiente, motivo pelo qual não possuímos política ambiental e não incorremos em custos para o cumprimento da regulação ambiental.

(c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), a autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual. Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil por um período de dez anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Atualmente somos titulares de dezenas de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, em nome próprio ou em nome de nossas subsidiárias e filiais, como "LOCAWEB", "LOCALNET" e "ALL IN", as quais são bastante relevantes para nossas atividades. Somos também titulares de alguns nomes de domínio relevantes associados a tais marcas, incluindo, mas não se limitando, ao (locaweb.com.br) e (lwsa.tech). No plano internacional, possuímos a titularidade de alguns nomes de domínio e registro de marcas, tais como "AMPLIT" na Colômbia, México, Uruguai, Argentina, Chile nos Estados Unidos e "LOCAWEB" no Chile, México e Estados Unidos.

Nós ainda possuímos programas de computador próprios desenvolvidos internamente pela Companhia.

(d) Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Não aplicável, pois não realizamos contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos em 2025.

(ii) em favor de partidos políticos

Não aplicável, pois não auferimos contribuições financeiras em favor de partidos políticos em 2025.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, pois não auferimos contribuições financeiras para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos em 2025.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**1.7 RECEITAS RELEVANTES NO PAÍS SEDE DO EMISSOR E NO EXTERIOR****(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país da nossa sede e sua participação na nossa receita líquida total**

Não aplicável, pois não auferimos receitas relevantes no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e não auferimos receitas no exterior nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois não auferimos receitas relevantes no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e não auferimos receitas no exterior nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTRANGEIRA

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações relevantes em países estrangeiros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e não possuía operações relevantes em países estrangeiros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 INFORMAÇÕES AMBIENTAIS SOCIAIS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)

a. divulgação de informações sociais e ambientais

O principal meio de divulgação de informações sociais, ambientais e de governança da LWSA é o Relatório de Sustentabilidade, elaborado anualmente com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), metodologia internacionalmente reconhecida.

O Relatório leva em consideração também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), como forma de integrar as ações socioambientais da Companhia com uma agenda de desenvolvimento global. O documento está disponível no website de Relações com Investidores da Companhia. Em 2025, a Companhia publicou seu quarto relatório referente aos resultados de 2024. Além disso, a Companhia é signatária do Pacto Global das Nações Unidas (ONU) e comunica anualmente seus resultados e avanços nos temas que constituem o compromisso assumido.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Elaboramos, em 2024, nossa segunda Matriz de Materialidade, por meio de um processo estruturado e aprofundado. Esse trabalho considerou referências externas, documentos internos e benchmarking com pares do setor, além de entrevistas com lideranças estratégicas do negócio, pesquisa com stakeholders internos e externos, avaliação de impacto, calibração com C-Level e aprovação em Comitê de Recursos Humanos. O processo seguiu a metodologia da Norma GRI e os princípios da dupla materialidade, abrangendo tanto a materialidade de impacto, quanto a materialidade financeira. Este estudo teve como objetivo garantir que os temas identificados refletissem tanto a realidade do nosso negócio quanto as expectativas dos stakeholders. Iniciamos o estudo de materialidade analisando frameworks de mercado e diretrizes globais amplamente conhecidas, como GRI, SASB, MSCI, World Economic Forum, Sustainalytics etc., bem como benchmarking das matrizes de concorrentes relevantes para o nosso negócio e análise de documentos internos, tais como Formulário de Referência, Matriz de Riscos e estudos de mídia. Essas fontes nos ajudaram a identificar os temas ESG mais frequentemente destacados no mercado e na LWSA, criando a base para a consulta pública — realizada com Conselho de Administração, Diretoria, investidores, pessoas colaboradoras, fornecedores, clientes, parceiros, comunidade e ONGs. A lista de temas foi validada com partes interessadas relevantes para o negócio. Também coletamos a percepção dessas partes em relação a vários assuntos, como principais impactos aos quais estamos expostos, aos pontos positivos da nossa gestão e oportunidade de evolução frente ao mercado. Com base nesta matriz, o Relatório Anual de Sustentabilidade foi desenvolvido, com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Para a elaboração anual do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, a LWSA utiliza a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

O Relatório de Sustentabilidade publicado em 2025 referente às informações de 2024 foi verificado e assegurado por entidade independente. A empresa responsável pela verificação e assecuração foi a BDO RCS Auditores Independentes.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

O Relatório de Sustentabilidade pode ser encontrado no site de Relações com Investidores da Companhia por meio do link: <https://ri.lwsa.tech/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

materiais para o emissor

Para o relatório de 2024 publicado em 2025, elaboramos a nossa segunda Matriz de Materialidade, por meio de um processo estruturado e aprofundado, com apoio de consultoria especializada. Esse trabalho considerou referências externas, documentos internos e *benchmarking* com pares do setor, além de entrevistas com lideranças estratégicas do negócio, pesquisa com stakeholders internos e externos, avaliação de impacto, calibração com C-Level e aprovação em Comitê de Recursos Humanos.

O processo seguiu a metodologia da Norma GRI e os princípios da dupla materialidade, abrangendo tanto a materialidade de impacto, quanto a materialidade financeira. Este estudo teve como objetivo garantir que os temas identificados refletissem tanto a realidade do nosso negócio quanto as expectativas dos *stakeholders*. Os temas definidos são:

- **Governança responsável** (abrange Ética, Conformidade, Governança Corporativa e Transparência)
- **Segurança da informação** (abrange Proteção e Privacidade de Dados)
- **Experiência do cliente** (Foco na satisfação do cliente)
- **Jornada do colaborador** (Atração, desenvolvimento e retenção; saúde e bem-estar)
- **Inovação e tecnologia** (Foco em empreendedorismo)

A companhia divulga seus indicadores chave de desempenho ESG anualmente em seu Relatório de Sustentabilidade, alguns deles são: dados do censo de inclusão e diversidade, reportes financeiros, consumo de energia elétrica, consumo de óleo diesel, emissões atmosféricas relacionadas ao escopo 1, 2 e 3.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Participante do Pacto Global das Nações Unidas desde 2021, a LWSA comunica de maneira integrada, conforme suas diretrizes, as suas estratégias nos três pilares de ASG, que estão diretamente ligados aos 10 Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, tendo foco nos seguintes ODS prioritários:

- ODS 4 – Educação de Qualidade
- ODS 5 – Igualdade de Gênero
- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Atualmente a LWSA realiza o preenchimento do questionário referente ao CDP, formulado por investidores institucionais e endereçado às empresas listadas na bolsa de valores, visando obter a divulgação de informações sobre as políticas de mudanças climáticas. Levamos em consideração na estratégia da LWSA os pontos levantados na avaliação.

Além disso, a companhia faz parte do Índice Carbono Eficiente da B3 (ICO2 B3), o qual demonstra o comprometimento com a transparência de nossas emissões e antecipa a visão de como estamos nos preparando para uma economia de baixo carbono.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia não adota recomendações relacionadas a questões climáticas definidas pela TCFD. Porém, anualmente é preenchido o questionário do CDP, sendo uma plataforma de divulgação que segue as recomendações e pilares do TCFD. Além disso, considerando que as empresas que aplicam as normas ISSB atenderão às recomendações da TCFD, a partir de 2026 será publicado o Relatório de acordo com o IFRS S2 considerando este framework.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A LWSA realiza um inventário consolidado que abrange todas as suas unidades de negócio, elaborado a partir dos princípios, normas e diretrizes estabelecidos pela metodologia GHG Protocol, divulgados pelo Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP), utilizando as suas especificações para contabilização, quantificação e publicação de Inventários Corporativos de Emissões de Gases de Efeito Estufa. A estrutura do relatório segue as especificações da norma ISO 14.064:2007 - Sistema de Gestão de Gases do Efeito Estufa” – Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2007 (ABNT, 2007);

Em 2025, a Companhia publicou seu terceiro inventário referente aos resultados de 2024. As emissões totais de GEE foram calculadas conforme a classificação: Escopo 1 (emissões diretas), Escopo 2 (emissões indiretas por energia adquirida) e Escopo 3 (emissões indiretas). O resultado deste estudo pode ser verificado através do Relatório de Sustentabilidade. Posteriormente os gases inventariados foram compensados através da compra de créditos de carbono, de acordo com o registro global VERRA, seguindo as diretrizes do programa Verified Carbon Standards (VCS).

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

A divulgação de informações ASG são realizadas conforme mencionado no item 1.9.a. anteriormente apresentado.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

A divulgação da matriz de materialidade é realizada conforme mencionado no item 1.9.e. anteriormente apresentado.

(iii) a não adoção de indicadores chave de desempenho ASG

A divulgação do tema é realizada conforme mencionado no item 1.9.e. anteriormente apresentado.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas são realizadas conforme mencionado no item 1.9.c. anteriormente apresentado

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Conforme mencionado no item 1.9.g., a Companhia não adota recomendações relacionadas a questões climáticas definidas pela TCFD. Porém, anualmente é preenchido o questionário do CDP, sendo uma plataforma de divulgação que segue as recomendações e pilares do TCFD. Além disso, considerando que as empresas que aplicam as normas ISSB atenderão às recomendações da TCFD, a partir de 2026 a companhia deverá publicar um relatório considerando o IFRS S2.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A divulgação sobre a realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa estão apresentadas no item 1.9.h. anteriormente apresentado.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 INFORMAÇÕES DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Item não aplicável, tendo em vista que nós não somos sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE ATIVO RELEVANTE

Em outubro de 2025 foi celebrado a alienação da totalidade do capital social da Wake Creators Digital Media Channel Ltda. (“Wake Creators” ou “Squid” e “Operação”, respectivamente). Maiores informações sobre a operação podem ser encontradas no fato relevante divulgado pela companhia em 07 de outubro de 2025.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital**1.12 OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS/AUMENTO OU REDUÇÃO DE CAPITAL**

Data de deliberação	Órgão que deliberou	Data emissão	Valor total emissão (R\$)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação	Critério para determinação do preço de emissão	Forma de integralização
20/12/2017	Conselho de Administração	22/12/2017	458.850,00	Subscrição particular	87.400	0	87.400	0,093000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
07/05/2018	Conselho de Administração	25/05/2018	2.430.015,00	Subscrição particular	324.002	0	324.002	4,920000000	7,50	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
24/07/2018	Conselho de Administração	27/07/2018	228.356,73	Subscrição particular	52.983	0	52.983	0,440000000	4,31	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
24/07/2018	Conselho de Administração	24/07/2018	59.062,50	Subscrição particular	11.250	0	11.250	0,110000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
13/12/2018	Conselho de Administração	26/12/2018	393.750,00	Subscrição particular	75.000	0	75.000	0,740000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
13/12/2018	Conselho de Administração	18/12/2018	1.050.000,00	Subscrição particular	200.000	0	200.000	1,970000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional

Data de deliberação	Órgão que deliberou	Data emissão	Valor total emissão (R\$)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação	Critério para determinação do preço de emissão	Forma de integralização
19/06/2019	Conselho de Administração	27/06/2019	48.487,50	Subscrição particular	11.250	0	11.250	0,090000000	4,31	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
19/06/2019	Conselho de Administração	27/06/2019	59.062,50	Subscrição particular	11.250	0	11.250	0,110000000	4,31	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
07/01/2020	Conselho de Administração	27/06/2019	459.375,00	Subscrição particular	87.500	0	87.500	0,850000000	5,25	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
04/02/2020	Conselho de Administração	07/02/2020	574.999.994,25	Subscrição pública	33.333.333	0	33.333.333	1.063,073010420	17,25	R\$ por Unidade	Preço definido no Procedimento de Bookbuilding	Moeda corrente nacional
19/02/2020	Conselho de Administração	19/02/2020	1.470.050,00	Subscrição particular	155.000	0	155.000	0,123931710	9,48	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
09/02/2021	Conselho de Administração	09/02/2021	2.346.000.000,00	Subscrição pública	78.200.000	0	78.200.000	15,416103540	30,00	R\$ por Unidade	Preço definido no Procedimento de Bookbuilding	Moeda corrente nacional
07/07/2021	Conselho de Administração	07/07/2021	10.043.262,50	Subscrição particular	4.119.800	0	4.119.800	0,701640230	2,44	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Data de deliberação	Órgão que deliberou	Data emissão	Valor total emissão (R\$)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação	Critério para determinação do preço de emissão	Forma de integralização
05/01/2022	Conselho de Administração	05/01/2022	2.821.916,54	Subscrição particular	665.796	0	665.796	0,112870180	4,24	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
07/07/2022	Conselho de Administração	07/07/2022	3.960.390,00	Subscrição particular	2.263.080	0	2.263.080	0,383412130	1,75	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
11/01/2023	Conselho de Administração	11/01/2023	3.495.810,50	Subscrição particular	1.579.650	0	1.579.650	0,266602890	2,21	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
30/06/2023	Conselho de Administração	30/06/2023	3.433.763,00	Subscrição particular	1.674.060	0	1.674.060	0,281785540	2,05	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
02/01/2024	Conselho de Administração	02/01/2024	2.476.060,00	Subscrição particular	1.122.320	0	1.122.320	0,188383270	2,21	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
26/06/2025	Conselho de Administração	30/06/2025	5.447.274,00	Subscrição particular	3.112.728	0	3.112.728	0,55299392	1,75	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional
08/12/2025	Conselho de Administração	08/12/2025	4.483.752,00	Subscrição particular	2.562.144	0	2.562.144	0,79218344	1,75	R\$ por Unidade	De acordo com o estabelecido no nosso Plano de Opção de Compra de Ações	Moeda corrente nacional

Redução de Capital								
Data de deliberação	Órgão que deliberou	Tipo de redução	Ordinárias (Unidades)	Redução (Unidades)	Total ações pós redução (Unidades)	Capital social inicial	Valor total redução (R\$)	Capital social após redução
30/04/2024	Conselho de Administração	Absorção de prejuízo	0	0	0	3.016.342.262,00	71.850.550,89	2.944.491.711,29
24/10/2024	Conselho de Administração	Cancelamento de Ações em tesouraria	596.886.478	34.000.000	562.886.478	3.016.342.262,00	-	2.944.491.711,29
30/04/2025	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Absorção da rubrica contábil "Ações em Tesouraria Canceladas"	0	0	0	2.944.491.711,29	124.640.290,62	2.819.851.420,67
05/12/2025	Assembleia Geral Extraordinária	Absorção dos prejuízos acumulados	0	0	0	2.825.298.694,67	283.705.514,81	2.541.593.179,86
05/12/2025	Assembleia Geral Extraordinária – Vide fim do período de oposição dos credores via Fato Relevante de 06/02/2026	Redução de capital para Restituição de valor aos acionistas	0	0	0	2.546.076.931,86	140.000.000	2.406.076.931,86

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Data de deliberação	Tipo de Assembleia	Operação	Incorporada	Incorporadora
28/09/2021	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Social Miner Internet Ltda	LWSA
29/01/2022	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	Incorporação	Ananke Participações S/A	LWSA
30/08/2024	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Tray Tecnologia em Ecommerce Ltda.	LWSA
30/08/2024	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Etus Social Network Brasil Ltda	LWSA
30/08/2024	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Organisys Software S.A.	LWSA
28/02/2025	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	LWK Hosting Participações Ltda	LWSA
28/02/2025	Assembleia Geral Extraordinária	Incorporação	Locaweb Commerce Holding Ltda	LWSA

1.13 Acordos de acionistas

1.13 ACORDOS DE ACIONISTAS

a. partes

Acordo de Acionistas Willians: Andrea, Claudio, Gilberto, Michel, Ricardo e Willians Cristiano Marques ("Willians, em conjunto com Ricardo, Andrea, Claudio, Gilberto, Michel, "Acionistas do Acordo de Acionistas Willians") e a Companhia como interveniente-anuente.

Adicionalmente, Andrea, Claudio, Gilberto, Michel, Ricardo são referidos em conjunto como "Acionistas Controladores".

Acordo de Acionistas Família: Andrea, Claudio, Gilberto, Michel e Ricardo ("Acionistas do Acordo de Acionistas Família") e a Companhia como interveniente-anuente.

b. data de celebração

Acordo de Acionistas Willians: celebrado em 13 de agosto de 2018.

Acordo de Acionistas Família: celebrado em 04 de dezembro de 2019.

c. prazo de vigência

Acordo de Acionistas Willians: 20 anos contados da data de sua celebração (i.e. com vigência até 13 de agosto de 2038), podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento de qualquer parte a ser enviado a partir do último ano de duração do contrato até o último dia de sua vigência.

Acordo de Acionistas Família: O acordo é celebrado sob condição suspensiva, nos termos dos artigos 121 e seguintes do Código Civil e de sua Cláusula 10.3.1 (condições suspensivas). Na ocorrência de qualquer uma das condições mencionadas na Cláusula 10.3.1 (condições suspensivas), o acordo entrará automaticamente em vigor, sem necessidade de qualquer formalidade adicional, e permanecerá válido e eficaz por um período de 20 anos a contar da respectiva data ("Data de Término Inicial"), podendo ser automaticamente renovado por períodos adicionais de dez anos ("Data de Término Adicional"), caso nenhuma parte venha a se manifestar de forma contrária a tal renovação, por escrito, com antecedência mínima de seis meses à Data de Término Inicial ou de qualquer Data de Término Adicional.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Acordo de Acionistas Willians: Não aplicável.

Acordo de Acionistas Família: Os Acionistas do Acordo de Acionistas Família obrigam-se a reunir-se previamente à realização de nossas reuniões societárias para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias objeto da ordem do dia da respectiva reunião societária, de forma a: (i) definir e vincular o teor do voto de todos os Acionistas do Acordo de Acionistas Família, que será proferido de forma uniforme e em bloco em uma assembleia geral; e (ii) orientar o voto dos membros do Conselho de Administração indicados pelos Acionistas do Acordo de Acionistas Família em uma reunião do Conselho de Administração, conforme o caso ("Reunião Prévia").

Para vincular o voto de todos os Acionistas do Acordo de Acionistas Família em relação a determinada Reunião Societária, as matérias objeto da ordem do dia dependerão da aprovação dos acionistas detentores de 60% das ações vinculadas.

Independentemente da matéria discutida e aprovada em uma Reunião Prévia, os Acionistas do Acordo de Acionistas Família que não compareceram na referida Reunião Prévia deverão votar de acordo com a deliberação prevista na respectiva ata de Reunião Prévia.

1.13 Acordos de acionistas

De cada Reunião Prévia será lavrada ata com um sumário das deliberações às quais os votos dos Acionistas do Acordo de Acionistas Família ou dos membros do Conselho de Administração por eles indicados, conforme o caso, se vincularão, para fins de determinação de seus votos na Reunião Societária aplicável ("Ata de Reunião Prévia"). A Ata de Reunião Prévia poderá autorizar e outorgar poderes para um ou mais Acionistas do Acordo de Acionistas Família ou a um representante legal dos referidos Acionistas do Acordo de Acionistas Família, conforme o caso, para representar os Acionistas do Acordo de Acionistas Família na Assembleia Geral aplicável.

O presidente da Assembleia Geral ou da reunião do Conselho de Administração não computará e nem registrará qualquer voto em desacordo com uma deliberação vinculante de uma Reunião Prévia, sob as penalidades previstas na lei, sendo que qualquer voto em contrário será considerado nulo e ineficaz para todos os efeitos.

Os Acionistas do Acordo de Acionistas Família, pessoalmente ou por meio de seus representantes legais, comprometem-se a comparecer nas Reuniões Societárias e exercer o direito de voto relativos a suas ações vinculadas, bem como a instruir os membros do Conselho de Administração por eles indicados a comparecer nas Reuniões Societárias e votar conforme orientação de voto prevista acima, sempre de forma uniforme e com estrita observância ao disposto na respectiva Ata de Reunião Prévia.

Na hipótese de, por qualquer motivo, os Acionistas do Acordo de Acionistas Família deixarem de se reunir previamente à realização de determinada Reunião Societária, mas comparecerem (todos) em tal Reunião Societária e votarem de forma uniforme em bloco, a falta de realização de Reunião Prévia estará devidamente sanada.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Acordo de Acionistas Willians: Não aplicável.

Acordo de Acionistas Família: Não aplicável.

f. o direito de preferência para adquirir, na proporção de suas respectivas participações no nosso capital social (excluindo a participação dos nossos demais acionistas), as ações ofertados pelo Acionista Minoritário Ofertante, nos mesmos termos e condições da oferta ("Oferta de Compra") feita por um terceiro ("Potencial Comprador"), observado o procedimento de manifestação descrito no referido acordo ("Direito de Preferência"). O Direito de Preferência aqui previsto não se aplica às transferências permitidas, nos termos do acordo.

Dessa forma, na ausência de manifestação, por parte de qualquer Acionista Controlador a respeito da Oferta de Compra nos termos do acordo e dentro do prazo de exercício do Direito de Preferência, será considerada como renúncia ao exercício do Direito de Preferência por tal Acionista Controlador.

Uma vez exercido o Direito de Preferência com relação a todas as ações da oferta, tais ações da oferta deverão ser adquiridas pelos Acionistas Controladores que tenham exercido seus Direitos de Preferência, nos termos do acordo, e serão a eles transferidas, ficando o Acionista Minoritário Ofertante obrigado a praticar todos os atos necessários para que a transferência das ações da oferta seja concluída no prazo de 60 dias contados da data do recebimento da notificação de exercício, conforme previsto no acordo, considerando que tal prazo poderá ser estendido caso a transferência já esteja acordada em documentos definitivos, mas esteja sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, sendo que a referida extensão do prazo será de até 15 dias após a aprovação da transferência pelas autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, conforme aplicável.

Caso não haja exercício do Direito de Preferência no prazo e na forma previstos no acordo, será assegurado ao Acionista Minoritário Ofertante, imediatamente, independentemente de qualquer outra formalidade, o direito de

1.13 Acordos de acionistas

livremente transferir todas as ações da oferta ao Potencial Comprador, nos estritos termos da Oferta de Compra, dentro de até 90 dias contados do término do prazo para o exercício do Direito de Preferência, considerando que tal prazo poderá ser estendido caso a transferência já esteja acordada em documentos definitivos, mas esteja sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatória, sendo que a referida extensão do prazo será de até 15 dias após a aprovação da transferência pelas autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, conforme aplicável, e desde que, concomitantemente à formalização da transferência das Ações da Oferta, o Potencial Comprador aceite formal e incondicionalmente todos os termos e condições do acordo, mediante a assinatura de termo de adesão.

Na hipótese de término do prazo indicado no acordo, se o Acionista Minoritário Ofertante não tiver transferido as Ações da Oferta, mas ainda pretender transferi-las, ou se a qualquer momento os termos e condições da Oferta de Compra tiverem sido alterados de qualquer forma com relação àqueles estabelecidos na notificação da descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Acordo de Acionistas Willians: Restrições à Transferência

Os Acionistas do Acordo de Acionistas Willians não podem transferir e/ou onerar suas ações sem observar as disposições de tal acordo.

Será nula de pleno direito e ineficaz, não produzindo qualquer efeito perante a Companhia e/ou as demais partes, qualquer transferência ou oneração de ações em desacordo com as disposições do referido acordo, ficando vedado aos nossos administradores efetuar os lançamentos nos livros societários correspondentes, sob pena de responsabilidade pessoal.

O Acionista do Acordo de Acionistas Willians que realizar a transferência e/ou a oneração de ações em desacordo com o disposto no acordo, estará sujeito a suspensão de todos os direitos (mas não suas obrigações e restrições) previstos no acordo em favor do Acionista do Acordo de Acionistas Willians, até a data em que a transferência for cancelada nos nossos livros competentes ou as ações forem efetivamente liberadas do ônus.

Direito de Preferência

Caso um acionista minoritário (agindo individualmente ou em conjunto com outro(s) acionista(s) minoritário(s)) ("Acionista Minoritário Ofertante") pretenda transferir as suas ações, no todo ou em parte, para um terceiro, os Acionistas Controladores terão oferta, nos termos do acordo, então o Acionista Minoritário Ofertante deverá reiniciar os procedimentos descritos no acordo.

Direito de Venda Conjunta (Tag Along)

Caso um Acionista Controlador (atuando individualmente ou em conjunto com outros Acionistas Controladores), receba uma oferta firme para transferir (em uma transação ou uma série de transações relacionadas) parte ou a totalidade de suas ações representando uma transferência de nosso controle ("Ações Tag") a qualquer terceiro ("Ofertante Tag" e "Oferta de Controle", respectivamente), o referido Acionista Controlador deverá notificar os Acionistas Minoritários dando conta de sua intenção de alienar o nosso controle, anexando uma cópia da Oferta de Controle feita pelo Ofertante I ("Notificação de Alteração de Controle"), de maneira que os Acionistas Minoritários terão o direito de optar por transferir a totalidade (e não menos do que a totalidade) de suas ações ao Ofertante I nas mesmas condições da Oferta de Controle ("Direito de Venda Conjunta").

Não obstante o disposto no acordo, os Acionistas Minoritários desde já reconhecem que o Silver Lake é titular de um direito de preferência de primeira recusa (Right of First Refusal) outorgado no âmbito do acordo de acionistas principal ("Direito de Preferência Silver Lake"), e que, ainda que iniciado o procedimento de Direito de Venda Conjunta descrito no acordo, tal procedimento será automaticamente cancelado (sem que sejam devidas quaisquer indenizações) caso o Silver Lake exerça o seu Direito de Preferência para adquirir as Ações Tag, tendo em vista que, neste caso, tal transação deverá ser considerada como uma transação permitida.

Caso algum Acionista Minoritário opte pelo exercício do Direito de Venda Conjunta, deverá comunicar por escrito o referido acionista controlador de sua intenção de alienar conjuntamente suas ações ("Aviso de Aceitação da

1.13 Acordos de acionistas

Oferta"), no prazo de 30 dias do recebimento da Notificação de Alteração de Controle.

A falta de envio de aviso de aceitação da oferta, por parte de qualquer Acionista Minoritário a respeito do Direito de Venda Conjunta dentro do prazo estabelecido acima, será considerada como renúncia ao exercício do Direito de Venda Conjunta por tal Acionista Minoritário.

O Aviso de Aceitação da Oferta constituirá obrigação vinculante do referido Acionista Minoritário de transferir a totalidade de suas ações, caso seja efetivada a transferência pelo Acionista Controlador. Por outro lado, feita a opção pelo Direito de Venda Conjunta, a alienação das Ações I pelo Acionista Controlador somente poderá ocorrer caso o Ofertante Tag também adquira as ações do Acionista Minoritário que exerceu seu Direito de Venda Conjunta, pelos mesmos termos e condições ofertados ao Acionista Controlador na Oferta de Controle, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 60 dias, a contar do recebimento do último aviso de aceitação da oferta (ou após o fim do prazo para envio deste), sob pena do procedimento previsto no acordo ter que ser repetido, ficando entendido que o prazo de 60 dias previsto no acordo poderá ser estendido caso a transferência já esteja acordada em documentos definitivos, mas esteja sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, sendo que a referida extensão do prazo será de até 15 dias após a aprovação definitiva da transferência pelas autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias.

O Direito de Venda Conjunta não será exercível nas hipóteses de: (a) transferência de ações que não configurem transferência de controle; ou (b) transferência de ações que seja decorrente de uma oferta pública inicial de ações (IPO) ou oferta pública subsequente de ações (Follow-on), primárias ou secundárias, ainda que, nestes casos, ocorra uma transferência de controle.

Direito de Venda Forçada (Drag Along)

Caso os Acionistas Controladores (atuando individualmente ou em conjunto) recebam uma oferta firme para transferir (em uma transação ou uma série de transações relacionadas) a totalidade das ações detidas pelos controladores para um terceiro ou outro acionista (exceto outro Acionista Controlador ou afiliada do Acionista Controlador) ("Adquirente Drag"), os Acionistas Controladores poderão exigir, por meio de notificação por escrito contendo as mesmas informações exigidas para a Notificação de Alteração de Controle, nos termos acima, que os Acionistas Minoritários transfiram, juntamente com os Acionistas Controladores, a totalidade das suas ações, nos mesmos termos, condições e pelo mesmo preço por ação que os Acionistas Controladores transferirão para o Adquirente Drag ("Direito de Venda Forçada").

Caso os Acionistas Controladores exerçam o Direito de Venda Forçada, os Acionistas Minoritários terão a obrigação de vender ao Adquirente Drag a totalidade de suas ações, nos mesmos termos, condições e pelo mesmo preço por ação que os Acionistas Controladores irão transferir suas ações ao Adquirente Drag.

Acordo de Acionistas Família:

Restrições à Transferência de Ações Vinculadas.

Os Acionistas do Acordo de Acionistas Família comprometem-se, de forma irrevogável e irretratável, a não transferir e/ou onerar suas ações vinculadas, sem observar as disposições do referido acordo.

Ainda, será nula de pleno direito e ineficaz, não produzindo qualquer efeito perante a Companhia e/ou às demais partes, qualquer transferência ou oneração de ações vinculadas em desacordo com as disposições de tal acordo, ficando vedado aos nossos administradores efetuar os lançamentos nos livros societários correspondentes, e/ou junto ao respectivo agente escriturador, conforme o caso, sob pena de responsabilidade pessoal.

Sem prejuízo as exceções previstas em tal acordo, o Acionista do Acordo de Acionistas Família que realizar a transferência e/ou a oneração de ações vinculadas em desacordo com o disposto no acordo, estará sujeito à suspensão de todos os seus direitos (mas não de suas obrigações e restrições) previstos em tal acordo até a data em que o registro da respectiva transferência for cancelada e as ações vinculadas forem efetivamente liberadas do ônus.

1.13 Acordos de acionistas

Transferências Indiretas.

As restrições à transferência de ações vinculadas contempladas em tal acordo aplicar-se-ão também a qualquer transferência indireta de ações vinculadas, excetuando-se eventual transferência indireta de ações que se enquadre como uma transferência permitida, nos termos do referido acordo.

Direito de Preferência.

Caso um Acionista (agindo individualmente ou em conjunto com outro(s) Acionista(s) ("Acionista Ofertante") pretenda transferir as suas ações vinculadas, no todo ou em parte, para um terceiro, os demais acionistas terão o direito de preferência para adquirir, na proporção de suas respectivas participações no nosso capital social (excluindo a participação dos nossos demais acionistas), as ações vinculadas oferecidas pelo Acionista Ofertante, nos mesmos termos e condições da oferta firme ("Oferta de Compra") feita por um terceiro ("Potencial Comprador"), observado o procedimento descrito abaixo ("Direito de Preferência"). O Direito de Preferência aqui previsto não se aplica às transferências permitidas, conforme disposto no acordo.

Dessa forma, na ausência de manifestação, por parte de qualquer Acionista Controlador a respeito da Oferta de Compra nos termos do acordo e dentro do prazo de exercício do Direito de Preferência, será considerada como renúncia ao exercício do Direito de Preferência por tal Acionista Controlador.

Uma vez exercido o Direito de Preferência com relação a todas as ações da oferta, tais ações da oferta deverão ser adquiridas pelos Acionistas Controladores que tenham exercido seus Direitos de Preferência, nos termos do acordo, e serão a eles transferidas, ficando o Acionista Minoritário Ofertante obrigado a praticar todos os atos necessários para que a transferência das ações da oferta seja concluída no prazo de 60 dias contados da data do recebimento da notificação de exercício, nos termos do acordo.

Caso não haja exercício do Direito de Preferência no prazo e na forma previstos no acordo, será assegurado ao Acionista Minoritário Ofertante, imediatamente, independentemente de qualquer outra formalidade, o direito de livremente transferir todas as ações da oferta ao Potencial Comprador, nos estritos termos da Oferta de Compra, dentro de até 180 dias contados do término do prazo para o exercício do Direito de Preferência, considerando que tal prazo poderá ser estendido caso a transferência já esteja acordada em documentos definitivos, mas esteja sujeita à aprovação das autoridades de defesa da concorrência e/ou regulatórias, sendo que a referida extensão do prazo será de, no máximo, 15 dias e desde que, concomitantemente à formalização da transferência das ações da oferta, o Potencial Comprador aceite formal e incondicionalmente todos os termos e condições de tal acordo, mediante a assinatura de termo de adesão.

Direito de Venda Conjunta (Tag Along).

Alternativamente ao exercício do Direito de Preferência previsto acima, caso um Acionista Ofertante pretenda transferir as suas ações vinculadas para um terceiro, ficará então facultado a cada um dos demais Acionistas do Acordo de Acionistas Família, a seu exclusivo critério, o direito de transferir: (i) na hipótese de alienação de ações vinculadas que não representem transferência de controle, a quantidade proporcional de suas ações vinculadas que somadas à quantidade proporcional de ações vinculadas do Acionista Ofertante resultarão no total (e não mais do que o total) de ações vinculadas objeto da proposta do Potencial Comprador; ou (ii) na hipótese de alienação de ações vinculadas que representem transferência de controle, parte ou a totalidade de suas ações vinculadas, a seus exclusivos critérios, conforme o caso, ao Potencial Comprador ("Direito de Venda Conjunta"). O(s) referido(s) Acionista(s) do Acordo de Acionistas Família deverá(ão) notificar o Acionista Ofertante, por escrito, a respeito de sua(s) intenção(ões) de alienar suas ações vinculadas juntamente com as ações vinculadas detidas pelo Acionista Ofertante ao Potencial Comprador. O direito de venda conjunta aqui previsto não se aplica às transferências permitidas, conforme previsto em tal acordo.

Alienação em Bolsa ou Oferta Pública

Qualquer Acionista do Acordo de Acionistas Família poderá, a qualquer momento, alienar parte ou a totalidade de suas ações vinculadas em bolsa ou por meio de oferta secundária de ações, independentemente de qualquer

1.13 Acordos de acionistas

aprovação por parte dos demais Acionistas do Acordo de Acionistas Família, não se aplicando nesta hipótese, ainda, o disposto nas Cláusulas 5 (Restrição à Transferência), 6 (Direito de Preferência) e 7 (Tag Along) do referido acordo. O Acionista do Acordo de Acionistas Família que desejar alienar suas ações vinculadas na forma aqui prevista, deverá notificar previamente os demais Acionistas do Acordo de Acionistas Família e a Companhia, que, por sua vez, deverá notificar o agente escriturador e solicitar a desvinculação de suas ações vinculadas para vendê-las em bolsa, em blocos não superiores a 5% do total das nossas ações emitidas, em cada período de 30 dias.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Acordo de Acionistas Willians: Não aplicável.

Acordo de Acionistas Família: As cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros do nosso Conselho de Administração já estão descritas no item 1.13, alínea “d” deste Formulário de Referência.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Não houve alterações significativas na condução dos nossos negócios.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**1.15 CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS**

Acreditamos que todos os ativos alienados são parte da nossa operação normal, logo não existem contratos relevantes não operacionais celebrados no último ano que não estejam relacionados com as nossas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes**1.16 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

A Companhia entende que não existem outras informações relevantes que já não foram abordadas nos itens acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS

Os diretores da Companhia apresentam nesta Seção 2 do Formulário de Referência informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Os diretores discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram construídas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas na Seção 2 deste Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de uma linha em relação à receita operacional líquida para os exercícios/períodos em análise, ou em relação ao total do ativo total e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia juntamente com as linhas de crédito disponíveis, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Destaca-se que, no exercício de 2025, a Companhia apresentou relevante evolução na geração de caixa livre, que totalizou R\$224,8 milhões no acumulado do ano, representando uma margem de fluxo de caixa livre de 15,1% sobre a receita líquida, comparada a R\$33,1 milhões no exercício anterior. Essa melhoria reflete tanto o aumento da rentabilidade operacional quanto uma gestão mais eficiente do capital de giro, conferindo à Companhia maior flexibilidade financeira para executar seu plano de negócios e retornar valor aos acionistas.

O índice de endividamento total da Companhia encerrou em 0,5x (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido), em 31 de dezembro de 2025 e encerrou em 0,5x em 2024. A manutenção do índice de endividamento em 31 de dezembro de 2025, em relação ao exercício anterior, deveu-se, principalmente, a redução do passivo da Companhia que foi afetado principalmente pela redução de obrigações relacionadas a aquisições de investimentos (“*Earnouts*”), redução esta que foi balanceada pela redução do patrimônio líquido, principalmente pela absorção dos prejuízos com a venda de ativos da Companhia e o processo de redução de capital.

A redução do patrimônio líquido foi influenciada, em especial, pelo impacto de R\$416,3 milhões reconhecido na linha de “Outras Despesas (Receitas) Operacionais” no terceiro trimestre de 2025, decorrente da alienação da Wake Creators (antiga Squid) por R\$45 milhões, ativo originalmente adquirido por R\$180 milhões em 2021, além da redução de capital de R\$140 milhões aprovada em dezembro de 2025.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a posição de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários restritos da Companhia era de R\$ 464,7 milhões, uma redução de R\$79,3 milhões em relação a 31 de dezembro de 2024, quando totalizava R\$543,9 milhões, principalmente relacionado a linha de aplicações financeiras, que impactam a linha de caixa e equivalente de caixa.

A redução da posição de caixa é coerente com a estratégia da Companhia de alocar capital de forma disciplinada, tendo sido direcionada principalmente a: (i) pagamento de obrigações de *earnouts*; (ii) programa de recompra de ações; e (iii) distribuição de dividendos aos acionistas, em linha com a política de retorno de valor anunciada pela Administração.

b. Estrutura de Capital

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$2.467,9 milhões, a dívida bruta (representada pelo total de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento) era de R\$75,5 milhões e o

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos da títulos e valores mobiliários restritos era de R\$464,7 milhões e o caixa líquido era de R\$389,3 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$2.745,8 milhões, a dívida bruta (representada pelo total de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento) era de R\$74,4 milhões e o saldo de caixa e equivalente de caixa acrescidos da aplicação financeira restrita era de R\$543,9 milhões e o caixa líquido era de R\$469,5 milhões.

A variação do patrimônio líquido de R\$2.745,8 milhões para R\$2.467,9 milhões representa uma redução de 10,1%, explicada fundamentalmente pelo prejuízo líquido de R\$225,5 milhões registrado no exercício, significativamente influenciado pela baixa contábil na alienação de investimentos. Contudo, a Companhia manteve posição de caixa líquido positivo de R\$389,3 milhões, demonstrando solidez na estrutura de capital.

(em milhares de Reais, exceto quando índice)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Patrimônio líquido	2.467.887	2.745.843
Ativo circulante	1.324.903	1.334.539
Empréstimos e Financiamentos	75.473	74.427
Dívida Líquida (Caixa Líquido) (1)	(389.250)	(469.501)

(1) Dívida Líquida (Caixa Líquido) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o total dos empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros derivativos passivos menos caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira restrita e instrumentos financeiros derivativos ativos. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital da Companhia medida pela relação entre os passivos circulante e não circulante e o patrimônio líquido nas datas indicadas:

(em milhares de Reais, exceto percentual)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) (A)	1.170.498	1.264.779
Capital próprio (patrimônio líquido) (B)	2.467.887	2.745.843
Capital total (A + B)	3.638.385	4.010.622
Percentual de capital de terceiros	32,2%	31,5%
Percentual de capital próprio	67,8%	68,5%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Adicionalmente, acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras lhe permite o acesso a linhas de créditos adicionais, antecipação de recebíveis e ingresso no mercado de capitais brasileiro, na hipótese de haver necessidade.

A robusta geração de fluxo de caixa livre de R\$224,8 milhões em 2025, aliada à posição de caixa líquido de R\$389,3 milhões e à ausência de contratos de empréstimo relevantes, reforçam a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos financeiros com ampla margem de segurança.

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida Bruta (1)	75.473	74.427

(1) Dívida Bruta: representa a soma de empréstimos e financiamentos e do passivo de arrendamento a partir de 1º de janeiro de 2019 devido à adoção do CPC 06-R2/IFRS 16.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) captação de recursos via IPO, que foi realizada em 2020 e oferta subsequente (*Follow On*), que foi realizada em 2021, cujos montantes ainda se encontram no caixa da Companhia. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios, (ii) aquisições de empresas ou pagamentos de obrigações relacionadas às aquisições (“Earnouts”); e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Cabe destacar que, com a maturidade operacional atingida em 2025, a principal fonte de financiamento da Companhia passou a ser a geração de caixa operacional (caixa líquido das atividades operacionais no Fluxo de Caixa da Companhia), que totalizou R\$347,7 milhões no exercício, crescimento de 138,1% em relação a 2024, reduzindo a dependência dos recursos remanescentes das ofertas públicas realizadas em 2020 e 2021.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de vencimento da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportados com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia poderá realizar antecipação de recebíveis e/ou captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, informamos que no item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía nenhum contrato financeiro relevante de dívida celebrado com instituições financeiras. Apresentamos abaixo perfil de endividamento da Companhia:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de Reais, exceto índices)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida Líquida (Caixa Líquido) (1)	(389.250)	(469.501)
Despesa Financeira	(88.538)	(139.865)
EBITDA Ajustado (2)	329.698	281.391
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	1,2x	1,7x
Despesa Financeira / EBITDA Ajustado	0,3x	0,5x

(1) Dívida Líquida (Caixa Líquido) – refere-se ao total dos empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros derivativos passivos menos caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos ativos. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. Para mais informações, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) O EBITDA Ajustado refere-se ao lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização, despesas com plano de opção de compra de ações; despesas de relacionados à fusões e aquisições de sociedades; despesas de bônus, consideradas não recorrentes pela Administração da Companhia, receita financeira relativa à derivativos utilizados como instrumento de hedge para proteção da variação cambial de passivos operacionais que a Companhia possui em dólares, despesas extraordinárias decorrentes da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (IPO) finalizada em fevereiro de 2020 e baixa contábil decorrente da alienação do investimento da controlada Eventualis. O EBITDA Ajustado não possui significado padrão e a nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável com as definições de EBITDA utilizadas por outras companhias. O EBITDA Ajustado é utilizado por nós como medida adicional de desempenho de nossas operações. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP e IFRS, tampouco deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Para reconciliação do nosso lucro líquido para o EBITDA Ajustado vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Conforme informado acima, a Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamento relevantes.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações com instituições financeiras do mercado brasileiro, apesar de não possuir nenhum contrato de empréstimo e financiamento relevante em vigor na presente data.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas pela Companhia têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com estas e outras instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. Grau de subordinação de dívida

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2025 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

No dia 31 de dezembro de 2025, a companhia não possuía covenants atribuídos aos seus contratos de empréstimos. Adicionalmente, em tal data os contratos de empréstimos não possuíam cláusulas de vencimento antecipado cruzado (cross- default ou cross acceleration).

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AOEXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	31/12/2025	AV	31/12/2024	AV	AH
(em R\$ milhões)					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.488,5	100,0%	1.370,0	100,0%	8,7%
Custo dos serviços prestados	-769,4	-51,7%	-715,0	-52,2%	7,6%
LUCRO BRUTO	719,1	48,3%	655,0	47,8%	9,8%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	-995,8	-66,9%	-541,2	-39,5%	84,0%
Com vendas	-302,1	-20,3%	-292,5	-21,4%	3,3%
Gerais e administrativas	-276,4	-18,6%	-257,4	-18,8%	7,4%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-417,3	-28,0%	8,7	0,6%	-4896,9%
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO, IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-276,7	-18,6%	113,8	8,3%	-343,2%
RESULTADO FINANCEIRO	-27,7	-1,9%	-48,9	-3,6%	-43,3%
Receitas financeiras	60,8	4,1%	91,0	6,6%	-33,2%
Despesas financeiras	-88,5	-5,9%	-139,9	-10,2%	-36,7%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-304,4	-20,5%	64,9	4,7%	-569,1%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	79,00	5,3%	-22,7	-1,7%	-447,9%
Correntes	-10,7	-0,7%	-47,1	-3,4%	-77,3%
Diferidos	89,7	6,0%	24,4	1,8%	267,5%
<u>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</u>	-225,5	-15,1%	42,2	3,1%	-634,2%

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$1.488,5 milhões e R\$1.370,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de 8,6%.

Em base comparável (excluindo a receita da Wake Creators alienada em outubro de 2025), o crescimento da receita líquida consolidada foi de 10,3% no acumulado do ano, com aceleração sequencial ao longo dos trimestres: 9,3% no 1T25, 9,5% no 2T25, 10,9% no 3T25 e 11,1% no 4T25.

Este aumento é atribuído principalmente ao crescimento das operações de Commerce, que cresceram em 13,0% na comparação com o ano anterior. Dentro do segmento de Commerce, destacamos: (i) o crescimento de 6,8% na base de assinantes pagantes, atingindo 206,3 mil clientes ao final do exercício; (ii) 14,1% no GMV do Ecossistema, que totalizou R\$79,5 bilhões no ano; (iii) 11,3% no GMV de Loja Própria; e (iv) 17,7% no TPV da operação de pagamentos, que atingiu R\$8,9 bilhões no acumulado do exercício.

Em termos de composição da receita, o segmento de Commerce representou 72,1% da receita operacional líquida consolidada em 2025, com receita de R\$1.073,2 milhões (crescimento de 15,3% em base comparável), enquanto o segmento Be Online/SaaS respondeu por 27,9% da receita.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$769,4 milhões vs R\$715,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de 7,6%. O custo dos serviços prestados representou 51,7% e 52,2% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. A redução nesta relação se deve a diluição dos custos sobre a receita operacional líquida, que cresceu em proporção maior que os custos, e por eficiência operacional das empresas adquiridas, que tiveram suas estruturas de custos otimizadas.

Destaca-se que, no quarto trimestre de 2025, a margem bruta apresentou expressiva expansão de 5,5 pontos percentuais na comparação anual, atingindo 51,6%, evidenciando a continuação do processo de alavancagem operacional, captura de sinergias, bem como da simplificação organizacional com a alienação de ativos cujas estruturas de custos eram mais robustas que as operações remanescentes.

Receitas (despesas) operacionais

Despesas com vendas

As despesas com vendas, que compreendem as equipes de marketing e vendas bem como serviços dessas mesmas naturezas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$302,1 milhões e R\$292,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de 3,3%. As despesas com vendas representaram 20,3% e 21,3% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. O crescimento apresentado na linha de Despesas com Vendas está em linha com o crescimento apresentado na Receita Operacional Líquida da Companhia.

A redução da representatividade das despesas com vendas sobre a receita líquida, de 21,3% para 20,3%, demonstra ganho de eficiência comercial, com a Companhia expandindo sua base de clientes e receita a um custo relativo menor.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas, que compreendem as equipes das áreas administrativas como finanças, RH, contabilidade e fiscal, bem como as despesas e serviços terceirizados correlatos a essas áreas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$276,4 milhões e R\$257,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o que representou um aumento de 7,4%. As despesas gerais e administrativas representaram 18,6% e 18,8% da receita operacional líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, resultado das iniciativas da Companhia de consolidação de estruturas e captura de sinergias operacionais dentro do grupo.

Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ -276,7 milhões e R\$ 113,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma diminuição de 343,2%. O lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social representou 8,3% e da receita operacional líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A reversão de resultado positivo para negativo no período é explicada predominantemente pelo impacto não recorrente de R\$416,3 milhões referente à baixa contábil na alienação da Wake Creators, registrado na linha de Outras Despesas (Receitas) Operacionais. Excluído este efeito não recorrente, o resultado operacional apresentou evolução positiva, consistente com a expansão de margens e melhoria de eficiência observada ao longo do exercício.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi uma receita financeira de R\$60,8 milhões e uma despesa financeira de R\$88,5 milhões, totalizando um resultado líquido de -R\$ 27,7 milhões, o que representou um aumento de 43,3% em comparação ao exercício anterior. As receitas financeiras foram impactadas negativamente devido a aplicação do caixa da Companhia, principalmente pela redução do saldo de caixa resultado do pagamento de Earnouts, do programa de recompra de ações e do pagamento de dividendos. Em contrapartida, a redução da linha de despesa financeira está relacionada aos pontos de destaque da remensuração dos valores justos de *Earnouts* e da antecipação de recebíveis na operação de pagamentos, modalidade escolhida pela Companhia para o financiamento do capital de giro necessário nas operações de pagamentos.

Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de -R\$304,4 milhões e R\$64,9 milhões no mesmo período de 2024.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$79,0 milhões e -R\$22,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A redução no Imposto de Renda Diferido está relacionado à amortização do ágio, prejuízo fiscal acumulado com o exercício de 2025 e benefícios fiscais como a Lei do Bem.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro líquido

Em razão dos motivos descritos acima, o resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi um prejuízo de -R\$225,5 milhões e um lucro líquido de R\$42,2 milhões no período no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Cabe ressaltar que, em base ajustada, o Lucro Líquido Ajustado da Companhia no exercício de 2025 totalizou R\$204,6 milhões, um crescimento de 36,5% em relação a 2024, com margem líquida ajustada de 13,7%. No quarto trimestre de 2025 isoladamente, o lucro líquido (não ajustado) foi de R\$31,8 milhões, revertendo prejuízo de R\$17,5 milhões registrado no 4T24, enquanto o lucro líquido ajustado atingiu R\$69,0 milhões no mesmo período, crescimento de 60,9% na comparação anual. Esses resultados evidenciam que a performance operacional da Companhia manteve trajetória positiva, sendo o prejuízo líquido contábil anual decorrente essencialmente de efeitos não recorrentes.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DFC (em R\$ milhares)	2025	2024	AH 2025 x 2024
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	347.654	146.002	138,1%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(332.617)	(674.918)	50,7%
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(90.484)	(211.929)	57,3%

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R\$347,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a R\$146,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O aumento no caixa líquido proveniente das atividades operacionais é justificado, principalmente, pela maior eficiência na alocação de capital em relação ao capital de giro e pela alienação de investimentos menos rentáveis.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou - R\$332,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a - R\$674,9 milhões no mesmo período de 2024, devido, principalmente, aos pagamentos de *Earnouts* realizados no período.

A redução de 50,7% no caixa utilizado nas atividades de investimento reflete a finalização de grande parte dos compromissos de *earnouts* assumidos no ciclo de aquisições realizadas entre 2020 e 2022, bem como a nova diretriz estratégica da Companhia de priorizar rentabilização de ativos existentes em detrimento de novas aquisições.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento totalizou - R\$90,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, comparado a - R\$211,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dado principalmente pela continuação das movimentações de recompra de ações realizado ao longo do ano de 2025, e movimentações de retorno de valor aos acionistas.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIRO

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi por meio da venda de serviços que viabilizam a presença digital de nossos clientes, como Hosting, Revenda de Hospedagem, Registro de domínio, Cloud Computing e Servidores Dedicados, bem como de softwares vendidos como serviço (SaaS) como soluções de e-mail, de marketing digital, e-mail marketing, criador de sites, dentre outros – todos estes pertencentes ao segmento Be Online / SaaS.

No segmento Commerce, são ofertadas soluções que viabilizam a nossos clientes venderem por meio da internet como plataforma de e-commerce, integrações com Market-place, subadquirência, logística, ERP, serviços financeiros geração de leads, dentre outros.

O segmento Be Online / SaaS foi responsável por 27,9% da receita operacional líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, enquanto o segmento de Commerce foi responsável por 72,1% da receita operacional líquida no mesmo período.

Merece destaque o crescimento da Receita de Assinaturas de Plataformas no segmento de Commerce, que avançou 16,8% em 2025 em relação a 2024, impulsionada pela expansão de 6,8% da base de assinantes pagantes e pelo aumento de 10,0% no ARPU (receita média por usuário) da base existente. A Companhia encerrou o exercício como uma infraestrutura crítica para o varejo digital brasileiro, representando cerca de 20% do ecossistema de e-commerce do país.

A receita operacional líquida referente aos serviços do segmento de Be Online / SaaS é reconhecida ao longo do tempo do contrato do cliente (assinaturas mensais, trimestrais e anuais), de forma linear, sendo registrada ao final de cada mês ou ao término do contrato (quando esse acontece antes do final do mês).

No segmento de Commerce a receita operacional líquida possui cinco espécies principais de reconhecimento:

- (i) Receitas de Serviços de Licenciamento do Software: a receita é reconhecida ao longo do tempo, respeitando o cumprimento da obrigação de desempenho de disponibilizar a licença, de forma linear;
- (ii) Receitas de Set Up: a receita é reconhecida no momento da prestação do serviço (Set Up);
- (iii) Receitas de Fee de Transação: a receita é reconhecida em um momento específico do tempo – qual seja, no momento em que a Companhia presta o serviço de facilitadora (momento que o cliente realiza a venda online);
- (iv) Receitas de Intermediação: a receita é reconhecida no início do mês subsequente - considerando as vendas realizadas pelo cliente no mês anterior; e(v) Receita de Pagamentos Parcelados: o reconhecimento desta receita acompanha o fato gerador, qual seja a realização de pagamento na plataforma, sendo registrada pela Companhia toda vez que os pagamentos ocorrem.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores: inflação, taxa de juros e valorização ou desvalorização do real (R\$) frente ao dólar (US\$).

A Companhia está inserida no segmento de tecnologia Business to Business (B2B), Software as a Service (SaaS) e Commerce, provendo soluções integradas em software e infraestrutura de sistemas. Nossas operações, conforme supramencionado, consistem principalmente na venda de serviços de Hosting, Revenda de Hospedagem, Registro de domínio, Cloud Computing e Servidores Dedicados, e-commerce e payment. Assim, nossos resultados operacionais dependem de condições macroeconômicas e sofrem impacto por fatores como:

- (i) Inflação: Apesar de não atribuímos o impacto da inflação diretamente em nossa receita, podemos perceber o seu impacto principalmente em nossas despesas, como salários e contratos de aluguéis, que em sua maioria, são

2.2 Resultados operacional e financeiro

reajustados anualmente com índices atrelados ao IPC-A ou IGPM. A inflação (IPC-A) apresentou variação de 4,26% e 4,83% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da inflação na nossa receita, vide item 2.2(b) e 2.2(c) deste Formulário de Referência.

(ii) Dólar: A taxa de câmbio afeta os nossos resultados operacionais já que alguns de nossos custos tais como licenças de softwares e compras de equipamentos são atrelados a esta moeda, no entanto, a Companhia utiliza mecanismos para proteção cambial que mitigam tais efeitos. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o dólar apresentou variação ao ano de -11,4% e 26,6%, respectivamente. Para mais informações sobre os impactos da variação da taxa de câmbio na nossa receita, vide item 2.2(b) deste Formulário de Referência. A desvalorização do dólar de 11,4% em 2025, após forte apreciação de 26,6% em 2024, contribuiu favoravelmente para a redução de custos denominados em moeda estrangeira, impactando positivamente as margens operacionais da Companhia.

(iii) O custo dos nossos principais insumos: Nossos principais insumos podem ser considerados como investimentos em bens de capital (aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores) e pessoas (funcionários da empresa), em caso de aumento em seu preço, podem adversamente afetar as nossas vendas, margens e lucro líquido, caso não consigamos repassar aumentos nos preços para os nossos clientes ou caso tais aumentos resultem numa redução nas nossas vendas.

(iv) Investimentos em Desenvolvimento de Novos Produtos: Um dos pilares de alavancagem de negócios da Companhia é a inovação em novas soluções e tecnologias. A Companhia tem mantido altos investimentos em desenvolvimento de novos produtos (desenvolvimento interno) que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalizaram R\$75.248 mil e R\$73.059 mil, respectivamente. Vale ressaltar que, para a empresa, investimentos em desenvolvimento de novos produtos são capitalizados. Apesar do cenário macroeconômico desafiador nos últimos dois anos, a Companhia apresentou crescimento na sua receita operacional líquida, conforme apresentado no item 2.1 do presente Formulário de Referência.

(v) Inteligência Artificial: A Companhia tem investido na disseminação de inteligência artificial ao longo de suas operações, com foco em ganhos de produtividade e no desenvolvimento de um “futuro agêntico” em que agentes de IA operem dentro da infraestrutura integrada da LWSA. A aplicação de IA tem contribuído para a simplificação organizacional, otimização de processos e redução de custos operacionais, sendo um fator relevante para a expansão contínua de margens observada ao longo de 2025.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações na taxa de inflação, pois grande parte dos contratos da Companhia com seus clientes são indexados a índices de inflação.

A receita operacional líquida da Companhia pode ser afetada pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia, conforme observado no item de Breve Descrição da Companhia do atual Formulário de Referência, a Companhia possui a menor taxa de cancelamento do mercado de hospedagem de sites, devido à pulverização de sua base de clientes (cerca de 700 mil clientes ativos em todo o ecossistema, conforme apresentado no item Breve Descrição da Companhia do atual Formulário de Referência), composta por pequenas e médias empresas de praticamente todos os setores da economia brasileira.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPCA, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), que estão atrelados à variação do IPCA, além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que por sua vez estão atrelados ao IGPM. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

2.2 Resultados operacional e financeiro

c. Impacto relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto, médio e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia devido à pulverização de sua base instalada de clientes, composta por empresas de praticamente todos os tamanhos e setores da economia brasileira. Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M e o do IPC- A, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que também são influenciados por estes índices de inflação. Porém, este impacto é atenuado à medida que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em ativos de baixo risco e aplicações em instituições financeiras, sem constituir concentração nestas últimas e sempre considerando instituições de primeira linha, e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira com rendimentos de aplicações financeiras, representou 86,4% da receita financeira total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A administração da Companhia entende que a alteração na taxa de câmbio, da inflação, da taxa de juros de longo prazo (TJLP) e da taxa de juros não teria impacto relevante na lucratividade, conforme apresentado na análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2025:

Transação	Risco	Saldo em 31/12/2025	Provável
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	337.707	(8.105)
Títulos e valores mobiliários restritos	Queda do CDI	92.731	(2.226)
CDI (cenário de queda)		14,90%	12,50%

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS/OPINIÕES MODIFICADAS E ÊNFASES

a. mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

No exercício de 2025, a Companhia não realizou mudanças nas práticas contábeis que tenham tido efeitos significativos nas demonstrações financeiras.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Administração da Companhia informa que, o relatório dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não contem ênfase ou ressalva.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 EFEITOS RELEVANTES NAS DFS

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Embora a alienação da Wake Creators em outubro de 2025 não tenha representado a eliminação de um segmento reportado, a operação implicou a descontinuação de uma linha de negócios voltada a marketing de influência, inserida no contexto de simplificação do portfólio da Companhia e foco em soluções de software, e-commerce e inteligência de dados para o varejo digital.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas na Seção 6 do atual Formulário de Referência. As operações mencionadas naquele item não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e nos seus resultados.

Contudo, conforme mencionado no item 2.1(h), a alienação da Wake Creators Digital Media Channel Ltda. (“Wake Creators” ou “Squid”) para o fundo UNLK Two, por R\$45 milhões, gerou impacto contábil de R\$417,3 milhões na linha de Outras Despesas Operacionais no terceiro trimestre de 2025, representando a principal causa do prejuízo líquido contábil registrado no exercício. Adicionalmente, em fevereiro de 2025, foi aprovada a incorporação das controladas Locaweb Commerce Holding Ltda. e LWK Hosting Participações Ltda. pela controladora LWSA S.A., como parte do processo de simplificação societária do grupo.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação a Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

2.5 Medições não contábeis

2.5 MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

a. Valor das medições não contábeis;

Entendemos que as medições não contábeis apresentadas abaixo são as medições mais apropriadas para o melhor entendimento de nossa atividade e de nossa geração de caixa, sendo estas medidas não contábeis, inclusive, uma das formas utilizadas por nossa administração para avaliação de nossa performance.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nº 156, de 23 de junho de 2022, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado refere-se ao lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, pelos custos e despesas de depreciação e amortização, despesas com plano de opção de compra de ações; despesas relacionados à fusões e aquisições; despesas de bônus consideradas não recorrentes pela Administração da Companhia, receita financeira relativa a derivativos utilizados como instrumento de hedge para proteção da variação cambial sobre passivos operacionais, baixa contábil decorrente da alienação de investimento na controlada Eventials e despesas extraordinárias relacionadas à oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (“IPO”) realizada em fevereiro de 2020 e pela oferta subsequente (Follow On) ocorrido em 2021.

No exercício de 2025, o EBITDA Ajustado da Companhia totalizou R\$329,7 milhões, um crescimento de 17,2% em relação a 2024, com Margem EBITDA Ajustada de 22,1%, representando expansão de 1,3 ponto percentual em relação ao exercício anterior. No quarto trimestre de 2025, o EBITDA Ajustado atingiu R\$96,6 milhões, com margem de 25,3%, o patamar mais elevado registrado no período de reporte trimestral.

A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado consistem no EBITDA e/ou no EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA e EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os dois últimos exercícios sociais:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
EBITDA	(134,7)	244,2
EBITDA Ajustado	329,7	281,4
Margem EBITDA	-9,05%	17,80%
Margem EBITDA Ajustada	22,15%	20,50%

2.5 Medições não contábeis

Lucro Líquido Ajustado e Margem Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado é calculado a partir do lucro líquido, excluindo: (i) despesas de plano de opção de compra de ações; (ii) despesas de amortização de intangíveis decorrentes das aquisições de empresas; (iii) despesa de imposto de renda e contribuição social diferido; (iv) ajustes relacionados ao CPC 06 (refere-se à soma das despesas financeiras com juros devido à atualização do passivo de arrendamento e da despesa de depreciação do ativo de direito de uso menos os pagamentos do passivo de arrendamento realizados); (v) marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos; e (vi) despesas extraordinárias relacionadas à oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (IPO) realizada em fevereiro de 2020 e posterior oferta subsequente (Follow On) realizada em fevereiro de 2021.

No acumulado de 2025, o Lucro Líquido Ajustado totalizou R\$204,6 milhões, crescimento de 36,5% em relação a 2024, com Margem Líquida Ajustada de 13,7%. No 4T25, o Lucro Líquido Ajustado alcançou R\$69,0 milhões, alta de 60,9% na comparação anual, com margem de 18,1%, expansão de 6,3 pontos percentuais.

A Margem Lucro Líquido Ajustado consiste no Lucro Líquido Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

Seguem abaixo os valores do Lucro Líquido Ajustado da Companhia para os dois últimos exercícios sociais:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro Líquido	(225,5)	42,2
Lucro Líquido Ajustado	204,6	149,9

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O Lucro Ajustado não possui significado padrão e pode não ser comparável com medida de mesma nomenclatura apresentada por outras companhias.

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) refere-se a soma dos empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos passivos e passivo de arrendamento menos caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira restrita e instrumentos financeiros derivativos ativos. Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida (Caixa Líquido) da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(389,3)	(469,5)

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

b. Reconciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

2.5 Medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado ao nosso lucro líquido:

EBITDA e EBITDA Ajustado (R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro (Prejuízo) Líquido	(225,5)	42,2
(+) Resultado Financeiro Líquido	(27,7)	(48,9)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	79,0	(22,7)
(+) Depreciação e Amortização	142,0	130,4
EBITDA (1)	(134,7)	244,2
(+) Plano de opção de compra de ações e Plano de Ações Restritas	16,0	15,0
(+) Despesas de fusões e aquisições (2)	0,3	4,5
(+) Ajustes Relacionados a Earnout	0	0
(+) Outros Ajustes (3)	0	0
(+) Desinvestimento	0	4,1
(+) Despesa não recorrente	448,1	13,6
EBITDA Ajustado (4)	329,7	281,4
<i>Margem EBITDA Ajustada (%) (5)</i>	<i>22,1%</i>	<i>20,5%</i>
Receita Operacional Líquida	1.488,5	1.370,0

(1) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado.

(2) Despesas de fusões e aquisições estão relacionadas, principalmente, as despesas com advogados e consultores em conexão com os processos de fusões e aquisições.

(3) Despesas que não fazem parte do curso normal dos negócios da Companhia, tais como descontinuidade de produtos.

(4) Margem EBITDA refere-se ao EBITDA dividido pela receita operacional líquida.

(5) Margem EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA Ajustado dividido pela receita operacional líquida.

Lucro Líquido Ajustado

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de nosso Lucro Líquido para o Lucro Líquido Ajustado:

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado (R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro Líquido	(225,5)	42,2
(+) Plano de opção de compra de ações e Plano de Ações Restritas	16,0	15,0
(+) Amortização de intangíveis PPA	36,0	39,0
(+) Ajuste de Earnout de Aquisições	19,6	69,0
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(89,7)	(24,4)
(+) Ajuste relacionado ao CPC 06	0	1,1
(+) Marcação a mercado de derivativos	0	0
(+) Despesas relacionadas ao IPO e Follow-on	0	0
(+) Despesas Não Recorrentes / Reestruturação	448,1	9,0

2.5 Medições não contábeis

Lucro Líquido Ajustado	204,6	149,9
<i>Margem Lucro Líquido Ajustado (%)</i>	<i>13,7%</i>	<i>10,9%</i>
Receita Operacional Líquida	1.488,5	1.370,0

(1) Refere-se à amortização de ativos intangíveis de tecnologia e carteira de clientes decorrentes da alocação de valor justo das combinações de negócios. A partir de 31 de dezembro de 2019, inclui, também, a amortização de marcas advinda das combinações de negócios.

(2) Ajuste a Valor Presente dos Earnouts das empresas adquiridas

(3) Refere-se à soma das despesas financeiras com juros sobre a atualização do passivo de arrendamento e despesas de depreciação do ativo de direito de uso menos os pagamentos do passivo de arrendamento.

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A seguinte tabela apresenta uma reconciliação da nossa Dívida Líquida nas datas indicadas abaixo:

Dívida Líquida (Caixa Líquido)	Em 31 de dezembro de	
<i>(R\$ milhões, exceto %)</i>	2025	2024
(+) Empréstimos e Financiamentos (circulante)	0	0
(+) Empréstimos e Financiamentos (não circulante)	0	0
(+) Passivo de arrendamento (circulante)	18,8	14,5
(+) Passivo de arrendamento (não circulante)	56,7	59,9
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	371,9	447,4
Dívida Líquida	(296,5)	(373,0)

c. Motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia:

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores não contábeis utilizados por nossa Administração para avaliar o resultado de nossas operações, facilitando a comparabilidade da evolução operacional ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto, no nosso entendimento, no fluxo de caixa.

Acreditamos que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são informações adicionais às nossas demonstrações financeiras, mas não são medições contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS, e não devem ser utilizados como substitutos do lucro líquido, do fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, nem tampouco como indicadores de liquidez e/ou como base de distribuição de dividendos.

Entendemos que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado são medições apropriadas para a correta compreensão dos resultados das nossas operações, posto que, no seu cálculo, não são incluídas despesas de depreciação/amortização, de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e resultado financeiro, não sendo, portanto, afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações na carga tributária relativa à imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como pelos níveis de depreciação e amortização do ativo imobilizado, intangível e direito de uso.

Lucro Líquido Ajustado

Entendemos que o Lucro Líquido Ajustado é uma medição não contábil apropriada para a correta compreensão do resultado das nossas operações, posto que, no seu cálculo, excluimos os seguintes efeitos não caixa do lucro líquido: (i) as despesas com plano de opção de compra de ações; (ii) amortização de intangíveis decorrentes da aquisição de empresas; (iii) imposto de renda e contribuição social diferido; ajuste relacionado ao CPC 06 (refere-se à soma das despesas financeiras com juros devido à atualização do passivo de arrendamento e da despesa de

2.5 Medições não contábeis

depreciação do ativo de direito de uso menos os pagamentos do passivo de arrendamento realizados); e (v) marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos.

Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Companhia entende que a medição da Dívida Líquida (Caixa Líquido) é útil na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita.

Fluxo de Caixa Livre (FCL)

Adicionalmente, a Companhia passou a monitorar o Fluxo de Caixa Livre (FCL) como métrica complementar de avaliação de desempenho, tendo registrado R\$224,8 milhões em 2025 (margem de 15,1%), comparado a R\$33,1 milhões em 2024 (margem de 2,6%). Esta evolução reflete a maturidade operacional e a capacidade da Companhia de converter seu resultado operacional em geração efetiva de caixa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 EVENTOS SUBSEQUENTES AS DFS

Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício que as altere substancialmente

Conforme reunião do conselho da administração realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi aprovada a criação do 4º Programa de Recompra de Ações, em que a Companhia ou suas controladas poderão adquirir até 38.800.000 (trinta e oito milhões e oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia. O prazo máximo para a liquidação das aquisições de ações de emissão da Companhia será de 18 (dezoito) meses, contados a partir do dia 11 de fevereiro de 2025 (inclusive) e tendo como termo final, portanto, o dia 11 de agosto de 2026 (inclusive).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2025, foi deliberada e aprovada a incorporação das controladas Locaweb Commerce Holding Ltda., LWK Hosting Participações Ltda pela controladora LWSA S.A.

Em outubro de 2025 foi celebrada a alienação da totalidade do capital social da Wake Creators Digital Media Channel Ltda. ("Wake Creators" ou "Squid" e "Operação", respectivamente). Mais informações sobre a operação podem ser encontradas no fato relevante divulgado pela companhia em 07 de outubro de 2025.

A alienação foi realizada em favor do fundo UNLK Two, pelo valor de R\$45 milhões, com parte do pagamento efetuado na data de assinatura e o saldo a ser quitado de forma parcelada até 2029. A operação faz parte do plano de simplificação do portfólio da Companhia, que passou a concentrar esforços em tecnologia, software e inteligência de dados para o varejo digital.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de dezembro de 2025, foi deliberada e aprovada a redução do capital social da companhia no valor de R\$ 140.000.000 (cento e quarente milhões), sem cancelamento de ações, mediante restituição de valores aos acionistas.

2.7 Destinação de resultados

2.7 DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

	31/12/2025
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o disposto no nosso Estatuto Social, e em consonância com o artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados conforme prevê a Lei das Sociedades por Ações.
a.i. Valores das retenções de lucros	(i) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o resultado da Companhia foi um prejuízo no valor de R\$ (225.450) mil. No mesmo período, a Companhia realizou uma Reserva de Retenção de Lucros de R\$ 29.740 mil, a fim de atender projetos de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o resultado da Companhia foi um prejuízo no valor de R\$ (225.450) mil, razão pela qual não foram destinados recursos à Reserva Legal. A Companhia aloca 5% do lucro líquido anual para a reserva legal, antes da destinação de dividendos, limitando essa reserva em até 20% do valor do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Nosso Estatuto Social prevê que a parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Além das distribuições de dividendos anuais em sede de Assembleia Geral Ordinária por ocasião da destinação do resultado, nos termos do parágrafo 2º do Artigo 40 do Estatuto

2.7 Destinação de resultados

	Social da Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá: (i) levantar balanços anuais, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos intercalares ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social, nós não possuímos restrições às distribuições de dividendos
e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

Tendo em vista que a Companhia registrou prejuízo líquido contábil de R\$225,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não há resultado a ser destinado na forma prevista no artigo 192 da Lei nº 6.404/76. O prejuízo do exercício será absorvido conforme disposições legais e estatutárias aplicáveis.

A Administração ressalta que o prejuízo líquido contábil foi substancialmente influenciado por efeitos não recorrentes, notadamente a baixa contábil de R\$416,3 milhões decorrente da alienação da Wake Creators. Em base ajustada, o Lucro Líquido Ajustado da Companhia foi de R\$204,6 milhões, evidenciando a solidez operacional do negócio. A Companhia mantém seu compromisso de retorno de valor aos acionistas por meio de outros mecanismos, como o programa de recompra de ações e a redução de capital de R\$140 milhões aprovada em dezembro de 2025.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DFS

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items).

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há ativos e/ou passivos off-balance sheet no exercício de 31 de dezembro de 2025.

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2025.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2025.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no exercício de 31 de dezembro de 2025.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c. natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.10 Planos de negócios

2.10 PLANOS DE NEGÓCIOS

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor.

a. investimentos

descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são focados em melhorar e aumentar a oferta de produtos digitais ao público-alvo da Companhia, possuindo três grandes linhas: (i) desenvolvimento de novos produtos ou ativos; (ii) investimento em infraestrutura; e (iii) investimento em inovação tecnológica e automação para aumento da eficiência e fortalecimento do ecossistema.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2025, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado totalizaram R\$29,5 milhões; os gastos com ativo intangível totalizaram R\$91,8 milhões, e o caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos foi de R\$332,6 milhões.

A Companhia tem direcionado investimentos estratégicos para o desenvolvimento de soluções baseadas em inteligência artificial e para o fortalecimento da integração entre as diversas plataformas do ecossistema, com destaque para a integração com novos marketplaces como TikTok Shop e TEMU. Essas iniciativas visam ampliar os canais de vendas disponíveis aos clientes e reforçar o posicionamento da LWSA como provedora de infraestrutura crítica para o varejo digital brasileiro.

i. fontes de financiamento dos investimentos

Historicamente, os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por realização de empréstimos e financiamentos junto à terceiros. Existe um plano de aceleração desses investimentos, que será financiado por meio dos recursos líquidos obtidos no âmbito da oferta pública primária de ações da Companhia (IPO), realizada em fevereiro de 2020, e na oferta subsequente (Follow On), realizada em fevereiro de 2021, bem como por outras potenciais ofertas de ações da Companhia subsequentes.

Cabe registrar que a alienação da Wake Creators, concluída em outubro de 2025, representou a conclusão do principal desinvestimento planejado no contexto da simplificação do portfólio. A Administração segue avaliando oportunidades de otimização de ativos em linha com a estratégia de foco e disciplina na execução.

ii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgada

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

ii. montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os investimentos em Desenvolvimento de Novos Produtos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$75,2 milhões. Vale ressaltar que os investimentos em Desenvolvimento de Novos Produtos são capitalizados no ativo intangível.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme tabela abaixo, que são gerados a partir dos dados mencionados no item ii. acima, a Companhia gastou no desenvolvimento interno de novos produtos os montantes abaixo listados:

(em milhares de R\$)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Adições de Intangível - Desenvolvimento Interno	75.248	73.059

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia tem a missão de ajudar as empresas a nascerem e prosperarem por meio da tecnologia. Com foco na digitalização, principalmente, de pequenas e médias empresas, atuamos para dar as melhores ferramentas para que o nosso cliente consiga competir, utilizando o nosso ecossistema , com concorrentes muito maiores.

Para contribuir com o crescimento dos nossos clientes, produzimos materiais relacionados a varejo eletrônico e disponibilizamos gratuitamente por meio do website Escola de E-commerce, que recebe cerca de 500 mil visitas por mês. Nesse website, de forma totalmente gratuita, os empreendedores brasileiros têm acesso a conteúdos de qualidade, que contribuem para uma jornada digital mais simples e fluída. Indo mais além, promovemos cursos exclusivos para clientes, unindo a nossa plataforma de cursos práticos, o E-Tray, e nossa plataforma de cursos estratégicos, o E-comClass, para proporcionar o conhecimento que o cliente necessita para o sucesso.

A Companhia reforça seu compromisso com a geração de valor sustentável por meio da democratização da tecnologia para pequenos e médios empreendedores brasileiros. Com mais de 206 mil assinantes de plataforma e cerca de 700 mil clientes ativos em seu ecossistema, a LWSA contribui diretamente para a inclusão digital e a competitividade de empresas de menor porte, pilar central de sua estratégia ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTES O DESEMPENHO OPERACIONAL

Nossos Diretores entendem que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante nosso desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 2.

A Administração destaca, contudo, que o ano de 2025 foi marcado por um ambiente macroeconômico desafiador no Brasil, com taxa Selic elevada e volatilidade cambial. Apesar desse contexto, a Companhia demonstrou resiliência operacional, acelerando o crescimento de receita ao longo dos trimestres e expandindo margens de forma consistente. A estratégia de simplificação organizacional, foco em rentabilidade e adoção de inteligência artificial foram determinantes para esse desempenho.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 PROJEÇÕES DIVULGADAS E PREMISSAS

a. Objeto da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

d. Valores indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES

Na hipótese de a Companhia ter divulgado, nos últimos três exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável. Até a data deste Formulário de Referência não temos por prática divulgar ao mercado projeções ou estimativas de qualquer tipo, sejam operacionais, técnicas, administrativas, financeiras ou de qualquer outro tipo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos nele mencionados e as nossas informações financeiras e respectivas notas explicativas. Nossa atividade, reputação, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou o valor dos valores mobiliários de nossa emissão poderão ser afetados adversamente por qualquer dos fatores de riscos conhecidos por nós na data deste Formulário de Referência e descritos abaixo, bem como por riscos adicionais não conhecidos, mas que podem surgir no futuro ou que consideramos irrelevantes nesta data. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que nossos acionistas poderão perder parte ou a totalidade de seus investimentos nos valores mobiliários de nossa emissão.

Para os fins desta Seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante para nós, nossas controladas ou coligadas, individual ou conjuntamente, em nossas atividades, reputação, situações financeiras, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou de valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta Seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto. Ademais, não obstante a subdivisão desta Seção “4. Fatores de Risco”, um fator de risco que esteja em um item pode também se aplicar a um ou mais itens desta Seção ou de qualquer matéria tratada neste Formulário de Referência.

a. Com relação à Companhia

O fluxo de receita da Companhia está concentrado, de forma relevante, na prestação de serviços e licenciamento de soluções tecnológicas que compõem o nosso portfólio, que poderiam diminuir em razão do aumento de concorrência, de condições de mercado, redução na demanda por esses serviços ou produtos ou em razão de outros fatores como indisponibilidade de nossa infraestrutura ou aplicações.

Nossas receitas dependem substancialmente das assinaturas e contratações geradas pelos produtos e serviços tecnológicos que oferecemos nos segmentos Be Online/SaaS e Commerce, que incluem serviços de Hosting, E-mail, Cloud Computing, servidores dedicados, plataformas de e-commerce, soluções de meios de pagamento, ERP, logística, marketing e geração de leads dentre outros serviços complementares a eles relacionados. Caso a receita advinda dessas assinaturas e contratações diminua, seja em razão do aumento da concorrência, de condições adversas de mercado ou da redução na demanda por esses serviços ou produtos ou em razão de outros fatores como indisponibilidade de nossa infraestrutura ou aplicações, nosso fluxo de caixa e liquidez poderão ser prejudicados, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Operamos em mercados competitivos onde o aumento da competição pode afetar adversamente nossa participação nestes mercados e estratégia de preços.

A Companhia enfrenta concorrência em todas as frentes de atuação, em mercados caracterizados por rápida transformação tecnológica. Embora a Companhia tenha consolidado barreiras competitivas relevantes por meio de seu ecossistema integrado, que une soluções de e-commerce, ERP, pagamentos e logística, o surgimento de tecnologias disruptivas e modelos de negócios alternativos pode intensificar a competição no mercado.

Nossos competidores incluem desde empresas nacionais especializadas até grandes grupos multinacionais que frequentemente contam com: (i) escala global e recursos tecnológicos, incluindo infraestrutura avançada de Inteligência Artificial; (ii) acesso a mercados de capitais internacionais com menores custos de captação; e (iii) capacidade de investimento superior para subsidiar preços e atrair grandes lojistas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A manutenção da liderança de mercado da Companhia depende de sua capacidade de continuar integrando novas funcionalidades e tecnologias que aumentem o custo de substituição para seus clientes. Caso a Companhia não responda adequadamente às estratégias agressivas de concorrentes ou não consiga manter a superioridade técnica de sua plataforma integrada, poderá ocorrer uma redução em sua participação de mercado. Tal cenário poderia gerar pressão sobre as margens operacionais e elevar o custo de aquisição e retenção de clientes, afetando adversamente nossos negócios, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

A velocidade de inovação em inteligência artificial pode intensificar a competição e exigir adaptação contínua do portfólio de soluções da Companhia.

O avanço acelerado de tecnologias baseadas em inteligência artificial tem gerado transformações no mercado de soluções digitais e SaaS, ampliando as possibilidades de automação, personalização e geração de valor para os clientes. A Companhia acompanha ativamente esse movimento e investe continuamente na incorporação de funcionalidades baseadas em IA ao seu ecossistema, com o objetivo de ampliar a proposta de valor das suas plataformas e fortalecer sua posição competitiva.

Não obstante, o ritmo de evolução dessas tecnologias pode intensificar a concorrência no setor, com o surgimento de novos modelos de negócio e soluções alternativas, inclusive por parte de agentes globais com escala e capacidade de investimento em tecnologia significativamente superiores. Caso a Companhia não mantenha velocidade de desenvolvimento e integração compatível com as melhores práticas do mercado, poderá enfrentar pressão sobre sua participação de mercado e sobre a percepção de valor de seu portfólio pelos clientes.

A Companhia mitiga esse risco por meio de investimentos contínuos em P&D, parcerias estratégicas com fornecedores de infraestrutura tecnológica e da integração nativa de funcionalidades algorítmicas em suas principais plataformas, em linha com seu plano de negócios.

Contamos com ferramentas de pesquisa e redes sociais para atrair uma parte significativa de nossos clientes e podemos enfrentar mudanças que reduzem a efetividade dessas fontes de clientes ou que geram outros problemas que não estão no nosso controle.

Contamos com ferramentas de pesquisa e redes sociais para atrair uma parte significativa de nossos clientes, incluindo sites de buscas e anúncios em redes sociais para divulgar nossos produtos e serviços. As empresas responsáveis por esses mecanismos de pesquisa ou redes sociais revisam seus algoritmos periodicamente na tentativa de otimizar seus resultados de pesquisa e divulgação de anúncios, aumentando seus preços e receitas e fazendo com que paguemos mais para usar tais recursos. Caso esses mecanismos de pesquisa ou redes sociais modifiquem seus algoritmos ou políticas relacionadas à publicidade, aumentem seus preços ou sofram problemas relacionados à tecnologia, ataques de hackers ou outros, nossos sites, produtos ou serviços poderão aparecer com menor destaque ou não aparecer nos resultados de tais pesquisas ou nas visualizações de tais redes sociais, diminuindo significativamente as visitas aos nossos sites e anúncios e, conseqüentemente, limitando nossa capacidade de atrair novos clientes, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Utilizamos um modelo de precificação baseado em assinaturas que sofre pressão de mercado, guerra de preços e outros fatores.

A Companhia adota um modelo de precificação fundamentado em receitas recorrentes (assinaturas mensais, trimestrais, anuais ou trienais) e receitas transacionais baseadas no volume de operações dos clientes. Este modelo de precificação híbrido nos sujeita a desafios de mercado, incluindo a intensificação da concorrência, que pode resultar em ajustes nos patamares de preços de subscrição ou na compressão das taxas transacionais cobradas por nossos serviços.

A aceitação contínua desse modelo por parte de clientes atuais e potenciais não é garantida e pode ser influenciada por mudanças tecnológicas, novas práticas de mercado ou intervenções regulatórias, especialmente no setor de serviços financeiros. Adicionalmente, a migração de clientes entre diferentes níveis de serviço pode impactar nossas margens e a rentabilidade do ecossistema.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Qualquer alteração relevante, planejada ou inesperada, nos padrões de precificação aceitos pelo mercado ou na estrutura de custos necessária para manter nossa competitividade pode limitar a alavancagem operacional da Companhia e sua capacidade de geração de fluxo de caixa livre. Tais variações podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de mercado de nossos valores mobiliários.

Podemos não ser capazes de atrair novos clientes, manter nossos atuais clientes, ou ainda expandir as vendas para os nossos clientes atuais.

A estratégia de crescimento da Companhia está vinculada à sua capacidade de atrair novos usuários e de reter sua base atual, estimulando a adoção de soluções complementares de nosso portfólio. Para alcançar estes objetivos, é fundamental que a Companhia demonstre de forma contínua a proposta de valor e os ganhos de eficiência operacional derivados da integração de seus produtos e serviços.

Eventuais falhas na execução das estratégias comerciais, na otimização dos recursos de marketing e vendas ou na prestação de um suporte pós-venda de excelência podem comprometer a satisfação dos clientes e a aceitação de novas soluções pelo mercado. A incapacidade de promover o amadurecimento digital dos clientes dentro do ecossistema pode limitar a expansão das vendas e impactar a retenção da base, situações estas que podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

O processo de abertura de capital da Companhia e sua manutenção como companhia aberta perante a CVM, com ações listadas e negociadas no segmento Novo Mercado da B3, resultou em aumento dos custos da Companhia.

Incorremos, no processo de abertura de capital da Companhia, em despesas legais, estruturais, de melhoria em nossa governança corporativa, contábeis e outras que não incorreríamos como sociedade anônima de capital fechado. Continuamos a incorrer custos significativos para manter e aprimorar a estrutura e os registros da Companhia na CVM e na B3, inclusive no que diz respeito ao cumprimento dos requisitos de listagem no Novo Mercado, o segmento de listagem da B3, que exige os mais altos níveis de governança corporativa. Adicionalmente, na condição de companhia aberta, temos o dever de implementar e manter controles internos adequados e eficazes sobre os relatórios financeiros, nossas operações, os riscos a que estamos sujeitos, nossa governança corporativa, dentre outros. O aumento dos custos para se manter como companhia aberta ou qualquer falha em manter a adequação de controles internos acima mencionados poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos ser afetados adversamente pela taxa de crescimento do uso da tecnologia nos negócios e pelo tipo e nível de gastos com tecnologia por parte de nossos clientes.

O desempenho da Companhia está condicionado, em parte, à expansão contínua da digitalização dos processos de negócio de seus clientes, atuais e potenciais. Em ciclos econômicos desafiadores, os clientes podem priorizar a preservação de caixa, adiando investimentos em novas tecnologias. Além disso, empresas podem apresentar resistência à adoção de novas arquiteturas que exijam mudanças em seus processos operacionais existentes.

Na hipótese de uma desaceleração na digitalização do mercado ou de uma redução nos orçamentos destinados à tecnologia, a Companhia poderá enfrentar dificuldades caso não seja capaz de evidenciar o ganho de produtividade e o valor estratégico de seu ecossistema integrado. Se a Companhia não obtiver êxito em posicionar suas soluções como alavancas de rentabilidade e eficiência para os clientes, a taxa de adoção de novas tecnologias poderá ser inferior à esperada, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Dependemos da nossa capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, internamente, por meio de parceiros ou de aquisições, e da nossa capacidade de adaptação às rápidas mudanças tecnológicas.

As nossas atividades dependem fundamentalmente de tecnologia e de sistemas para o funcionamento dos nossos negócios. O setor de tecnologia é extremamente dinâmico e nosso bom desempenho futuro depende, em parte,

4.1 Descrição dos fatores de risco

de nossa capacidade de prevermos e nos adaptarmos em tempo hábil a tais transformações tecnológicas. A desatualização de nossos produtos, serviços e tecnologias em relação aos de nossos concorrentes, tendo em vista as demandas de nossos clientes, poderá reduzir as receitas geradas por nossos produtos e serviços e tornar necessário o investimento em novas tecnologias. Não podemos garantir que continuaremos a desenvolver ou ter acesso a novas tecnologias capazes de manter nossos clientes ou atrair novos clientes, bem como de ser bem-sucedidos na incorporação dessas tecnologias aos nossos produtos e serviços. Adicionalmente, a demanda por nossos novos produtos e serviços pode não existir ou ainda podemos não conseguir desenvolver soluções a tempo e a preços economicamente viáveis, o que poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos não ter o retorno adequado de receitas significativas para as despesas e os investimentos atuais e futuros que fizermos em pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços.

O desenvolvimento de novos produtos e serviços tecnológicos pode não se concretizar e, mesmo que concretizado, caso a demanda por tais produtos e serviços não se desenvolva ou se desenvolva em um ritmo mais lento que o previsto, podemos não ser capazes de recuperar as despesas e os investimentos que viermos a incorrer em pesquisa e desenvolvimento de produtos ou serviços, o que poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos enfrentar desafios na extração de sinergias e na integração plena das operações de empresas adquiridas, o que pode impactar nossa estratégia de eficiência operacional.

A estratégia de crescimento da Companhia, embora atualmente priorize a expansão orgânica e a monetização de seu ecossistema, incluiu historicamente a aquisição de diversos ativos e empresas de tecnologia. O sucesso de nossa performance financeira depende, em parte, da nossa capacidade de concluir a integração dessas operações e capturar as sinergias de custos e receitas previstas. Não podemos assegurar que as integrações em curso ou eventuais aquisições futuras trarão os resultados esperados ou que a administração será capaz de gerenciar a complexidade de um ecossistema vasto de forma totalmente eficaz.

Os riscos relacionados à gestão do portfólio de empresas adquiridas e aos processos de integração incluem, dentre outros: (i) desvio da atenção da administração de atividades core para processos de transição ou reestruturação; (ii) dificuldades em unificar sistemas, recursos humanos e culturas organizacionais para obter as economias de escala e ganhos de eficiência planejados; (iii) perda de talentos-chave e executivos essenciais das unidades adquiridas; (iv) deterioração nas relações com clientes ou fornecedores devido a mudanças em processos ou suporte pós-integração; (v) necessidade de investimentos adicionais não previstos para modernizar tecnologias legadas ou adequar produtos à estratégia do grupo; (vi) desafios na padronização de controles internos, políticas de conformidade e níveis de serviço (SLAs) em todas as unidades de negócio; (vii) complexidade na oferta de múltiplas linhas de produtos com modelos de precificação e suporte distintos, podendo gerar fricção na jornada de compra do cliente; (viii) custos de suporte e desenvolvimento superiores aos previstos para manter a competitividade de produtos adquiridos; (ix) riscos de contingências fiscais, trabalhistas ou cíveis não identificadas durante as diligências (due diligence) ou falha na obtenção de indenizações contratuais; (x) questionamentos fiscais sobre a amortização de ágios e potenciais perdas no valor recuperável (impairment) de ativos.

Adicionalmente, embora a Companhia adote uma postura seletiva para novos M&As, qualquer utilização de caixa para aquisições futuras pode limitar a disponibilidade de recursos para outras prioridades estratégicas, como o reinvestimento no negócio principal, programas de recompra de ações ou distribuição de dividendos. A incapacidade de lidar com os desafios da integração e da gestão de um portfólio diversificado poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos não conseguir atrair novos talentos ou manter colaboradores qualificados para apoiar nossas operações, estando também expostos a riscos de escassez de talentos especializados para o contínuo desenvolvimento de produtos baseados em inteligência artificial.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Há forte e contínua concorrência no setor em que atuamos quanto à contratação de profissionais qualificados nas áreas comercial, operacional, administrativa e técnica, de modo que o sucesso de nossos negócios depende, em grande parte, da capacidade de atrair, contratar, treinar e manter esse pessoal qualificado. Ademais, uma eventual conjuntura econômica de crescimento poderá influenciar a capacidade de retenção de colaboradores devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos, elevando a taxa de rotatividade de pessoal. Adicionalmente, a execução da estratégia de tecnologia e inovação da Companhia depende diretamente de sua capacidade de atrair, desenvolver e reter profissionais com competências altamente especializadas em ciência de dados e arquiteturas de dados complexas. O mercado global de talentos em Inteligência Artificial é caracterizado por uma assimetria severa entre a oferta e a demanda de profissionais qualificados, o que resulta em patamares de remuneração e incentivos significativamente superiores aos praticados em funções tradicionais de desenvolvimento de software.

Podemos não conseguir atrair, treinar e manter pessoal com as necessárias qualificações para atender nossos clientes, sendo que a incapacidade de preencher vagas especializadas ou o atraso na contratação de profissionais em IA introduz o risco de postergação no roadmap de desenvolvimento e entrega de novas funcionalidades. Diante de um mercado no qual a velocidade de implementação de IA dita a liderança concorrencial e protege os sistemas contra a obsolescência tecnológica, qualquer defasagem na execução de nossos projetos de inovação devido à escassez de recursos humanos reduzirá nossa capacidade de gerar ganhos de produtividade para os lojistas. Tais limitações podem comprometer a diferenciação competitiva de nossa plataforma integrada, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Estamos sujeitos a falhas ou interrupções em nossos sistemas, redes de comunicação, hardwares, softwares, data centers, infraestrutura de rede, violações de segurança, ataques de hackers e outras situações similares que estejam sob ou além de nosso controle.

Nossas atividades dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de nossos sistemas, redes de comunicação, hardwares, softwares, data centers e infraestrutura de rede. Armazenamos dados de faturamento, propriedade intelectual, informações de identificação pessoal e outros tipos de informações confidenciais de nossos clientes, fornecedores, colaboradores, parceiros e de clientes/consumidores de nossos clientes em nossos sistemas. A infraestrutura que usamos para operacionalizar nossos produtos e serviços pode estar sujeita a falhas ou interrupções por diversos fatores que estão sob ou além do nosso controle, tais como falhas humanas, incêndio, desastres naturais, falta de energia, falhas nos sistemas de telecomunicação ou danos ou violações dos sistemas de tecnologia da informação. A complexidade e relevância dos processos voltados à tecnologia nos expõe a eventuais falhas na execução de atividades relacionadas ao desenvolvimento sistêmico, homologação e manutenções periódicas, no âmbito lógico e físico.

O mercado em que atuamos está sujeito a riscos de ciber segurança que podem ser provenientes de, dentre outros, ataques cibernéticos que causem degradação aos sistemas ou indisponibilidade de serviços e produtos, penetração em sistemas de tecnologia da informação e plataformas por terceiros e infiltração de malware (tais como vírus de computador) nos sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de nossas redes e sistemas por terceiros, acesso não autorizado a dados confidenciais ou reservados de clientes por pessoas dentro ou fora de nosso grupo. Podemos sofrer tentativas por qualquer pessoa, incluindo nossos colaboradores, de violação de dados, invasão ou acesso de nossos sistemas para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais, acarretando seu uso indevido.

Qualquer destas ocorrências, seja intencional ou acidental, de nossa responsabilidade ou de terceiros, causadas ou não por falhas de segurança, pode levar a interrupções, atrasos ou suspensão do funcionamento dos nossos sistemas, redes de comunicação, hardwares, softwares, data centers e infraestrutura de rede, gerar falhas, interrupções ou erros na captura, no processamento de transações comerciais e liquidação destas transações e, conseqüentemente, afetar nossa reputação como um fornecedor confiável de serviços tecnológicos. No caso de nossas medidas de segurança serem insuficientes e/ou inadequadas, as informações que detemos ou coletamos terem sua confidencialidade violada, ou ainda, se houver interrupções ou mau funcionamento dos serviços e produtos oferecidos, poderemos incorrer em despesas significativas a fim de solucionar esses problemas

4.1 Descrição dos fatores de risco

causados e poderemos sofrer sanções, questionamentos dos órgãos reguladores e/ou danos reputacionais. Outro aspecto a ser notado nos processos relacionados à tecnologia da informação se refere à utilização de mão de obra terceirizada e a possibilidade de dependência de fornecedores e prestadores de serviços em caso de concentração excessiva criando uma dependência de conhecimento, recursos e pessoas, que podem ocasionar também as eventuais falhas ou interrupções acima mencionadas.

Em todas as hipóteses acima, sem a elas se limitar, estamos sujeitos ao cancelamento da contratação de nossos produtos e serviços, à atribuição de responsabilidades significativas perante nossos clientes ou aos clientes/consumidores de nossos clientes e à propositura de ações indenizatórias contra nós em virtude de violação de disposições contratuais, de confidencialidade ou da legislação de privacidade, por exemplo, o que pode afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Uma paralisação ou greve significativa de nossa força de trabalho pode afetar nossas operações.

Nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma de nossas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados a qualquer um de nossos fornecedores terceirizados, podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Dependemos de nossa capacidade de integrar nossos produtos e serviços a sistemas e plataformas de terceiros, além de estarmos expostos a riscos operacionais e à dependência de provedores globais de nuvem e APIs para nossas ferramentas de inteligência artificial.

Nossos produtos e serviços dependem da integração contínua com uma ampla gama de sistemas operacionais, hardware, software e plataformas de rede desenvolvidos ou mantidos por terceiros. Para garantir a operacionalidade, precisamos aprimorar constantemente nossas soluções, acompanhando as rápidas evoluções tecnológicas desses ecossistemas. Adicionalmente, qualquer deterioração no relacionamento com esses provedores ou mudanças unilaterais em suas tecnologias podem impactar negativamente nossos negócios. Isso inclui restrições de acesso, alterações em termos de uso ou modificações de recursos que tornem nossas soluções menos competitivas ou obsoletas. Eventuais falhas nessa integração ou a impossibilidade de utilizar tecnologias de terceiros podem limitar a adoção de nossa plataforma, afetando adversamente nossos resultados operacionais, nossa situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Nesse contexto, a infraestrutura necessária para suportar e processar as ferramentas de Inteligência Artificial da Companhia, incluindo os motores de aprendizado de máquina e os modelos de linguagem em grande escala (LLMs), baseia-se substancialmente em provedores externos de nuvem e APIs. Essa dependência de grandes corporações de tecnologia expõe a Companhia a riscos operacionais adicionais relacionados a alterações unilaterais em termos de serviço, interrupções inesperadas de fornecimento e oscilações nos custos de processamento. Caso esses provedores modifiquem suas políticas de acesso a dados e servidores, a Companhia poderá enfrentar uma compressão em suas margens operacionais, uma vez que a migração ou substituição imediata dessas arquiteturas por soluções proprietárias ou de outros fornecedores envolve alta complexidade técnica e elevados custos de transição.

Adicionalmente, os sistemas de Inteligência Artificial Generativa estão sujeitos a falhas operacionais. Eventuais falhas em nossos filtros de segurança e na curadoria interna de dados que permitam a disseminação dessas informações errôneas podem induzir nossos lojistas a tomadas de decisão equivocadas ou causar desgaste reputacional para a Companhia. Por fim, a falta de controle direto sobre as políticas de atualização e a evolução dos algoritmos fornecidos por terceiros pode gerar incompatibilidades e instabilidades sistêmicas em nossas aplicações. Interrupções ou indisponibilidades temporárias nos servidores desses provedores globais de IA impactam diretamente a performance das nossas plataformas e a experiência do usuário final. Caso a Companhia não seja capaz de implementar planos eficazes de contingência tecnológica ou de desenvolver alternativas internas viáveis para mitigar essa dependência operacional, nossos negócios e nossa operação geral podem ser afetados adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Falhas no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais dos nossos clientes, inclusive dados pessoais, e da nossa rede podem vir a prejudicar nossa reputação e marca e afetar substancialmente nossos negócios e os resultados das nossas operações.

Eventual falha da nossa Companhia em impedir violações de segurança na transmissão e armazenamento de dados eletrônicos, afetando a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações armazenadas, pode prejudicar a nossa reputação e a nossa marca e, ainda, afetar substancialmente nosso negócio e os resultados das nossas operações. Cabe destacar que não possuímos apólice de seguro que cubra ataques cibernéticos. Para mais informações sobre riscos relacionados aos seguros, ver fator de risco “Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros e nossas apólices de seguros podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente” neste item 4.1 do Formulário de Referência.

Qualquer falha na segurança da Companhia poderá expô-la a obrigações, disputas litigiosas ou procedimentos administrativos, que poderão resultar, dentre outras possibilidades, em indenizações por parte da Companhia às partes lesadas, o que poderá aumentar significativamente as despesas e diminuir sua atratividade, afetando adversamente os negócios e os resultados da Companhia.

Especificamente, a Companhia está sujeita ao vazamento de dados pessoais, acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de perda, alteração, destruição ou comunicação de dados pessoais, falhas nos sistemas e interrupções por quedas de energia, falhas nos sistemas de telecomunicação, ataques terroristas, cibernéticos, sabotagem e situações similares, falhas de softwares, vírus de computadores, e disfunções físicas ou eletrônicas nos sistemas de computadores e bases de dados pessoais da Companhia. No caso de violação de segurança da informação envolvendo dados pessoais, a Companhia poderá estar sujeita aos riscos e sanções previstos no fator de risco específico abaixo “Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e poderemos ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções”, incluindo ao dever de notificação aos órgãos competentes e titulares de dados.

Adicionalmente, a operação, o treinamento e o aprimoramento contínuo dos modelos de Inteligência Artificial adotados pela Companhia dependem do processamento e do armazenamento de elevada volumetria de registros integrados de nossos lojistas e de seus respectivos clientes finais. Essa concentração de dados necessária para alimentar os sistemas de IA eleva substancialmente os riscos de desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tornando tais arquiteturas alvos preferenciais para ataques cibernéticos e para a exploração de falhas nos próprios modelos algorítmicos. Apesar dos investimentos contínuos da Companhia em protocolos de cibersegurança e governança, os dados armazenados podem ser expostos indevidamente por incidentes de vazamento, comprometendo gravemente a privacidade dos titulares e violando as diretrizes legais vigentes. Da mesma forma, erros sistemáticos e distorções em decisões automatizadas baseadas nesses dados podem ser interpretados como tratamento irregular de dados pessoais ou descumprimento das garantias de transparência e privacidade previstas na LGPD. Caso o mercado ou agências de classificação percebam fragilidades em nossa governança de dados para IA, a atratividade de nossas ações e o custo de captação de recursos poderão ser prejudicados.

Falhas de segurança que acarretam na perda de dados e informações, além de poder impedir o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, podem impedir o cumprimento de determinadas obrigações legais, ocasionando, por exemplo, violações a retenção de guarda obrigatória de registros de acesso à aplicação exigida pela Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet). Ainda, falhas no armazenamento de dados poderão dificultar ou impedir a defesa dos interesses da Companhia em eventuais ações judiciais ou administrativas, como, por exemplo, para investigação de fraudes e recuperação de valores.

Dependemos de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito utilizados nas transações efetuadas em nosso website. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos podem resultar na exposição de falhas nas tecnologias que utilizamos para proteger informações e dados pessoais fornecidos pelos clientes durante as operações de compra. Caso a Companhia não seja capaz de atualizar suas plataformas, suas operações e sua conformidade legal poderão ser prejudicadas,

4.1 Descrição dos fatores de risco

afetando adversamente os resultados da Companhia. Ainda, estamos suscetíveis a usos impróprios ou ilegais, incluindo nos meios de pagamento que aceitamos, bem como fraudes bancárias, que podem resultar em perdas financeiras. A Companhia poderá não conseguir implementar medidas suficientes para detectar, prevenir ou impedir usos impróprios ou ilegais de suas plataformas.

Além disso, eventuais problemas de operação ou de segurança nos sistemas da Companhia podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento e implicar em gastos extraordinários significativos, o que pode afetar adversamente a reputação, as operações, os controles financeiros e operacionais e os resultados da Companhia, sendo tais riscos potencializados na medida em que a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos aplicáveis a tempo e a interrupção eventualmente se prolongar.

Em razão da relevante dependência tecnológica para as atividades da Companhia, ela poderá sofrer perdas financeiras resultantes de dificuldades técnicas nas suas operações.

Podemos sofrer eventuais divulgações não autorizadas de dados que constem de nossos sistemas.

Nossos mecanismos de segurança e controle podem não ser suficientemente eficazes para impedir eventual divulgação não autorizada de dados que constem nos nossos sistemas. O avanço tecnológico permite o desenvolvimento de métodos sofisticados de captura de dados para a realização de atividades ilegais, tais como fraude e falsidade ideológica. Desta forma, os nossos sistemas de informação estão expostos a violações por parte de terceiros com a intenção de acessar, de maneira ilegal, dados armazenados em nossos sistemas. Podemos também sofrer com erros e falhas que possam expor e divulgar dados que constem de nossos sistemas.

Esse risco é amplificado em razão da utilização crescente de sistemas de Inteligência Artificial em nossas operações. A alta densidade e centralização de informações exigida pelas arquiteturas de IA, necessárias para o treinamento, operação e aprimoramento contínuo dos modelos algorítmicos, torna tais sistemas alvos de especial interesse para agentes maliciosos. Adicionalmente, falhas nos filtros de segurança e nos mecanismos internos de curadoria de dados utilizados por esses modelos podem resultar na exposição ou reprodução indevida de informações confidenciais, inclusive de forma não intencional e sem envolvimento de terceiros. A materialização de vazamentos ou exposição indevida dessa volumetria massiva de informações pode sujeitar a Companhia a litígios judiciais, além de causar sérios danos à reputação e incremento na taxa de cancelamento (churn) de contratos de lojistas ativos.

Caso os nossos sistemas sejam violados e haja a divulgação não autorizada de informações de nossos clientes ou dos clientes/consumidores de nossos clientes, poderemos estar expostos a demandas judiciais decorrentes de erros, falhas, fraudes ou falsidade ideológica pela divulgação ou pelo uso não autorizado dos dados, estando sujeitos também a impactos em nossa reputação e imagem e a sanções administrativas, especialmente aquelas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), o que poderá afetar adversamente em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

Problemas nos sistemas de tecnologia da informação, ou a incapacidade de acompanhar a velocidade do desenvolvimento da tecnologia, poderão impactar adversamente as operações da Companhia.

As operações da Companhia dependem em grande parte do seu sistema de informação, que é importante ferramenta de administração dos recursos e controle de seus ativos tangíveis e intangíveis relevantes. Problemas de operação ou de segurança nos sistemas da Companhia podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia. A eventual falha da Companhia em atualizar seus sistemas de tecnologia da informação, poderá afetar adversamente suas operações e os resultados.

O sucesso e habilidade da Companhia de oferecer produtos e serviços online e de alta qualidade depende da operação eficiente e ininterrupta de seus sistemas de tecnologia da informação e computação. Qualquer falha nos sistemas de computação e tecnologia da informação da Companhia em operar efetivamente ou de se integrar a outros sistemas, inadequações de performance ou violações em segurança podem causar interrupções ou falhas nos sistemas, que como consequência podem causar a indisponibilidade da sua plataforma, afetar a efetivação de

4.1 Descrição dos fatores de risco

pedidos de compras e vendas e a entrega de produtos, resultando em perdas à performance da Companhia. Além do mais, falhas nos controles de segurança da rede também podem afetar a performance, uma vez que os servidores são vulneráveis a ataques de vírus e quebras na segurança, podendo causar interrupções, atrasos, perdas de dado ou incapacidade de aceitar e completar ordens. Os sistemas de back-up para determinados aspectos das operações da Companhia não cobrem totalmente todos os respectivos dados e o plano de recuperação de desastres pode não cobrir todos estes eventos.

Quaisquer falhas ou problemas podem, no futuro, afetar adversamente o número de clientes interessados em comprar e vender os produtos na plataforma oferecida pela Companhia. Fatores que poderiam ocorrer e prejudicar significativamente as operações, incluem: falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas, cibernéticos e situações similares, erros de softwares, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas nos sistemas de computadores e data centers da Companhia. Além disso, quaisquer interrupções que afetem o site da Companhia também poderiam causar danos à sua reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e expor a Companhia a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades.

Podemos ser prejudicados se não formos capazes de proteger e fazer valer nossos direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral ou se nossos parceiros ou fornecedores utilizarem propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros sem autorização.

Em relação à proteção de nossa propriedade intelectual, industrial e reputação de nossos ativos (marcas, patentes, software, criação autoral, entre outros), não podemos garantir que seus registros nas autoridades competentes sejam possíveis ou que sejam suficiente para a prevenção de apropriação/violação de nossa propriedade intelectual, industrial ou propriedade de qualquer outra natureza, causando o uso inadequado de nossos produtos ou serviços ou fazendo com que tenhamos que adotar medidas legais ou administrativas para protegê-las. Não podemos assegurar também que nossos parceiros e fornecedores, quando estiverem trabalhando conosco, oferecendo nossos produtos e serviços, utilizem propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza devidamente regularizadas, ou seja, de suas respectivas titularidades ou de terceiros devidamente autorizados.

O uso indevido e desautorizado de nossos produtos ou serviços, as medidas tomadas para proteger nossa propriedade intelectual, industrial ou propriedade de qualquer outra natureza, ou ainda, a utilização de propriedade intelectual de terceiros por nossos parceiros ou fornecedores indevida e/ou sem autorização, podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção de nossa administração e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas para que se procedam as devidas proteções, correções ou alterações para suas corretas utilizações, podendo afetar adversamente em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

O uso de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza de forma irregular por terceiros pode nos impedir de usar a tecnologia necessária para desenvolver ou fornecer nossos produtos ou serviços ou nos sujeitar a litígios de propriedade intelectual.

Estamos sujeitos ao risco de processos baseados em alegações de violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza por terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes e direitos autorais registrados por empresas de tecnologia. Nossos concorrentes, assim como quaisquer outras empresas ou indivíduos podem ser atual ou futuramente titulares de direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros, relativos a tecnologias, produtos ou serviços semelhantes aos que oferecemos ou planejamos oferecer. Não podemos assegurar que temos ciência de todos os direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza detidos por nossos concorrentes ou terceiros, e nem que seremos bem-sucedidos em processos judiciais em que tenhamos que defender nossos direitos sobre a propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza relativos às de tecnologias, produtos e serviços que oferecemos.

Esse risco adquire contornos adicionais em razão da adoção de sistemas de Inteligência Artificial Generativa em nossas plataformas. Na medida em que nossos clientes utilizam ferramentas integradas de IA para a criação em

4.1 Descrição dos fatores de risco

massa de catálogos, imagens promocionais e campanhas de conversão, a Companhia pode ser envolvida em litígios relacionados à violação de direitos de propriedade intelectual e direitos autorais de terceiros, cujos conteúdos possam ter integrado, de forma não autorizada, os dados de treinamento dos modelos algorítmicos utilizados. Esse risco é ampliado pela ausência de marcos regulatórios consolidados sobre a titularidade e a responsabilidade por conteúdos gerados por IA, o que gera incerteza jurídica relevante tanto no Brasil quanto em outras jurisdições, ressalvadas as salvaguardas contratuais de exclusão de responsabilidade e o regime protetivo do Art. 19 do Marco Civil da Internet. Adicionalmente, o ambiente regulatório em evolução, incluindo a tramitação do Projeto de Lei 2.338 de 2023 no Brasil e a implementação do AI Act na União Europeia, pode estabelecer novas obrigações relacionadas à transparência sobre os dados utilizados no treinamento de modelos de IA, ampliando a exposição da Companhia a questionamentos regulatórios e a processos de responsabilização civil por eventuais danos causados a titulares de direitos.

Caso uma ordem judicial ou arbitral determine que usamos em nossos produtos ou serviços uma tecnologia que seja irregular por infringir qualquer direito de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros, que não estejam dispostos a conceder uma licença em termos aceitáveis para nós, podemos ser impedidos por esta ordem judicial ou arbitral de usar tal tecnologia afetando nossos produtos ou serviços, bem como, provavelmente, ser obrigados a pagar quantias significativas de indenização, royalties ou licenciamento pelo uso desta propriedade. Nesses casos, podemos ser forçados a revisar ou descontinuar, total ou parcialmente, produtos ou serviços que tenham infringido tais direitos. A propositura de uma ordem judicial ou arbitral ou a alteração ou suspensão de oferta de um produto ou serviços que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou de qualquer outra natureza, de terceiros poderá afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Estamos sujeitos à eventuais decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

Nós, nossas controladas ou coligadas, nossos administradores ou nossos acionistas controladores são ou poderão vir a ser réus em processos administrativos, judiciais, arbitrais ou inquéritos envolvendo, sem limitação, questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais e criminais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos reguladores tais como CVM, Unidade de Inteligência Financeira (UIF), Banco Central do Brasil ("Banco Central"), dentre outros. Não podemos garantir que os resultados destes processos sejam favoráveis a nós, nossas controladas ou coligadas, nossos administradores e nossos acionistas controladores ou ainda que manteremos provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Novas ações judiciais, arbitrais ou administrativas exigem a atenção de nossa administração e demandam o dispêndio de custos adicionais para nossa defesa. Decisões contrárias aos nossos interesses, bem como aos interesses de nossos administradores e/ou acionistas controladores, e que afetem nossa reputação ou impeçam a realização de nossos negócios como inicialmente planejados ou que eventualmente alcancem valores substanciais e que não tenham provisionamento adequado podem afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários. Ademais, estamos também sujeitos ao impacto reflexo de decisões judiciais, administrativas ou arbitrais em processos nos quais nós, nossas controladas ou coligadas, nossos administradores ou nossos acionistas controladores não sejam parte, mas que versem sobre nossas atividades ou sobre a regulação a que estamos sujeitos, em especial eventuais alterações à regulação aplicável a provedores de aplicações na internet ou a meios de pagamentos.

Estamos expostos à riscos relacionados à utilização de mão de obra terceirizada, incluindo eventual responsabilização de natureza trabalhista e previdenciária.

A utilização de mão de obra terceirizada pode implicar a assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária para nós. A assunção de tais contingências, em muitos casos, é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída a nós, nossas controladas ou coligadas, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelo pagamento de débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços que contratamos, caso estas venham a deixar de arcar com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, sem prejuízo de que seja assegurado o direito de ação de regresso contra as empresas prestadoras de serviços.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação e, caso venham a se consumir, poderão afetar material e adversamente a nossa situação financeira e resultados, bem como impactar negativamente na nossa reputação em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

Nós não podemos garantir que as empresas prestadoras de serviços terceirizados não irão realizar qualquer outro tipo de prática irregular, o que também poderá vir a acarretar efeito adverso relevante em nossos resultados e em nossa condição financeira.

Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros e nossas apólices de seguros podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente.

Podemos não ter seguros ou as apólices de seguros que temos podem não ser suficientes para cobrir, parcial ou integralmente, danos extraordinários ou decorrentes do curso normal de nossas atividades. Danos não cobertos por seguros ou não cobertos adequadamente pelos seguros que contratamos poderão resultar em prejuízos adicionais para nós. Podemos não ser capazes de obter, no futuro, apólices de seguros nos mesmos termos que as apólices atuais ou com as mesmas condições financeiras, bem como as seguradoras podem aumentar significativamente o valor dos prêmios e/ou reduzir valores de cobertura dos seguros. Assim, a ocorrência de qualquer evento não coberto, inclusive nos termos das apólices ou a ocorrência de sinistro que ultrapasse o valor segurado, poderá gerar prejuízos significativos. Seguradoras podem reduzir significativamente ou questionar as coberturas de nossos seguros ou aumentar seus prêmios no caso de novos sinistros, ocasiões em que responsabilidade também aumentará consideravelmente.

Adicionalmente, não contratamos seguros para cobertura de prejuízos decorrentes da paralisação de nossas atividades e ataques cibernéticos, nem mesmo para garantia de eventuais indenizações que sejamos compelidos a pagar aos clientes e/ou a terceiros em virtude de erros e falhas em nossas operações e descumprimento de obrigações de nossa responsabilidade. Na ocorrência de qualquer evento acima, podemos ser afetados adversamente em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e no valor de nossos valores mobiliários.

Enfrentamos riscos relativos a cadastros, autorizações, licenças e alvarás para o exercício de nossas atividades nos imóveis que utilizamos.

Dependemos de diversos cadastros perante órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e também de licenças, AVCBs (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e alvarás para funcionamento. Os alvarás de funcionamento em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, podemos não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. Além disso, podemos estar sujeitos à regulação e ao controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entendemos como sendo as competentes, não podendo garantir que tais autoridades tenham entendimentos diversos quanto à necessidade de obtenção de outras, licenças, alvarás e autorizações. A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na impossibilidade da operação nos imóveis que utilizamos e até, conforme o caso, em interdição e fechamento de imóveis irregulares e aplicação de multas. Podemos ser afetados adversamente caso ocorra a impossibilidade da operação de nossos negócios em decorrência da não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás e licenças exigidos nos imóveis que utilizamos, inclusive afetando nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

A necessidade de captações adicionais de recursos pode resultar na diluição da participação de nossos acionistas ou no aumento do custo de capital.

A Companhia pode demandar recursos adicionais para sustentar sua estratégia de longo prazo, optando pela emissão de ações, títulos de dívida ou valores mobiliários conversíveis. Caso opte pelo aumento de capital social com exclusão do direito de preferência, os atuais acionistas poderão sofrer diluição de suas participações societárias.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nossa capacidade de financiar projetos, renovar linhas de crédito ou acessar novos financiamentos em termos competitivos depende das condições de liquidez do mercado. Eventuais restrições no acesso ao crédito ou volatilidade nos mercados de capitais, influenciadas por fatores político-econômicos e pelo cenário de juros, podem encarecer o custo de captação e impor normas mais rigorosas para concessão de empréstimos.

Dificuldades na captação de recursos, seja no mercado local ou internacional, podem limitar nossa capacidade de investimento, impactando o cronograma de projetos estratégicos e a execução do plano de negócios. Caso a Companhia não consiga obter financiamento ou refinar suas obrigações em termos favoráveis, sua posição de caixa, a alavancagem operacional e a capacidade de aproveitar oportunidades de mercado poderão ser adversamente afetadas, impactando o valor de nossos valores mobiliários.

Os detentores das nossas ações poderão não receber quaisquer dividendos.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos, em regra, pagar aos acionistas no mínimo 25% do lucro líquido ajustado sob a forma de dividendos. Podemos não ter lucro líquido para pagar dividendos, bem como esse lucro líquido ajustado pode ter outros destinos conforme permitido pela Lei das Sociedades por Ações, podendo não ficar disponível para pagamento de dividendos. Ademais, podemos optar por não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social específico, caso nosso Conselho de Administração decida que não possuímos lucro líquido ajustado suficiente (ou lucros acumulados ou reservas de lucros) para distribuir dividendos, ou que a distribuição de dividendos seria incompatível com nossa situação financeira à época.

Estamos sujeitos a certas obrigações financeiras (covenants) e limitações ao endividamento nos termos dos nossos contratos de financiamentos.

Nossos contratos financeiros e outros instrumentos representativos de nossas dívidas possuem ou poderão possuir no futuro, obrigações específicas tais como: (i) manutenção de certos compromissos financeiros (covenants); (ii) observação de restrições sobre a nossa capacidade de incorrer em financiamentos adicionais; (iii) restrição de pagar dividendos; dentre outras obrigações, sendo que qualquer inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações pode afetar adversamente a capacidade de conduzirmos nossos negócios. Para mais informações, ver Seção 2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, qualquer falha em cumprir com esses compromissos financeiros que não seja sanada ou renunciada pelos respectivos credores poderá acarretar em declaração do vencimento antecipado dos respectivos contratos, bem como podem resultar no vencimento antecipado de outros instrumentos financeiros (cross-default). Em caso de vencimento antecipado dessas obrigações ou no vencimento final sem que as respectivas obrigações garantidas tenham sido devidamente quitadas, os credores poderão executar eventuais garantias prestadas no âmbito desses contratos. Caso haja quebra de covenant, ocorra cross-default ou as garantias de tais contratos sejam executadas, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

b. Com relação aos nossos acionistas, em especial os acionistas controladores

Os Acionistas Fundadores estão vinculados por um Acordo de Acionistas e representam o grupo majoritário de acionistas da Companhia, e seus interesses podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e de nossos investidores.

Michel Gora, Ricardo Gora, Gilberto Mautner, Claudio Gora e Andrea Gora Cohen (em conjunto, "Acionistas Fundadores") estão vinculados por acordo de acionista registrados em nossa sede e representam o grupo majoritário de acionistas da Companhia. Na data deste Formulário de Referência, existem dois acordos de acionistas vigentes: (i) um datado de 13 de agosto de 2018, entre os nossos Acionistas Fundadores e o Willians Cristiano Marques ("Acordo de Acionistas Willians"); e (ii) um celebrado apenas entre os Acionistas Fundadores que entrou em vigor e efeito em 06 de fevereiro de 2020 ("Acordo de Acionistas Família" e, em conjunto com o Acordo de Acionistas Willians, denominados "Acordos de Acionistas"). Em qualquer um dos Acordos de Acionistas, os Acionistas Fundadores podem concentrar poderes para controlar a administração e políticas, dentre outras matérias, eleger e destituir a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado

4.1 Descrição dos fatores de risco

de deliberações que exijam aprovações dos acionistas ou do Conselho de Administração, inclusive em operações com partes relacionadas, aquisições, reorganizações societárias, alienações de ativos, efetuar parcerias, celebrar financiamentos e determinar o pagamento e prazo de quaisquer dividendos futuros, o que poderá conflitar com os interesses de nossos demais acionistas. Adicionalmente, os Acionistas Fundadores podem conseguir evitar ou retardar determinadas transações ou estratégias de negócio que os demais acionistas podem, de outra forma, considerar favoráveis. As situações acima poderão causar um efeito adverso para nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Devemos considerar a possibilidade de não possuir um grupo majoritário de acionistas definido, nos deixando suscetível a alianças ou conflitos entre acionistas, morosidade para aprovação de algumas matérias em Assembleias Gerais ou Reuniões do Conselho de Administração por inexistência de quórum ou impasses, e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou grupo de controle.

Nosso grupo majoritário de acionistas atual é formado por Michel Gora, Ricardo Gora, Gilberto Mautner, Claudio Gora e Andrea Gora Cohen (em conjunto, “Acionistas Fundadores”) e depende do Acordo de Acionistas Família e não podemos garantir a manutenção da existência de nosso grupo majoritário de acionistas atual, ou da ocorrência de um novo controlador ou outro grupo de controle ou majoritário que venha a substituí-lo no futuro. Caso deixemos de possuir grupo majoritário de acionistas definido, podemos ficar vulneráveis a tentativas hostis de aquisição de controle e conflitos que possam surgir destes eventos. A inexistência de grupo majoritário de acionistas pode dificultar ou tornar morosos certos processos de tomada de decisão em sede de Assembleia Geral ou Conselho de Administração. Qualquer mudança repentina ou inesperada de nossos administradores, em nossa política empresarial ou nosso direcionamento estratégico, bem como a tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Após a realização da oferta subsequente primária e secundária com esforços restritos de colocação de ações da Companhia realizada em fevereiro de 2021 (“Follow-On”), assumindo o exercício integral do lote de ações adicionais no âmbito desta oferta, os Acionistas Fundadores passaram a deter 26,9% de ações do nosso capital social. Por meio do Acordo de Acionistas Família, menos de 30% de ações do nosso capital social total e votante, patamar inferior ao previsto no Art. 51 do Estatuto Social da Companhia que trata de “Proteção à Dispersão Acionária”. Eventual recomposição da participação acionária a patamar superior a 30% de ações do nosso capital social total pelos Acionistas Fundadores sem a necessidade de realização de uma oferta pública de aquisição da totalidade de ações de emissão da Companhia, será restrita aos eventos previstos no Estatuto Social. Essa redução de participação dos Acionistas Fundadores pode fazer com que outro acionista ou grupo de acionistas agindo em comum precise(m) de um número menor de ações do que precisava(m) antes do Follow-On para ultrapassar(em) o número total de ações que os Acionistas Fundadores deterão (caso esses não consigam ou não queiram recompor ou aumentar suas participações), tornando-o(s) o(s) novo(s) acionista(s) majoritário(s), inclusive, sem necessidade de realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade de ações de emissão da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social, caso o(s) novo(s) acionista(s) majoritário(s) não atinja(m) o limite de 30%. Caso outro acionista ou um grupo de acionistas ultrapasse o número total de ações detidas pelos Acionistas Fundadores, a Companhia poderá ser impactada de maneira adversa.

Podemos enfrentar potencial conflito de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.

Possuímos ou podemos possuir receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas. Não podemos garantir que a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas (conforme descrita neste Formulário de Referência) seja eficaz para assegurar que situações de potencial conflito de interesse serão executadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

As situações de conflito de interesses em razão de transações com partes relacionadas poderão causar um impacto adverso em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários. Adicionalmente, caso celebremos transações com partes relacionadas em caráter não comutativo,

4.1 Descrição dos fatores de risco

trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, nossos acionistas minoritários poderão ter seus interesses prejudicados. Para mais informações sobre as transações com partes relacionadas da Companhia, ver Seção 11 deste Formulário de Referência.

c. dividendos ou outras distribuições dessas sociedades ou que elas performarão de forma adequada e sustentável. Todos os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência também podem ser aplicáveis as nossas controladas e coligadas.

A Vindi está sujeita ao risco de chargeback ou inadimplemento pelos emissores de cartão de crédito.

Nas operações de pagamento realizadas por meio da plataforma da Vindi, estão expostos aos riscos de: (a) cancelamento das transações pelos titulares dos cartões de crédito (clientes/consumidores de nossos clientes) junto aos respectivos bancos emissores em virtude de: (i) fraude ou má-fé (i.e., ato intencional de omissão ou manipulação de transações e alteração de documentos e registros); ou (ii) não reconhecimento das respectivas transações (ações essas conhecidas como chargeback); e (b) inadimplência dos bancos emissores de cartão de crédito, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento dos valores relativos às transações realizadas pelos seus titulares para que, então, possa ser efetuado o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Ocorrendo qualquer um dos eventos mencionados, a Vindi poderá ser responsável pela compensação das referidas transações, o que pode afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Os serviços e produtos oferecidos pela nossa controlada Vindi são cobrados por meio de percentual dos faturamentos de seus clientes e, nesses casos, os resultados relacionados a estes serviços e produtos estão sujeitos a flutuações sazonais.

O varejo experimenta flutuações decorrentes dos padrões de consumo em determinadas épocas do ano (fenômeno conhecido como sazonalidade). Existem períodos de maior e menor consumo, o que reflete no número e quantidade de transações digitais e de pagamentos eletrônicos do e-commerce. Eventos que possam afetar negativamente períodos de maior consumo, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, a ocorrência de epidemias ou pandemias (tais como a pandemia da COVID-19) e qualquer que resulte na queda da demanda de consumo, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários, ou fechamentos de negócios por nossos clientes de forma generalizada podem ter um efeito desproporcional nos resultados da Vindi durante todo o exercício social, uma vez que sua receita é diretamente atrelada aos faturamentos de seus clientes que, consequentemente, podem ser afetados por tais eventos. Adicionalmente, as flutuações nos resultados da Vindi causadas pelo fenômeno da sazonalidade podem também fazer com que as comparações dos resultados da Vindi, em diferentes períodos, não sejam indicadores comparáveis precisos ou indicadores com relação as nossas controladas e coligadas.

Possuímos participação em outras sociedades e dependemos de seus resultados financeiros para compor nossos resultados e patrimônios.

Possuímos participações diretas e indiretas em diversas sociedades e o resultado dessas participações compõe os nossos resultados e patrimônio, razão pela qual os resultados apresentados por estas sociedades podem ser impactados por uma piora nas condições setoriais e mercadológicas em suas respectivas operações, impactando nossos resultados consolidados. Não podemos garantir que receberemos quaisquer dividendos ou outras distribuições dessas sociedades ou que elas performarão de forma adequada e sustentável. Todos os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência também podem ser aplicáveis as nossas controladas e coligadas.

Condições econômicas adversas podem prejudicar os negócios da Vindi.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O processamento de operações de pagamento feitas com cartão de crédito, bem como o recebimento antecipado de recebíveis, representam uma parte significativa das atividades da nossa controlada Vindi. Condições econômicas adversas, tais como taxas de juros e inflação, podem fazer com que a nossa controlada aumente as taxas cobradas nas operações realizadas com cartão de crédito e nas operações de antecipação de recebíveis. Não podemos garantir que os clientes, nesses casos, continuarão realizando tais operações com a Vindi, o que poderá afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Aumento nas taxas pagas pela Vindi às empresas que prestam serviço de pagamento, podem afetar os resultados da Vindi.

Os resultados da Vindi podem ser afetados adversamente por aumentos nas taxas pagas às empresas que prestam serviço de pagamento com as quais a Vindi celebrou contratos comerciais (incluindo os adquirentes participantes do arranjo de pagamento em que a controlada atua), caso a Vindi não consiga repassar esses aumentos aos seus clientes ou, mesmo repassando, haja uma fuga de clientes para outros prestadores de serviços com preços mais competitivos. Caso os resultados da Vindi sejam afetados pelo aumento dessas taxas, sem o devido repasse aos seus clientes, nossos resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários podem ser adversamente afetados.

Regulamentação do Sistema de Pagamentos Brasileiro pode causar um efeito adverso nos negócios da Vindi.

Dada a relevância do Sistema de Pagamentos Brasileiro, o Banco Central e o CMN têm editado diversos normativos visando regulamentar o uso de meios eletrônicos de pagamentos, ampliar a competitividade no setor, reforçar a governança no mercado e incentivar a oferta e a diferenciação de produtos ao consumidor. Não podemos garantir que as autoridades competentes não irão implementar medidas adicionais que gerem necessidade de aporte de recursos pela Vindi ou que, de alguma forma, dificultam ou tornem mais onerosas as operações da nossa controlada, o que poderá afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários de nossa emissão.

A Vindi pode ser incapaz de acompanhar as tendências de mercado e oferecer novas modalidades de pagamento, bem como de atender novas modalidades de pagamento eventualmente adotadas pelas bandeiras de cartão de crédito.

O Sistema de Pagamentos Brasileiro encontra-se em constante desenvolvimento. Dessa forma, é natural que novas modalidades de pagamento, associadas a novas tecnologias, sejam desenvolvidas e implementadas pelas empresas que prestam serviço de pagamento a fim de atender demandas de mercado por facilidade, rapidez e segurança. A nossa controlada Vindi pode ser incapaz de acompanhar tais tendências de mercado, com a consequente redução de sua base de clientes. Além disso, caso a Vindi não seja capaz de se adequar novas modalidades de pagamento eventualmente adotadas pelas bandeiras de cartão de crédito (tais como Visa e MasterCard) ou outros participantes do mercado com os quais mantenha relações comerciais, estará impedida de realizar operações de pagamento com tais agentes, o que poderá afetar adversamente seus negócios, nossos resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Eventual limitação na expansão e na integração das soluções financeiras da Vindi ao nosso ecossistema pode afetar nossa rentabilidade e alavancagem operacional.

A estratégia de negócios da Companhia contempla a oferta de serviços financeiros integrados, operados majoritariamente por sua controlada Vindi, como forma de agregar valor à jornada do cliente e diversificar as fontes de receita. A evolução contínua das margens operacionais do grupo é influenciada, entre outros fatores, pela capacidade da Companhia em fomentar a adoção dessas soluções de pagamento e gestão financeira por sua base de usuários.

Não podemos assegurar que o mercado de meios de pagamento manterá suas taxas históricas de crescimento ou que a Companhia manterá sua competitividade frente a novos entrantes e mudanças regulatórias no setor

4.1 Descrição dos fatores de risco

financeiro. Além disso, falhas na integração tecnológica entre as plataformas de venda e a Vindi, ou a incapacidade de oferecer taxas e produtos de crédito competitivos, podem limitar a captura de valor transacional. Qualquer interrupção na trajetória de crescimento da Vindi ou redução em sua eficiência operacional poderá afetar adversamente os resultados consolidados da Companhia, sua situação financeira e o valor de seus valores mobiliários.

d. Com relação aos nossos administradores

Podemos sofrer perdas de membros chave da nossa administração e gerência ou sermos incapazes de atrair ou manter pessoas qualificadas em nossa administração ou gerência.

Possuímos administradores e gerentes altamente qualificados, cujo desempenho está fortemente relacionado ao sucesso do nosso negócio, especialmente em relação à definição e implementação de nossas estratégias e desenvolvimento de nossas operações, produtos e serviços. Caso esses membros chave deixem de integrar nossa equipe, poderemos enfrentar dificuldades para executar nossas estratégias de negócios, crescer de forma sustentável ou desenvolver novos produtos e serviços, dentre outros problemas operacionais, mercadológicos ou de governança corporativa que poderemos enfrentar. Em caso de saída de membros de nossa alta administração, poderemos incorrer em custos significativos para a contratação de novas pessoas com as mesmas qualificações, tendo em vista a forte concorrência que existe para atrair profissionais altamente capacitados no setor de tecnologia, bem como com o pagamento de pacotes de saída ou contratos de indenização. Em razão dos fatores acima expostos, a perda de membros chave da nossa administração e gerência ou a incapacidade de atrair ou manter pessoas qualificadas em nossa administração ou gerência poderá afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

e. Com relação aos nossos fornecedores

O mercado em que atuamos e nossos negócios dependem dos serviços de fornecimento de energia elétrica e do desenvolvimento adequado de sua infraestrutura para expansão das nossas atividades.

Mudanças nos serviços ou disponibilidade insuficiente dos serviços de fornecimento de energia elétrica, bem como o desenvolvimento inadequado de sua infraestrutura ou o atraso na adoção de tecnologias e melhorias nesses serviços podem afetar a conectividade necessária à prestação dos nossos serviços. Não podemos garantir que a escassez de energia elétrica que já ocorreu no Brasil no passado não ocorrerá novamente. Os custos de obtenção de energia compreendem um componente significativo das nossas despesas operacionais, de modo que quaisquer mudanças nos regulamentos que afetam fornecedores de energia comercial ou eventual aumento nos preços de serviços de energia podem afetar nossas receitas na medida em que não sejamos capazes de repassar esses custos de forma eficiente aos preços que praticamos, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Certos equipamentos, hardware e software estão sujeitos a burocracias e riscos relacionados à importação ou são adquiridos de um número exclusivo ou limitado de fornecedores.

O elevado crescimento dos mercados de dados e banda larga em particular podem resultar em um fornecimento limitado de equipamentos essenciais para a prestação de tais serviços, tais como equipamentos de transmissão de dados, servidores e modems. As restrições ao número de fabricantes impostas pelo governo brasileiro para certos equipamentos, hardware e software, principalmente equipamentos, servidores e modems, e as localizações geográficas dos fabricantes ou fornecedores internacionais desses equipamentos, hardware ou software, apresentam certos riscos, incluindo: (i) vulnerabilidade às flutuações cambiais nos casos em que os equipamentos, hardware e software são importados e pagos com dólares norte-americanos, euros ou outra moeda estrangeira; (ii) dificuldades em gerenciar inventário devido a uma incapacidade de prever com precisão a disponibilidade doméstica de tais equipamentos, hardware e software; (iii) limitação ou exclusividade do número de fornecedores; ou (iv) imposição de burocracia adicional como direitos aduaneiros ou outros direitos sobre equipamentos, hardware ou software que são importados. Caso algum desses riscos se concretizem, eles podem resultar na nossa incapacidade de fornecer produtos e serviços aos clientes, em tempo hábil ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

permanentemente, ou podem afetar os preços dos nossos produtos e serviços, podendo ter um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Utilizamos softwares de terceiros que dificilmente podem ser substituídos e eventualmente podem causar erros ou falhas em nossos produtos e serviços.

Contamos com softwares licenciados de terceiros para oferecer nossos produtos e serviços. Estes softwares podem não permanecer disponíveis para nós em termos comercialmente razoáveis ou tornarem-se indisponíveis. Qualquer perda de licença de uso de qualquer destes softwares poderia resultar em atrasos no fornecimento de nossos produtos e serviços até que uma tecnologia equivalente seja desenvolvida por nós ou, se disponível, seja identificada, obtida e integrada aos nossos sistemas, produtos e serviços, o que poderia prejudicar nossa atividade. Quaisquer erros ou defeitos nos softwares de terceiros ou apoio inadequado ou tardio do detentor da licença do software pode resultar em erros ou em falha dos nossos serviços, o que poderia prejudicar nossos resultados operacionais, afetando adversamente nossos resultados e custos operacionais.

Alguns de nossos produtos e serviços dependem de tecnologia licenciada por terceiros e eventuais termos dessas licenças podem atrasar o lançamento de produtos ou serviços ou nos forçar a pagar taxas de licenciamento mais altas

Licenciamos de terceiros, como por exemplo Microsoft Windows Server, Microsoft SQL Server, softwares VMWare, softwares Red Hat, dentre outros, linguagens de programação e/ou plataformas tecnológicas que são base para o desenvolvimento de nossos produtos ou serviços. Não há garantia de que seremos capazes de substituir linguagem ou plataforma atual utilizada em tempo hábil para as necessidades dos nossos clientes ou negócio continuarem a utilizar estes mesmos produtos ou serviços, ou a qualquer tempo. Ademais, enquanto estivermos utilizando linguagem ou plataforma de terceiros, não há como garantir que tais licenças não serão rescindidas. As mudanças nas licenças de terceiros por nós utilizadas podem acarretar aumento relevante dos custos de licenciamento ou fazer com que nossos serviços ou produtos se tornem inoperantes ou tenham seu desempenho reduzido de maneira relevante, tendo como resultado a necessidade de incorrerem em custos de pesquisa e desenvolvimento adicionais para assegurar a continuidade do desempenho de nossos produtos ou serviços.

Qualquer dificuldade em obter ou renovar licenças de terceiros que usamos para desenvolver nossos produtos ou serviços podem comprometer os nossos planos de expansão, ou prejudicar a continuidade de nossos negócios, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Nossas atividades são desenvolvidas em propriedades alugadas e podemos ser incapazes de renovar seus contratos de locação em termos comercialmente aceitáveis.

Desenvolvemos nossas atividades em propriedades alugadas cujos contratos de locação estão sujeitos à renovação. Podemos ser incapazes de renovar nossos contratos de locação ou renovar em condições iguais ou mais favoráveis que as atuais, resultando em uma interrupção parcial ou total de nossas atividades ou no aumento do custo de nossas operações. Na ocorrência de evento que culmine na rescisão de qualquer contrato de locação podemos ser obrigados a desocupar o referido imóvel e podemos não ser capazes de localizar outra propriedade adequada para transferir nossas atividades ou ainda, podemos levar mais tempo que o adequado para encontrar uma nova localidade, levando a uma interrupção temporária de nossas atividades. Qualquer interrupção nas nossas atividades poderá ter um efeito adverso sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliário.

f. Com relação aos nossos clientes

Reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar nossa capacidade de crescer e desenvolver o nosso negócio.

O crescimento de receita e rentabilidade potencial do nosso negócio depende da demanda por nossos produtos e serviços. Condições econômicas ou financeiras desfavoráveis ou oscilações em quaisquer outros fatores que

4.1 Descrição dos fatores de risco

afetem a renda do consumidor, tais como taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito, níveis de emprego e salários ou fechamentos de negócios por nossos clientes de forma generalizada podem reduzir o seu poder de compra e consequentemente diminuir a demanda por serviços de tecnologia por empresas de todos os portes, empreendedores e profissionais liberais que sejam nossos clientes. Nesses casos, nossos clientes poderão adotar medidas que levarão à alteração de seus hábitos e reduzir o uso de nossos serviços tecnológicos.

Uma vez que somos prestadores de serviços, parte de nossa receita decorre do número de novos clientes. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda por nossos serviços, nossa receita futura pode ser afetada adversamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados. Se as condições econômicas se deteriorarem ou não melhorarem significativamente, os nossos clientes e potenciais clientes podem optar por diminuir o uso de soluções tecnológicas, o que comprometerá a capacidade de manter ou expandir nossos negócios, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários.

Nossos negócios dependem do acesso contínuo e desimpedido de nossos clientes à internet.

Nossos clientes usam, basicamente, a internet para utilizar nossos serviços e produtos. Alguns provedores de internet podem tomar medidas que afetam a capacidade de seus clientes de usar nossos produtos ou serviços, tais como: (i) limitação dos dados utilizados; (ii) força de cobrança das tarifas baseadas no consumo de dados; (iii) degradação da qualidade do conteúdo que transmitimos; bloqueio parcial ou completamente de acesso aos nossos produtos ou serviços; ou (iv) tentando cobrar mais de seus clientes por usar nossos serviços e produtos.

Além disso, uma série de fatores podem impedir o crescimento contínuo de utilização, o desenvolvimento e a aceitação deste meio por seus usuários, incluindo questões de segurança e autenticação que podem acarretar em problemas com relação à transmissão de informações confidenciais pela internet, além de preocupações com a privacidade e a capacidade dos sites para coletar informações dos usuários sem o conhecimento ou consentimento destes, o que pode afetar a disposição dos usuários para interagir em ambiente online. A concretização de quaisquer destes fatores ou outros que possam impactar o desenvolvimento contínuo da aceitação da internet como meio para comércio eletrônico e comunicação poderão limitar nosso crescimento e afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Podemos não ser capazes de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos que incorremos.

Nossos custos são afetados por diversos fatores como remunerações que pagamos para nossos colaboradores, administradores, carga tributária incidente, locação de imóveis e equipamentos, custos de insumos e aquisição de equipamentos, hardware e software de fornecedores, dentre outros. Os contratos firmados com nossos clientes não são necessariamente ajustados pelas variações de custos que incorremos, sendo que se os custos aumentarem sem que consigamos repassar esses acréscimos para nossos clientes, seremos afetados em nossas receitas e margens, situações que podem adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliário.

Estamos sujeitos ao risco de crédito relacionado aos nossos clientes, bem como a possíveis perdas decorrentes de inadimplência relevante a eles relacionada.

Nossas receitas dependem significativamente da capacidade dos nossos clientes de pagarem pelos produtos e serviços contratados conosco. Caso não consigamos ter um processo adequado de avaliação de risco de crédito de potenciais clientes que queiram adquirir nossos produtos ou serviços ou se não pudermos implementar medidas para limitar a inadimplência de pagamento pelos clientes dos valores relacionados aos contratos conosco firmados nossas receitas poderão ser adversamente afetadas. As hipóteses que podem gerar a interrupção no pagamento destes clientes incluem rescisão de contrato, dificuldades financeiras dos clientes ou de seus negócios, término de vigência de contratos sem que haja renovação, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, ou mesmo inadimplemento não justificado de tais clientes, dentre outros. Em caso de inadimplência recorrente de

4.1 Descrição dos fatores de risco

parte significativa de nossos clientes, poderemos sofrer um efeito adverso em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliário.

A maioria dos contratos celebrados com clientes contém disposições que permitem a rescisão unilateral por eles.

A maior parte dos contratos celebrados com nossos clientes para contratação de nossos produtos e serviços possuem disposições com exigências de nível de serviço e desempenho, incluindo exigências relacionadas à qualidade dos serviços e ao tempo demandado para a conclusão destes. Caso não sejamos capazes de cumprir de forma consistente as condições contratuais e as exigências de nossos clientes ou caso ocorram falhas no desempenho de nossos produtos e serviços, os contratos celebrados com nossos clientes poderão ser rescindidos unilateralmente por eles ou serem renovados em condições que sejam desvantajosas para nós ou ainda, não serem renovados, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliário.

g. Com relação aos setores da economia nos quais atuamos

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações em práticas contábeis e de legislação tributária brasileira, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais/regimes especiais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem nos afetar, eis que podem impactar a demanda por nossos produtos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes, postergações de datas de vencimentos de tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades.

Outrossim, atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, que determina um regime diferenciado para o setor de combustíveis. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, principalmente que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais a nós durante ou após seus prazos de vigência, poderá prejudicar diretamente ou indiretamente os nossos negócios e resultados.

Além disso, o nosso grupo atualmente usufrui de benefícios fiscais decorrentes da Lei do Bem (conforme abaixo definido) e precisa observar os requisitos impostos pela legislação sob pena de perder o benefício. Nesse sentido, procedimentos contábeis e obrigações acessórias de natureza fiscal precisam ser devidamente confirmados e validados em conformidade com as delimitações contidas na legislação em vigor sobre o tema. Não podemos assegurar que este benefício fiscal será mantido ou renovado. Para mais informações sobre riscos relacionados a esses benefícios fiscais, ver fator de risco “Atualmente nos beneficiamos de incentivos fiscais relacionados à Lei do Bem, cuja descontinuidade poderá prejudicar nossos resultados” neste item 4.1 do Formulário de Referência.

Outrossim, nós estamos sujeitos a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão corretos,

4.1 Descrição dos fatores de risco

que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

Além disso, os nossos resultados poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, o qual poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais não possuímos qualquer ingerência. Assim, não conseguimos prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras por nós elaboradas. Portanto, existe o risco de que as nossas futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras por nós elaboradas.

Eventual elevação nos tributos ou a redução de benefícios fiscais incidentes sobre o setor de tecnologia no Brasil pode afetar adversamente nossos resultados.

Um eventual aumento da carga tributária no Brasil pode causar efeitos adversos na nossa rentabilidade. A majoração de tributos incidentes sobre nossos negócios, em especial sobre o setor de tecnologia, normalmente resulta em uma majoração de preços para os clientes finais, podendo resultar em um menor uso de produtos e serviços tecnológicos afetando negativamente nossas receitas. Uma receita menor pode resultar em menores margens de lucro sobre os serviços prestados ou produtos vendidos. Não podemos assegurar que o governo federal, estaduais ou municipais não criarão novos tributos nem elevarão as alíquotas atuais dos tributos incidentes sobre as nossas atividades em suas respectivas esferas de competência. Caso os impostos aplicáveis às nossas operações, receitas, produtos ou serviços aumentem ou quaisquer benefícios fiscais utilizados por nós sejam revogados sem que consigamos alterar nossa estrutura de custos para evitar repassar esses aumentos de tributos aos clientes, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários podem ser adversamente afetados.

Alterações sucessivas na legislação e na jurisprudência podem gerar divergências de interpretação acerca de fatos pretéritos.

Nos últimos anos, a legislação aplicável ao Município de São Paulo passou por alterações relevantes no que se refere à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre as atividades desenvolvidas pela Companhia, especialmente no contexto de serviços digitais.

No que tange aos serviços de processamento, armazenamento e hospedagem de dados, incluindo textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, destaca-se que a Lei Complementar nº 157/2016 promoveu a inclusão expressa do item 1.03 na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003. Tal alteração conferiu maior segurança jurídica ao seu enquadramento como serviços tributáveis.

Antes dessa alteração legislativa, a Companhia obteve decisão judicial transitada em julgado reconhecendo a não incidência do ISS sobre determinadas atividades.

4.1 Descrição dos fatores de risco

No âmbito das contribuições ao PIS e à COFINS, as Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003 instituíram regimes distintos de apuração, cumulativo e não cumulativo, cuja aplicação depende da natureza das receitas auferidas. Embora haja atualmente orientações administrativas consolidadas por meio de Soluções de Consulta da Receita Federal, tais entendimentos vinculam a Administração Tributária, mas não afastam integralmente o risco de questionamentos fiscais, especialmente no que se refere à correta qualificação das receitas e à apuração da base de cálculo.

Adicionalmente, no tocante à possível incidência do ICMS sobre licenciamento de softwares, incluindo PABX virtual e ferramentas de webchat, o cenário foi pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, que consolidou o entendimento de que o licenciamento ou a cessão de direito de uso de programas de computador, configura prestação de serviços e que, portanto, está sujeito à incidência do ISS, e não do ICMS. Apesar dessa consolidação, não se afasta a possibilidade de interpretações divergentes por parte de autoridades fiscais estaduais em situações específicas.

Diante desse cenário, eventuais alterações na legislação, bem como na interpretação administrativa e jurisprudencial aplicável, podem ensejar divergências quanto ao tratamento tributário de operações pretéritas. Tais divergências podem resultar na constituição de passivos tributários adicionais, incluindo a exigência de tributos, acréscimos legais e penalidades.

A expansão de nossos negócios depende do aumento da disponibilidade, qualidade e uso da internet no Brasil, bem como do crescimento do e-commerce no país.

O rápido crescimento da disponibilidade, qualidade e uso da internet (particularmente como meio de fazer negócios ou fornecer e adquirir produtos e serviços) é um fenômeno relativamente recente no Brasil. A penetração da internet no Brasil pode nunca atingir os níveis vistos nos países mais desenvolvidos por razões que estão além do nosso controle incluindo, mas não se limitando, a falta de infraestrutura de rede necessária ou o atraso no desenvolvimento ou implementação de tecnologias inovadoras, melhorias de desempenho e medidas de segurança, prejudicando melhorias na confiabilidade da internet no Brasil. A infraestrutura da internet no Brasil pode também não ser capaz de suportar um crescimento contínuo no número de usuários, na frequência de uso ou nos requisitos de amplitude de banda, em especial se os serviços de telecomunicações não estiverem disponíveis de forma adequada para suportar o crescimento da internet no Brasil, ocasionando tempos de resposta no acesso à internet ou a nossos sistemas, produtos e serviços mais lentos, reduzindo o uso da internet e prejudicando nossos negócios. Adicionalmente, mesmo que a penetração da internet no Brasil aumente, não há garantia de que ocorra um aumento na utilização de produtos e serviços oferecidos pela internet, inclusive aqueles destinados ao incremento do e-commerce devido a vários fatores, incluindo a falta de confiança dos usuários na segurança online.

Para complementar este cenário, temos ainda que, no geral, os níveis de renda no Brasil são significativamente mais baixos do que nos Estados Unidos e em outros países mais desenvolvidos, enquanto os preços do acesso à internet e dos dispositivos conectados a ela, como computadores pessoais, tablets, telefones celulares e outros dispositivos portáteis são mais elevados do que nesses países, podendo limitar nosso crescimento, principalmente em partes do Brasil com baixos níveis de renda.

A manutenção da competitividade da Companhia depende da capacidade de desenvolver novos produtos e serviços bem como aperfeiçoar e adaptar os produtos e serviços existentes.

O mercado de TI é caracterizado pelo acelerado desenvolvimento de novas tecnologias relacionadas, por exemplo, à evolução da capacidade de processamento e armazenamento dos equipamentos de computação, à melhoria da infraestrutura de telecomunicações e de redes, tornando mais curto o ciclo de vida dos produtos e serviços. Nossos clientes possuem demandas inovadoras, complexas e individualizadas, tornando cada vez mais complexo e desafiador atender a tais demandas de forma satisfatória, sendo que nossa eventual falha em tal atendimento poderá causar efeitos adversos em nossa reputação e resultados.

Em função da rápida evolução tecnológica nos setores onde a Companhia atua não se pode garantir que os padrões adotados nos produtos e serviços acompanharão esta evolução, podendo torná-los obsoletos em

4.1 Descrição dos fatores de risco

comparação aos oferecidos por nossos competidores. Também não se pode garantir que as tecnologias as quais optamos por desenvolver nos permitirão competir de forma eficiente no mercado.

Podemos enfrentar restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor no futuro.

O Brasil possui uma série de leis e normas de proteção ao consumidor, conhecidas em conjunto como Código de Defesa do Consumidor, as quais incluem proteção contra publicidade falsa e enganosa, proteção contra práticas comerciais coercivas ou injustas e proteção na formação e interpretação de contratos, geralmente na forma de responsabilidades civis e penalidades administrativas por violações. Essas penalidades são frequentemente aplicadas pelas Agências de Proteção ao Consumidor (PROCON), que supervisionam os problemas dos consumidores de acordo com o distrito. As empresas que operam em todo o Brasil podem sofrer multas em face do PROCON, bem como da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). As empresas podem resolver reclamações feitas pelos consumidores por meio do PROCON pagando uma indenização por violações diretamente aos consumidores e por meio de um mecanismo que permita ajustar sua conduta, denominada contrato de ajuste de conduta (Termo de Ajustamento de Conduta, ou TAC). Os promotores públicos brasileiros também podem iniciar investigações de supostas violações dos direitos do consumidor, e o mecanismo TAC também está disponível como uma sanção nesses processos. As empresas que violam TACs enfrentam possíveis multas automáticas. O Ministério Público brasileiro também pode ajuizar ações civis públicas contra empresas que violam os direitos do consumidor, buscando uma observação rigorosa das leis de proteção ao consumidor e compensação por quaisquer danos aos consumidores. Caso enfrentemos restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor, nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

h. Com relação à regulação dos setores em que atuamos

Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)

O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) estabelece princípios, direitos e deveres para o uso da internet no país, garantindo um ambiente digital mais seguro, democrático e transparente. A companhia está sujeita a penalidades por descumprimento das obrigações previstas no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) na provisão de guarda e disponibilização de acesso a aplicações de internet.

A eventual incidência das penalidades previstas na referida lei pode afetar o nosso desempenho econômico e o cumprimento de eventuais acordos comerciais com terceiros, além de gerar outras consequências que a mensuração é de difícil avaliação dada a escassez de precedentes.

A regulamentação da internet e do e-commerce no Brasil está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar os nossos negócios. Atualmente, de acordo com as leis brasileiras, a distinção entre as leis relativas ao e-commerce e ao comércio de varejo em lojas físicas é mínima. Nesse sentido, podemos estar sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a internet e o comércio eletrônico.

No que diz respeito à responsabilidade dos provedores quanto ao conteúdo disponibilizado pelos usuários, o Marco Civil da Internet adotou a responsabilidade subjetiva do provedor, sendo caracterizado o ato ilícito apenas no caso de recusa no cumprimento de ordem judicial com determinação para remoção do conteúdo impróprio/ilegal.

Não obstante, não podemos garantir que não sejamos responsabilizados por reivindicações com base no conteúdo disponibilizados em sites hospedados em nossa plataforma. Não podemos mensurar a forma e o impacto de eventuais decisões judiciais ou outra ação governamental que imponha responsabilidade aos provedores de serviços online pelas atividades de seus usuários e de terceiros.

Adicionalmente, a crescente preocupação com o uso da internet perante condutas ilegais, como a disseminação não autorizada de informações de segurança nacional, lavagem de dinheiro ou apoio a atividades terroristas,

4.1 Descrição dos fatores de risco

poderá no futuro produzir normas e regulamentações ou outras ações governamentais que possam exigir alterações em nossos produtos ou serviços, bem como restringir ou impor custos adicionais à condução de nossos negócios ou fazer com que os usuários deixem de utilizar nossos produtos ou serviços.

Não monitoramos ou revisamos a adequação dos nomes de domínio que nossos clientes registram ou do conteúdo dos sites de nossos clientes, e não temos controle sobre as atividades nas quais nossos clientes se envolvem. Em qualquer uma das situações acima, caso nos seja atribuída responsabilidade a nós, nossas marcas, reputação, nossa capacidade de expandir nossa base de usuários, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018)

Em 14 de agosto de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709/2018 ("LGPD") que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

A companhia está sujeita aos riscos associados descumprimento das leis de privacidade e proteção de dados, como à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), inclusive à aplicação de multas e outros tipos de sanções administrativas.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições.

As sanções previstas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular, até ao bloqueio do banco de dados e à imposição de multa. A lei, ainda, autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar tais sanções administrativas.

Independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido.

Caso a companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Além disso, a companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por ela ou suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Nós obtemos, armazenamos, processamos e utilizamos dados pessoais, tais como dados de clientes, fornecedores e colaboradores, no âmbito das nossas operações comerciais. Além disso, a companhia é obrigada a garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob sua responsabilidade seja realizada de acordo com os princípios e requisitos previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais normas aplicáveis.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A companhia trata dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios, sendo enquadrada, em grande parte de seus produtos e serviços, como Operadora de dados, segundo os termos da lei.

Dessa forma, importante ressaltar que, qualquer inadequação à legislação aplicável, pode acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação de eventual incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a nossa reputação e os nossos resultados e, conseqüentemente, o valor de nossos valores mobiliários.

Estamos expostos a riscos em relação ao cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção, de prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo, fraudes e demais atividades impróprias ou ilegais, ou outros eventos adversos que podem impactar adversamente a nossa reputação.

Estamos sujeitos à Lei n.º 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), a qual impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por nossos dirigentes, administradores colaboradores, e terceiros contratados para atuar em nosso nome, interesse e/ou benefício, os quais ainda podem gerar desdobramentos criminais. Dentre as sanções aplicáveis estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções essas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os nossos resultados. Não podemos garantir que nossas políticas e procedimentos internos sejam suficientes para garantir nossa conformidade à legislação anticorrupção ou que nossos colaboradores, administradores, parceiros, agentes, membros do conselho fiscal (quando instalado), membros de comitês, provedores de serviços ou clientes não violarão nossas políticas e procedimentos internos, leis ou regulamentos aplicáveis, incorrendo em eventos nos quais podemos ser eventualmente responsabilizados.

Além disso, de acordo com a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), pessoas jurídicas que exerçam, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a comercialização de bens de alto valor ou intermedieiem sua comercialização, estão sujeitas a obrigações relacionadas à identificação de clientes e operações, manutenção de registros, comunicação de operações financeiras a autoridades competentes, dentre outras. Ressaltamos que a Companhia está sujeita às seguintes sanções em caso de descumprimento da Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: (i) advertência e/ou (ii) multa pecuniária variável não superior (a) ao dobro do valor da operação; (b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da operação; ou (c) ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e (iii) cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

O risco decorrente da percepção negativa de nosso nome pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de nossos dirigentes, administradores colaboradores e terceiros pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de nossos colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. Nossa reputação também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros e parceiros de negócios. Os danos à nossa reputação, multas, sanções ou imposições legais podem produzir efeitos adversos sobre os nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e ao valor de nossos valores mobiliários. A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão e controle de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios.

Nossos sistemas, políticas e procedimentos para identificar, monitorar, gerenciar e controlar riscos podem não ser totalmente eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não ser suficientes: (i) para gerenciar e

4.1 Descrição dos fatores de risco

controlar os riscos que conhecemos; (ii) prever exposições futuras; (iii) ou contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas aos mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios. Adicionalmente, nossos procedimentos de compliance e controle internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis anticorrupção por parte de nossos colaboradores, Acionistas Controladores, membros de nossa administração, fornecedores, dentre outras pessoas agindo em nosso nome, interesse e/ou benefício. No caso de qualquer falha, insuficiência ou inadequação de procedimentos e controles adequados, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Mudanças na regulamentação brasileira de telecomunicações e a caducidade da autorização de SCM do STFC podem afetar adversamente o crescimento dos nossos serviços.

A nossa atividade de prestação de serviços de telecomunicações é regulamentada e fiscalizada pela ANATEL, autarquia federal responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil. Eventuais mudanças em leis, regulamentos ou políticas governamentais aplicáveis ao setor de telecomunicações ou a mudança na interpretação de tais leis ou regulamentos poderá afetar nossas operações de telecomunicações.

Como estamos autorizados a prestar o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM") e a prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC"), devemos atender a certas obrigações de abrangência e qualidade de tais serviços previstas em nossa autorização e nos regulamentos expedidos pela ANATEL, sob pena de declaração de caducidade. Caso ocorra a aplicação de qualquer multa, imitações ou restrições impostas pela ANATEL ou a declaração de caducidade das nossas autorizações, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

Atualmente nos beneficiamos de incentivos fiscais relacionados à Lei do Bem, cuja descontinuidade poderá prejudicar nossos resultados.

Atualmente nos beneficiamos de incentivos fiscais relacionados às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica previstos na Lei nº 11.196/05 ("Lei do Bem"), regulamentada pelo Decreto nº 5.798/06 e regulamentações emitidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ("MCTI"). Com o objetivo de obter aprovação para a utilização dos benefícios fiscais proporcionados pela Lei do Bem, anualmente submetemos informações ao MCTI sobre os dispêndios efetuados no ano anterior relacionados a tais atividades. Entretanto, não podemos garantir que tais benefícios serão mantidos no futuro. Em setembro de 2015, a Câmara dos Deputados editou a Medida Provisória 694/15, que previa a suspensão da utilização do benefício fiscal e a apuração dos dispêndios previstos na Lei do Bem durante o ano de 2016. Contudo, em março de 2016, essa Medida Provisória teve seu prazo de vigência encerrado, perdendo a eficácia após alcançar o limite máximo sem votação pelo Senado Federal. Caso esses benefícios não sejam concedidos, forem encerrados ou reduzidos, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser afetados adversamente.

i. Com relação aos países estrangeiros onde atuamos

Não é aplicável, pois não atuamos em países estrangeiros.

j. Riscos relacionados a questões sociais

Por ser uma prestadora de serviços no setor de tecnologia, entendemos que nossas atividades não implicam em riscos relevantes que impactam diretamente as questões sociais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

k. Riscos relacionados a questões ambientais

O mercado de tecnologia e os negócios da LWSA dependem dos serviços de fornecimento de energia elétrica e do desenvolvimento adequado de sua infraestrutura para expansão das atividades. Mudanças ou disponibilidade insuficiente dos serviços de fornecimento de energia elétrica, bem como o desenvolvimento inadequado de sua infraestrutura ou o atraso na adoção de tecnologias e melhorias podem afetar desde a conectividade necessária à prestação dos serviços. Não se pode garantir que a escassez de energia elétrica, que ocorreu em alguns períodos no Brasil, não ocorrerá novamente.

Os custos de obtenção de energia compreendem um componente significativo das despesas operacionais, de modo que quaisquer mudanças nos regulamentos que afetam fornecedores de energia comercial ou eventual aumento nos preços de serviços de energia, podem afetar as receitas à medida em que não sejamos capazes de repassar esses custos de forma eficiente aos preços que praticamos, o que pode afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e os valores mobiliários.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Companhia não identificou, até o momento, um risco climático específico com impacto direto e imediato sobre suas operações. No entanto, reconhece a existência de riscos físicos e de transição associados às mudanças climáticas. Entre os riscos físicos, destacam-se eventos extremos, como enchentes, que podem afetar localidades onde a Companhia possui escritórios ou clientes, com potencial de impacto na prestação de serviços.

Além disso, a LWSA mapeia o risco de indisponibilidade de energia elétrica, uma vez que alterações climáticas podem afetar a confiabilidade e a disponibilidade das fontes de geração, especialmente as hidrelétricas. Esse fator pode acarretar aumento de custos e reduzir a acessibilidade à energia, impactando o planejamento financeiro da Companhia.

Como parte de sua estratégia de gestão climática, a Companhia elabora anualmente o inventário de emissões de gases de efeito estufa, contemplando os escopos 1,2 e 3. Todas as emissões foram integralmente compensadas por meio da aquisição de créditos de carbono registrados na plataforma global VERRA, conforme as diretrizes do programa Verified Carbon Standard (VCS).

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países ou regiões podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países ou regiões, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países ou regiões pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises de todas as naturezas como inflação, guerra, entre outros, nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e seus mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações de nossa emissão, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais esteja aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras,

4.1 Descrição dos fatores de risco

inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar nossa liquidez, nosso valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de nossas suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Os esforços do governo brasileiro para conter a inflação podem desacelerar a economia brasileira, o que pode afetar adversamente a Companhia.

O Brasil enfrentou taxas extremamente altas de inflação no passado. Certas ações governamentais para conter a inflação, juntamente com a especulação sobre medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um impacto negativo significativo na economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica e para o aumento da volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) registrou queda de 1,05% em 2025, e o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) registrou inflação de 4,26%. As medida tomada pelo governo brasileiro para controlar a inflação consiste em uma política monetária de controle da inflação usando como instrumento principal a taxa básica de juros (Selic). Nos últimos anos vimos uma política de juros restritivas e com altas consecutivas da Selic, limitando a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Durante 2025, o ano encerrou em 15,00%, um patamar ainda elevado e que, consequentemente, afeta diretamente o mercado de crédito brasileiro. Na data deste Formulário de Referência, a taxa de juros oficial no Brasil permanecia em 14,75% ao ano.

O Comitê de Política Monetária (COPOM) frequentemente ajusta as taxas de juros oficiais em situações de incerteza econômica para atender às metas econômicas estabelecidas pelo governo brasileiro.

Quaisquer medidas futuras tomadas pelo governo brasileiro, incluindo a redução das taxas de juros, a intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real podem desencadear a inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil sofrer alta inflação no futuro, podemos não conseguir ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar os nossos custos e reduzir nossas margens líquidas e operacionais.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros oficiais. Um aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como do seu caixa e equivalentes de caixa, títulos negociáveis e contratos financeiros, leasing e de arrendamento mercantil, que estão sujeitos a taxas de juros variáveis. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros e inflação no Brasil pode nos afetar adversamente, uma vez possui empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e da taxa de juros oficial de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma queda significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a nossa receita de aplicações financeiras.

A ocorrência de surtos de doenças transmissíveis e epidemias apresentam medidas cujos efeitos podem levar a maior volatilidade no mercado de capitais global e à potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira.

A eclosão de surtos, epidemias ou pandemias decorrentes de doenças transmissíveis pode desacelerar o crescimento da economia brasileira e elevar de forma relevante a volatilidade nos mercados financeiros globais e locais. Historicamente, emergências de saúde pública de caráter regional ou global demandam a imposição de medidas sanitárias restritivas por parte de autoridades governamentais, incluindo limitações ao fluxo de pessoas, restrições a viagens, fechamento temporário de estabelecimentos comerciais e interrupções nas cadeias de suprimentos. Tais circunstâncias alteram os padrões de gasto e os níveis de confiança dos consumidores. Mudanças materiais no ambiente macroeconômico decorrentes desses eventos de saúde podem reduzir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em ativos de emissores brasileiros, afetando negativamente a cotação das nossas ações e dificultando o acesso ao mercado de capitais para o financiamento de nossas operações futuras.

Adicionalmente, os reflexos operacionais e administrativos de crises sanitárias amplas representam riscos ao fluxo de caixa e à eficiência da Companhia. No âmbito institucional, a eventual redução ou suspensão temporária do

4.1 Descrição dos fatores de risco

funcionamento de órgãos da Administração Pública e de tribunais pode atrasar o trâmite de processos administrativos e judiciais, postergando a realização de ativos da Companhia, como ressarcimentos e restituições de tributos, levantamento de depósitos e a renovação de certidões negativas de débitos. Diante das incertezas provocadas por potenciais novos surtos, os custos e investimentos requeridos para a adaptação rápida do modelo de negócios podem comprometer nossa liquidez, dificultando o cumprimento regular de obrigações fiscais ou acessórias e sujeitando o grupo a questionamentos por autoridades regulatórias.

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia.

Poderá não existir um mercado de negociação ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia, limitando a capacidade dos investidores de venderem as ações pelo preço e no momento desejado. Os mercados de valores mobiliários brasileiros são significativamente menores, menos líquidos e mais concentrados e voláteis que os mercados de valores mobiliários nos Estados Unidos, por exemplo. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de vender suas ações a preços satisfatórios e no momento desejado, afetando adversamente, dessa forma, o valor de mercado das ações de emissão da Companhia. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar de modo significativo por diversos motivos, inclusive em resposta aos fatores de risco indicados neste Formulário de Referência ou por motivos não relacionados ao desempenho da Companhia.

Condições econômicas e políticas no Brasil, bem como a percepção dessas condições no mercado internacional, poderão nos afetar adversamente.

Nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados pelas condições econômicas no Brasil. Futuras reduções nas suas taxas de crescimento podem afetar o consumo de nossos produtos e serviços e, conseqüentemente, poderão nos afetar adversamente.

O governo brasileiro intervém na sua economia e, ocasionalmente, faz alterações nas políticas e regulamentações. A política econômica brasileira pode ter efeitos importantes sobre as empresas e sobre as condições e preços de mercado dos títulos do governo por nós detidos indiretamente (por meio de aplicações em fundos de investimento em renda fixa de baixo risco). O cenário político do país pode influenciar no desempenho da economia brasileira e eventuais crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Desta forma, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou por regulamentações federais, estaduais ou municipais que envolvam ou afetem fatores como: (i) eleições políticas; (ii) política monetária; (iii) taxas de juros; (iv) taxas de inflação; (v) liquidez nos mercados internos de capital, empréstimos e crédito; (vi) controles de exportação e importação; (vii) taxas de câmbio, controle de câmbio e restrições sobre remessas ao exterior; (viii) escassez de energia; (ix) instabilidade econômica e social; e (x) outras eventualidades não mensuradas acima.

Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez das ações de emissão da Companhia e limitar significativamente a capacidade dos titulares de tais ações de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado das nossas ações poderá também variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência.

Reduções na classificação do risco brasileiro atribuída por agências de risco poderão afetar negativamente nosso valor de mercado.

Eventuais alterações nas políticas do governo brasileiro, bem como variações na classificação do risco brasileiro atribuída pelas agências de risco, as quais estão além de nosso controle, podem contribuir para a alta volatilidade no mercado de capitais brasileiro e ter um efeito material adverso sobre nós e no preço de mercado de nossos valores mobiliários.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Na data deste Formulário de Referência, os ratings soberanos do Brasil eram:

Perspectiva	Moeda Estrangeira	Moeda Local	Agência	Última Alteração
Stable	BB+	BB+	CareEdge Global	27/06/2025
Stable	BB	BB	Fitch	25/06/2025
Stable	Ba1	Ba1	Moody's	30/05/2025
Stable	BBB-	BBB	JCR	16/05/2025
Stable	BBB-	BBB-	R&I	09/07/2024
Stable	BB	BB	Standard & Poor's	19/12/2023
Stable	BB	BB	DBRS	28/07/2023

Fonte: risco-da-republica-soberana-do-brasil

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, o que poderá afetar os negócios e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de ações de sua emissão.

O cenário político e macroeconômico brasileiro segue exercendo influência direta sobre a confiança dos investidores e o desempenho da economia, com reflexos imediatos no mercado de capitais. O ambiente político nacional ainda apresenta incertezas relevantes quanto à condução de políticas públicas, o que pode afetar a atividade econômica e a atratividade dos ativos brasileiros.

A atuação do Governo Federal, incluindo o Poder Executivo, permanece como fator determinante na condução de políticas econômicas. Mudanças inesperadas em políticas fiscais, monetárias ou regulatórias podem impactar diretamente o custo de capital e o desempenho financeiro da Companhia, além de gerar volatilidade nos preços de suas ações. Eventuais alterações nessas diretrizes podem afetar adversamente o planejamento estratégico e a execução dos nossos negócios.

Incertezas em torno da condução da política fiscal, reformas estruturais, e eventuais intervenções governamentais podem contribuir para a volatilidade nos mercados e dificultar o planejamento de longo prazo. Adicionalmente, a persistência de taxas de juros em patamares elevados, a volatilidade cambial e as incertezas decorrentes de alterações no sistema tributário brasileiro representam fatores de risco que podem impactar os resultados da companhia.

Historicamente, medidas voltadas ao controle inflacionário e ao equilíbrio das contas públicas têm incluído a manutenção ou elevação da taxa básica de juros. Essas medidas, embora visem à estabilidade macroeconômica, podem desestimular o consumo, restringir o acesso ao crédito para pequenas e médias empresas (PMEs), base relevante do nosso ecossistema, reduzindo a liquidez do mercado e afetando negativamente os resultados operacionais.

Dessa forma, a continuidade de um ambiente político instável ou a adoção de políticas econômicas imprevisíveis poderá impactar negativamente os resultados da Companhia. A sensibilidade ao cenário de juros, a disponibilidade de crédito para fomento do e-commerce e o apetite de investidores nacionais e estrangeiros permanece como um fator de atenção para o desempenho futuro e para a valorização das ações da Companhia.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A taxa de câmbio brasileira segue um regime flutuante desde 1999, com intervenções pontuais do Banco Central para conter movimentos excessivos e preservar a estabilidade financeira. Ainda assim, o real permanece

4.1 Descrição dos fatores de risco

suscetível a oscilações relevantes frente ao dólar e outras moedas estrangeiras, influenciado por fatores como incertezas fiscais, taxas de juros globais, fluxo de capitais e percepção de risco do país.

A desvalorização do real frente ao dólar, por exemplo, pode gerar pressões inflacionárias internas, exigindo ajustes na política monetária, como elevação das taxas de juros. Esse cenário tende a desacelerar o crescimento econômico e aumentar os custos de financiamento e operação, afetando diretamente o desempenho da Companhia.

Além disso, para investidores estrangeiros, a desvalorização da moeda local reduz o valor dos dividendos pagos em reais quando convertidos para dólares, bem como impacta negativamente o valor das ações da Companhia em mercados internacionais.

Portanto, a instabilidade cambial permanece como um risco relevante para os negócios da Companhia, tanto por seus impactos diretos nos custos e receitas quanto por seus efeitos indiretos sobre o ambiente econômico como um todo.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 DESCRIÇÃO DOS 5 (CINCO) PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

- 1) Estamos sujeitos a falhas ou interrupções em nossos sistemas, redes de comunicação, hardwares, softwares, data centers, infraestrutura de rede, violações de segurança, ataques de hackers e outras situações similares que estejam sob ou além de nosso controle.
- 2) Falhas no nosso sistema de segurança com relação à proteção de informações confidenciais dos nossos clientes, inclusive dados pessoais, e da nossa rede podem vir a prejudicar nossa reputação e marca e afetar substancialmente nossos negócios e os resultados das nossas operações.
- 3) Podemos sofrer eventuais divulgações não autorizadas de dados que constem de nossos sistemas.
- 4) Existem riscos para os quais não possuímos cobertura de seguros e nossas apólices de seguros podem não ser adequadas para cobrir alguns danos, parcial ou integralmente.
- 5) A Companhia, por meio de sua controlada Yapay (estrutura de payments / Vindi), está sujeita à regulação do Banco Central do Brasil por atuar como instituição de pagamento. A atividade da Yapay exige o cumprimento rigoroso de uma série de exigências legais e regulatórias, incluindo requisitos de capital, regras de governança, controles operacionais e segurança cibernética. A inobservância dessas normas pode acarretar sanções administrativas e judiciais, impacto reputacional e aumento de custos operacionais.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

Além dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, estamos expostos a riscos de mercado decorrentes de nossa atividade, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, inflação e mudanças nas taxas de juros e mudança na conjuntura internacional.

Riscos relacionados a flutuações na taxa de câmbio

Historicamente, a moeda brasileira sofreu frequentes desvalorizações frente ao Dólar Americano e demais moedas internacionais. O governo federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas variações periódicas durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio paralelo.

Uma pequena parcela dos nossos clientes são empresas estrangeiras ou representam marcas internacionais e, portanto, estão expostas a variações cambiais e qualquer desvalorização cambial poderia criar um efeito adverso a tais clientes o que, por sua vez, pode prejudicar a contratação de nossos serviços oferecidos, causando um impacto negativo em nosso resultado.

Além disso, a eventual desvalorização do real em relação ao dólar aumentará os custos de nossas obrigações em moeda estrangeira, impactando, dessa forma, nossos custos. Uma grande desvalorização do real pode afetar de forma significativa nossa liquidez e fluxo de caixa no curto prazo. A desvalorização do real cria também pressão inflacionária e limita o acesso aos mercados de capitais internacionais, podendo favorecer a intervenção do Estado na economia, incluindo a imposição de políticas recessivas, o que pode gerar um efeito negativo. .

O risco cambial refere-se ao risco de variação dos fluxos de caixa futuros de empréstimo em moeda estrangeira e instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de câmbio. O risco cambial pode impactar o resultado financeiro da Companhia e para gerenciar esse risco, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros de derivativos (NDF) junto a instituição financeira considerada de primeira linha. Neste contexto, a Companhia encontra-se protegida contra a variação cambial de seus fornecedores com exposição em moeda estrangeira.

É política da Companhia utilizar-se de instrumentos financeiros de derivativos apenas visando a proteção de riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por empréstimo em moeda estrangeira ou fornecedores internacionais, portanto, sem caráter especulativo.

Riscos relacionados à inflação e à taxa de juros

No passado, o Brasil registrou índices de inflação altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo governo brasileiro no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. As medidas do governo brasileiro para controle da inflação podem incluir uma política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Qualquer aumento no futuro das taxas de juros, que poderá ocorrer em virtude de eventual aumento da inflação ou de outros fatores, poderá afetar negativamente o resultado de nossas operações, podendo aumentar o custo associado ao financiamento de nossas operações.

O risco associado às taxas de juros é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas ocasionadas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha uma exposição máxima de R\$10.331, num cenário de redução para 12,50% da taxa DI, devido à redução das receitas financeiras dos recursos aplicados.

Análise de sensibilidade

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava exposta à variação em Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador dos rendimentos de aplicações financeiras. Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foi representado o saldo final para 2025 e um cenário provável para a exposição em CDI.

Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração foi considerado a taxa de projeção do CDI conforme Focus (Banco Central do Brasil). Com a finalidade de verificar a sensibilidade à variação cambial dos contratos a termo, o cenário provável considera a taxa ptax. A taxa ptax utilizada foi de 5,5024 divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2025. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerados relevantes pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

Transação	Risco	Saldo em 31 de dezembro de 2025	Provável
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	337.707	(8.105)
Títulos e valores mobiliários restritos	Queda do CDI	92.731	(2.226)
		430.438	(10.331)
CDI (cenário de queda)		14,90%	12,50%
Instrumentos financeiros de derivativos – NDF	Queda do Dólar	(61)	881
Dólar (cenário de queda)		-	5,50

Para os valores justos da contraprestação contingente, a remensuração subsequente é reconhecida diretamente no resultado, sendo composta majoritariamente por ajustes a valor presente e pela atualização das projeções de pagamento das parcelas de *earnout*, cujas eventuais perdas de valor justo são classificadas como passivo financeiro.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 PROCESSOS NÃO SIGILOSOS RELEVANTES

Para os fins deste item 4.4, consideramos como processos individualmente relevantes:

(i) processos com valor individual igual ou superior a R\$5.000.000,00 e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a nossa imagem.

Em 31 de dezembro de 2025, nós e as nossas controladas figuramos como parte ativa ou passiva em 828 processos judiciais e/ou administrativos de natureza cível, trabalhista, penal e fiscal/tributária, oriundos do curso normal de nossos negócios.

Nossas provisões são registradas com base na posição de nossos assessores jurídicos e na análise individual de cada contingência, compostas pelos seguintes elementos: (i) contingências passivas com chance de perda considerada como provável por nossos advogados externos e internos, e cujos valores são integralmente provisionados; e (ii) contingências passivas com chance de perda considerada como possível ou remota, não são provisionados.

Apresentamos a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que nós e nossas controladas figuramos como parte, de acordo com sua natureza.

(i) Contingências Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, figurávamos como parte passiva em 48 processos judiciais e administrativos trabalhistas que, somadas, totalizavam a quantia de valor histórico da causa de, aproximadamente, R\$ 26,1 milhões, tendo sido constituída provisão no valor de, aproximadamente, R\$ 214 mil, em 31 de dezembro de 2025, em decorrência da avaliação da perda considerada provável em 04 processos, sendo 3 trabalhistas e 1 trabalhistas administrativos.

(ii) Contingências Tributárias

Em 31 de dezembro de 2025, figurávamos como parte passiva em 38 ações tributárias que, somadas, totalizavam a quantia de valor histórico da causa de, aproximadamente, R\$ 96,7 milhões, tendo sido constituída provisão no valor de, aproximadamente, R\$ 805 mil, em 31 de dezembro de 2025, em decorrência da avaliação da perda considerada provável em 07 processos, de acordo com nossos consultores jurídicos.

(iii) Contingências Cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, figurávamos como parte passiva em 659 processos cíveis que, somados, totalizavam a quantia de valor histórico da causa de, aproximadamente, R\$ 29,2 milhões, tendo sido constituída provisão no valor de R\$ 1,9 milhões, em decorrência da avaliação da perda considerada provável em 145 processos, de acordo com nossos consultores jurídicos.

(iv) Contingências Ambientais

Na data deste Formulário de Referência, visto que o desenvolvimento de nosso negócio não promove impactos ambientais e sequer requer qualquer licenciamento ambiental, nós não somos parte em processos de natureza ambiental.

(v) Contingências de Propriedade Intelectual

Na data deste Formulário de Referência, nós não somos parte em ações envolvendo propriedade intelectual.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 VALOR TOTAL PROVISIONADO DOS PROCESSOS NÃO SIGILOSOS RELEVANTES

Somos, junto às nossas controladas, parte em processos no desenvolvimento normal de nossas atividades. Em 31 de dezembro de 2025, o valor histórico da causa da totalidade dos processos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R\$ 195,5 milhões, e a provisão para demandas judiciais era de R\$ 2,9 milhões.

As nossas provisões são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES

Em 31 de dezembro de 2025, não haviam processos sigilosos em que a Companhia ou qualquer uma de suas controladas eram parte.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES

Em 31 de dezembro de 2025, não haviam outras contingências relevantes relativas à Companhia ou qualquer uma de suas controladas a serem reportadas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 DESCRIÇÃO DO GERENCIAMENTO DE RISCOS E RISCOS DE MERCADO

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota a Política Corporativa de Gestão de Riscos e Controles Internos, atualizada para a Versão 02, com publicação em Nove de Setembro de 2025. O objetivo desta política é estabelecer os princípios de gerenciamento de riscos para assegurar a perpetuidade do negócio e fortalecer os controles internos de prevenção, detecção e mitigação. Esses princípios garantem total conformidade com as exigências da CVM, do BACEN (Banco Central do Brasil) e com as melhores práticas de governança corporativa do Novo Mercado da B3. A Política é aplicável a todos os colaboradores e administradores da LWSA S/A e suas controladas. O inteiro teor da Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessado no site de relações com investidores (ri.lwsa.tech) e no site da CVM (cvm.com.br).

b. objetos e estratégias da política de gerenciamento de riscos A Política de Gerenciamento de Riscos da LWSA tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades gerais a serem observados no processo de identificação, avaliação, direcionamento, monitoramento e comunicação dos riscos, aos quais a Companhia está exposta, visando reduzir a probabilidade de materialização dos mesmos e seus possíveis impactos, preservando assim a longevidade do negócio.

i. riscos para os quais se busca proteção A LWSA busca proteção aos seus riscos inerentes utilizando uma metodologia de avaliação de riscos, alinhada ao COSO, com o objetivo de identificação, mensuração, definição de ações, e monitoramento até a efetiva mitigação dos riscos. As modalidades de risco identificadas foram ampliadas e reclassificadas da seguinte forma:

- **Risco de Capital:** possibilidade de ter o capital próprio esgotado ou reduzido por perdas não esperadas.
- **Risco de Liquidez:** possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações correntes e futuras.
- **Risco de Mercado:** potencial resultado negativo devido a mudanças nos preços ou parâmetros de mercado.
- **Risco Operacional e Tecnológico:** decorrentes de falhas de processos internos, gestão de pessoas e de ambiente tecnológico, incluindo ataques cibernéticos e interrupção de sistemas.
- **Risco Estratégico:** possibilidade de que eventos e decisões afetem negativamente a execução da estratégia de negócios.
- **Risco de Crédito:** possibilidade de perdas causadas pelo não pagamento de valores contratados.
- **Risco Financeiro:** decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico (câmbio, taxas de juros, inflação).
- **Risco de Compliance:** causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e políticas.
- **Risco Socioambiental:** potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

Risco de Imagem: eventos que podem causar danos à reputação, credibilidade e/ou marca da empresa.

b. objetos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da LWSA tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades gerais a serem observados no processo de identificação, avaliação, direcionamento, monitoramento e comunicação dos riscos, aos quais a Companhia está exposta, visando reduzir a probabilidade de materialização dos mesmos e seus possíveis impactos, preservando assim a longevidade do negócio.

i. riscos para os quais se busca proteção

A LWSA busca proteção aos seus riscos inerentes utilizando uma metodologia de avaliação de riscos, alinhada ao COSO, que possui o objetivo de identificação, mensuração, definição de ações, e monitoramento até a efetiva mitigação dos riscos, alinhado ao apetite de riscos da Companhia. Os principais tipos de risco são:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Liquidez: honrar as obrigações financeiras

Estratégico: relacionado às diretrizes estratégicas da organização.

Operacional: falhas em processos, sistemas ou pessoas.

Regulatório: cumprimento de regulamentações e normas.

Financeiro: impacto financeiro na empresa.

Reputação: danos à imagem da empresa.

Segurança da informação: proteção de dados e informações.

ii. instrumentos utilizados para a proteção

Como parte da metodologia citada, destaca-se a aplicação do método RCSA (Risk and Control of Self Assessment) para auxiliar na identificação e no mapeamento de riscos e processos. Há também o uso da Matriz de Riscos, ferramenta que indica graficamente os riscos, classificando-os em probabilidade versus impacto, o que traz a visão do risco residual. Estes riscos são gerenciados pelas Diretorias responsáveis com reporte para a Alta Administração e acompanhamento pela Área de Controles Internos. Adicionalmente, a Companhia possui códigos e políticas internas para minimizar nossa exposição aos riscos.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional passa por uma governança colegiada a partir do Conselho de Administração, seus comitês não estatutários (Comitê de Recursos Humanos, Comitê de ESG, Comitê de Auditoria, Comitê de Ética, Comitê de Segurança da Informação e o Comitê de Riscos e Novos Produtos), sua Diretoria Executiva, além da Área de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos. O Comitê de Riscos e Novos Produtos, em particular, possui a atribuição fundamental de recomendar à Diretoria a Matriz de Riscos e as diretrizes do Apetite a Riscos da Companhia.

Para gerenciar adequadamente os seus riscos, a LWSA utiliza o modelo de “Três linhas de Defesa”:

- 1ª linha: Representada pelos gestores das áreas (Negócio e Suporte), que são os responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação e gestão dos riscos.
- 2ª linha: Representada pela Área de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos, que apoia a primeira linha no desenvolvimento de metodologias e coordena as atividades de forma independente.
- 3ª linha: Composta pela Auditoria Interna / Externa, a qual exerce o papel de avaliação e revisão de forma totalmente independente e segregada das demais linhas de defesa, medindo o cumprimento das obrigações e processos organizacionais, subordinada ao Conselho de Administração.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura de Gerenciamento de Riscos e de controles internos é baseada em diretrizes estabelecidas pelo IBGC e pelo COSO. A política visa garantir total conformidade com as exigências da CVM, do Novo Mercado da B3 e do Banco Central do Brasil (BACEN). Para isso, a atuação está amparada em uma base regulatória atualizada, que inclui as Resoluções CMN 4.968/21, BCB 260/22, BCB 3.978/20, BCB 198/22 e a CVM 59/21.

A adequação da estrutura operacional e de controles internos é objeto de monitoramento contínuo. O Comitê de Auditoria deve supervisionar de maneira sistemática os procedimentos de identificação de riscos e os sistemas de controles internos, e garantir o cumprimento das normas legais e regulatórias. O Conselho de Administração avalia que o Comitê de Auditoria possui estrutura e orçamento considerados suficientes para o cumprimento de suas atribuições.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 DESCRIÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui um sistema de controles internos estruturado com base em boas práticas de governança corporativa e nos princípios estabelecidos pelo COSO – Internal Control Framework, com o objetivo de assegurar a integridade das informações financeiras e operacionais, a conformidade com leis e regulamentos aplicáveis, a proteção dos ativos e a eficiência dos processos internos.

Entre as principais práticas adotadas, inclusive citadas anteriormente, destacam-se:

- Mapeamento e formalização de processos críticos;
- Identificação de riscos;
- Sistema integrado de gestão empresarial (GRC)
- Revisões periódicas dos controles com base em testes de efetividade;
- Monitoramento contínuo;
- Atuação integrada com as áreas de Compliance, Riscos Corporativos, Controles Internos e Auditoria Interna.

A eficiência do sistema de controles é avaliada periodicamente por meio de testes formais, autoavaliações realizadas pelas áreas responsáveis e auditorias independentes. Os resultados dessas avaliações são reportados à alta administração e ao Comitê de Auditoria (COAUD), permitindo a identificação de eventuais fragilidades.

Quando identificadas imperfeições ou oportunidades de melhoria, são elaborados planos de ação com prazos, responsáveis e metas definidas, cujo acompanhamento é realizado até a completa resolução do ponto identificado. A Companhia mantém um compromisso contínuo com a evolução de sua estrutura de controles, com foco na prevenção de riscos, na integridade dos processos e na geração de valor para seus stakeholders.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A resposta para este item pode ser observada no item 5.1 "Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado" subitem "a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos"

c. forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A supervisão da eficiência dos controles internos na LWSA é conduzida de forma contínua pela Alta Administração e pelo Comitê de Auditoria, que utiliza os trabalhos da Auditoria Interna e Externa, ambos com reporte direto a esse órgão. Adicionalmente, supervisionam também as áreas de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos, que possui reporte à Diretoria Jurídica e Compliance, subordinada ao Chief Financial Officer da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

O relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 não contém identificação de deficiências significativas nos controles internos da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores informam que não houveram deficiências significativas nos controles internos da Companhia apontadas pelos auditores independentes, reduzindo o risco de impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

5.3 Programa de integridade

5.3 PROGRAMA DE INTEGRIDADE

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas adotadas pela Companhia, voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo

A Companhia mantém um programa de integridade estruturado, composto por políticas, procedimentos e controles internos voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e atos ilícitos, inclusive aqueles praticados contra a administração pública, em conformidade com a legislação aplicável, incluindo a Lei nº 12.846/2013.

No âmbito de prevenção, destaca-se o Código de Ética e Conduta, aprovado e atualizado pelo Conselho de Administração em 14 de junho de 2023, que estabelece os princípios, valores e diretrizes que devem nortear a atuação de todos os colaboradores, administradores, parceiros, fornecedores e terceiros, incluindo regras específicas relacionadas à integridade nas interações com o setor público. Adicionalmente, em 21 de julho de 2025, foi instituída a Política Corporativa de Prevenção à Corrupção, que consolida as diretrizes para prevenção e combate a práticas de corrupção ativa e passiva, direta ou indireta, no Brasil e no exterior.

Tais diretrizes são complementadas por outras políticas e normativos internos, incluindo a Política de Gerenciamento de Riscos, que contempla riscos de fraude e integridade, bem como por processos e controles internos destinados a mitigar a ocorrência de irregularidades.

No âmbito de detecção, a Companhia disponibiliza Canal de Denúncias acessível a colaboradores e terceiros, que permite o reporte de condutas suspeitas ou violações, inclusive de forma anônima, assegurando a confidencialidade e a independência no tratamento das informações.

Em relação à remediação, a Companhia adota procedimentos para apuração das denúncias recebidas, com a aplicação de medidas disciplinares e corretivas cabíveis, quando aplicável, além do aprimoramento contínuo dos controles internos.

A Companhia reforça que não tolera práticas fraudulentas ou ilícitas em suas operações, mantendo o compromisso com elevados padrões éticos e de integridade em todas as suas relações, especialmente com a administração pública.

O Código de Ética e Conduta encontra-se disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia e no sistema da Comissão de Valores Mobiliários.

b. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia adota um conjunto de mecanismos e procedimentos de integridade estruturados, que compreendem políticas corporativas, controles internos e práticas de governança, com o objetivo de mitigar riscos e assegurar a aderência às normas legais e regulatórias, em linha com o perfil de riscos identificado.

Entre os principais instrumentos, destacam-se o Código de Ética e Conduta, a Política de Gerenciamento de Riscos e as demais Políticas de Governança Corporativa, que estabelecem diretrizes relacionadas à conduta ética, gestão de riscos, controles internos, divulgação de informações, negociação de valores mobiliários, transações com partes relacionadas, remuneração e indicação de administradores, bem como regras de funcionamento dos órgãos de governança. Na prática, a gestão e a aplicação dessas políticas são conduzidas pela área de Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos. A eficiência de todo esse arcabouço, por sua vez, é supervisionada por órgãos como o Comitê de Ética e o Comitê de Auditoria, e operacionalizada por

5.3 Programa de integridade

ferramentas de detecção independentes, como o Canal de Denúncias confidencial gerido por empresa terceirizada.

A identificação, a avaliação e o monitoramento contínuo de nossos riscos (incluindo os riscos de integridade), bem como a frequência de revisão e reporte da matriz de riscos corporativa, encontram-se detalhados no item 5.1 deste Formulário de Referência. É com base na dinâmica de reavaliação periódica desta matriz frente às mudanças no ambiente interno e externo que as políticas, procedimentos e práticas de integridade da Companhia são adaptadas.

Refletindo essa adaptação contínua, às Políticas de Governança Corporativa foram revisadas ao longo de 2025, sem alterações substanciais, e encontram-se atualmente em fase final de aprovação pelo Conselho de Administração.

O conteúdo completo das Políticas de Governança Corporativa está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (<https://ri.lwsa.tech/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

i. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui estruturas organizacionais voltadas ao monitoramento da eficácia dos mecanismos de integridade, que operam de forma integrada sob o modelo de "Três Linhas de Defesa". A descrição completa desta governança, incluindo a segregação de funções, aprovação formal, fluxo de reporte e os mecanismos de independência das áreas de Compliance (2ª linha) e Auditoria Interna (3ª linha), encontra-se detalhada no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Em complemento ao modelo estrutural detalhado no item 5.1, no âmbito estrito do monitoramento de integridade, destacam-se:

Comitê de Ética e Conduta: É o principal órgão de promoção do Código de Ética e supervisão do Canal de Denúncias. Aprovado formalmente nas Políticas de Governança Corporativa, reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, quando necessário. A independência e isenção de seus dirigentes na avaliação de condutas são garantidas pela sua composição multidisciplinar e por mecanismos rígidos que asseguram que não haja conflitos de interesses em suas avaliações.

Comitê de Auditoria: Supervisiona de maneira contínua os sistemas de controles internos e o cumprimento das normas legais, oferecendo suporte direto às questões de integridade. Sua criação foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 04 de dezembro de 2019, a quem se reporta de forma direta. Atua de forma autônoma, possuindo orçamento e estrutura próprios (avaliados anualmente), além de interação independente com os auditores internos e externos

ii. Aplicabilidade do Código de Ética e Conduta

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta formalmente aprovado por sua alta administração, que se aplica, de forma irrestrita, a todos os seus colaboradores, incluindo diretores, conselheiros fiscais (quando instalado), conselheiros de administração e demais empregados.

O Código estabelece princípios éticos e padrões de conduta que devem ser observados em todas as relações profissionais, sejam elas com clientes, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócios, agentes intermediários, associados, órgãos públicos ou com a comunidade em geral;

O documento estabelece que esses terceiros também são expressamente orientados a cumprir os mesmos princípios éticos e padrões de conduta exigidos internamente.

5.3 Programa de integridade

Como parte do nosso compromisso com a integridade, realizamos treinamentos periódicos com todos aqueles que mantêm vínculo estatutário ou empregatício com a Companhia, com o objetivo de reforçar os preceitos do Código de Ética e esclarecer eventuais dúvidas. Adicionalmente, é realizado mensalmente um processo de onboarding de Compliance com todos os novos colaboradores, onde são aplicados os conteúdos do Código de Ética e das principais políticas internas, garantindo que o aculturação ético ocorra desde o primeiro dia de vínculo com a instituição."

iii. Sanções Aplicáveis em Caso de Violação

O Código de Ética e Conduta da Companhia prevê a adoção de medidas disciplinares em caso de descumprimento de seus preceitos ou de outras normas internas relacionadas à ética, integridade e conformidade. Essas sanções estão expressamente previstas no próprio Código de Ética e Conduta, o qual está disponível para consulta no site institucional da Companhia e em seu portal de Relações com Investidores e são complementadas pela Política de Integridade e Gestão de Consequências.

Na prática, a deliberação e a aplicação de ações e medidas disciplinares, especialmente em casos críticos, competem ao Comitê de Ética, com base nas investigações conduzidas pela área de Compliance.

iv. Canal de Denúncias da Companhia

A Companhia disponibiliza um canal de denúncias, operado de forma independente por empresa terceirizada (Aliant. ICTS Global do Brasil LTDA), destinado a comunicação de comportamentos não éticos, irregularidades, violações à legislação e às políticas internas. O canal está acessível tanto para nossos colaboradores quanto para terceiros, por meio do endereço eletrônico (<https://canalconfidencial.com.br/lwsa/>), permitindo realizar denúncias de forma anônima, caso desejado.

A Companhia assegura a máxima confidencialidade e imparcialidade em todas as investigações, restringindo o acesso às informações exclusivamente às pessoas envolvidas no processo de apuração. Como garantia de proteção, o canal não exige dados pessoais e permite ocultar informações do relato para preservar o anonimato contínuo. Além disso, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação ou represália contra indivíduos que realizam denúncias de

Todas as denúncias são recebidas e investigadas de forma cuidadosa pela área de Compliance, que reporta os resultados das apurações à Diretoria de Gente e Gestão Corporativa e à Diretoria Jurídica. Os casos considerados críticos são submetidos ao Comitê de Ética para a deliberação de ações e medidas disciplinares aplicáveis. Adicionalmente, denúncias relativas a questões contábeis e fiscais, ou que envolvam membros da administração (conselheiros e diretores estatutários), devem ser reportadas ao Comitê de Auditoria, que atua no acompanhamento e no suporte às decisões do Comitê de Ética nessas situações específicas

v. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

Não tivemos casos suspeitos ou confirmados de irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública.

vi. Caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável, tendo em vista que adotamos regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS

No último exercício social não houve alterações significativas.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes em relação a esta Seção 5 foram disponibilizadas nos itens acima.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ANDREA GORA COHEN					
176.033.738-24	Brasil	Sim	Sim	17/09/2019	
Não					
16.086.065	2,829	0	0,000	16.086.065	2,829
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CLAUDIO GORA					
176.033.708-09	Brasil	Sim	Sim	17/09/2019	
Não					
36.227.821	6,372	0	0,000	36.227.821	6,372
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GENERAL ATLANTIC (LW), L.P.					
45.361.577/0001-67	Estados Unidos	Não	Não	18/05/2022	
Não	BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.		Juridica	00.066.670/0001-00	
89.695.100	15,776	0	0,000	89.695.100	15,776
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GILBERTO MAUTNER						
072.442.868-21	Brasil	Sim	Sim	17/09/2019		
Não						
36.541.221	6,427	0	0,000	36.541.221	6,427	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
KINEA						
41.536.198/0001-00	Brasil	Não	Não	08/07/2025		
Não	KINEA PRIVATE EQUITY INVESTIMENTOS S.A.		Juridica	04.661.817/0001-61		
56.624.500	9,959	0	0,000	56.624.500	9,959	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MICHEL GORA						
187.802.538-49	Brasil	Sim	Sim	17/09/2019		
Não						
35.344.424	6,216	0	0,000	35.344.424	6,216	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RICARDO GORA						
296.796.898-67	Brasil	Sim	Sim	17/09/2019		
Não						
36.083.221	6,346	0	0,000	36.083.221	6,346	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
18.129.533	3,189	0	0,000	18.129.533	3,189	
OUTROS						
243.829.465	42,885	0	0,000	243.829.465	42,885	
TOTAL						
568.561.350	100,000	0	0,000	568.561.350	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	36.802
Quantidade acionistas pessoa jurídica	298
Quantidade investidores institucionais	318

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

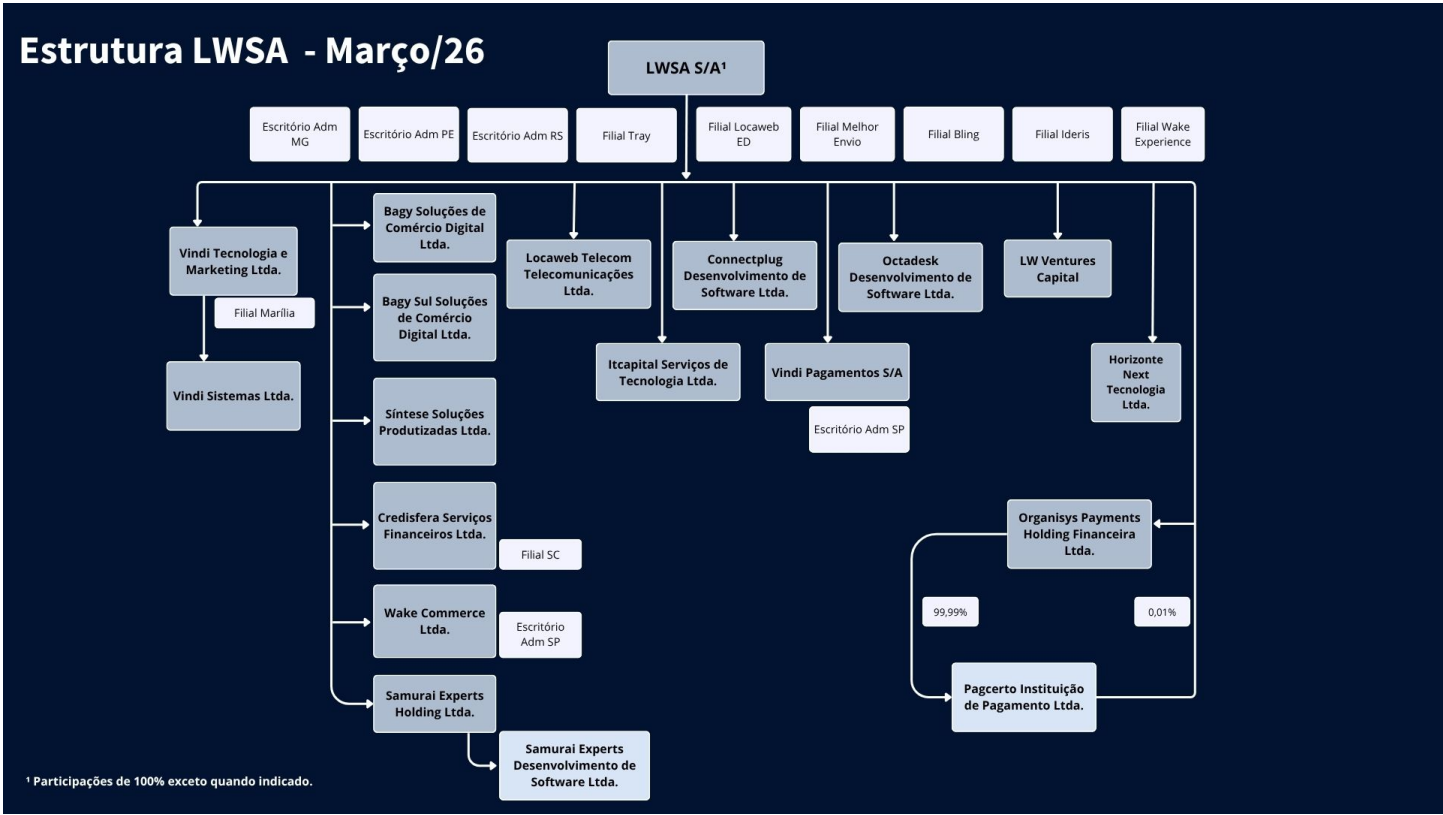
Quantidade ordinárias	374.101.947	65,798%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	374.101.947	65,798%

6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17	100
HORIZONTE NEXT TECNOLOGIA LTDA.	58.189.265/0001-60	100
CONNECTPLUG DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.	22.423.374/0001-52	100
IT CAPITAL SERVIÇO DE TECNOLOGIA LTDA.	11.322.459/0001-28	100
VINDI PAGAMENTOS ONLINE SA	14.338.304/0001-78	100
VINDI TECNOLOGIA E MARKETING LTDA.	18.881.804/0001-02	100
LOCAWEB TELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	06.940.034/0001-42	100
BAGY SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	27.357.470/0001-63	100
BAGY SUL SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	21.345.139/0001-47	100
SÍNTESE SOLUÇÕES PRODUTIZADAS LTDA.	18.008.990/0001-70	100
CREDISFERA SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.	22.752.418/0001-98	100
WAKE COMMERCE LTDA.	03.322.197/0001-73	100
SAMURAI EXPERTS HOLDING LTDA.	35.064.094/0001-47	100
ORGANISYS PAYMENTS HOLDING FINANCEIRA LTDA.	45.664.191/0001-24	100
PAGCERTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.	17.819.084/0001-92	0,01

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS E DO GRUPO ECONÔMICO



6.6 Outras informações relevantes

6.6 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em outubro de 2025 foi celebrado a alienação da totalidade do capital social da Wake Creators Digital Media Channel Ltda. (“Wake Creators” ou “Squid” e “Operação”, respectivamente).

Maiores informações sobre a operação podem ser encontradas no fato relevante divulgado pela companhia em 07 de outubro de 2025.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Conselho de Administração:

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração é composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, oito membros efetivos, sendo ao menos dois ou 20% (vinte por cento), o que for maior, Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas para um mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição.

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios, incluindo a estratégia de longo prazo. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão de nossa Diretoria.

De acordo com o Estatuto Social, sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

- i. exercer as funções normativas das atividades da Companhia e de nossas controladas, podendo avocar para seu exame e deliberação qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria;
- ii. eleger e destituir os Diretores;
- iii. atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;
- iv. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;
- v. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os nossos livros e papéis e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- vi. apreciar os resultados trimestrais e anuais das nossas operações;
- vii. escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;
- viii. apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- ix. aprovar os nossos orçamentos anuais e suas respectivas alterações;
- x. deliberar sobre os temas do Artigo 6º, Parágrafos 1º e 2º do nosso Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, nos termos do Artigo 5, Parágrafo 4º do nosso Estatuto Social;
- xi. deliberar sobre a aquisição de ações de nossa própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de nossa emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;
- xii. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, bem como sobre a emissão de notas promissórias (commercial papers);

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

xiii. autorizar previamente a celebração de acordo de sócios ou acionistas envolvendo a nossa Companhia ou nossas controladas, como acionista ou quotista;

xiv. orientar votos a serem proferidos pelo nosso representante nas Assembleias Gerais ou Reunião de Quotistas das nossas controladas;

xv. indicar administradores de nossas controladas, sendo certo que a indicação dos executivos principais será feita pelo Presidente do Conselho de Administração, exceto por deliberação contrária da maioria dos Conselheiros;

xvi. apresentar à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

xvii. aprovar a outorga ou concessão de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, e/ou constituição de ônus reais nos nossos ativos, sempre que: (a) estejam fora do curso normal dos nossos negócios e/ou em desacordo com as nossas práticas passadas, ressalvado desde já que se encontra dentro do curso normal dos nossos negócios a outorga ou a concessão de garantias (inclusive fiança) pela Companhia ou por nossas subsidiárias em contratos de locação celebrados pelas nossas controladas, assim como seus respectivos aditivos e/ou renovações; ou (b) não sejam para garantir uma ação judicial ou extrajudicial nossa ou de nossas subsidiárias;

xviii. aprovar a obtenção e contratação de qualquer financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00;

xix. aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00;

xx. aprovar qualquer aquisição ou alienação de bens do ativo permanente, cujo valor seja superior a R\$10.000.000,00;

xxi. deliberar sobre a criação dos comitês de assessoramento e a eleição de seus membros;

xxii. aprovar atribuições da área de auditoria interna, e dos comitês de assessoramento, se e quando instaurados, assim como seus respectivos orçamentos;

xxiii. aprovar os regimentos internos ou nossos atos regimentais e nossa estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento e Diretoria; (d) Política de Gerenciamento de Riscos; (e) Política de Transações com Partes Relacionadas; (f) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (g) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, desde que obrigatórios pela regulamentação aplicável;

xxiv. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral;

xxv. aprovar a celebração ou rescisão de contratos ou realização de operações envolvendo partes relacionadas, exceto (a) entre a Companhia e nossas sociedades coligadas ou (b) nossas controladas diretas e indiretas, no curso normal de seus negócios;

xxvi. elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de nossa emissão, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao nosso interesse e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação a Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

xxvii. contratação de empregados ou colaboradores que envolva remuneração anual total (incluindo remuneração fixa, variável e benefícios) igual ou superior a R\$1.000.000,00;

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

xxviii. determinar a realização de inspeções, auditoria ou tomada de contas nas nossas subsidiárias, controladas ou coligadas;

xxix. autorizar a propositura de ações judiciais, processos administrativos e a celebração de acordos judiciais e extrajudiciais, cujo valor seja superior a R\$2.000.000,00;

xxx. deliberar sobre assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;

xxxi. deliberar sobre a abertura, transferência e/ou encerramento de filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior; e, ainda,

xxxii. fixar a remuneração global anual dos membros dos Comitês não estatutários, se aplicável; e

xxxiii. deliberar sobre a distribuição e o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme o Artigo 40, §2º do Estatuto Social.

O Conselho de Administração possui Regimento Interno próprio, o qual foi devidamente aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2026 e pode ser consultado no site de relações com investidores (ri.lwsa.tech).

Conselho Fiscal:

Atualmente, a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Em reunião realizada em 07 de maio de 2026, os membros do Conselho de Administração aprovaram a nossa Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"). A íntegra da nossa Política de Indicação pode ser acessada no site de relações com investidores (ri.lwsa.tech) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de Indicação".

A nossa Política de Indicação, como diretriz geral, propõe o preenchimento dos cargos elegíveis com base em uma análise da necessidade do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento, conforme aplicável, garantindo a composição por membros de perfis diversificados, levando-se em conta experiências, competências, condutas, origens, faixa etária e gênero.

Os indicados aos cargos elegíveis deverão ser profissionais altamente qualificados, com relevante experiência profissional, técnica e acadêmica, e com reputação ilibada.

Quando da indicação de membros dos cargos elegíveis, serão observados os critérios de integridade (*background check* de integridade).

No processo de seleção será realizada a busca de candidatos com conhecimentos e experiências nos setores de negócios em que a Companhia e nossas controladas atuamos ou venhamos a atuar.

O Conselho de Administração será composto por no mínimo cinco e no máximo oito membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão indicados pela Assembleia Geral. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, pelo Vice-Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Vice-Presidente do Conselho de Administração, competirá ao Presidente indicar, dentre os demais membros do Conselho de Administração, seu substituto.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, devendo o enquadramento dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger. Também será considerado como independente o conselheiro eleito mediante as faculdades previstas nos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, enquanto a Companhia tiver acionista controlador.

Quando em decorrência da observância do percentual referido no item acima o resultado gerar um número fracionário, a Companhia proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Os membros indicados ao Conselho de Administração deverão observar os seguintes parâmetros, além dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis: (i) engajamento e compromisso com os nossos valores e nossa cultura; (ii) comprometimento com os termos previstos no Código de Ética; e (iii) adesão adequada à função e comprometimento com a responsabilidade advinda do cargo.

A proposta de reeleição dos membros do Conselho de Administração deverá levar em consideração o seu bom desempenho durante o período, sua experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior, conforme os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

O Conselho de Administração sempre indicará uma chapa de candidatos a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral.

Cada candidato ao cargo de conselheiro independente deverá apresentar declaração ao Conselho de Administração, comprovando seu enquadramento aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, apresentando a respectiva justificativa, se reconhecida alguma das situações previstas no artigo 16, § 2º do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração deverá validar a manifestação sobre a independência do(s) candidato(s) a membro(s) independente(s) do Conselho de Administração, a ser apresentada na proposta da administração relativa à Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição de administradores.

O procedimento previsto no item acima não se aplica às indicações de candidatos a membro do Conselho de Administração: (a) que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto a distância; ou (b) para eleição mediante votação em separado.

Observados os percentuais de ações e demais condições previstas na regulamentação e legislação aplicáveis, os acionistas podem indicar membros para compor o Conselho de Administração quando houver cargos vagos, com ao menos 25 (vinte e cinco) dias antes da data prevista para realização da Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração.

A indicação de candidato dentro do prazo previsto no item anterior possibilitará a inclusão de seu nome do mesmo no boletim de voto à distância e inclusão de suas informações na proposta da administração referentes à Assembleia Geral que deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração.

A indicação de candidato fora do prazo previsto no item anterior não possibilitará a inclusão do nome do candidato no boletim de voto à distância e informações na proposta da administração. Não obstante, a solicitação de inclusão de candidato será amplamente divulgada ao mercado ou, caso não haja tempo hábil, na própria Assembleia Geral.

Ainda, nos termos do artigo 3º do anexo K à Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ([“Resolução CVM nº 80”](#)), o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato:

I. cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da resolução CVM nº 80, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e, ainda,

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

II. currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias e o atendimento aos requisitos da Política de Indicação.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

O Conselho de Administração realizará, no mínimo a cada um ano, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho de Administração, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos Comitês de Assessoramento, do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor Presidente. A avaliação deverá ser realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato de cada membro do Conselho de Administração. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o Conselheiro, Presidente do Conselho de Administração ou Diretor Presidente, que estiver na função por, pelo menos, duas reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa independente especializada para fins de avaliação do Conselho de Administração e de seus membros.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho de Administração, dos Conselheiros e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do Conselho de Administração, sendo certo que os resultados das avaliações: (i) individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho; (ii) do Presidente do Conselho e do Diretor Presidente serão também disponibilizados a todos os Conselheiros; e (iii) de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

i. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações:

Além da metodologia e periodicidade mencionadas no item anterior, o processo de avaliação é estruturado levando-se em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente, do Diretor Presidente, do Comitê de Auditoria, seu coordenador e seus membros, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação. Os principais critérios utilizados na avaliação são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e, ainda, (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções e nossos valores e objetivos.

Os membros da Diretoria são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com as políticas e estratégias da Companhia.

ii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos:

Na data deste Formulário de Referência, não havíamos contratado serviços de consultoria ou assessoria externas para avaliação de desempenho de nossos órgãos e/ou comitês.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

De acordo com o nosso Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador, salvo dispensa da Assembleia Geral de acionistas, aquele que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

O membro do Conselho de Administração que tiver interesse conflitante com o nosso deverá cientificar os demais membros do seu impedimento e fazer consignar, em ata da reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento e, de acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração, na hipótese de o membro que tiver interesse conflitante com o nosso, não cumprir com a obrigação acima, os demais membros do Conselho de Administração, caso tenham conhecimento, deverão cumpri-la.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Ainda, em caso de conflito de interesse, o conselheiro deverá observar a Política de Uso e Divulgação de Informações e a Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

Adicionalmente, de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses da Companhia, aprovada em 07 de maio de 2026, conflitos de interesses consiste no envolvimento de uma parte relacionada em processo decisório no qual não esteja em condições de comutatividade e independência, tendo ela o poder de influenciar o seu final resultado e assegurar ganho para si, algum familiar ou terceiro com o qual esteja envolvida, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento.

Caso seja identificada uma matéria que envolva partes relacionadas, os administradores ou colaboradores envolvidos devem manifestar seu potencial conflito de interesses, ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a respeito.

Cada transação com Partes Relacionadas em potencial deverá ser analisada pela Diretoria para determinar se ela de fato constitui uma transação com Partes Relacionadas sujeita à aprovação do Conselho de Administração.

Caso solicitado pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores envolvidos em transação com Partes Relacionadas poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar mais informações sobre tal transação e as próprias partes relacionadas envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais administradores deverão se ausentar do processo de votação da matéria.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção de discutir e votar a respeito deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação.

Caso algum administrador ou colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer terceiro que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

Para mais informações sobre a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, vide Seção 11 deste Formulário de Referência. Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os administradores que também forem acionistas da Companhia não poderão votar nas deliberações de assembleia geral relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

O inteiro teor do Código de Ética e Conduta, da Política de Uso e Divulgação de Informações, da Política de Negociação de Valores Mobiliários e da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses da Companhia podem ser acessados no site de relações com investidores (ri.lwsa.tech) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

d) por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

A Diretoria da Companhia é composta, atualmente, por oito membros autodeclarados do gênero masculino.

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

A Diretoria da Companhia é composta, atualmente, por oito membros autodeclarados brancos.

O Conselho de Administração da Companhia é composto, atualmente, por oito membros autodeclarados brancos.

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não possui membros que se autodeclarem por outros atributos de diversidade.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não possui até o momento deste Formulário de Referência objetivos específicos de diversidade de gênero entre os membros da administração.

f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A LWSA está comprometida com o desenvolvimento de uma agenda de negócio que integra boas práticas de ESG em todos os níveis da Companhia. Procuramos integrar boas práticas ESG na nossa agenda de negócios e em todos os níveis da Companhia, e o Conselho de Administração tem sido um importante agente na definição de diretrizes estratégicas e na validação do nosso plano de trabalho. O Conselho exerce um papel fundamental na construção da estratégia de ESG, de sustentabilidade e de gestão de riscos. Trata-se de uma agenda ativa, que envolve o trabalho de muitas pessoas.

O plano de ação e as práticas relacionadas são acompanhadas pelo Comitê de ESG, sendo um apoio na definição das diretrizes estratégicas, acompanhamento da agenda de sustentabilidade e a validação do plano de trabalho. Publicamos as entregas relacionadas ao tema no Relatório de Sustentabilidade, disponível no site da companhia.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	8	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	7	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	1	15	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	0	16	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	8	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 16	0	16	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

O Conselho de Administração conta com o apoio de Comitês de Assessoramento não estatutários, visando monitorar os controles internos e gerenciar riscos que podem afetar a Companhia e a suas controladas. Em 04 de dezembro de 2019, o nosso Conselho de Administração aprovou, em reunião, a criação de um Comitê de Auditoria, cujas atribuições e funcionamento estão previstos no Regimento Interno do Comitê de Auditoria. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria contam, ainda, com o apoio de outros dois Comitês de Assessoramento, quais sejam, o Comitê de Ética e Conduta e o Comitê de Riscos de Segurança da Informação, cujas atribuições estão previstas nas nossas Políticas de Governança. Adicionalmente, temos o Comitê de Recursos Humanos, que apoia as atividades de gestão e desenvolvimento de pessoas, atração e retenção de talentos, remuneração e, também, o Comitê de ESG, que visa as boas práticas de sustentabilidade.

b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora não exista uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do nosso Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir os auditores independentes. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao nosso Comitê de Auditoria, nos termos de seu regimento interno, opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A LWSA dispõe de um canal de denúncias corporativo, o Canal de Ética e Conduta, por meio do qual é possível que todos os colaboradores, fornecedores, parceiros comerciais e acionistas da Companhia comuniquem, de forma nominal ou anônima, a seu critério, casos de fraude, corrupção, desvios éticos e de conduta, ou quaisquer situações que possam caracterizar violação do Código de Ética e Conduta da Companhia, bem como questões relacionadas às práticas de ASG e de conformidade. Este canal é gerido por uma instituição independente, para garantir a confidencialidade e sigilo das denúncias.

O canal pode ser acessado via telefone: 0800 591 3128, de segunda à sexta, das 09h às 17h. Ou via internet:

O Comitê de Ética e Conduta é o órgão responsável pelo acompanhamento das denúncias realizadas por intermédio desse canal, reportando diretamente ao Conselho de Administração, quando necessário.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome ALESSANDRO DALMEDICO CPF: 212.798.258-47 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis Publicitário são: Data de Nascimento: 09/11/1977

Experiência Profissional: Com mais de 20 anos de carreira, Alessandro Gil possui extensa experiência em e-commerce e estratégia de expansão de negócios. É formado em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), com MBA em Marketing. Antes de chegar a LWSA, passou por empresas como, LINX, VTEX, Rakuten Brasil e Ikeda, onde foi sócio. Na LWSA lidera as plataformas Enterprise de SaaS e-Commerce. Sr. Alessandro Dalmédico Gil não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Alessandro Dalmédico Gil declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/12/2025	01/12/2027	Outros Diretores	Diretor de Unidade de Negócio	01/12/2025		27/05/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome ANDRÉ KINJO KUBOTA

CPF: 335.148.858-00

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro de Produção

Data de Nascimento: 08/09/1984

Experiência Profissional:

Engenheiro de produção formado pela Universidade de São Paulo, completou o level III do CFA e possui formação executiva na Harvard e ISE Business School em inovação e liderança. Iniciou a carreira com passagens em bancos (Santander, Itaú e ItauBBA) e foi sócio da Constellation Asset Management (cobrindo os setores de TMT e Financeiro, dentre outros). Em 2013, atuou também na Hidrovias do Brasil, com passagens por Novos Negócios e M&A e como CFO e DRI durante o processo de IPO. Desde 2022 foi CFO da AmbarTech (empresa de tecnologia voltada a construção civil). Desde outubro de 2024, ocupa os cargos de CFO e DRI da LWSA. O Sr. Andre Kinjo Kubota não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Andre Kinjo Kubota declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/12/2025	01/12/2027	Outros Diretores	Chief Financial Officer (CFO)	01/12/2025		10/10/2024
Diretoria	01/12/2025	01/12/2027	Diretor de Relações com Investidores		01/12/2025		10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome ANDREA GORA COHEN

CPF: 176.033.738-24

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Empresária

Data de Nascimento: 06/11/1971

Experiência Profissional:

Formada em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), iniciou suas atividades na LWSA em 2005, comandando as áreas jurídica, de recursos humanos e administrativa. Antes de ingressar na LWSA, atuou na área têxtil e de varejo. Na LWSA ocupou o cargo de Diretor Administrativo entre 2007 e 2019 e, desde a sua renúncia, faz parte do nosso Comitê de Recursos Humanos e Comitê de ESG. A Sra. Andrea Gora Cohen não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, a Sra. Andrea Gora Cohen declarou a nós não ser caracterizada como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	Até AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome CAMILO CABIANCA RAMOS **CPF:** 223.080.498-71 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 31/01/1982

Experiência Profissional: O Sr. Camilo Cabianca Ramos é membro independente do Conselho de Administração da LWSA e Sócio-Diretor na Kinea Private Equity, onde ingressou em 2011. Com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro, sendo 15 deles dedicados a Private Equity, o Sr. Ramos iniciou sua carreira na Rosenberg Partners e trabalhou por seis anos na área de Investment Banking do Banco Itaú BBA, onde liderou diversos projetos de fusões e aquisições (M&A) e ofertas públicas de ações. Durante sua trajetória na Kinea, esteve diretamente envolvido nas transações de empresas como Delfin Imagem, Eliane Revestimentos Cerâmicos, Grupo ABC e AGV Logística. Atualmente, exerce o cargo de Conselheiro da +A Educação e Verzani & Sandrini, além de ser membro observador do Conselho de Administração da Cobasi. O Sr. Ramos é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV), tendo cursado um semestre acadêmico na Tulane University, nos Estados Unidos. O Sr. Camilo Cabianca Ramos não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para o exercício de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Ramos declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21. O Sr. Ramos atende aos requisitos de independência previstos na regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	05/12/2025	Até AGO de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		05/12/2025	Sim	03/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome CLAUDIO GORA CPF: 176.033.708-09 Passaporte: Nacionalidade: Brasil Profis são: Empresário Data de Nascimento: 15/06/1973

Experiência Profissional: Formado em Propaganda e Marketing pela Universidade Paulista - UNIP em 1998. Trabalhou na área têxtil durante 10 anos, acumulando experiências na área comercial e marketing das marcas da Companhia. Foi um dos fundadores da LWSA em 1998, no cargo de Diretor Comercial e Marketing, ajudando a fortalecer a marca da LWSA. Em 2012 passou para o nosso Conselho de Administração e deixou o cargo de CMO. O Sr. Claudio Gora não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Claudio Gora declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	Até AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	04/12/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome FERNANDO BIANCARDI
CIRNE **CPF:** 169.278.538-98 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro mecânico **Data de Nascimento:** 12/12/1972

Experiência Profissional: Engenheiro graduado pela Universidade de São Paulo, com um MBA pelo IBMEC, o Sr. Cirne iniciou sua carreira na Editora Abril como Trainee. Ele desenvolveu toda a operação de vendas e relacionamento de assinaturas pela internet, atuando como Diretor de Marketing Direto e Diretor de e-Business. Na LWSA (antiga Locaweb), ocupou o cargo de CMO e, em março de 2018, assumiu como CEO do Grupo. Sob sua gestão, a LWSA realizou um IPO, Follow On e adquiriu mais de 20 empresas. Ele foi responsável pelas cinco unidades de negócios que compõem a LWSA: Commerce PME, Wake, ERP/Gestão, Serviços Financeiros e Be Online/SaaS. Essas unidades incluem marcas importantes, como LOCAWEB, TRAY, VINDI, BLING e MELHOR ENVIO, entre outras. Em fevereiro de 2025, o Sr. Cirne passou a integrar o Conselho de Administração da LWSA. Ele também é membro do Conselho de outras três empresas no Brasil: LG Lugar de Gente, Enjoei e Paschoalotto. Além disso, Fernando atua como mentor e embaixador da Endeavor e foi eleito um dos melhores CEOs da América Latina no setor de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações pelo Institutional Investor Magazine Ranking nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024. O Sr. Fernando Biancardi Cirne não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Fernando Biancardi Cirne declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	Até AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Sim	10/02/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome FLAVIO BENÍCIO JANSEN FERREIRA **CPF:** 921.962.337-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 28/07/1966

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Elétrica, com ênfase em eletrônica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi Vice-Presidente de Marketing da LWSA no período de março de 2018 a dezembro de 2019 e CEO da Companhia de janeiro de 2013 a março de 2018. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração e dos comitês de ESG, Auditoria e de Recursos Humanos da Companhia. É presidente do conselho de administração da empresa International Meal Company Alimentação S.A. desde maio de 2019 e conselheiro desde janeiro de 2018. É conselheiro das empresas Digipix Gráfica Digital S.A. empresa de e-commerce de fotografia, fotolivros, fotopresentes, Lojas Quero-Quero S.A., empresa de varejo de eletroeletrônicos, material de construção e móveis no Sul do país, Allied Tecnologia S.A., distribuidora e varejista de produtos eletrônicos e celular e Estácio Participações S.A., segunda maior organização privada de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. O Sr. Flávio Jansen é investidor e conselheiro da empresa Flyers 24 H S.A. – Anúncio e Divulgação, empresa de veiculação de ofertas de empresas varejistas em site da internet e em aparelhos celulares, através do site e aplicativo móvel “Guiato”. É sócio gestor da empresa XS Consultoria em Tecnologia Ltda. Foi responsável pelo início do site “Submarino.com”, atuou na empresa como diretor de tecnologia, chegando ao cargo de CEO. Foi presidente do “Submarino.com” durante o IPO da empresa na Bovespa e durante a fusão com a “Americanas.com” que resultou na companhia B2W – Companhia Digital. Foi conselheiro da empresa CETIP-SA – Mercados Organizados, no período de julho de 2009 a maio de 2012, companhia de capital aberto de administração de mercados organizados de valores mobiliários, títulos, derivativos e outros instrumentos financeiros, hoje parte da B3. Foi conselheiro da empresa de educação Grupo IBMEC Educacional Ltda., no período de dezembro de 2018 a abril de 2019. Foi conselheiro da empresa Fleury S.A., laboratório de análises clínicas, no período de outubro de 2015 a maio de 2019. O Sr. Flávio Jansen não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Flávio Jansen declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	Até AGO de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Sim	04/12/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome GILBERTO MAUTNER **CPF:** 072.442.868-21 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/10/1971

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA em 1993, é um dos fundadores da nossa Companhia. Foi consultor na Andersen Consulting (atual Accenture) de outubro de 1994 a agosto de 1997, período ao longo do qual acumulou experiências na área de tecnologia em diversos projetos nos setores financeiro, farmacêutico e energia, além de pesquisas internas para a empresa em Palo Alto. Após fundar a LWSA (antiga Locaweb) em 1998, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios e Tecnologia. Em 2007 assumiu a posição de CEO da Companhia e, em 2012 passou a integrar o conselho de administração da Companhia. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Gilberto Mautner não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Gilberto Mautner declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	Até AGO de 2027	Vice Presidente Cons. de Administração		30/04/2025	Sim	06/10/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome GUSTAVO GOMES SALVIANO

CPF: 260.606.198-51

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Cientista da Computação

Data de Nascimento: 03/08/1977

Experiência Profissional:

Graduado em Ciências da Computação pela Unesp - Universidade Estadual Paulista, com pós-graduação em administração de empresas pela FGV e MBA em Sistemas de Telecomunicações pela Federal Fluminense. Mais de 20 anos de experiência no mercado de TI, desenvolvendo atividades de arquitetura, projetos e operação. Iniciou sua carreira na Dedalus Sistemas (maior parceira Sun Microsystems) como estagiário, chegando à gerência de Suporte. Seguiu sua carreira no grupo Telefonica/Vivo, comandando a operação de DataCenter B2B e desenvolvimento de projetos corporativos. Em sua última passagem, assumiu a Superintendência de operações de TI da Dasa, sendo responsável por vasto projeto de estabilização sistêmica, renovação tecnológica e melhoria contínua, suportando a forte demanda e crescimento de NPS. Em fevereiro de 2020 foi eleito Diretor de Tecnologia da LWSA, com reeleição em dezembro de 2023. O Sr. Gustavo Gomes Salviano não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Gustavo Gomes Salviano declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/12/2025	01/12/2027	Outros Diretores	Diretor de Tecnologia	01/12/2025		17/02/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome HIGOR DE ARAÚJO FRANCO **CPF:** 296.936.558-85 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Tecnólogo em telecomunicações **Data de Nascimento:** 28/03/1982

Experiência Profissional: Formado pela universidade Anhembi Morumbi, possui MBA pela Fundação Getúlio Vargas em gestão de TI e especializações pelo IESE/ISE e MIT. Atuou na formatação do portfólio e estratégia do UOLDIVEO (empresa de tecnologia do Grupo UOL) como Gerente Geral de Arquitetura de Soluções, Produtos e Marketing de 2008 até 2015 conduzindo áreas de Produtos, Arquitetura de TI e Marketing. Pela IBM como LA Cloud Manager, atuou no time global de estratégia de Cloud Computing e foi responsável por gerenciar o time de produtos e arquitetura de Cloud IBM para toda América Latina entre 2015 e 2016. Posteriormente atuou na DASA como Superintendente de TI/CTO, durante 2016 e 2017, sendo responsável pela implementação da transformação digital, gestão da inovação e adoção de frameworks de sustentação e evolução de tecnologia. Atualmente na LWSA é o responsável pela área de Varejo. O Sr. Higor de Araújo Franco não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Higor de Araújo Franco declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/12/2025	01/12/2027	Outros Diretores	Diretor de Unidade de Negócios	01/12/2025		04/12/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome LUIZ OTAVIO RIBEIRO **CPF:** 068.221.816-28 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 11/04/1984

Experiência Profissional: O Sr. Luiz Ribeiro é membro independente do Conselho de Administração da LWSA e Managing Director e Co-Head do escritório do Brasil da General Atlantic, com foco em investimentos na América do Sul. Antes de ingressar na General Atlantic em 2016, o Sr. Ribeiro trabalhou como Diretor na Advent International, onde se concentrou nos setores de serviços financeiros e de saúde enquanto atuava nos escritórios de São Paulo e Bogotá. Durante seu período na Advent International, atuou nos Conselhos de vários investimentos e como CFO da Atmosfera Gestão e Higienização de Têxteis Ltda. O Sr. Ribeiro atualmente faz parte dos Conselhos da Pague Menos, QuintoAndar, D-Local, Neon, Fluency Academy, Bold e é membro observador do Conselho do Gympass. O Sr. Ribeiro é Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV) e concluiu o Programa de Desenvolvimento de Liderança na Harvard Business School. O Sr. Luiz Ribeiro não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Luiz Otavio Ribeiro declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	Até AGO de 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Sim	27/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome

MARCELO NAVARINI

CPF:

940.098.990-34

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Administrador

Data de Nascimento:

16/03/1979

Experiência Profissional:

Administrador de Empresas formado pela Universidade de Caxias do Sul, com Pós Graduação em economia e finanças pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestrado em Economia Internacional pela Unisinos.
Com mais de 20 anos de experiência, iniciou sua carreira no setor de serviços financeiros atuando nos segmentos de investimentos, seguros e M&A. Posteriormente, ingressou na CRP Cia de Participações, onde participou ativamente da gestão de fundos de Venture Capital com foco em tecnologia, atuando em todo ciclo de investimento, desde análise, monitoramento e conselho/governança, além de passagem como gestor de BU de empresa de bens de consumo do grupo Tecnovin, e da fintech A55.
No Bling, empresa de ERP e gestão do grupo LWSA, exerceu os cargos de CFO e COO/Diretor de operações entre 2019 e 2023, acumulando também a gestão da operação da IP Pagcerto. Em novembro de 2024, foi eleito Diretor de Unidade de Negócios da LWSA. O Sr. Marcelo Navarini não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Marcelo Navarini declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/12/2025	01/12/2027	Outros Diretores	Diretor de Unidade de Negócios	01/12/2025		19/11/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome OTAVIO DANTAS DE CARVALHO

CPF: 297.402.488-29

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro Civil

Data de Nascimento: 03/08/1980

Experiência Profissional: Com mais de 20 anos de carreira, o Sr. Otávio Dantas possui extensa experiência em negócios, principalmente na interseção Pessoas-Tecnologia-Operações. É formado em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (USP), com MBA em Finanças e Estratégia pela University of Michigan e Especialização em Administração de Empresas e Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas. Antes de chegar à LWSA, fez carreira em consultoria de gestão, sendo os últimos cinco anos como Managing Director & Partner do Boston Consulting Group (BCG), onde liderou a unidade DigitalBCG, a prática de Technology Advantage e, mais recentemente, a práticas de Tecnologia, Mídia e Telecom (TMT). Ao longo da carreira, trabalhou primordialmente com empresas voltadas para o cliente (B2C e B2B2C) em diversos setores, como Telecom, Serviços Financeiros, Tecnologia e Bens de Consumo. Em fevereiro de 2024 o Sr. Otavio Dantas ingressou na LWSA, sendo eleito para o cargo de Diretor de Gente e Gestão Corporativa da Companhia em outubro de 2024. O Sr. Otávio não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr Otavio Dantas de Carvalho declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/12/2025	01/12/2027	Outros Diretores	Diretor de Gente e Gestão Corporativa	01/12/2025		10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome RAFAEL CHAMAS ALVES **CPF:** 327.106.788-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/08/1984

Experiência Profissional: Administrador de Empresas formado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV de São Paulo, com MBA pela Escola de Economia da mesma instituição. Desenvolveu parte de sua carreira na Grupo Abril, onde começou como trainee e foi responsável pelo Planejamento Financeiro de diversos negócios do Grupo – dentre os quais a Abril Educação S.A. durante seu processo de IPO. Atuou também como Controller na Tegma Gestão Logística S.A. até 2016. Na LWSA, atuou desde abril de 2016 como Diretor Financeiro e Diretor de RI, sendo reeleito para esses cargos em dezembro de 2023. Rafael foi eleito um dos melhores CFOs da América Latina em empresas de Tecnologia, Mídia e Telecomunicação pelo ranking da revista Institutional Investor. Em fevereiro de 2025 assumiu o cargo de Diretor Presidente (CEO) da LWSA. O Sr. Rafael Chamas Alves não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Rafael Chamas Alves declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/12/2025	01/12/2027	Diretor Presidente / Superintendente		01/12/2025		10/02/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome RICARDO GORA **CPF:** 296.796.898-67 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 21/09/1980

Experiência Profissional: Bacharel em Administração de Empresas com ênfase em Finanças pela Escola Superior de Propaganda em Marketing (ESPM) em 2005. Iniciou suas atividades na LWSA em 1999, atuando no setor de cobranças, onde foi gerente e ocupou o cargo de Diretor Vice-Presidente Financeiro. Participou de cursos de extensão no Massachusetts Institute of Technology - MIT de IT for Non-IT Executives em 2006, além do curso da HSM University, Reinventing the CFO, com Jeremy Hope em 2007. Participação no Boot Camp do Silver Lake Holding de Participações Ltda. para CFO's de empresas em vias de abertura de capital. Faz parte do nosso Conselho de Administração, desde outubro de 2021. Atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Ricardo Gora não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Ricardo Gora declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	Até AGO de 2027	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2025	Sim	06/10/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome WILLIANS CRISTIANO MARQUES **CPF:** 320.058.868-31 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 30/06/1985

Experiência Profissional: Formado pela UNIVEM em Administração com habilitação em Marketing, possui MBA pela Fundação Getúlio Vargas - FGV em gestão de TI. Empreendedor nato, fundou a Tray, sua primeira startup, com 17 anos atuando como programador auto didata responsável pelas cadeiras de tecnologia e produto. Em paralelo a Tray fundou em 2007 uma fintech que foi vendida em apenas 2 anos para o maior grupo de internet da época - Grupo Buscapé. Com a aquisição da Tray pela LWSA em 2012 se juntou ao grupo para liderar a unidade de plataforma smb e expandiu os negócios criando um ecossistema completo de soluções para o pequeno varejista, incluindo uma plataforma de logística, hub de marketplaces e uma nova fintech - a Yapay que se tornou mais tarde Vindi Pagamentos. Ficou também responsável pela empresa Fbits desde sua aquisição em 2016 até 2021, quando ela se torna a base da plataforma Enterprise de e-commerce da LWSA, a Wake Commerce. Atualmente na LWSA é VP de Commerce SMB que contempla a área de plataforma de e-commerce, logística e demais soluções voltadas para pequenos varejistas. O Sr. Willians Marques não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Willians Marques declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/12/2025	01/12/2027	Outros Diretores	Diretor de Unidade de Negócios	01/12/2025		19/11/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.4 Composição dos comitês

Nome: ANDRÉ KINJO KUBOTA

CPF: 335.148.858-00

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Engenheiro de Produção

Data de Nascimento: 08/09/1984

Experiência Profissional:

Engenheiro de produção formado pela Universidade de São Paulo, completou o level III do CFA e possui formação executiva na Harvard e ISE Business School em inovação e liderança. Iniciou a carreira com passagens em bancos (Santander, Itaú e ItauBBA) e foi sócio da Constellation Asset Management (cobrindo os setores de TMT e Financeiro, dentre outros). Em 2013, atuou também na Hidrovias do Brasil, com passagens por Novos Negócios e M&A e como CFO e DRI durante o processo de IPO. Desde 2022 foi CFO da AmbarTech (empresa de tecnologia voltada a construção civil). Desde outubro de 2024, ocupa os cargos de CFO e DRI da LWSA. O Sr. Andre Kinjo Kubota não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Andre Kinjo Kubota declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/2026	Até a AGO de 2027	Comitê de Ética e Conduta		07/05/2026	10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

CAMILO CABIANCA RAMOS

CPF:

223.080.498-71

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Administrador

Data de Nascimento:

31/01/1982

Experiência Profissional:

O Sr. Camilo Cabianca Ramos é membro independente do Conselho de Administração da LWSA e Sócio-Diretor na Kinea Private Equity, onde ingressou em 2011. Com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro, sendo 15 deles dedicados a Private Equity, o Sr. Ramos iniciou sua carreira na Rosenberg Partners e trabalhou por seis anos na área de Investment Banking do Banco Itaú BBA, onde liderou diversos projetos de fusões e aquisições (M&A) e ofertas públicas de ações. Durante sua trajetória na Kinea, esteve diretamente envolvido nas transações de empresas como Delfin Imagem, Eliane Revestimentos Cerâmicos, Grupo ABC e AGV Logística. Atualmente, exerce o cargo de Conselheiro da +A Educação e Verzani & Sandrini, além de ser membro observador do Conselho de Administração da Cobasi. O Sr. Ramos é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV), tendo cursado um semestre acadêmico na Tulane University, nos Estados Unidos. O Sr. Camilo Cabianca Ramos não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para o exercício de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Ramos declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21. O Sr. Ramos atende aos requisitos de independência previstos na regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	07/05/2026	Até a AGO de 2027			07/05/2026	29/09/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: CARLOS ELDER MACIEL DE AQUINO

CPF: 226.993.094-00

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Contador

Data de Nascimento: 09/04/1961

Experiência Profissional:

Carlos Elder Maciel de Aquino é bacharel em contabilidade pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP). Possui MBA em Finanças pelo IBMEC-SP e MBA em Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP-SP), além de especialização em Economia Engenharia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP-PE). Foi executivo de empresas como Unibanco, Itaú Unibanco, KPMG, Diagnósticos da América S.A. É professor convidado da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e FIA-USP. Também, autor e coautor de artigos publicado em livros e revistas nacionais e internacionais sobre finanças, contabilidade, governança, aspectos regulatórios e auditoria. Possui mais de 40 anos de experiência profissional, tendo exercido cargos executivos nas áreas de contabilidade, financeira, auditoria, saúde, segmentos de previdência privada e terceiro setor, além de atuar como membro do conselho de administração, conselhos fiscais e comitês de auditoria, comitês de gerenciamento de riscos, de controles internos, de ética e conduta, de prevenção à lavagem de dinheiro e de transações com partes relacionadas. É coordenador dos comitês de auditoria da LWSA S/A, Allied Tecnologia S/A, Lojas Quero-Quero S/A, Fortbras S/A e Platina Cosméticos S/A. É membro do comitê de auditoria da Azzas 2154 S/A, Tokio Marine Seguradora S/A, Tigre S/A Participações e Ebanx Holdings LLC. É conselheiro fiscal na Folha Participações S.A. É certificado para conselheiro de administração, para conselheiro fiscal e para membro de comitê de auditoria pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Também, é membro do American Accounting Association (AAA). O Sr. Carlos Elder Maciel de Aquino não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Carlos Elder Maciel de Aquino declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027			30/05/2025	04/12/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

FERNANDO BIANCARDI CIRNE

CPF:

169.278.538-98

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro mecânico

Data de Nascimento:

12/12/1972

Experiência Profissional:

Engenheiro graduado pela Universidade de São Paulo, com um MBA pelo IBMEC, o Sr. Cirne iniciou sua carreira na Editora Abril como Trainee. Ele desenvolveu toda a operação de vendas e relacionamento de assinaturas pela internet, atuando como Diretor de Marketing Direto e Diretor de e-Business. Na LWSA (antiga Locaweb), ocupou o cargo de CMO e, em março de 2018, assumiu como CEO do Grupo. Sob sua gestão, a LWSA realizou um IPO, Follow On e adquiriu mais de 20 empresas. Ele foi responsável pelas cinco unidades de negócios que compõem a LWSA: Commerce PME, Wake, ERP/Gestão, Serviços Financeiros e Be Online/SaaS. Essas unidades incluem marcas importantes, como LOCAWEB, TRAY, VINDI, BLING e MELHOR ENVIO, entre outras. Em fevereiro de 2025, o Sr. Cirne passou a integrar o Conselho de Administração da LWSA. Ele também é membro do Conselho de outras três empresas no Brasil: LG Lugar de Gente, Enjoei e Paschoalotto. Além disso, Fernando atua como mentor e embaixador da Endeavor e foi eleito um dos melhores CEOs da América Latina no setor de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações pelo Institutional Investor Magazine Ranking nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024. O Sr. Fernando Biancardi Cirne não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Fernando Biancardi Cirne declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027	Comitê de Recursos Humanos		30/05/2025	13/01/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027	Comitê de ESG		30/05/2025	19/12/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: FERNANDO DAL-RI MURCIA

CPF: 259.091.048-70

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Contador

Data de Nascimento: 16/07/1977

Experiência Profissional:

Fernando Dal-Ri Murcia: Bacharel em Business Management pela Webber International University (Flórida, EUA), em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Itajaí e em Direito pela Universidade Paulista. Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (áreas de concentração: contabilidade societária, fraudes contábeis e mercado financeiro). Doutor em Contabilidade e Controladoria pela FEA-USP (áreas de concentração: contabilidade societária, IFRSs, governança corporativa e mercado de capitais). Professor concursado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da USP – “campus” SP, lecionando nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. Professor convidado da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da USP, lecionando disciplinas de “direito e contabilidade”. Diretor de Projetos e Pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI). Desde 2018 é membro do Comitê de Auditoria da Via Varejo S.A. (Casas Bahia e Ponto Frio). É membro do Comitê de Auditoria da FUNCEF (Fundo de Pensão da Caixa-CEF). É membro do Conselho Fiscal da Renova Energia S.A. É membro Suplente do Conselho Fiscal da Marfrig Foods S.A. Foi Presidente do Conselho Fiscal do Grupo Pão de Açúcar durante os anos de 2017 e 2018. Foi Presidente do Conselho Fiscal da Via Varejo S.A. de 2014 a 2018. Foi membro Suplente do Conselho Fiscal da Gerdau S.A. de 2015 a 2016. Foi representante da América Latina no Programa de Pesquisadores da Deloitte IAAER. Consultor, Parecerista e Perito na área de contabilidade societária, avaliação de empresas, governança e reestruturação societária. Membro do Grupo de Estudos Contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em matéria contábil-tributária em parceria com o Grupo de Trabalho de Estudos Contábeis da Receita Federal do Brasil (RFB). Membro da Comissão de Finanças e Contabilidade do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Membro da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI). Pesquisador com mais de 70 artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais sobre temas relacionadas a contabilidade, finanças e governança corporativa.O Sr. Fernando Dal-Ri Murcia não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Fernando Dal-Ri Murcia declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027			30/05/2025	04/12/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

FLAVIO BENÍCIO JANSEN FERREIRA

CPF:

921.962.337-49

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro

Data de Nascimento:

28/07/1966

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Elétrica, com ênfase em eletrônica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi Vice-Presidente de Marketing da LWSA no período de março de 2018 a dezembro de 2019 e CEO da Companhia de janeiro de 2013 a março de 2018. Atualmente é membro independente do Conselho de Administração e dos comitês de ESG, Auditoria e de Recursos Humanos da Companhia. É presidente do conselho de administração da empresa International Meal Company Alimentação S.A. desde maio de 2019 e conselheiro desde janeiro de 2018. É conselheiro das empresas Digipix Gráfica Digital S.A. empresa de e-commerce de fotografia, fotolivros, fotopresentes, Lojas Quero-Quero S.A., empresa de varejo de eletroeletrônicos, material de construção e móveis no Sul do país, Allied Tecnologia S.A., distribuidora e varejista de produtos eletrônicos e celular e Estácio Participações S.A., segunda maior organização privada de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados. O Sr. Flávio Jansen é investidor e conselheiro da empresa Flyers 24 H S.A. – Anúncio e Divulgação, empresa de veiculação de ofertas de empresas varejistas em site da internet e em aparelhos celulares, através do site e aplicativo móvel “Guiato”. É sócio gestor da empresa XS Consultoria em Tecnologia Ltda. Foi responsável pelo início do site “Submarino.com”, atuou na empresa como diretor de tecnologia, chegando ao cargo de CEO. Foi presidente do “Submarino.com” durante o IPO da empresa na Bovespa e durante a fusão com a “Americanas.com” que resultou na companhia B2W – Companhia Digital. Foi conselheiro da empresa CETIP-SA – Mercados Organizados, no período de julho de 2009 a maio de 2012, companhia de capital aberto de administração de mercados organizados de valores mobiliários, títulos, derivativos e outros instrumentos financeiros, hoje parte da B3. Foi conselheiro da empresa de educação Grupo IBMEC Educacional Ltda., no período de dezembro de 2018 a abril de 2019. Foi conselheiro da empresa Fleury S.A., laboratório de análises clínicas, no período de outubro de 2015 a maio de 2019. O Sr. Flávio Jansen não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Flávio Jansen declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027	Comitê de Recursos Humanos		30/05/2025	04/12/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027	Comitê de ESG		30/05/2025	19/12/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome: FREDERICO SEABRA DE CARVALHO **CPF:** 770.806.101-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 23/07/1975

Experiência Profissional: Frederico Carvalho é graduado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), bacharel em Direito pelo UDF Centro Universitário, possui LL.M. em Direito Tributário pelo UDF Centro Universitário e LL.M. em Taxation pela Boston University. Iniciou sua trajetória profissional na Deloitte, onde foi Sócio da área de Transaction Services em São Paulo, liderando atividades de assessoria em transações, reorganizações societárias e processos de diligência para importantes investidores de private equity e clientes estratégicos no Brasil. Posteriormente, exerceu o cargo de Chief Operating Officer (COO) da divisão de Merchant Banking do BTG Pactual Group. Desde 2012, atua como Operating Partner da General Atlantic.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	07/05/2026	Até a AGO de 2027	Comitê de Ética e Conduta	Membro do Comitê (Independente)	07/05/2026	07/05/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: GILBERTO MAUTNER

CPF: 072.442.868-21

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Engenheiro

Data de Nascimento: 19/10/1971

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA em 1993, é um dos fundadores da nossa Companhia. Foi consultor na Andersen Consulting (atual Accenture) de outubro de 1994 a agosto de 1997, período ao longo do qual acumulou experiências na área de tecnologia em diversos projetos nos setores financeiro, farmacêutico e energia, além de pesquisas internas para a empresa em Palo Alto. Após fundar a LWSA (antiga Locaweb) em 1998, ocupou o cargo de Diretor de Novos Negócios e Tecnologia. Em 2007 assumiu a posição de CEO da Companhia e, em 2012 passou a integrar o conselho de administração da Companhia. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Gilberto Mautner não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Gilberto Mautner declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027	Comitê de Segurança da Informação		30/05/2025	13/01/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027	Comitê de Recursos Humanos		30/05/2025	13/01/2020
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027	Comitê de ESG		30/05/2025	19/12/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:
GUSTAVO GOMES
SALVIANO

CPF:
260.606.198-51

Passaporte:

Nacionalidade:
Brasil

Profissão:
Cientista da Computação

Data de Nascimento:
03/08/1977

Experiência Profissional:

Graduado em Ciências da Computação pela Unesp - Universidade Estadual Paulista, com pós-graduação em administração de empresas pela FGV e MBA em Sistemas de Telecomunicações pela Federal Fluminense. Mais de 20 anos de experiência no mercado de TI, desenvolvendo atividades de arquitetura, projetos e operação. Iniciou sua carreira na Dedalus Sistemas (maior parceira Sun Microsystems) como estagiário, chegando à gerência de Suporte. Seguiu sua carreira no grupo Telefonica/Vivo, comandando a operação de DataCenter B2B e desenvolvimento de projetos corporativos. Em sua última passagem, assumiu a Superintendência de operações de TI da Dasa, sendo responsável por vasto projeto de estabilização sistêmica, renovação tecnológica e melhoria contínua, suportando a forte demanda e crescimento de NPS. Em fevereiro de 2020 foi eleito Diretor de Tecnologia da LWSA, com reeleição em dezembro de 2023. O Sr. Gustavo Gomes Salviano não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Gustavo Gomes Salviano declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027	Comitê de Segurança da Informação		30/05/2025	17/02/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

HENRIQUE BASTOS MARQUEZI FILHO

CPF:

323.503.128-60

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Diretor de Relações com Investidores

Data de Nascimento:

28/07/1986

Experiência Profissional:

Henrique Marquezi é um profissional com mais de 15 anos de atuação em Relações com Investidores (RI) e Tesouraria, tendo atuado em empresas no setor de tecnologia, mídia e telecomunicações (TMT), varejo, infraestrutura e de agronegócios. Acumula premiações como melhor profissional de RI da América Latina no segmento de TMT (small cap) pela revista Institutional Investor em 2021, 2022 e 2023. O Sr. Marquezi possui bacharelado em Relações Internacionais pela Trevisan Business School e extensão em finanças pela Booth School of Business da Universidade de Chicago. Na LWSA, ele liderou o programa de RI da companhia desde o IPO, participando das Ofertas Iniciais e Subsequente de Ações da Companhia. Na Raízen, maior produtora de açúcar do mundo, desempenhou importante papel na gestão de dívida e implementação de sistemas de Tesouraria. Atuou, também, na AB Concessões, onde participou da construção do programa de RI e emissão de Debentures de 3 empresas do grupo. Já na CVC, operadora de turismo, liderou as áreas de Tesouraria e RI, sendo responsável pela primeira emissão de rating da empresa. A trajetória profissional do Sr. Marquezi inclui também passagens pelas corretoras do Itaú e Société Générale, onde atuou na área de aluguel de ações. O Sr. Henrique Bastos Marquezi Filho não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Henrique Bastos Marquezi Filho declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027	Comitê de ESG		30/05/2025	29/02/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO

CPF:
296.936.558-85

Passaporte:

Nacionalidade:
Brasil

Profissão:
Tecnólogo em telecomunicações

Data de Nascimento:
28/03/1982

Experiência Profissional:

Formado pela universidade Anhembi Morumbi, possui MBA pela Fundação Getúlio Vargas em gestão de TI e especializações pelo IESE/ISE e MIT. Atuou na formatação do portfólio e estratégia do UOLDIVEO (empresa de tecnologia do Grupo UOL) como Gerente Geral de Arquitetura de Soluções, Produtos e Marketing de 2008 até 2015 conduzindo áreas de Produtos, Arquitetura de TI e Marketing. Pela IBM como LA Cloud Manager, atuou no time global de estratégia de Cloud Computing e foi responsável por gerenciar o time de produtos e arquitetura de Cloud IBM para toda América Latina entre 2015 e 2016. Posteriormente atuou na DASA como Superintendente de TI/CTO, durante 2016 e 2017, sendo responsável pela implementação da transformação digital, gestão da inovação e adoção de frameworks de sustentação e evolução de tecnologia. Atualmente na LWSA é o responsável pela área de Varejo. O Sr. Higor de Araújo Franco não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Higor de Araújo Franco declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até a AGO de 2027	Comitê de Segurança da Informação		30/05/2025	13/01/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

OTAVIO DANTAS DE CARVALHO

CPF:

297.402.488-29

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro Civil

Data de Nascimento:

03/08/1980

Experiência Profissional:

Com mais de 20 anos de carreira, o Sr. Otávio Dantas possui extensa experiência em negócios, principalmente na interseção Pessoas-Tecnologia-Operações. É formado em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo (USP), com MBA em Finanças e Estratégia pela University of Michigan e Especialização em Administração de Empresas e Finanças Corporativas pela Fundação Getúlio Vargas. Antes de chegar à LWSA, fez carreira em consultoria de gestão, sendo os últimos cinco anos como Managing Director & Partner do Boston Consulting Group (BCG), onde liderou a unidade DigitalBCG, a prática de Technology Advantage e, mais recentemente, a práticas de Tecnologia, Mídia e Telecom (TMT). Ao longo da carreira, trabalhou primordialmente com empresas voltadas para o cliente (B2C e B2B2C) em diversos setores, como Telecom, Serviços Financeiros, Tecnologia e Bens de Consumo. Em fevereiro de 2024 o Sr. Otavio Dantas ingressou na LWSA, sendo eleito para o cargo de Diretor de Gente e Gestão Corporativa da Companhia em outubro de 2024. O Sr. Otávio não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr Otavio Dantas de Carvalho declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027	Comitê de Ética e Conduta		30/05/2025	29/02/2024
Outros Comitês		Outros	30/05/2025	Até AGO de 2027	Comitê de Recursos Humanos	Coordenador do Comitê de Recursos Humanos	30/05/2025	29/02/2024
Outros Comitês		Outros	30/05/2025	Até AGO de 2027	Comitê de ESG	Coordenador do Comitê de ESG	30/05/2025	29/02/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

RAFAEL ABDO

CPF:

303.270.308-52

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Administra
dor de
Empresas

Data
de
Nas
cime
nto:

05/09/1981

Experiência Profissional:

Rafael Abdo: Formado em Administração de Empresas, atua na área de Tecnologia da Informação desde 1998. No começo dos anos 2000 foi responsável pelo desenvolvimento do portal vertical de batepapo da Starmedia, empresa multinacional norte-americana, além de ter trabalhado em diversas startups de conteúdo digital nos anos seguintes. Entre 2007 e 2011, liderou o desenvolvimento de soluções de segurança pela empresa BluePex, tendo sido responsável pela entrega do projeto de antivírus para o exército brasileiro, iniciativa do governo para soberania nacional na área de cibersegurança. Como membro do time de segurança da informação da LWSA, foi responsável pela implantação do time de resposta a incidentes de segurança, soluções de proteção contra intrusão, implementação de processos baseados em boas práticas e o processo de gestão de riscos de TI. Atualmente é coordenador do Comitê de Segurança da Informação da Companhia. O Sr. Rafael Abdo não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Rafael Abdo declarou à Companhia não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2025	Até AGO de 2027	Coordenador do Comitê de Riscos de Segurança da Informação		30/05/2025	13/01/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome:

RICARDO GORA

CPF:

296.796.898-67

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Empresário

Data de Nascimento:

21/09/1980

Experiência Profissional:

Bacharel em Administração de Empresas com ênfase em Finanças pela Escola Superior de Propaganda em Marketing (ESPM) em 2005. Iniciou suas atividades na LWSA em 1999, atuando no setor de cobranças, onde foi gerente e ocupou o cargo de Diretor Vice-Presidente Financeiro. Participou de cursos de extensão no Massachusetts Institute of Technology - MIT de IT for Non-IT Executives em 2006, além do curso da HSM University, Reinventing the CFO, com Jeremy Hope em 2007. Participação no Boot Camp do Silver Lake Holding de Participações Ltda. para CFO's de empresas em vias de abertura de capital. Faz parte do nosso Conselho de Administração, desde outubro de 2021. Atualmente, ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Ricardo Gora não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais. Adicionalmente, o Sr. Ricardo Gora declarou a nós não ser caracterizado como pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM n.º 50/21.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/06/2025	AGO 2027	Comitê de Recursos Humanos:		27/06/2025	27/06/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/06/2026	AGO 2027	Comitê de ESG		27/06/2026	27/06/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MICHEL GORA	187.802.538-49	LWSA S/A	02.351.877/0001-52	
Acionista Controlador da Companhia	N/A		Brasil	
<u>Pessoa relacionada</u>				
ANDREA GORA COHEN	176.033.738-24	LWSA S/A	02.351.877/0001-52	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Acionista Controladora da Companhia e Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia	N/A		Brasil	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MICHEL GORA	187.802.538-49	LWSA S/A	02.351.877/0001-52	
Acionista Controlador da Companhia	N/A		Brasil	
<u>Pessoa relacionada</u>				
CLAUDIO GORA	176.033.708-09	LWSA S/A	02.351.877/0001-52	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração e Acionista Controlador da Companhia	N/A		Brasil	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
MICHEL GORA	187.802.538-49	LWSA S/A	02.351.877/0001-52	
Acionista Controlador da Companhia	N/A		Brasil	
<u>Pessoa relacionada</u>				
RICARDO GORA	296.796.898-67	LWSA S/A	02.351.877/0001-52	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração e Acionista Controlador da Companhia	N/A		Brasil	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2023			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WAKE COMMERCE LTDA.	03.322.197/0001-73		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAMURAI EXPERTS HOLDING LTDA.	35.064.094/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAMURAI EXPERTS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	28.594.748/0001-89		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SÍNTESE SOLUÇÕES PRODUTIZADAS LTDA.	18.008.990/0001-70		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDERIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	20.306.151/0001-80		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SQUID MEDIA CHANNEL LTDA.	20.515.685/0001-16		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SQUID DIGITAL MEDIA CHANNEL LTDA.	20.515.685/0001-16		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ORGANISYS SOFTWARE LTDA	01.056.417/0001-39		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor FERNANDO BIANCARDI CIRNE Diretor Presidente	169.278.538-98 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
Pessoa Relacionada LOCAWEB TELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA. Administrador-Não Sócio	06.940.034/0001-42 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor FERNANDO BIANCARDI CIRNE Diretor Presidente	169.278.538-98 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada ORGANISYS PAYMENTS HOLDING FINANCEIRA LTDA. Diretor Geral	45.664.191/0001-24 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador do Emissor FERNANDO BIANCARDI CIRNE Diretor Presidente	169.278.538-98 N/A	Subordinação Brasileiro(a) - Brasil	Controlada Direta
Pessoa Relacionada LWK HOSTING PARTICIPAÇÕES LTDA. Diretor	30.653.994/0001-06 N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CYBERWEB NETWORKS LTDA.	05.305.671/0001-84		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VINDI TECNOLOGIA E MARKETING LTDA.	18.881.804/0001-02		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VINDI PAGAMENTOS LTDA.	24.816.123/0001-63		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO MAUTNER	072.442.868-21	Subordinação	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LOCAWEB TELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	06.940.034/0001-42		
Administrador-Não Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BAGY SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	27.357.470/0001-63		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
TRAY TECNOLOGIA EM ECOMMERCE LTDA.	08.844.842/0001-31		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ORGANISYS PAYMENTS HOLDING FINANCEIRA LTDA.	45.664.191/0001-24		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LWK HOSTING PARTICIPAÇÕES LTDA.	30.653.994/0001-06		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CYBERWEB NETWORKS LTDA.	05.305.671/0001-84		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IT CAPITAL SERVIÇO DE TECNOLOGIA LTDA. ("DELIVERY DIRETO")	11.322.459/0001-28		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VINDI PAGAMENTOS LTDA.	24.816.123/0001-63		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VINDI TECNOLOGIA E MARKETING LTDA.	18.881.804/0001-02		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LOCAWEB COMMERCE HOLDING LTDA.	38.261.528/0001-97		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDERIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	20.306.151/0001-80		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELHOR ENVIO LTDA.	15.165.312/0001-22		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONNECTPLUG DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.	22.423.374/0001-52		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
YAPAY PAGAMENTOS ONLINE LTDA.	14.338.304/0001-78		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BAGY SUL SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	21.345.139/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WAKE COMMERCE LTDA.	03.322.197/0001-73		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CREDISFERA SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.	22.752.418/0001-98		
Diretor Financeiro	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAMURAI EXPERTS HOLDING LTDA.	35.064.094/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAMURAI EXPERTS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	28.594.748/0001-89		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SÍNTESE SOLUÇÕES PRODUTIZADAS LTDA.	18.008.990/0001-70		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SQUID DIGITAL MEDIA CHANNEL LTDA.	20.515.685/0001-16		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PAGCERTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.	17.819.084/0001-92		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ETUS SOCIAL NETWORK BRASIL LTDA.	30.649.094/0001-95		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ORGANISYS SOFTWARE LTDA.	01.056.417/0001-39		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IT CAPITAL SERVIÇO DE TECNOLOGIA LTDA. (“DELIVERY DIRETO”)	11.322.459/0001-28		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONNECTPLUG DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.	22.423.374/0001-52		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CYBERWEB NETWORKS LTDA.	05.305.671/0001-84		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LWK HOSTING PARTICIPAÇÕES LTDA.	30.653.994/0001-06		
Administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ETUS SOCIAL NETWORK BRASIL LTDA.	30.649.094/0001-95		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

Exercício Social 31/12/2024

<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAMURAI EXPERTS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	28.594.748/0001-89		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WAKE COMMERCE LTDA.	03.322.197/0001-73		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SÍNTESE SOLUÇÕES PRODUTIZADAS LTDA	18.008.990/0001-70		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WAKE CREATORS DIGITAL MEDIA CHANNEL LTDA.	20.515.685/0001-16		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAMURAI EXPERTS HOLDING LTDA.	35.064.094/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDERIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	20.306.151/0001-80		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANDRÉ KINJO KUBOTA	335.148.858-00	Subordinação	Controlada Direta
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HORIZONTE NEXT TECNOLOGIA LTDA.	58.189.265/0001-60		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LWK HOSTING PARTICIPAÇÕES LTDA	30.653.994/0001-06		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LOCAWEB TELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	06.940.034/0001-42		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	19.797.284/0001-17		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CYBERWEB NETWORKS LTDA.	05.305.671/0001-84		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WAKE CREATORS DIGITAL MEDIA CHANNEL LTDA.	20.515.685/0001-16		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VINDI TECNOLOGIA E MARKETING LTDA.	18.881.804/0001-02		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VINDI PAGAMENTOS LTDA.	24.816.123/0001-63		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ORGANISYS PAYMENTS HOLDING FINANCEIRA LTDA.	45.664.191/0001-24		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO MAUTNER	072.442.868-21	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LOCAWEB TELECOM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	06.940.034/0001-42		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LWK HOSTING PARTICIPAÇÕES LTDA.	30.653.994/0001-06		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IT CAPITAL SERVIÇO DE TECNOLOGIA LTDA.	11.322.459/0001-28		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONNECTPLUG DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.	22.423.374/0001-52		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CYBERWEB NETWORKS LTDA.	05.305.671/0001-84		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HORIZONTE NEXT TECNOLOGIA LTDA.	58.189.265/0001-60		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCELO NAVARINI	940.098.990-34	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ORGANISYS PAYMENTS HOLDING FINANCEIRA LTDA.	45.664.191/0001-24		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LWK HOSTING PARTICIPAÇÕES LTDA.	30.653.994/0001-06		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IT CAPITAL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA.	11.322.459/0001-28		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONNECTPLUG DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	22.423.374/0001-52		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SÍNTESE SOLUÇÕES PRODUTIZADAS LTDA.	18.008.990/0001-70		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LOCAWEB COMMERCE HOLDING LTDA.	38.261.528/0001-97		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CYBERWEB NETWORKS LTDA.	05.305.671/0001-84		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WAKE CREATORS DIGITAL MEDIA CHANNEL LTDA.	20.515.685/0001-16		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAMURAI EXPERTS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	28.594.748/0001-89		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAMURAI EXPERTS HOLDING LTDA.	35.064.094/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WAKE COMMERCE LTDA.	03.322.197/0001-73		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDERIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	20.306.151/0001-80		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VINDI TECNOLOGIA E MARKETING LTDA.	18.881.804/0001-02		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
YAPAY PAGAMENTOS ONLINE S/A	14.338.304/0001-78		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VINDI PAGAMENTOS LTDA.	24.816.123/0001-63		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CREDISFERA SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.	22.752.418/0001-98		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PAGCERTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.	17.819.084/0001-92		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ORGANISYS PAYMENTS HOLDING FINANCEIRA LTDA..	45.664.191/0001-24		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELHOR ENVIO LTDA.	15.165.312/0001-22		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BAGY SUL SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	21.345.139/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BAGY SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	27.357.470/0001-63		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILLIANS CRISTIANO MARQUES	320.058.868-31	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LOCAWEB COMMERCE HOLDING LTDA.	38.261.528/0001-97		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILLIANS CRISTIANO MARQUES	320.058.868-31	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELHOR ENVIO LTDA.	15.165.312/0001-22		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILLIANS CRISTIANO MARQUES	320.058.868-31	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BAGY SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	27.357.470/0001-63		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Administrador do Emissor			
WILLIANS CRISTIANO MARQUES	320.058.868-31	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BAGY SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	21.345.139/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Exercício Social 31/12/2025			
Administrador do Emissor			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IDERIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	20.306.151/0001-80		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
SAMURAI EXPERTS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	28.594.748/0001-89		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAMURAI EXPERTS HOLDING LTDA.	35.064.094/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SÍNTESE SOLUÇÕES PRODUTIZADAS LTDA.	18.008.990/0001-70		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ALESSANDRO DALMEDICO GIL	212.798.258-47	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WAKE COMMERCE LTDA.	03.322.197/0001-73		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ANDRÉ KINJO KUBOTA	335.148.858-00	Subordinação	Controlada Direta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor Financeiro e de Relação com Investidores	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HORIZONTE NEXT TECNOLOGIA LTDA.	58.189.265/0001-60		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CYBERWEB NETWORKS LTDA.	05.305.671/0001-84		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LOCAWEB COMMERCE HOLDING LTDA	06.940.034/0001-42		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LWK HOSTING PARTICIPAÇÕES LTDA.	30.653.994/0001-06		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ORGANISYS PAYMENTS HOLDING FINANCEIRA LTDA.	45.664.191/0001-24		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Indireta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VINDI PAGAMENTOS LTDA.	24.816.123/0001-63		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
FERNANDO BIANCARDI CIRNE	169.278.538-98	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VINDI TECNOLOGIA E MARKETING LTDA.	18.881.804/0001-02		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
GILBERTO MAUTNER	072.442.868-21	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LOCAWEB COMMERCE HOLDING LTDA	06.940.034/0001-42		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LWK HOSTING PARTICIPAÇÕES LTDA	30.653.994/0001-06		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IT CAPITAL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA	11.322.459/0001-28		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONNECTPLUG DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	22.423.374/0001-52		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CYBERWEB NETWORKS LTDA.	05.305.671/0001-84		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
HIGOR DE ARAÚJO FRANCO	296.936.558-85	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HORIZONTE NEXT TECNOLOGIA LTDA.	58.189.265/0001-60		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
MARCELO NAVARINI	940.098.990-34	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ORGANISYS PAYMENTS HOLDING FINANCEIRA LTDA.	45.664.191/0001-24		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BAGY SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	21.345.139/0001-47		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BAGY SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	27.357.470/0001-63		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CONNECTPLUG DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	22.423.374/0001-52		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CREDISFERA SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.	22.752.418/0001-98		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
CYBERWEB NETWORKS LTDA.	05.305.671/0001-84		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IDERIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	20.306.151/0001-80		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
IT CAPITAL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA.	11.322.459/0001-28		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LOCAWEB COMMERCE HOLDING LTDA.	38.261.528/0001-97		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LWK HOSTING PARTICIPAÇÕES LTDA.	30.653.994/0001-06		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELHOR ENVIO LTDA.	15.165.312/0001-22		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
OCTADESK DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	19.797.284/0001-17		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ORGANISYS PAYMENTS HOLDING FINANCEIRA LTDA.	45.664.191/0001-24		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PAGCERTO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA.	17.819.084/0001-92		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAMURAI EXPERTS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.	28.594.748/0001-89		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SAMURAI EXPERTS HOLDING LTDA.	35.064.094/0001-47		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
SÍNTESE SOLUÇÕES PRODUTIZADAS LTDA.	18.008.990/0001-70		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VINDI PAGAMENTOS LTDA.	24.816.123/0001-63		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
VINDI TECNOLOGIA E MARKETING LTDA.	18.881.804/0001-02		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
WAKE COMMERCE LTDA.	03.322.197/0001-73		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
RAFAEL CHAMAS ALVES	327.106.788-02	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
YAPAY PAGAMENTOS ONLINE S/A	14.338.304/0001-78		
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILLIANS CRISTIANO MARQUES	320.058.868-31	Subordinação	Controlada Direta

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
LOCAWEB COMMERCE HOLDING LTDA.	38.261.528/0001-97		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILLIANS CRISTIANO MARQUES	320.058.868-31	Subordinação	Controlada Indireta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
MELHOR ENVIO LTDA.	15.165.312/0001-22		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILLIANS CRISTIANO MARQUES	320.058.868-31	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BAGY SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	27.357.470/0001-63		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
WILLIANS CRISTIANO MARQUES	320.058.868-31	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Unidade de Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
BAGY SOLUÇÕES DE COMÉRCIO DIGITAL LTDA.	21.345.139/0001-47		
Diretor	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
N/A			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 ACORDOS/SEGUROS DE ADMINISTRADORES

Nós contratamos uma apólice de seguro de responsabilidade civil para os nossos administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando garantir aos nossos administradores, gestores e executivos o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes das perdas indenizáveis, devidas a terceiros decorrentes de um processo judicial, administrativo ou arbitral, incluindo, mas não se limitando àqueles de natureza cível, trabalhista, tributária, consumerista, previdenciária, regulatória ou investigativa, durante o regular exercício de suas atividades. A apólice atualmente vigente foi contratada junto a Chubb Seguros Brasil S.A. e tem validade até 10 de maio de 2026. O prêmio líquido total é de R\$ 108.811,73 e possui cobertura máxima de R\$80.000.000,00, que cobre o pagamento de indenização ou reembolso aos Administradores e/ou a nós, por perda resultante de: (i) custos de defesa; (ii) indenizações, incluindo danos punitivos, exemplares e lucros cessantes; (iii) acordos, incluindo termo de ajustamento de conduta ou termo de compromisso; (iv) riscos ambientais (custo de defesa, indenizações e desconsideração da personalidade jurídica), etc. Além disso, o D&O abrange as seguintes controladas da Companhia: (i) Wake Commerce Ltda.; (ii) Yapay Pagamentos OnLine S/A; (iii) IT Capital Serviços de Tecnologia Ltda; (iv) Vindi Tecnologia e Marketing Ltda.; (v) Vindi Pagamentos Ltda; (vi) Connectplug Desenvolvimento de Software Ltda; (vii) Bagy Soluções de Comércio Digital Ltda; (viii) Credisfera Serviços Financeiros Ltda; (ix) Bagy Sul Soluções de Comércio Digital Ltda.; (x) Samurai Experts Holding Ltda.; (xi) Samurai Experts Desenvolvimento de Software Ltda.; (xii) Octadesk Ltda; (xiii) Organisys Payments Organisys Payments Holding Financeira Ltda., (xiv) PagCerto Instituição de Pagamento Ltda.; (xv) Locaweb Telecom Telecomunicações Ltda; (xvi) Wake Cretors Digital Media Channel Ltda; e (xvii) Horizonte Next Tecnologia Ltda.

Nós não prestamos compromisso de indenidade com os nossos administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou a nós ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Abaixo, com relação às nossas Assembleias Gerais realizadas nos últimos três exercícios sociais, bem como no exercício social em curso: (i) data de sua realização; (ii) casos de instalação em segunda convocação; e, ainda, (iii) quórum de instalação:

Tipo de Evento	Objeto	Data	Quórum	Convocação
AGO/E	Aprovação do Relatório Administração e DFs 2021/Orçamento Capital 2022; Incorporação AnankeSA; Ratificações de aquisições; alteração/consolidação do Estatuto Social.	29/04/2022	61,54%	1ª Instalação
AGO/E	Aumento do Capital Social autorizado, alteração da composição e competência da Diretoria, demais alterações do Estatuto Social.	27/05/2022	55,9%	2ª Instalação
AGO/E	Aprovação do Relatório Administração e DFs 2022/Orçamento Capital 2023; Eleição membros Conselho de Administração; Atualização do capital social; e Aprovação de novo plano ILP.	28/04/2023	70,70% AGE 71,42% AGO	1ª Instalação
AGO/E	Aprovação do Relatório Administração e DFs 2023/Orçamento Capital 2024; Alteração da razão social da Companhia; Redução do Capital Social da Companhia; Aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações anteriores; caracterização/consignação da independência do membro do Conselho de Administração, Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira.	30/04/2024	70,39%	1ª Instalação
	Ratificação da contratação da KPMG Auditores Independentes Ltda. como empresa avaliadora responsável pelos laudos de avaliação dos acervos líquidos			

7.8 Outras informações relevantes

AGE	de Tray, Etus e Bling; Incorporação da Tray pela Companhia; Incorporação da Etus pela Companhia; Incorporação da Bling pela Companhia.	30/08/2024	77,65%	1ª Instalação
AGE	Ratificação da contratação da Apsis Consultoria e Avaliações Ltda. como empresa avaliadora responsável pelos laudos de avaliação dos acervos líquidos de Locaweb Commerce e LWK Hosting; Incorporação da Locaweb Commerce pela Companhia; Incorporação da LWK Hosting pela Companhia; Alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para alterar o número total de ações do capital social.	28/02/2025	69,12%	1ª Instalação
AGO/E	Em sede de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): (i) a apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) a aprovação do orçamento de capital para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025; (iii) a aprovação da destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; e (iv) a definição do número de assentos a serem preenchidos no Conselho de Administração para o próximo mandato e a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, inclusive dos conselheiros independentes; e, em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): (i) a aprovação da remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) a redução do capital social da Companhia para absorção da rubrica contábil "Ações em Tesouraria Canceladas" e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social e a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a aprovação, exceto se decorrente de exigência legal ou regulatória, da dispensa de publicações dos anexos da AGOE e a	30/04/2025	68,21% AGE 68,18% AGO	1ª Instalação

7.8 Outras informações relevantes

	autorização para a Diretoria da Companhia praticar, tempestivamente, todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento das 3 deliberações tomadas na AGOE.			
AGE	Apreciação e aprovação do 3º (terceiro) Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia	25/06/2025	52,84%	1ª Instalação
AGE	Aprovação da redução do capital social da Companhia, sem o cancelamento de ações para absorção dos prejuízos acumulados; Aprovação da redução do capital social da Companhia, sem o cancelamento de ações mediante a restituição de valores aos acionistas; Eleição de Membro Independente do Conselho de Administração da Companhia; Aprovação da alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação	05/12/2025	76,1%	1ª Instalação
AGO/E	Em sede de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): (i) Apreciação do relatório da administração, das contas da administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Aprovação e consignação da destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme Proposta da Administração; (iii) Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976? (Caso o acionista opte por "não" ou "abster-se", suas ações não serão computadas para fins de requerimento de instalação do conselho fiscal). Em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): (i) Aprovação da remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de	30/04/2026	70,35% AGE 70,10% AGO	1ª Instalação

7.8 Outras informações relevantes

	2026, conforme Proposta da Administração; (ii) Aprovação da alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia e sua consolidação, em decorrência: (a) do último aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em 08 de dezembro de 2025, no âmbito do capital autorizado, no valor de R\$ 4.483.752,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, setecentos e cinquenta e dois reais), mediante a emissão de 2.562.144 (duas milhões, quinhentas e sessenta e duas mil, cento e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (b) da redução do capital social da Companhia aprovada em assembleia geral extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais), sem o cancelamento de ações, a qual passou a produzir efeitos em 6 de fevereiro de 2026; (iii) Aprovação, exceto se decorrente de exigência legal ou regulatória, da dispensa de publicações dos anexos da AGOE e a autorização para a Diretoria da Companhia praticar, tempestivamente, todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento das deliberações tomadas na AGOE.			
--	---	--	--	--

Melhores Práticas de Governança Corporativa Segundo o IBGC

- i. O “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- ii. a pauta de nossas Assembleias Gerais e a documentação pertinente, com o maior detalhamento possível, são tornadas públicas e disponibilizadas na data da primeira convocação, bem como são acompanhadas, sempre que exigido por normas da CVM, de proposta da administração com informações detalhadas sobre cada item que dela conste (sendo que essas propostas são disponibilizadas em nosso website e encaminhadas à CVM e à B3 (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa);
- iii. nosso Estatuto Social prevê regras claras e objetivas para votação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral;
- iv. nosso Estatuto Social determina, de forma clara e objetiva, as matérias que são de competência de cada um dos nossos órgãos de administração e da Assembleia Geral;

7.8 Outras informações relevantes

- v. enviamos à CVM e à B3 (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa) todas as atas de nossas Assembleias Gerais na íntegra;
- vi. na hipótese de alienação direta ou indireta de nosso controle acionário, o adquirente do controle tem a obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações a todos os nossos acionistas, de modo a proporcionar tratamento igualitário àquele dado ao acionista alienante das ações representativas do controle;
- vii. contratamos empresa de auditoria independente para análise de nossas demonstrações financeiras;
- viii. os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela mesma pessoa;
- ix. possuímos uma Política de Uso e Divulgação de Informações;
- x. adotamos uma Política de Negociação com ações de nossa emissão, aprovada por nosso Conselho de Administração e possuímos controles que viabilizam seu cumprimento;
- xi. possuímos um Código de Ética e Conduta, que deve ser observado por todos os nossos colaboradores;
- xii. nosso Estatuto Social possui previsões para a instalação de Conselho Fiscal;
- xiii. nosso Estatuto Social contém disposições claras sobre a forma: (a) de convocação de nossas Assembleias Gerais; e (b) de eleição, destituição e tempo de mandato de nossos Conselheiros e Diretores;
- xiv. divulgamos, no início de cada exercício social, um calendário informando todos os eventos corporativos previstos para aquele exercício (a partir da listagem das ações de nossa emissão na bolsa);
- xv. realizamos, com transparência, a divulgação pública do relatório anual de nossa administração;
- xvi. os membros de nosso Conselho de Administração possuem livre acesso às nossas informações e instalações; e, ainda,
- xvii. nosso Estatuto Social prevê a resolução de conflitos entre nós, nossos acionistas, nossos administradores, quando aplicável, por meio de arbitragem.

Segmento de Listagem do Novo Mercado

Nós estamos sujeitos também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguirem melhores práticas de governança corporativa e adotarem um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira.

Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a: (i) emitir apenas ações ordinárias; (ii) manter, no mínimo, 25% ou, excepcionalmente, 15% do capital (neste último caso desde que e o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações da companhia se mantenha igual ou superior a R\$25.000.000,00, considerados os negócios realizados nos últimos 12 meses), em circulação; e, ainda, (iii) disponibilizar os fatos relevantes, informações sobre proventos, por meio de avisos aos acionistas ou comunicados ao mercado, comunicação de seus resultados (press release de resultados), divulgados simultaneamente à respectiva divulgação em português.

Autorização Para Negociação no Novo Mercado

7.8 Outras informações relevantes

Primeiramente, a sociedade que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto às cláusulas mínimas exigidas pela B3. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25% do capital social, ou 15% do capital, desde que o volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) das ações da companhia se mantenha igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses, deve ser mantida em circulação pela companhia. O conselho de administração de companhias autorizadas que terão suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por membros eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração pelo menos 2 ou 20%, o que for maior, devem ser Conselheiros Independentes (conforme definição do Regulamento do Novo Mercado). Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem assinar um Termo de Posse contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória estatutária prevista no artigo 39 do Regulamento do Novo Mercado.

Outras Características Do Novo Mercado

Entre os requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacamos: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de aquisição de ações sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado (salvo dispensa aprovada em assembleia geral, nos termos do artigo 44 do Regulamento do Novo Mercado); (ii) dever de, em qualquer oferta pública de distribuição de ações, envidar melhores esforços para atingir dispersão acionária, exceto para ofertas regidas pela Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da alienação do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras e cada trimestre; e, ainda, (v) necessária vinculação da Companhia, seus acionistas e administradores ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado da B3 para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, Banco Central e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Informações Adicionais

Em 10 de outubro de 2024, a Companhia, em cumprimento ao disposto no art. 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 e na Resolução CVM nº 44, de 24 de agosto de 2021, comunicou por meio de Fato Relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia, assessorado por um Comitê de Sucessão e em conjunto com o Sr. Fernando Biancardi Cirne, deliberou que daria início, a partir da referida data, a um processo estruturado de sucessão do cargo de Diretor Presidente, com duração de 4 (quatro) meses. Nesse processo de sucessão, foi definido que o Sr. Rafael Chamas Alves, até então Diretor Financeiro (CFO) e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, assumiria em 10 de outubro de 2024 a posição de Chief Operating Officer (COO), com o cargo estatutário de Diretor de Business Development, em preparação para assumir a posição de Diretor Presidente (CEO), cujo mandato foi iniciado em 10 de fevereiro de 2025. Ainda em 10 de fevereiro de 2025, o Sr. Fernando Biancardi Cirne, que ocupava a posição de Diretor Presidente da LWSA, e que liderou a Companhia nos últimos 6 (seis) anos e foi o responsável, entre inúmeras outras conquistas, pela abertura de capital e toda a construção do Ecossistema de Soluções da LWSA, deixou o cargo de Diretor Presidente e passou a ocupar uma posição no Conselho de Administração. O Sr. Fernando Biancardi Cirne permanece nos Comitês e em instâncias estratégicas da Companhia, continuando a contribuir com a evolução do grupo. Tanto a eleição do Sr. Rafael Chamas Alves como Diretor Presidente, quanto a do Sr. Fernando Biancardi Cirne como membro do Conselho de Administração da Companhia foram devidamente deliberadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2025, nos termos da legislação aplicável, do Estatuto Social e regulamentos internos da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e local onde o documento pode ser localizado.

A Política de Remuneração da Companhia ("Política"), aprovada pelo Conselho de Administração em 04 de dezembro de 2019, estabelece as diretrizes fundamentais para a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretorias Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal (quando instalado) e Comitês de Assessoramento da LWSA e suas Controladas ("Pessoas Sujeitas à Política").

A Política visa consolidar os interesses das Pessoas Sujeitas à Política com os objetivos estratégicos da Companhia, assegurando a atração e retenção de profissionais qualificados por meio de uma estrutura competitiva e alinhada às melhores práticas de mercado. Os elementos que compõem a remuneração são estruturados para:

- Fomentar a Performance e Sustentabilidade: Incentivar a condução dos negócios de forma sustentável e orientada a resultados, observados os limites de riscos adequados e o alinhamento com os interesses dos acionistas;
- Reconhecer a Meritocracia: Proporcionar uma remuneração baseada em critérios que diferenciem o desempenho individual e coletivo, valorizando a entrega efetiva e o potencial de contribuição;
- Equilíbrio e Competitividade: Garantir padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos frente ao mercado de trabalho referencial.

A estrutura remuneratória é composta pelos seguintes pilares estratégicos:

- I. Remuneração Fixa: Reflete o valor do cargo, a experiência e o conhecimento do profissional, assegurando a competitividade externa.
- II. Remuneração Variável (Curto Prazo): Premia o atingimento e a superação de metas corporativas e individuais (desdobramento tático), alinhadas ao orçamento e ao planejamento estratégico anual.
- III. Remuneração Variável (Longo Prazo): Pilar fundamental voltado ao fortalecimento da cultura de dono e à geração de valor sustentável, alinhando os interesses da administração aos dos acionistas no longo prazo.
- IV. Benefícios: Conjunto de benefícios assistenciais e securitários compatíveis com as práticas de mercado.

O inteiro teor da Política de Remuneração está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.lwsa.tech/governanca-corporativa/estatuto-politicas-codigos-e-regimentos/>) e no sistema de envio de informações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo decisório relativo à remuneração na Companhia é estruturado para garantir a segregação de funções e o alinhamento estratégico, contando com a participação dos seguintes órgãos:

Comitê de Recursos Humanos: Atua como órgão consultivo e de assessoramento técnico ao Conselho de Administração. Suas principais atribuições incluem: (i) auxiliar na definição da estratégia remuneratória global; (ii) analisar as práticas e tendências de mercado; e (iii) recomendar a estrutura de remuneração e o pacote de benefícios para os Administradores, garantindo a atratividade e a competitividade da Companhia.

Conselho de Administração: Órgão deliberativo que, fundamentado nos pareceres e recomendações do Comitê de Recursos Humanos: (i) aprova as políticas de remuneração da administração e dos comitês; (ii) submete à Assembleia Geral a proposta de remuneração global anual da Administração; e (iii) define a alocação da

8.1 Política ou prática de remuneração

remuneração individual e mensal (fixa e variável) para as Pessoas Sujeitas à Política, assegurando a conformidade com as diretrizes aprovadas.

Assembleia Geral: Órgão soberano responsável por deliberar e aprovar, anualmente, o montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária (além do Conselho Fiscal, quando instalado), conforme recomendação apresentada pelo Conselho de Administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A fixação da remuneração individual é orientada pela busca de competitividade e alinhamento de longo prazo, sendo revisada bienalmente por meio de pesquisas de mercado (Benchmarking) coordenadas por consultorias especializadas (como a Willis Towers Watson). A metodologia assegura que o custo da administração esteja em linha com o setor de tecnologia e com a geração de valor para o acionista.

Os critérios de fixação observam a seguinte estrutura:

- **Remuneração Fixa:** Determinada pela complexidade das atribuições, senioridade e impacto estratégico do cargo. Visa garantir a retenção de talentos essenciais, mantendo o equilíbrio interno e a competitividade frente ao mercado de capitais.
- **Remuneração Variável de Curto Prazo (Bônus Anual):** Focada no desdobramento tático das metas anuais da Companhia. O pagamento é estritamente condicionado ao atingimento de gatilhos institucionais de crescimento de receita e geração de caixa. Caso a Companhia não atinja os patamares mínimos de performance financeira, a parcela variável não é devida, garantindo a proteção do fluxo de caixa e o compartilhamento de riscos.
- **Remuneração Variável de Longo Prazo (ILP):** Principal instrumento de convergência de interesses entre executivos e acionistas. A Companhia foca atualmente em dois modelos complementares:

Performance Shares (3º Plano de Ações - 2025): Ativo baseado em entrega de resultados corporativos. A quantidade de ações final é variável (50% a 150% do alvo), diretamente vinculada ao cumprimento de metas de performance financeira e operacional. Este modelo garante que o executivo seja recompensado apenas mediante a entrega de crescimento sustentável.

Stock Options (18º Plano SOP): Focado na criação de valor de mercado. O incentivo reside na valorização da ação acima do preço de exercício (VWAP de 30 dias), incentivando o administrador a atuar na perenidade e no aumento do market cap da Companhia. O direito ao exercício é diferido em 3 anos (20%, 40% e 40%), funcionando como uma ferramenta crítica de retenção (lock-in).

- **Avaliação de Mérito e Potencial:** Em substituição a modelos puramente discricionários, a alocação individual de incentivos baseia-se em uma rigorosa avaliação de desempenho conduzida pelo Comitê de Recursos Humanos. São analisadas as entregas efetivas do executivo contra o planejamento estratégico e sua capacidade de execução, assegurando que os maiores incentivos sejam destinados aos profissionais com maior impacto na performance da Companhia.
- **Benefícios:** Estruturados para garantir segurança assistencial mínima, em linha com as práticas padrão de mercado para executivos do setor.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração, com o suporte técnico do Comitê de Recursos Humanos, monitora a estratégia de remuneração da Companhia em base anual, assegurando que as práticas vigentes permaneçam alinhadas aos objetivos de longo prazo e à retenção de talentos em um setor de alta competitividade.

8.1 Política ou prática de remuneração

Esta avaliação contínua foca na eficácia dos incentivos frente aos resultados financeiros e operacionais alcançados, permitindo que o Conselho delibere sobre as outorgas de incentivos de longo prazo (como o 3º Plano de Outorga de Ações de 2025) e sobre as metas de curto prazo de forma aderente ao momento atual do mercado, independentemente da perenidade das diretrizes gerais estabelecidas na Política de Remuneração. A Companhia busca a melhoria contínua de sua governança de remuneração, revisando seus processos internos para garantir transparência e o pleno alinhamento de interesses entre a administração e seus acionistas.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõe a remuneração incluindo, em relação a cada um deles:

A remuneração das Pessoas Sujeitas à Política é composta pelos seguintes elementos, conforme a natureza de cada cargo:

Conselho de Administração

(i) Remuneração Fixa: Honorários mensais que recompensam a responsabilidade, o tempo dedicado e a competência técnica para a supervisão estratégica da Companhia.

(ii) Benefícios: Incluem seguro de vida e planos de saúde/odontológico, alinhados às práticas de mercado para o cargo.

(iii) Remuneração Variável (Longo Prazo): Conforme critérios de elegibilidade definidos pelo próprio Conselho, os membros podem ser beneficiários de planos de incentivos baseados em ações, visando o alinhamento de interesses com os acionistas.

Diretoria (Estatutária e Não Estatutária)

A estrutura é desenhada para equilibrar a retenção e o incentivo à alta performance:

(i) Remuneração Fixa: Valor mensal baseado na senioridade, experiência e complexidade das funções, garantindo competitividade frente ao setor de tecnologia.

(ii) Remuneração Variável (Curto Prazo - Bônus): Prêmio anual vinculado ao desdobramento tático de metas corporativas (receita e caixa) e individuais. O pagamento é condicionado ao atingimento de gatilhos institucionais de performance financeira.

(iii) Remuneração Variável (Longo Prazo - ILP): Composta por Ações Restritas (Performance Shares) e Opções de Compra de Ações (SOP). Busca fortalecer a cultura de dono, incentivar a perenidade do negócio e compartilhar os riscos e ganhos da valorização das ações no longo prazo.

(iv) Benefícios: Pacote assistencial completo (saúde, odontológico, seguro de vida, vale-refeição e automóvel). Diretores não estatutários, por seu vínculo celetista, fazem jus aos benefícios previstos na CLT.

Conselho Fiscal (quando instalado)

Remuneração Fixa: Valor mensal estabelecido conforme os limites legais (art. 162, § 3º da Lei das S.A.), além do reembolso de despesas necessárias ao exercício das funções.

Comitês de Assessoramento

Os membros dos Comitês de Assessoramento recebem remuneração fixa mensal. Caso o membro já receba remuneração por outro órgão da administração (ex: Conselheiro que participa de Comitê de Assessoramento), a remuneração pode ser cumulativa ou absorvida, respeitando os limites aprovados. Colaboradores internos que participam de comitês não recebem remuneração adicional.

8.1 Política ou prática de remuneração

• seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A estrutura de remuneração da Companhia é o principal mecanismo de viabilização do Planejamento Estratégico LWSA 2025-2029 ("Plano de 5 Anos"). O modelo foi desenhado para garantir que o capital intelectual da administração esteja integralmente mobilizado para a entrega das avenidas de crescimento e eficiência projetadas para o quinquênio:

- **Curto Prazo (Execução e Disciplina Operacional):** As metas anuais que compõem a Remuneração Variável de Curto Prazo (Bônus) são desdobramentos diretos das metas do primeiro ciclo do Plano de 5 Anos. O foco reside na expansão de margens e geração de caixa operacional, garantindo que o crescimento acelerado não comprometa a saúde financeira. O uso de gatilhos institucionais assegura que a premiação só ocorra se a base do planejamento estratégico for preservada.
 - **Médio e Longo Prazo (Entrega do Plano de 5 Anos e Valor de Mercado):** Através dos planos de incentivo baseados em ações, a Companhia busca o alinhamento total com a tese de investimento de 2025-2029:
 - **Performance Shares (3º Plano de Ações - 2025):** As métricas de desempenho deste plano são espelhadas nos KPIs do Planejamento Estratégico 2025-2029. O volume final de ações entregues (50% a 150% do alvo) é o reflexo direto do sucesso na execução das avenidas de crescimento (como cross-sell, integração de ecossistema e eficiência em SaaS).
 - **Stock Options (18º Plano SOP):** Focado na captura do valor gerado pela execução do Plano de 5 Anos. Ao estabelecer horizontes de vesting que acompanham a maturação da estratégia, a Companhia garante que o administrador seja recompensado pela perenidade e pelo aumento do valor de mercado que a execução bem-sucedida do planejamento quinquenal trará aos acionistas.
 - **Retenção e Continuidade:** O Plano de 5 Anos exige uma liderança estável e resiliente. O diferimento da remuneração e as carências escalonadas funcionam como um pacto de permanência, mitigando o risco de perda de visão estratégica e garantindo que os arquitetos do planejamento 2025-2029 permaneçam comprometidos até a sua conclusão.
- sua proporção na remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais

Em linha com as diretrizes da CVM constantes do Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP, os percentuais informados abaixo são líquidos de encargos sociais que sejam ônus do empregador.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025					
Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa1	93,95%	N/A	49,83%	65,67%	100%
Remuneração Variável2	0,10%	N/A	16,01%	8,75%	0%
Remuneração baseada em Ações3	5,96%	N/A	34,17%	25,58%	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024					
--	--	--	--	--	--

8.1 Política ou prática de remuneração

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa ¹	100,00%	N/A	44,20%	70,73%	100%
Remuneração Variável ²	0%	N/A	15,57%	13,98%	0%
Remuneração baseada em Ações ³	0%	N/A	40,22%	15,29%	0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria não Estatutária	Comitês
Remuneração Fixa ¹	94,40%	N/A	50,99%	81,00%	100%
Remuneração Variável ²	0%	N/A	9,31%	6,00%	0%
Remuneração baseada em Ações ³	5,60%	N/A	39,70%	13,00%	0%

(1) Composição de remuneração fixa e benefícios.

(2) Composição de remuneração variável de curto prazo.

(3) Composição de remuneração variável de longo prazo.

• sua metodologia de cálculo e de reajuste

A estrutura remuneratória da Companhia é balizada por parâmetros de mercado e monitorada pelo Comitê de Recursos Humanos e pelo Conselho de Administração, observando os seguintes critérios técnicos:

Pesquisas de Competitividade (Benchmarking): A cada 2 (dois) anos, a Companhia participa de pesquisas salariais coordenadas por consultoria especializada (Willis Towers Watson), envolvendo um universo de cerca de 200 empresas. Para fins de comparação, é selecionado um peer group de empresas do setor de tecnologia com porte e complexidade análogos aos da LWSA. A análise abrange a competitividade de todos os componentes da remuneração total (Total Compensation): salário base, incentivos de curto e longo prazos e benefícios.

Estrutura de Cargos e Salários (Parcela Fixa): Os resultados das pesquisas fundamentam a revisão da Tabela Salarial. Para os Diretores (Estatutários e Não Estatutários), adota-se uma estrutura composta por faixas salariais. O posicionamento individual do executivo dentro destas faixas é determinado por critérios de experiência, senioridade e performance, sob recomendação do Comitê de Recursos Humanos e deliberação do Conselho de Administração.

Cálculo da Parcela Variável

8.1 Política ou prática de remuneração

Curto Prazo: Calculada com base no atingimento de metas financeiras corporativas e indicadores individuais, observado o cumprimento dos gatilhos institucionais.

Longo Prazo: Definida conforme a métrica de target de cada plano (SOP ou Performance Shares), vinculada à criação de valor e à execução do Planejamento Estratégico 2025-2029.

Política de Reajuste: A parcela fixa da remuneração dos Administradores é reajustada anualmente visando a preservação do valor real, observando as diretrizes estabelecidas em indicadores econômicos ou acordos coletivos aplicáveis ao setor de tecnologia.

• **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A Companhia utiliza uma matriz de indicadores financeiros e operacionais desenhada para refletir o sucesso da execução do Planejamento Estratégico 2025-2029, distribuídos da seguinte forma:

Remuneração Fixa: Embora não atrelada a metas quantitativas de curto prazo, sua definição e revisão observam indicadores de competência e entrega individual. São considerados a senioridade, o impacto estratégico das decisões do administrador e sua contribuição para a perenidade do negócio, validados por avaliações de desempenho conduzidas pelo Comitê de Recursos Humanos.

Remuneração Variável (Curto e Longo Prazo): Os indicadores são selecionados para garantir o equilíbrio entre crescimento e rentabilidade, conforme as diretrizes do Plano de 5 Anos:

Indicadores Financeiros (Gatilhos e Metas): Receita Líquida, GMV, EBITDA Ajustado, Lucro Líquido Ajustado e, primordialmente, o Fluxo de Caixa Livre, que atua como o principal balizador da saúde financeira da Companhia.

Indicadores Operacionais: Incluem métricas de eficiência do ecossistema LWSA, como níveis de satisfação de clientes (NPS), taxas de retenção e expansão da base (churn e upsell), e integração de unidades de negócio.

Indicadores ASG (Ambiental, Social e Governança): Atualmente, a Companhia monitora métricas de capital humano, como o índice de rotatividade de colaboradores (turnover) e indicadores de governança corporativa. Conforme mencionado no item 8.4.e, a Companhia encontra-se em processo de avaliação para a potencial inclusão de métricas ASG específicas e vinculadas diretamente aos incentivos de longo prazo em futuros ciclos, visando aprofundar o alinhamento com as melhores práticas globais de sustentabilidade.

Indicadores Subjetivos: O Conselho de Administração pode estabelecer metas qualitativas ligadas a projetos estratégicos específicos, liderança e adesão aos valores culturais da Companhia, garantindo uma visão holística do desempenho do administrador.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração da administração é fundamentada no binômio performance-retenção, garantindo que os incentivos financeiros estejam estritamente atrelados à execução do Planejamento Estratégico 2025-2029. As principais razões que justificam a estrutura adotada pela Companhia são:

Alinhamento de Interesses e Cultura de Dono: A predominância de componentes variáveis de longo prazo (Performance Shares e Stock Options) garante que a maior parcela da remuneração total dos executivos dependa diretamente da valorização da Companhia e do cumprimento de metas operacionais. Isso assegura que o administrador sofra os riscos e capture os ganhos na mesma proporção que os acionistas.

Competitividade em Setor de Alta Tecnologia: A estrutura de remuneração fixa e benefícios é calibrada para manter a LWSA como um polo atrator de talentos seniores, mitigando o risco de perda de capital intelectual para competidores globais.

8.1 Política ou prática de remuneração

Disciplina Financeira e Pay-for-Performance: O uso de gatilhos institucionais na remuneração de curto prazo protege o caixa da Companhia, condicionando o pagamento de bônus à saúde financeira do exercício.

Evidência de Efetividade em 2025: A eficácia desta política é demonstrada pelos resultados alcançados no último exercício social. No exercício de 2025, a Companhia apresentou crescimento proforma de 10,3% na receita líquida, 17,2% no EBITDA Ajustado, 36,5% no Lucro Líquido Ajustado e Fluxo de Caixa Livre de R\$ 224,8 milhões (mais de 700% acima do resultado de 2024), demonstrando a efetividade dos incentivos concedidos no alinhamento entre a remuneração da Administração e a criação de valor para os acionistas.

Este desempenho ratifica que a estrutura remuneratória não apenas incentivou o crescimento da operação, mas garantiu um salto exponencial na eficiência de caixa, cumprindo os objetivos centrais do Plano de 5 Anos.

iii. a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Todos os membros efetivos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal (quando instalado) e Diretores Estatutários são remunerados pela Companhia, com exceção de 2 (dois) membros do Conselho de Administração que declinaram formalmente ao recebimento de qualquer forma de remuneração (fixa, variável ou benefícios) pelo exercício de suas funções, por liberalidade e opção pessoal.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração de Administradores da Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia

Atualmente, não há qualquer remuneração ou benefício para os membros da administração vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	8		16,00
Nº de membros remunerados	6	8		14,00
Esclarecimento	N/A	N/A		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	926.592	9.398.364,48		10.324.956,48
Benefícios direto e indireto	1.352.498,65	2.982.493,29		4.334.991,94
Participações em comitês	0	0		0,00
Outros	0	0		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0	4.555.720,06		4.555.720,06
Participação de resultados	0	0		0,00
Participação em reuniões	0	0		0,00
Comissões	0	0		0,00
Outros	0	0		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0	0		0,00
Cessação do cargo	0	0		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	144.760,78	11.956.552,74		12.101.313,52
Observação	Conforme orientado pelo Ofício Circular Anual da SEP, o número de membros (total e remunerados) corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Conforme orientado pelo Ofício Circular Anual da SEP, o número de membros (total e remunerados) corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.		
Total da remuneração	2.423.851,43	28.893.130,57		31.316.982

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	8,17		16,17
Nº de membros remunerados	6,75	8,17		14,92
Esclarecimento	N/A	N/A		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.173.132,72	8.729.148,5		9.902.281,22
Benefícios direto e indireto	1.251.914,76	2.736.679,23		3.988.593,99
Participações em comitês	0	0		0,00
Outros	0	0		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	2.520	3.682.811,3		3.685.331,30
Participação de resultados	0	0		0,00
Participação em reuniões	0	0		0,00
Comissões	0	0		0,00
Outros	0	0		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0	0		0,00
Cessação do cargo	0	0		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	153.753,07	7.861.458,37		8.015.211,44
Observação	Conforme orientado pelo Ofício Circular Anual da SEP, o número de membros (total e remunerados) corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	Conforme orientado pelo Ofício Circular Anual da SEP, o número de membros (total e remunerados) corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.		
Total da remuneração	2.581.320,55	23.010.097,4		25.591.417,95

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7,75		15,75
Nº de membros remunerados	7	7,75		14,75
Esclarecimento	N/A	N/A		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.094.400	7.715.037,13		8.809.437,13
Benefícios direto e indireto	914.332,18	1.778.404,08		2.692.736,26
Participações em comitês	0	0		0,00
Outros	0	0		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0	3.344.185,41		3.344.185,41
Participação de resultados	0	0		0,00
Participação em reuniões	0	0		0,00
Comissões	0	0		0,00
Outros	0	0		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0	0		0,00
Cessação do cargo	0	0		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0	8.638.862,7		8.638.862,70
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	2.008.732,18	21.476.489,32		23.485.221,5

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	8	1	17,00
Nº de membros remunerados	7	8	1	16,00
Esclarecimento	N/A	N/A	N/A	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.050.432	6.879.008	88.341	8.017.781,00
Benefícios direto e indireto	738.523	1.367.063	0	2.105.586,00
Participações em comitês	0	0	0	0,00
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0	1.505.429	0	1.505.429,00
Participação de resultados	0	0	0	0,00
Participação em reuniões	0	0	0	0,00
Comissões	0	0	0	0,00
Outros	0	0	0	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0	0	0	0,00
Cessação do cargo	0	0	0	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	106.122	6.419.724,18	0	6.525.846,18
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2024 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	1.895.077	16.171.224,18	88.341	18.154.642,18

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8	8		16,00
N° de membros remunerados	0	8		8,00
Esclarecimento	N/A			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	9.398.364,48		9.398.364,48
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.265.576,32		6.265.576,32
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8	8,17		16,17
N° de membros remunerados	4	8,17		12,17
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.541.975,12		8.541.975,12
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	5.694.650,08		5.694.650,08
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	2.520,00	3.682.811,30		3.685.331,30
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8	7,75		15,75
N° de membros remunerados	0	7,75		7,75
Esclarecimento	N/A			
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7.708.472,16		7.708.472,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	5.138.981,44		5.138.981,44
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3.344.185,41		3.344.185,41
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8	8	1	17,00
N° de membros remunerados	0	8	0	8,00
Esclarecimento	N/A		N/A	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4.475.442,16	0,00	4.475.442,16
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.505.429,00	0,00	1.505.429,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.505.429,00	0,00	1.505.429,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

a. termos e condições gerais

A Companhia mantém planos de incentivo de longo prazo que visam atrair e reter talentos, alinhar interesses dos administradores aos dos acionistas e compartilhar riscos e ganhos.

Os planos abaixo relacionados contemplam a Diretoria Estatutária e outros colaboradores-chave selecionados pelo Conselho de Administração:

- **18º Plano de Opção de Compra de Ações** (aprovado em maio de 2023): Plano de opções de compra de ações (Stock Options) com liquidação física. Embora tenha encerrado seu período de vigência para novas outorgas, permanecem em vigor as opções outorgadas anteriormente, cujos direitos de exercício dependem do cumprimento de prazos de carência (vesting). O preço de exercício das opções é determinado na data da outorga, e o prazo máximo para seu exercício é de 3,5 anos a partir da respectiva data de outorga.
- **Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia** (aprovado em abril de 2021): Prevê a entrega de ações (RSUs) após o cumprimento de carência. O plano permanece aberto para novas outorgas até abril de 2026.
- **Plano de Outorga de Ações da Companhia Sujeito à Performance** (aprovado em abril de 2021): Modalidade de ações restritas (PSUs) onde a entrega final das ações está vinculada ao atingimento de metas de performance de mercado.
- **Segundo Plano de Outorga de Ações Restritas (com ou sem performance) da Companhia** (aprovado em maio de 2023): Plano de outorga de ações que admite as modalidades com e sem performance (variação de entrega entre 70% e 130% do lote original). O plano encerrou sua vigência para novas outorgas, mas mantém efeitos ativos para as outorgas remanescentes.
- **Terceiro Plano de Outorga de Ações Restritas (com ou sem performance) da Companhia** (aprovado em junho de 2025): Atual plano em vigor para novas concessões, que prevê a entrega de ações restritas liquidáveis em até 3 (três) anos. Dependendo da modalidade da outorga, a quantidade final de ações entregues pode variar entre 50% e 150% do volume inicialmente outorgado, conforme o cumprimento de indicadores financeiros e operacionais previamente fixados.

b. Data de aprovação e órgão responsável

Os planos de incentivo de longo prazo da Companhia foram aprovados em Assembleia Geral e são administrados pelo Conselho de Administração, que possui amplos poderes para estabelecer as diretrizes das outorgas, dentro dos limites aprovados, contando com o assessoramento do Comitê de Recursos Humanos:

- **30 de Abril de 2021:** Aprovação do *Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia* e do *Plano de Outorga de Ações da Companhia Sujeito à Performance*.
- **28 de Abril de 2023:** Aprovação do *18º Plano de Opção de Compra de Ações* e do *Segundo Plano de Outorga de Ações Restritas (com ou sem performance)*.
- **25 de Julho de 2025:** Aprovação do *Terceiro Plano de Outorga de Ações Restritas (com ou sem performance)*.

Compete ao Conselho de Administração, entre outras atribuições: (i) selecionar os beneficiários entre os administradores e colaboradores-chave; (ii) fixar a quantidade de ações ou opções para cada outorga; e (iii) estabelecer as metas de performance financeiras e operacionais para os planos aplicáveis.

c. Número máximo de ações abrangidas

Os limites globais de ações mencionados referem-se à totalidade das ações aprovadas para cada plano pela Assembleia Geral, abrangendo todos os beneficiários elegíveis da Companhia (público interno e administradores). A parcela especificamente atribuída aos membros da Diretoria Estatutária é definida anualmente pelo Conselho de Administração dentro desses limites.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

- **Plano 2021 (RSU):** 1.700.000 ações.
- **Plano 2021 (PSU):** 1.300.000 ações.
- **Plano 2025 (RSU/PSU):** 12.100.000 ações.
- **Plano 2023 (RSU/PSU) e 18º Plano SOP:** Sem saldo para novas outorgas (vigência encerrada).

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não há saldo disponível para novas outorgas de opções de compra de ações.

O 18º Plano de Opção de Compra de Ações, embora possua outorgas vigentes remanescentes, encerrou seu período de vigência para novas concessões em dezembro de 2025.

e. Condições de aquisição de ações

A transferência definitiva da propriedade das ações ou o exercício das opções está sujeito ao cumprimento das seguintes condições de carência e performance:

18º Plano de Opção de Compra de Ações (2023): Plano de Stock Options atualmente fechado para novas concessões, mas com outorgas vigentes. As opções remanescentes possuem um período de carência (vesting) total de 3 anos, com aquisição gradual de direitos: 20% após 1 ano da outorga, 40% após 2 anos e 40% após 3 anos da data de outorga. As opções possuem prazo máximo de exercício de 3,5 anos a partir da data de outorga.

Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia (2021): Refere-se a ações restritas simples (RSUs) destinadas à retenção. O plano permanece aberto para novas outorgas até abril de 2026, sendo a aquisição dos direitos condicionada exclusivamente ao decurso do prazo de carência estabelecido nos respectivos contratos.

Plano de Outorga de Ações da Companhia Sujeito à Performance (2021): Refere-se a ações restritas com performance de mercado. Permanece aberto para novas outorgas até abril de 2026 e a entrega definitiva das ações está vinculada ao atingimento de metas de performance de mercado estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Segundo Plano de Outorga de Ações Restritas (2023): Plano fechado para novas outorgas, mantendo apenas efeitos ativos para as remanescentes. Prevê a entrega condicionada ao decurso do prazo de carência, podendo haver variação da quantidade de 70% a 130% do lote original, se aplicadas metas de performance.

Terceiro Plano de Outorga de Ações Restritas (2025): Atual plano aberto para concessões, com foco em métricas de desempenho corporativo. A quantidade final de ações entregues varia de 50% a 150% do lote base, condicionada ao cumprimento de indicadores financeiros e operacionais pré-estabelecidos. Não há indicadores de natureza ASG vinculados a este plano. A Companhia encontra-se em processo de avaliação para potencial inclusão de métricas ASG em futuros programas de incentivo de longo prazo.

f. Critérios de fixação do preço de exercício ou de compra

Os critérios para a fixação dos preços de aquisição ou exercício no âmbito dos planos da Companhia são:

18º Plano de Opção de Compra de Ações (2023): O preço de exercício foi fixado tendo como base o preço médio por ação ponderado por volume (VWAP - *Volume Weighted Average Price*) das Ações nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data de cada outorga.

Planos de Ações Restritas (2021, 2023 e 2025): Por tratarem-se de modelos de outorga de ações restritas, não há preço de compra a ser pago pelos beneficiários. A transferência das ações ocorre de forma gratuita após o cumprimento das condições de carência e performance descritas no item 8.4.e.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A fixação dos prazos de carência (*vesting*) e exercício observa estritamente as diretrizes estabelecidas nos respectivos Planos aprovados em Assembleia Geral. Em conformidade com os regulamentos vigentes, aplicam-se os seguintes critérios:

- **18º Plano de Opções (SOP):** Adota carência escalonada de 20%, 40% e 40% ao final do 1º, 2º e 3º anos, respectivamente, a contar da data de outorga.
- **Terceiro Plano de Ações Restritas (2025):** Prevê liberação de 25% no primeiro ano e 25% no segundo ano, sendo os 50% remanescentes no terceiro ano, sujeitos à variação final de 50% a 150% conforme métricas de performance.
- **Planos Remanescentes (1º e 2º Planos):** Observam o prazo de carência total de até 3 anos, com cronogramas de aquisição gradual definidos nos respectivos contratos de outorga.

O Conselho de Administração, dentro dos limites autorizados em Assembleia, detém a faculdade de adequar cronogramas específicos para outorgas pontuais, podendo estabelecer prazos inferiores a 3 anos em casos excepcionais para fins de atração ou retenção de talentos estratégicos.

h. Método de liquidação

A liquidação de todos os planos de remuneração baseados em ações ocorre exclusivamente mediante a entrega de ações, caracterizando-se como instrumentos de patrimônio. Não há previsão de liquidação financeira (pagamento em dinheiro) para os referidos incentivos.

i. Restrições à transferência

Não existem restrições à transferência ou períodos de indisponibilidade (*lock-up*) aplicáveis às ações entregues aos beneficiários após o cumprimento dos prazos de carência e das condições de performance previstas nos respectivos planos e contratos de outorga.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A suspensão, alteração ou extinção dos planos de remuneração baseados em ações da Companhia observam os critérios e procedimentos estabelecidos em seus respectivos regulamentos aprovados em Assembleia Geral. Eventos extraordinários, tais como reorganizações societárias (fusão, cisão ou incorporação), alteração do controle acionário, dissolução da Companhia ou rescisão do vínculo com o beneficiário (com ou sem justa causa, morte ou invalidez), ensejam o tratamento específico previsto em cada instrumento, conforme deliberado pelo Conselho de Administração para resguardar o interesse social e o alinhamento de longo prazo. O Conselho de Administração detém a faculdade de alterar ou extinguir os planos a qualquer tempo, respeitados os direitos já adquiridos pelos beneficiários em outorgas vigentes.

k. Efeito da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A saída de um administrador de um órgão específico não implica, necessariamente, na perda automática ou integral de seus direitos sob os planos de remuneração baseados em ações, observando-se os seguintes critérios:

Permanência no Grupo Econômico: Caso o administrador deixe um cargo estatutário mas permaneça vinculado à Companhia ou às suas controladas em outra função (incluindo a transição entre órgãos da administração), os direitos e cronogramas de carência (*vesting*) costumam ser preservados, visando o alinhamento contínuo de longo prazo.

Tratamento Individualizado: Em conformidade com os regulamentos dos Planos, o Conselho de Administração detém a faculdade de analisar cada caso de desligamento individualmente. Dependendo das circunstâncias (ex:

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

aposentadoria ou término de mandato sem recondução), o Conselho poderá decidir pela manutenção dos direitos já adquiridos ou pela aceleração proporcional do vesting.

Rescisão Definitiva (Bad Leaver): Em situações de saída definitiva do grupo econômico por iniciativa do administrador ou por justa causa, a prática geral prevê a extinção das opções não exercitáveis e das ações restritas ainda sujeitas a carência na data do desligamento.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2026**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	8		16,00
Nº de membros remunerados	1	3		4,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	22.018%	76.948%		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	4,53	4,5		9,03
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0		0,00
Exercidas durante o exercício social	0	0		0,00

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	8,17		16,17
Nº de membros remunerados	2	7		9,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	7.461%	231.503%		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	1,75	3,47		5,22
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0	5,29		5,29
Exercidas durante o exercício social	1,75	1,75		3,50

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	7,75		15,75
Nº de membros remunerados	1	7,75		8,75
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	11.015%	172.711%		0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0	1,95		1,95
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0		0,00
Exercidas durante o exercício social	0	1,75		1,75

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	8		16,00
Nº de membros remunerados	0	8		8,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	162.8%		0,00
Esclarecimento	N/A			----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0	1,95		1,95
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0	0		0,00
Exercidas durante o exercício social	0	1,75		1,75

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

PLANO 18 - Série U	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00*
Data de outorga	02/05/2023	02/05/2023
Quantidade de opções outorgadas	840.000	900.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	20% após um ano da outorga. 40% após dois anos da outorga 40% após três anos da outorga	20% após um ano da outorga 40% após dois anos da outorga 40% após três anos da outorga
Prazo máximo para exercício das opções	Três anos e meio após a outorga	Três anos e meio após a outorga
Prazo de restrição à transferência de ações recebida em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 2,40	R\$2,40
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 2.016.000,00	R\$ 2.160.000,00

*Três Diretores tiveram seus contratos substituídos. Um Diretor passou a compor o Conselho .

PLANO 18 - Série W	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	7,75
Nº de membros remunerados	N/A	0,00*
Data de outorga	N/A	19/02/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	0

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	20% após um ano da outorga. 40% após dois anos da outorga 40% após três anos da outorga
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Três anos e meio após a outorga
Prazo de restrição à transferência de ações recebida em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$2,24
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$1.792.000,00

*O Diretor teve seu contrato substituído

PLANO 18 - Série Y	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	7,75
Nº de membros remunerados	N/A	2,00
Data de outorga	N/A	10/10/2024
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.700.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	20% após um ano da outorga 40% após dois anos da outorga 40% após três anos da outorga

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Três anos e meio após a outorga
Prazo de restrição à transferência de ações recebida em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$1,67
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 2.839.000,00

PLANO 18 - Série Z	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	N/A
Nº de membros remunerados	1,00	N/A
Data de outorga	01/04/2025	N/A
Quantidade de opções outorgadas	411.889	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	20% após um ano da outorga. 40% após dois anos da outorga 40% após três anos da outorga	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	Três anos e meio após a outorga	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações recebida em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 0,91	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	R\$ 374.818,99	N/A

8.6 Outorga de opções de compra de ações

PLANO 18 - PROGRAMA DE OPÇÕES 30/12/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	1,00
Data de outorga	N/A	30/12/2025
Quantidade de opções outorgadas	N/A	1.400.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	20% após um ano da outorga. 40% após dois anos da outorga 40% após três anos da outorga
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Três anos e meio após a outorga
Prazo de restrição à transferência de ações recebida em decorrência do exercício das opções	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 1,48
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	R\$ 2.072.000,00

8.7 Opções em aberto

8.7 OPÇÃO EM ABERTO

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 relativos ao 16º Plano - Série S de Outorga de 11 de agosto de 2020.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	1,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	0
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	11/08/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	4,31
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	1,67
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	375.000
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	11/08/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	4,31
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	1,67

8.7 Opções em aberto

Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	626.250
---	-----	---------

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 relativos ao 18º Plano - Série U de Outorga de 02 de maio de 2023.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	8,00
Nº de membros remunerados	1,00	1,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0	360.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	40% - 02/05/2026
Prazo máximo para exercício das opções	02/11/2026	02/11/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	5,16	5,16
Valor justo das opções no último dia do exercício social	2,40	2,40
Opções exercíveis		
Quantidade	840.000	540.000
Prazo máximo para exercício das opções	02/11/2026	02/11/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	5,16	5,16
Valor justo das opções no último dia do exercício social	2,40	2,40

8.7 Opções em aberto

Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	2.016.000	2.160.000
---	-----------	-----------

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 relativos ao 18º Plano - Série Y de Outorga de 10 de outubro de 2024.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	7,75
Nº de membros remunerados	N/A	2,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	1.360.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	40% - 10/10/2026 40% - 10/10/2027
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	10/04/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	4,33
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	1,67
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	340.000
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	10/04/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	4,33
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	1,67

8.7 Opções em aberto

Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	2.839.000
---	-----	-----------

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 relativos ao 18º Plano - Série Z de Outorga de 01 de maio de 2025.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	8,17
Nº de membros remunerados	1,00	0,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	411.889	N/A
Data em que se tornarão exercíveis	20% - 01/04/2026 40% - 01/04/2027 40% - 01/04/2028	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	01/10/2028	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	3,26	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,91	N/A
Opções exercíveis		
Quantidade	0	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	01/10/2028	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	3,26	N/A

8.7 Opções em aberto

Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,91	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	374.819	N/A

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 relativos ao 18º Plano - Programa de Opções 30/12/2025 de Outorga de 30 de dezembro de 2025.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	8,17
Nº de membros remunerados	0,00	1,00
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	1.400.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	20% - 30/12/2026 40% - 30/12/2027 40% - 30/12/2028
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30/06/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	4,32
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	1,48
Opções exercíveis		
Quantidade	N/A	0
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	30/06/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A

8.7 Opções em aberto

Preço médio ponderado de exercício	N/A	4,32
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	1,48
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	2.072.000

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES

Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	8,17
Nº de membros remunerados	2,00	3,00
Número de ações	3.532.728	2.943.304
Preço médio ponderado de exercício	1,75	1,75
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	3,76	4,14
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-R\$ 7.114.128,72	-R\$ 7.035.333,76

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	7,75
Nº de membros remunerados	2,00	2,00
Número de ações	200.000	225.000
Preço médio ponderado de exercício	4,31	3,17
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas¹	6,01	5,14

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-R\$ 340.000,00	-R\$ 442.500,00
--	-----------------	-----------------

¹ Preço Médio Ponderado das ações ON ajustado por proventos.

Opções exercidas - Exercício Social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,00	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	3,00
Número de ações	N/A	1.175.000
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 1,85
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas ¹	N/A	R\$ 6,38
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	-R\$ 5.322.750,00

¹ Preço Médio Ponderado das ações ON ajustado por proventos.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 DILUIÇÃO POTENCIAL POR OUTORGA DE AÇÕES

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado (31/12/2026)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	7,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,000%*

*Os planos de remuneração baseados em ação não diluem os acionistas, considerando que a integralidade das ações entregues é oriunda de recompra no mercado

Remuneração baseada em ações - exercício social corrente (2025)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,17
Nº de membros remunerados	N/A	7,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,000%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado (31/12/2024)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	7,75
Nº de membros remunerados	N/A	3,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,076%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado (31/12/2023)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Nº de membros remunerados	N/A	4,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,027%

8.10 Outorga de ações

8.10 OUTORGA DE AÇÕES

Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

PROGRAMA DE PERFORMANCE SHARES PREVISTO PARA 2026	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	6,00
Data de outorga	N/A	30/04/2026
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.643.662
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	30/04/2029
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 3,75
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 6.163.732,50

PROGRAMA DE PERFORMANCE SHARES - 03/07/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,17
Nº de membros remunerados	N/A	6,00
Data de outorga	N/A	03/07/2025
Quantidade de ações outorgadas	N/A	1.592.898
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	03/07/2028

8.10 Outorga de ações

Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 3,62
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 5.766.290,76

PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS - 03/07/2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,17
Nº de membros remunerados	N/A	1,00
Data de outorga	N/A	03/07/2025
Quantidade de ações outorgadas	N/A	76.663
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	03/11/2026
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 3,62
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 277.520,06

PROGRAMA DE RECOMPOSIÇÃO DE AÇÕES RESTRITAS SÉRIE U - 03/07/2025*	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	3,00
Data de outorga	N/A	03/07/2025
Quantidade de ações outorgadas	N/A	696.936

8.10 Outorga de ações

Prazo máximo para entrega de ações	N/A	03/11/2027
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 3,28
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 2.285.950,08

* Esta outorga é substituta do Plano 18 - Série U (item 8.6).

PROGRAMA DE RECOMPOSIÇÃO DE AÇÕES RESTRITAS SÉRIE W - 03/07/2025*	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00
Nº de membros remunerados	N/A	1,00
Data de outorga	N/A	03/07/2025
Quantidade de ações outorgadas	N/A	163.797
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	03/11/2027
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 2,12
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 347.249,64

* Esta outorga é substituta do Plano 18 - Série W (item 8.6).

PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS - 10/10/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	7,75
Nº de membros remunerados	N/A	1,00

8.10 Outorga de ações

Data de outorga	N/A	10/10/2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	300.000
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	10/10/2027
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 4,15
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 1.245.000,00

PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS - 03/06/2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	7,75
Nº de membros remunerados	N/A	2,00
Data de outorga	N/A	03/06/2024
Quantidade de ações outorgadas	N/A	127.731
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	03/06/2027
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 4,33
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 553.075,23

PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS - 02/05/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	8,00

8.10 Outorga de ações

N° de membros remunerados	N/A	1,00
Data de outorga	N/A	02/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	34.042
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	02/05/2026
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 5,26
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 179.060,92

PROGRAMA DE PERFORMANCE SHARES - 02/05/2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	N/A	8,00
N° de membros remunerados	N/A	2,00
Data de outorga	N/A	02/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	N/A	117.467
Prazo máximo para entrega de ações	N/A	02/05/2026
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Não há restrição à transferência das ações após a entrega.
Valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 6,07
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	R\$ 713.024,69

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,00	8,17	
N° de membros remunerados	1,00	5,00	
N° de ações	105.393	318.488	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	3,93	3,89	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-414.194,49	-1.238.918,32	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,00	7,75	
N° de membros remunerados	0,00	0,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Para o exercício de 2024 não foram entregues ações para a administração como forma de remuneração	Para o exercício de 2024 não foram entregues ações para a administração como forma de remuneração.	

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,00	8,00	
N° de membros remunerados	0,00	0,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Para o exercício de 2023 não foram entregues ações para a administração como forma de remuneração.	Para o exercício de 2023 não foram entregues ações para a administração como forma de remuneração.	

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 PRECIFICAÇÃO DAS AÇÕES/OPÇÕES

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

A Companhia adota diferentes metodologias de precificação, selecionadas de acordo com as características específicas de cada plano e suas respectivas condições de aquisição de direitos:

Simulação de Monte Carlo: Utilizada especificamente para o Plano de Outorga de Ações da Companhia Sujeito à Performance (2021). Este método é aplicado para mensurar o valor justo de outorgas que possuem condições de performance de mercado (como o Total Shareholder Return - TSR Relativo), permitindo a simulação de diversas trajetórias de preços da ação em comparação ao índice de referência (IBRX-100).

Nota: Embora os planos de 2021 e 2023 prevejam condições de mercado, apenas o Plano de 2021 possui outorgas vigentes com tais métricas efetivamente aplicadas.

Valor de Mercado (Cotação de Fechamento): Metodologia aplicada aos planos de ações restritas cujas metas são baseadas em condições de não-mercado (indicadores financeiros e operacionais internos) ou apenas em tempo de permanência (service conditions).

Terceiro Plano de Ações Restritas (2025): Precificado com base no valor de fechamento da ação (LWSA3) no dia anterior à data de outorga ("Último Pregão"), uma vez que suas metas de performance são de natureza operacional/financeira (não-mercado).

Plano de Outorga de Ações Restritas (2021) e Segundo Plano (2023): Também utilizam o valor de mercado para as tranches de ações restritas simples ou com metas operacionais.

Modelo de Black & Scholes: Utilizado exclusivamente para a precificação do 18º Plano de Opção de Compra de Ações (SOP). O modelo mensura o valor justo das opções considerando variáveis como preço de exercício, volatilidade e prazo de vida esperado, conforme detalhado nas alíneas subsequentes. .

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As premissas abaixo são utilizadas como inputs para a determinação do valor justo (fair value) unitário nos modelos de Monte Carlo e Black & Scholes, conforme aplicável:

Preço da ação: Cotação de fechamento do último pregão disponível na data de cada outorga.

Preço de exercício (exclusivo para Opções): Valor obtido através da média ponderada por volume (VWAP) das ações nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de outorga, conforme estabelecido no regulamento do Plano.

Dividendos esperados (Dividend Yield): Percentual de retorno de dividendos projetado para o período de carência, fundamentado no plano de negócios e nas expectativas de distribuição da Companhia para o horizonte da outorga.

Prazo de vida esperado (Tempo): Definido em anos, representando a diferença entre a data de vesting de cada lote (tranche) e a respectiva data de outorga.

Taxa de juros livre de risco: Baseada na estrutura termo da taxa de juros de mercado (taxas dos títulos públicos prefixados ou DI), projetada para o período equivalente ao prazo de cada outorga na data da concessão.

8.12 Precificação das ações/opções

Volatilidade esperada: Calculada com base na variação histórica das cotações da ação LWSA3 em período retroativo equivalente ao tempo de vesting de cada tranche.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para fins de mensuração do valor justo na data da outorga, a Companhia adota a premissa de que o exercício das opções (SOP) ou a transferência das ações restritas ocorrerá integralmente ao final do período de carência (vesting) estabelecido em contrato.

Dessa forma, o modelo de precificação não incorpora premissas estatísticas de exercício antecipado (early exercise). O valor justo é reconhecido como despesa no resultado da Companhia ao longo do período de carência, de forma linear, em contrapartida à conta de reserva de capital no patrimônio líquido, observando as seguintes condições:

Aquisição gradual: Cada lote (tranche) é tratado como uma outorga separada para fins de cálculo de prazo.

Pagamento: No caso das opções, o exercício pressupõe o pagamento à vista do preço de exercício pelo beneficiário, sem previsão de mecanismos de exercício antecipado automático. .

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada é determinada com base no histórico de cotações das ações LWSA3, considerando um período retroativo equivalente ao prazo de carência de cada lote. O cálculo utiliza o desvio padrão dos retornos logarítmicos diários das ações, anualizados por 252 dias úteis, conforme a fórmula abaixo:

$$\sqrt{252} * \text{desvio padrão (quociente dos logaritmos neperianos de } \frac{P(0)}{P(1)}, \frac{P(1)}{P(2)}, \frac{P(2)}{P(3)}, \dots, \frac{P(n-1)}{P(n)}),$$

sendo:

P(0) = preço da ação no primeiro pregão considerado (data da outorga); e P(n) = preço da ação no Último Pregão considerado.

Esta metodologia assegura que a volatilidade utilizada no modelo reflita a variabilidade histórica do papel no horizonte de tempo em que o direito será exercido.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Todas as características relevantes das outorgas, incluindo condições de mercado (para o Plano de Performance 2021 via Monte Carlo) e condições de permanência e metas operacionais (via Valor de Mercado ou Black & Scholes), foram devidamente incorporadas nas metodologias descritas nos itens anteriores. Não foram identificadas outras características complexas ou instrumentos derivados atrelados que exigissem ajustes adicionais no valor justo.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 PARTICIPAÇÕES DETIDAS POR ÓRGÃO

Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão.

31/12/2025	Sociedade Emissora d o Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do Capital Social
Conselho de Administração	Companhia	Ações ON	134.976.793	23,74%
Diretoria Executiva	Companhia	Ações ON	5.896.153	1,04%
Conselho Fiscal	Companhia	Ações ON	N/A	N/A
Total	-	Ações ON	140.872.946	24,78%

8.14 Planos de previdência

8.14 PLANOS DE PREVIDÊNCIA

Não aplicável, visto que até a data deste Formulário de Referência não conferimos planos de previdência aos nossos membros do Conselho de Administração e aos nossos diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2023
Nº de membros	8,17	7,75	8	8	8	8	1
Nº de membros remunerados	8,17	7,75	8	6,75	7	7	1
Valor da maior remuneraçãoReal	3.268.944	4.361.065	4.079.149	726.856	561.459	603.649	29.447
Valor da menor remuneraçãoReal	1.514.256	727.663	879.428	191.556	165.209	133.231	29.447
Valor médio da remuneraçãoReal	2.817.563	2.572.699	2.021.403	382.418	361.547	270.725	29.447

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	O número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais conforme Ofício-Circular Anual 2025 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	O número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais conforme Ofício-Circular Anual 2025 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO/INDENIZAÇÃO

Na data deste Formulário de Referência não havia arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estabeleçam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 PERCENTUAL PARTES RELACIONADAS NA REMUNERAÇÃO

Órgão	Previsto para o exercício corrente (2026)
Conselho de Administração	43,63%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	N/A
Órgão	2025
Conselho de Administração	52,90%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	N/A
Órgão	2024
Conselho de Administração	42,17%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	N/A
Órgão	2023
Conselho de Administração	35,74%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que até a data deste Formulário de Referência, os nossos administradores não receberam remuneração por qualquer outra razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois não houve administradores da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, remunerados por controladores, diretos ou indiretos, por sociedades sob controle comum ou por controladas da Companhia, bem como não há tal previsão para o exercício social corrente (2026).

8.20 Outras informações relevantes

8.20 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Informação adicional – Encargos Sociais sobre a Remuneração da Administração de Responsabilidade da Companhia

Apresentamos abaixo os valores dos encargos sociais de responsabilidade da Companhia incidentes sobre a remuneração da administração da Companhia, que foram desconsiderados das tabelas constantes dos itens 8.1, 8.2 e 8.11 deste Formulário, em linha com a diretriz da CVM constante do Ofício Circular Anual 2025 CVM/SEP e a remuneração total da administração considerando tais encargos.

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,17	0,00	16,17
Nº de membros remunerados	6,75	8,17	0,00	14,92
Encargos Sociais	235.130,54	2.624.758,21	0,00	2.859.889
Remuneração Total considerando Encargos Sociais	2.816.451,10	25.634.855,61	0,00	28.451.307

Remuneração do Exercício Social encerrado em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	7,75	0,00	15,75

8.20 Outras informações relevantes

Nº de membros remunerados	7,00	7,75	0,00	14,75
Encargos Sociais	218.880,00	2.360.076,55	0,00	2.578.957
Remuneração Total considerando Encargos Sociais	2.227.612,18	23.836.565,87	0,00	26.064.178

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	8,00	1,00	17,00
Nº de membros remunerados	7,00	8,00	1,00	16,00
Encargos Sociais	213.292,00	2.200.598,00	35.336,00	2.449.226
Remuneração Total considerando Encargos Sociais	2.108.369,00	18.371.822,18	123.677,00	20.603.868

Desvinculação da Remuneração:

As concessões das opções de compras de ações outorgadas nos termos dos nossos Planos de Opções descritos no item 8.4 deste Formulário, bem como seus exercícios pelos Beneficiários, não possuem qualquer relação, nem tampouco estão vinculados à remuneração, salário, bônus, dividendos e/ou qualquer outro tipo de compensação e/ou participação nos nossos lucros/resultados.

No entanto, a concessão do direito ao recebimento de ações nos termos dos Planos de Outorga de Ações, também descritos no item 8.4 deste Formulário, possuem relação e estão vinculados à remuneração de seus respectivos Beneficiários.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003859	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
23/01/2026	23/01/2026	
Descrição dos serviços prestados		
Serviços profissionais relativos à: (i) auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para o exercício social de 2026; (ii) Revisão de informações contábeis intermediárias referente à Pagcerto Instituição de Pagamento Ltda.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
O montante total de remuneração dos auditores no exercício social referente a 2026 é de R\$ 1.259.476 Sendo: (i) R\$ 1.037.901 referente ao ano de 2026; (ii) R\$ 221.575 referente à revisão contábil da Pagcerto Instituição de Pagamento Ltda.		
Justificativa da substituição		
Regra de rotatividade obrigatória prevista no artigo 31, caput, da Resolução CVM nº 23		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
N/A		

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 INDEPENDÊNCIA E CONFLITO DE INTERESSES DOS AUDITORES

A Companhia informa que, no exercício findo em 2025, não contratou os auditores independentes para a prestação de quaisquer outros serviços além daqueles relacionados à auditoria independente. Dessa forma, no período encerrado em 2025, não houve contratação de serviços adicionais que pudessem representar potencial conflito de interesses, perda de independência ou comprometimento da objetividade dos auditores independentes. A Companhia ressalta, ainda, que não identificou qualquer indício de comprometimento da independência do Auditor.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Tendo em vista a regra de rotatividade obrigatória prevista no artigo 31, caput, da Resolução CVM nº 23, com início a partir da revisão das informações trimestrais (“ITR”) do primeiro trimestre de 2026, em substituição à KPMG, Conselho de Administração aprovou a contratação da empresa de auditoria independente Deloitte para a prestação de serviços de auditoria independente.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	184	315	0	0	0
Não-liderança	1152	1732	0	0	0
TOTAL = 3.383	1336	2047	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	14	380	24	81	0	0	0
Não-liderança	45	1969	202	659	9	0	0
TOTAL = 3.383	59	2349	226	740	9	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	48	428	23
Não-liderança	1319	1526	39
TOTAL = 3.383	1367	1954	62

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	4	495	0
Não-liderança	92	2792	0
TOTAL = 3.383	96	3287	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	8	3	353	135	0
Não-liderança	16	116	37	1858	857	0
TOTAL = 3.383	16	124	40	2211	992	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	1	15	0	0	0
Nordeste	26	98	0	0	0
Centro-Oeste	8	32	0	0	0
Sudeste	940	1271	0	0	0
Sul	361	631	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 3.383	1336	2047	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	6	5	5	0	0	0
Nordeste	1	63	5	54	1	0	0
Centro-Oeste	0	21	5	14	0	0	0
Sudeste	53	1412	172	568	6	0	0
Sul	5	847	39	99	2	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 3.383	59	2349	226	740	9	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	6	10	0
Nordeste	53	70	1
Centro-Oeste	14	25	1
Sudeste	866	1293	52
Sul	428	556	8
Exterior	0	0	0
TOTAL = 3.383	1367	1954	62

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 DESCRIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A tabela a seguir ilustra a distribuição dos empregados da LWSA S.A. por localidade e área de operação nos exercícios sociais indicados.

Empregados por grupos	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Empregados efetivos	3.301	3.536	3.735
Estagiários	34	48	78
Trabalhadores temporários	48	22	33
Total de empregados	3.383	3.606	3.846

Empregados por localização geográfica	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Norte	16	18	19
Nordeste	124	127	146
Sul	992	1.040	1.183
Sudeste	2.211	2.374	2.441
Centro- Oeste	40	47	56
Exterior	0	0	1
Total de empregados	3.383	3.606	3.846

Número de empregados por grupos	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Limpeza	11	65	24
Segurança	13	14	17
Total de terceirizados	24	79	41

31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
30,16% acum. ano	34,48% acum. ano	24,78% acum. ano

10.2 Alterações relevantes

10.2 ALTERAÇÕES RELEVANTES

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS

a. política de salários e remuneração variável.

Nosso plano de carreira foi desenvolvido para todos os nossos profissionais com o intuito de estimular o desenvolvimento do profissional e alinhá-lo às estratégias de negócio, oferecendo oportunidade de crescimento e valorizando/reconhecendo o potencial interno.

A base para formação de nossas práticas de remuneração é comparada com o mercado através da participação da pesquisa anual da Willis Towers Watson, que disponibiliza um painel de cerca de 200 empresas com foco no mercado de TI. Neste estudo todos os cargos são comparados com o mercado e as distorções são apontadas para futura correção. Esta base valida como está a tabela salarial com os valores praticados no grupo de empresas que compõem o mercado.

No processo de validação dos aumentos dos salários é analisado o tempo da última movimentação com reajuste salarial ou admissão (mínimo de 6 meses). Os aumentos por mérito (aumento horizontal na tabela salarial) são calculados considerando o percentual de até 20% sobre o salário fixo e os aumentos por promoção de cargo (aumento vertical na tabela salarial que envolve alteração de cargo e salário) são calculados considerando o aumento de até 30% de aumento sobre o salário fixo. Os aumentos que eventualmente excederem os percentuais acima estipulados, devem ser aprovados por meio de um comitê interno que através de um processo definido irá analisar as movimentações solicitadas que inclui a análise de viabilidade orçamentária e em alguns casos, a aprovação de nosso Diretor Presidente.

A descrição dos cargos foi elaborada com o objetivo de atender às expectativas das áreas e a estrutura está padronizada em níveis, por níveis de responsabilidade e hierarquia. No intuito de viabilizar oportunidades para os profissionais com perfil mais técnico, praticamos o modelo da carreira em “Y”, que tem por objetivo estimular o desenvolvimento dos especialistas técnicos oferecendo remuneração e benefícios compatíveis com os cargos gerenciais, sem que tal profissional não tenha responsabilidade de gestão de pessoas.

A remuneração fixa refere-se ao valor recebido mensalmente pelo participante, pago na folha de pagamentos, que visa a remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido. Por sua vez, a remuneração variável é praticada mensalmente, através de comissão para a área comercial e foi elaborada considerando o atingimento de metas estabelecidas, e proporcionando a cada profissional receber uma parcela variável de sua remuneração baseada em seus próprios resultados.

b. política de benefícios

Nosso programa de benefícios foi desenvolvido com o objetivo de oferecer aos profissionais da empresa um pacote de benefícios atrativo e competitivo em relação ao mercado como forma de atrair e reter os profissionais.

Oferecemos auxílio nos setores de educação, saúde, alimentação e bem-estar, e acreditamos que o nosso diferencial é a oferta de produtos e serviços de primeira linha com pequenos impactos na folha de pagamento do colaborador.

Como adotamos uma política de igualdade e transparência, o pacote de benefícios contempla: assistência médica, plano odontológico, seguro de vida em grupo, vale refeição, parceria com academias de todo território nacional através de contrato com fornecedor, estacionamento ou vale transporte, vans para facilitar o acesso ao terminal de ônibus, metrô e auxílio creche, contemplando todos os funcionários. Para os cargos de gerentes e diretores a assistência médica e odontológica contempla os dependentes. O incentivo à educação refere-se às modalidades de MBA, Pós Graduação/Extensão, Graduação e Idiomas. O curso subsidiado deverá estar atrelado ao desenvolvimento de suas atividades profissionais.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não- administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

exercício; (iii) preços de exercício;(iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Para informações sobre nossos planos de remuneração baseados em ações, consultar a Seção 8 - item 8.4 deste Formulário de Referência.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

A proporção entre a maior remuneração individual (R\$ 3.268.944) e a mediana da remuneração individual (R\$ 93.287,00) é de 35,04. Para esse cálculo consideramos o salário base anual mais benefícios.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
3.268.944,00	93.287,00	35,04
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 RELAÇÕES ENTRE EMISSOR E SINDICATOS

Reconhecemos a importância da função dos sindicatos, respeitando suas iniciativas e práticas.

No curso regular de nossa atividade sempre buscamos encontrar soluções que atendam a todos os envolvidos, tendo como princípio uma relação pautada pela transparência e respeito mútuos, observância da legislação trabalhista aplicável e dos demais princípios e direitos previstos pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, garantindo assim, a liberdade sindical, a proteção do direito de sindicalização e de negociação coletiva e livre funcionamento, sem qualquer intervenção.

Entendemos que o relacionamento com os sindicatos deve estar pautado não só no direito à livre associação e à negociação coletiva em prol de seus funcionários, mas também na busca em fortalecer o segmento por meio dos sindicatos patronais, com o intuito de agregar valor ao seu negócio.

Além disso, desde a data de nossa constituição, não houve nenhuma ocorrência de greve ou qualquer outro tipo de paralisação de nossa atividade.

Nós, nossas controladas e nossos empregados estamos afiliados nos sindicatos abaixo relacionados:

Sindicatos dos Empregados:

Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas e Cursos de Informática do Estado de São Paulo - SINDIESP

Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo – SINDPD/SP.

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Privadas de Processamento de Dados de Curitiba e Região Metropolitana do Estado do Paraná – SITEPD.

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo - EAA

Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais - SINDADOS.

Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina - SINDPD/SC.

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais e Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - SEMAPI.

Sindicato das Empresas de Tecnologia da Informação e Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - SINDPPD.

Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado de Sergipe - FECOMSE.

Sindicatos Patronais:

Sindicato de Empresas de Internet do Estado de São Paulo.

Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Serviços de Informática do Estado de São Paulo.

Sindicato das Empresas de Processamento de Dados e Serviços Técnicos e de Informática do Estado do Paraná.

Sindicato das Empresas de Informática e processamento de dados da Região Metropolitana de Florianópolis.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Rio Grande do Sul.

Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado de São Paulo.

Sindicato dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado de Sergipe.

Sindicato da Indústria de Software e da Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Companhia entende que não existem outras informações relevantes que já não foram abordadas nos itens acima.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 REGRAS POLÍTICAS E PRÁTICAS

A Companhia pauta suas operações por uma Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho em 04 de dezembro de 2019 que tem como o bjetivo assegurar a transparência, lealdade e idoneidade dos Administradores e Colaboradores, garantindo que os interesses da Companhia sempre se sobreponham a eventuais interesses pessoais.

Como regra geral, qualquer contratação envolvendo Partes Relacionadas deve observar estritamente as condições e os preços de mercado (caráter comutativo), utilizando-se os mesmos critérios aplicados na seleção e contratação de prestadores de serviços independentes.

Em estrita observância à Lei das Sociedades por Ações nossos conselheiros e diretores são proibidos de: (i) realizar atos gratuitos com ativos da companhia em seu detrimento; (ii) receber vantagens pessoais direta ou indireta de terceiros em razão do seu cargo, salvo autorização estatutária ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em operação ou deliberação em que tenham interesse conflitante com o da companhia.

A Política define como “conflito de interesse” qualquer situação em que uma Parte Relacionada possa influenciar um processo decisório no qual não haja comutatividade e independência, visando assegurar ganhos para si, para familiares ou terceiros, ou sempre que os objetivos pessoais dos tomadores de decisão não estiverem alinhados aos da Companhia.

Caso seja identificada uma matéria com potencial conflito, os Administradores ou colaboradores envolvidos devem manifestar-se imediatamente, ausentando-se das discussões e abstendo-se de votar (o que deve constar expressamente em ata). Excepcionalmente, mediante solicitação do Diretor Presidente, o envolvido poderá participar parcialmente da discussão, apenas para prestar esclarecimentos sobre a operação, mas deverá obrigatoriamente retirar-se do momento da votação,

Caso o detentor do conflito omita essa informação, qualquer terceiro ciente da situação tem a prerrogativa de alterar a Companhia.

Como mecanismo de controle, anualmente, os Administradores e os colaboradores devem assinar uma declaração atestando a observância da Política e confirmando a inexistência de participação em transação sob conflito de interesse.

Reforçando este compromisso com a transparência, informamos que, para o exercício de 2026, o processo de preenchimento do Termo de Partes Relacionadas e Conflito de Interesses será atualizado. Esta medida visa aprimorar nossos mecanismos de monitoramento e assegurar o cumprimento integral dessas obrigações por todos os envolvidos

Nosso Estatuto Social determina que compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração ou rescisão de contratos com Partes Relacionadas, excetuando-se apenas as operações realizadas no curso normal dos negócios entre a Companhia e suas sociedades coligadas ou controladas diretas e indiretas.

A íntegra da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas poderá ser obtida no nosso site de relações com investidores (<https://ri.lwsa.tech/>), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários na categoria Política de Transações entre Partes Relacionadas.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
WW Marques Intermediação De Negócios Ltda. / Willians Cristiano Marques	26/12/2012	99.792,02	2.570.940,31	99.792,02	01/12/2028	0,000000
Relação com o emissor	Willians Cristiano Marques, administrador da Companhia (filial Tray).					
Objeto contrato	Locação do imóvel situado na cidade de Marília, Estado de São Paulo, na Avenida Alcides Lajes Magalhães, nº 130, Sala 01, Bairro Jardim Acapulco, registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Marília, matrículas sob nsº 11.544 e 11.545. Em janeiro de 2022 foi celebrado um novo contrato de imóvel pela controlada Tray Tecnologia com aumento da área ocupada. O valor informado no campo “Saldo Existente” corresponde ao valor total de pagamento devido até o final da vigência do contrato, trazido a valor presente, calculado de acordo com o IFRS 16/CPC 06(R2). Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação da Tray Tecnologia em Ecommerce Ltda. pela LWSA					
Garantia e seguros	Seguro predial					
Rescisão ou extinção	Os contrato foram celebrados por prazo 60 meses, podendo ser rescindido a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante simples comunicação por escrito com 90 dias de antecedência da data em que pretender efetivar a extinção do contrato.					
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
MG4 Participações Ltda.	28/04/2010	1.139.227,69	50.535.712,94	1.139.227,69	26/04/2030	0,000000
Relação com o emissor	A MG4 Participações Ltda. é uma sociedade que possui como sócios os Sr(a)s. Michel Gora, Ricardo Gora, Gilberto Mautner, Claudio Gora e Andrea Gora Cohen atuais acionistas controladores da nossa Companhia, que detém em conjunto participação correspondente a totalidade do capital social da MG4 Participações Ltda.					
Objeto contrato	Locação do imóvel situado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itapaiúna, nº 2.434, Vila Andrade, registrado no 11º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, matrícula sob nº 265.814. O valor de R\$1.049.145,99 corresponde ao valor mensal do aluguel, previsto no contrato (conforme repactuado em 01 de setembro de 2015, nos termos da cláusula 2.5.3 do aditamento), devidamente atualizado e ajustado pelo IGPM. O valor informado no campo “Saldo Existente” corresponde ao valor total de pagamento devido até o final da vigência do contrato (daqui a 10 anos), trazido a valor presente, calculado de acordo com o IFRS 16/CPC 06(R2).					
Garantia e seguros	Seguro predial					
Rescisão ou extinção	A rescisão ocorrerá na data de vencimento do contrato, salvo na hipótese de inobservância, pela locatária de qualquer das obrigações estipuladas no contrato, o que ensejará seu vencimento antecipado. Adicionalmente, a Companhia também poderá, a qualquer tempo, rescindir o contrato unilateralmente, sem incorrer em qualquer multa, indenização ou penalidade, desde que comunique sua intenção, por escrito à locadora com 90 (noventa) dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Locação do imóvel em que está instalada a sede da nossa Companhia.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 ITENS 'N.' E 'O.'

n) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Para o adequado tratamento de transações com partes relacionadas e eventuais conflitos de interesse, a LWSA adota práticas de governança corporativa recomendadas e exigidas pela legislação, incluindo diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, e do Regulamento do Novo Mercado, além de sua própria Política de Transações com Partes Relacionadas.

As medidas e os procedimentos práticos adotados pela Companhia seguem um fluxo de controle e segregação de funções:

Havendo conflito de interesses, as partes envolvidas (ou qualquer terceiro que tenha conhecimento de tal situação), devem manifestar-se imediatamente. A parte em posição de conflito deve ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar na deliberação. Excepcionalmente, caso solicitado pelos órgãos aprovadores, a parte envolvida poderá participar parcialmente das discussões com o único objetivo de subsidiar o órgão com maiores informações sobre a transação. No entanto, ela deverá, retirar-se da discussão final e de todo o processo de votação do tema.

As questões referentes às situações de conflito de interesses devem ser encaminhadas ao departamento jurídico da Companhia, que atua como responsável pela verificação do cumprimento dos aspectos estritamente formais e legais atinentes à aplicação da política prevista no item 11.1 deste Formulário de Referência. De forma segregada, o departamento envolvido na operação em questão assume a responsabilidade pela verificação das condições negociais.

A formalização da existência do conflito de interesse e o registro do subsequente afastamento das partes envolvidas nas discussões devem constar na ata da reunião do órgão no qual o assunto for apreciado.

o) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas conduzidas pela Companhia são realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado, refletindo as condições usuais de mercado (arm's length basis).

Para assegurar essa comutatividade, a Companhia aplica as diretrizes de sua Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual determina que qualquer contratação envolvendo partes relacionadas deve observar, rigorosamente, as mesmas normas e os mesmos critérios de mercado aplicáveis à seleção e contratação de prestadores de serviços independentes

Como mecanismo adicional de governança e controle formal, o artigo 20, inciso XXV do Estatuto Social da Companhia, determina que compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração ou rescisão de contratos ou realização de operações envolvendo partes relacionadas, exceto (a) entre a Companhia e sociedades coligadas; ou (b) controladas diretas e indiretas da Companhia, no curso normal de seus negócios.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

MG4 Participações

O imóvel onde localiza-se nossa sede administrativa e nosso data center, na Rua Itapaiúna, nº 2434, Vila Andrade, CEP 05707-001, São Paulo/SP, pertence a MG4 Participações Ltda., empresa detida nesta data integralmente pelos quotistas os Srs. (i) Michel Gora (619.273 quotas); (ii) Ricardo Gora (619.272 quotas); (iii) Claudio Gora (619.272 quotas); (iv) Gilberto Mautner (619.272 quotas); e (v) Andrea Gora Cohen (275.232 quotas), nossos acionistas controladores.

Possuímos um contrato de locação e aditamentos subsequentes com a MG4 Participações Ltda. cujos principais termos seguem descritos abaixo.

(i) Contrato de Locação de Imóvel firmado com MG4 Participações

Em 28 de abril de 2010 firmamos com a MG4 Participações um Contrato de Locação de imóvel com prazo de 10 anos. Como a locadora e a locatária pertencem ao mesmo grupo econômico o Contrato de Locação não conta com garantia.

Anteriormente à celebração desse Contrato de Locação, a MG4 Participações e o Banco Itaú celebraram Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças, no valor de R\$15,8 milhões, a ser pago em 120 vezes, com custo efetivo total de 10,30% ao ano. Com os recursos recebidos, o imóvel foi comprado de nós pela MG4 Participações e alienado fiduciariamente ao Banco Itaú S.A.

Em 8 de fevereiro de 2011, celebramos um Contrato de Sublocação com nossa então controlada Locaweb IDC Ltda. para sublocar uma área de 500m² do referido imóvel, mediante originário pagamento inicial de R\$20 mil mensais, com prazo de vigência que perdurou até a data da efetiva incorporação da Locaweb IDC Ltda. pela nossa Companhia, em 30 de setembro de 2018.

O Aditamento também prevê que em caso de alienação do imóvel a terceiros, o Contrato de Locação deverá permanecer vigente em todos seus termos, cláusula e condições, sendo obrigação da MG4 Participações Ltda. impor tais condições ao adquirente.

No mesmo Aditamento, o prazo do Contrato de Locação foi aumentado para 20 anos, com término previsto para 26 de abril de 2030.

Em 16 de setembro de 2010, o Contrato de Locação foi aditado para nos garantir, nos casos de venda, promessa de venda, cessão de direitos, promessa de cessão de direitos ou qualquer outra forma de alienação do imóvel, direito de preferência para adquirir o imóvel em igualdade de condições com terceiros.

Em 01 de setembro de 2015 foi celebrado o aditamento mais recente para reajustar o valor do aluguel, por estar abaixo do valor apurado na avaliação, e, com as devidas correções pelo IGPM, atualmente é de aproximadamente R\$ 1.019.536,49. Esse valor se justifica com respaldo no laudo elaborado, em maio de 2015, por empresa de engenharia especializada na avaliação de imóveis, que apurou que o valor justo e real da locação do imóvel, conforme descrição no item 11.2.

Sociedade Subsidiária	Data de Celebração	Vigência	a do imóvel objeto do Contrato
Locaweb Telecom	16/07/2010	16/07/2020	Parte II – 2º andar

11.3 Outras informações relevantes

Telecomunicações Ltda.			
Melhor Envio Ltda.	07/03/2022	07/03/2022 7	Sala 01 – Térreo
Yapay Pagamentos Online Ltda.	20/09/2018	20/09/2022 3	Sala 02 – 1º andar
Wake Commerce Ltda.	02/03/2018	20/04/2022 8	Sala 06 – 1º andar
Samurai Experts Desenvolvimento de Software Ltda.	02/03/2021	02/03/2022 6	Parte I – Sala 10 – 1ª andar
Samurai Experts Holding Ltda.	02/03/2021	02/03/2022 6	Sala 10 – 1ª andar
Credisfera Serviços Financeiros Ltda.	18/02/2021	18/02/2026	Sala 08 – 1º andar
Octadesk Desenvolvimento de Software Ltda.	17/01/2023	Indeterminado	Sala 16 – Térreo
Locaweb Commerce Holding Ltda.	21/11/2022	Indeterminado	Sala 03 – 1º andar
ItCapital Serviços de Tecnologia Ltda.	31/08/2021	Indeterminado	Sala 06 – 2º andar
LwK Hosting Participações Ltda.	03/05/2019	03/05/2024	Parte I – 2º andar

Outros Assuntos Relacionados à MG4 Participações e à Companhia

a. Em 04 de dezembro de 2019, certos contratos firmados entre MG4 Participações, seus quotistas, a Companhia e demais partes de tais contratos, que outorgavam o direito de a Companhia adquirir as quotas da MG4 Participações e/ou o imóvel, sujeito a determinadas condições e ocorrência de certos eventos, foram distratados, não produzindo mais efeitos com relação à MG4 Participações, à Companhia e aos quotistas da MG4 Participações.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
26/01/2021		N/A	5.000.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
0		0	0

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
06/02/2026		N/A	2.406.076.931,86
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
568.561.350		0	568.561.350

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
06/02/2026		N/A	2.406.076.931,86
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
568.561.350		0	568.561.350

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
06/02/2026		N/A	2.406.076.931,86
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
568.561.350		0	568.561.350

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 EMISSORES ESTRANGEIROS - DIREITOS E REGRAS

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência não possuímos títulos emitidos no exterior.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que até a data deste Formulário de Referência não possuíamos valores mobiliários emitidos que não fossem ações.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, visto que até a data deste Formulário de Referência não possuíamos valores mobiliários emitidos que não fossem ações.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 MERCADOS DE NEGOCIAÇÃO NO BRASIL

As ações ordinárias de nossa emissão estão listadas no segmento Novo Mercado da B3 sob o código “LWSA3”.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência não possuímos títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS

Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de Ações, que ocorreu em 06 de fevereiro de 2020 e da Oferta Subsequente de Ações (Follow-on) que aconteceu em fevereiro de 2021, foram destinados para os seguintes objetivos: (i) potenciais aquisições de empresas; (ii) pré-pagamento de empréstimos e financiamentos; e (iii) capital de giro.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Outras informações relevantes - Valores Mobiliários

Desdobramento de Ações

Em 26 de janeiro de 2021, em sede de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado pelos acionistas da Companhia, dentre outras matérias, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 4 (quatro) ações ordinárias, sem qualquer alteração no valor do capital social ("Desdobramento das Ações") e a reforma do Estatuto Social da Companhia para refletir o Desdobramento das Ações.

No âmbito do Desdobramento das Ações, as ações ordinárias de emissão da Companhia passaram a ser negociadas "ex-desdobramento" a partir do dia 1º de fevereiro de 2021 (inclusive), conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 26 de janeiro de 2021.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Rafael Chamas Alves	Diretor Presidente
Andre Kinjo Kubota	Diretor de Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 - Declaração do Diretor Presidente

Eu, **Rafael Chamas Alves**, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade nº 43667009 – SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 327.106.788-02, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de SP, com endereço comercial Rua Itapaiúna, nº 2434, Bairro do Jardim Morumbi, CEP 05.707-001, na qualidade de Diretor Presidente da LWSA S/A ("Companhia"), declaro que:

- a. Revisei o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Assinado por:

Rafael Chamas

1A6576438ADD4F3...

Rafael Chamas Alves

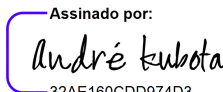
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.1 - Declaração do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eu, **Andre Kinjo Kubota**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 30970743 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 335.148.858-00, com endereço comercial Rua Itapaiúna, nº 2434, Bairro Jardim Morumbi, CEP 05.707-001, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da LWSA S/A ("Companhia"), declaro que:

- a. Revisei o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Assinado por:



32AE160CDD974D3...

Andre Kinjo Kubota

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.



ri.lwsa.tech

ri@lwsa.tech

@lwsa.tech



lwsa